

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)

GELSON MARTINS DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

MARINGÁ-PR

2019

GELSON MARTINS DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio.

MARINGÁ-PR

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S754o

SOUZA, Gelson Martins de

A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL:

Um estudo sob a perspectiva funcionalista. Gelson Martins de Souza.

Maringá-Pr.: UEM, 2019.

266 p.

Programa de Pós-Graduação em Letras Doutorado

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Orientador: Prof^o. Dr^o. Juliano Desiderato Antonio

1. Funcionalismo. 2. Estrutura Retórica do Texto. 3. Gênero Editorial.
4. Contexto Político. I. Título. UEM.

CDD 22^a. 418.4
NBR 12.899 – AACR2

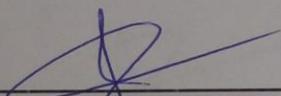
GELSON MARTINS DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL:
UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

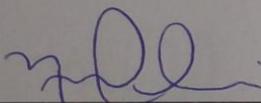
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em **03 de junho de 2019**.

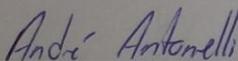
BANCA EXAMINADORA



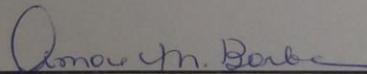
Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



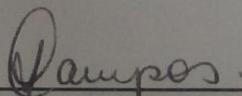
Prof. Dr. Neil Armstrong Franco de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. André Luis Antonelli
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Profª. Drª. Simone Maria Barbosa Nery Nascimento
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR



Profª. Drª. Rosane Cassia Santos e Campos
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Dedico este trabalho à minha esposa, Priscila
Odenique, e aos meus filhos, Livia e Heitor.

Louvor a Deus por mais um sonho realizado. Em 2011, quando terminei o mestrado, tinha plena convicção de que não faria o doutorado, principalmente devido ao volume de aulas que tinha/tenho no ensino médio. Dois anos depois, porém, estava eu novamente na UEM, fazendo disciplina como aluno não regular do PLE. Em 2013, fiz a processo seletivo do doutorado, mas não fui aprovado na prova escrita. Em 2014, fiz o processo e fui aprovado tanto na prova escrita como também na entrevista, porém fiquei como primeiro suplente, não sendo convocado. Em 2015, fui o único aprovado no processo seletivo da Descrição Linguística e, assim, agora em 2019, finalizo o doutorado em Estudos Linguísticos na área da Descrição Linguística. Diante desses fatos, os meus eternos agradecimentos:

À minha família, Priscila, Lívia e Heitor, que me dividiu com o doutorado e com mais de 55 aulas semanais no ensino médio, curso pré-vestibular e específica. À minha esposa amada, que sempre se mostrou compreensiva com a situação de um doutorando e com a minha profissão de professor viajante. À minha primeira filha, amor da vida do papai, que é tão inteligente, estudiosa e linda. Ao meu segundo filho, Heitor, um menino tão maroto e amoroso, que nos preocupou tanto quando nasceu, pois poderia ser surdo, mas Deus não quis assim. Heitor trouxe vida à nossa família e, hoje, é um menino ativo que sempre quer dançar e chutar bola. Em resumo, amo minha família incondicionalmente.

À minha mãe, Neusa, que apesar de nunca ter frequentado uma instituição de ensino, sempre valorizou a educação e fez o possível para que eu tivesse uma educação de qualidade;

Aos meus pastores, Irineu e Juçara, que oraram incansavelmente por mim e por minha família;

À minha amiga, Simone Nery, que me auxiliou desde o início do mestrado, corrigindo meus projetos e também o fez no doutorado;

Às minhas amigas, Maísa e Rosângela, que foram as corretoras dos aspectos formais desta tese;

Aos meus amigos do doutorado, Andiara, Bruna, Heitor, Hérika e Kátia, que dividiram muitas inquietações.

Aos meus diretores e coordenadores, Cláudio Torres, Fátima, Gabriel Mierro, Sheilla Bertolini, Vanderlei Ferreira e Tânia Milan, que sempre me liberam do trabalho para a realização de apresentações referentes ao doutorado;

Aos meus professores da graduação em Letras Português da UEM. Em especial, à minha primeira orientadora, Ana Cristina Jaeger Hintze, que me apresentou os estudos funcionalistas e foi, extraordinariamente, a melhor professora de sintaxe (guardo meu caderno de sintaxe até hoje);

A todos os professores do programa de pós-graduação em Letras Mestrado e Doutorado. Em especial ao professor Manoel Messias, meu orientador do mestrado, que me apresentou os estudos de lexicografia, lexicologia e terminologia;

Aos professores que participaram da banca de qualificação e/ou de defesa, Prof.^a. Dr.^a Maria Beatriz Nascimento Decat, Prof.^a. Dr.^a Rosane Cassia Santos Campos, Prof. Dr. Neil Armstrong Franco de Oliveira, Prof. Dr. André Luis Antonelli, pelas valiosas contribuições;

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras, pela paciência e dedicação.

Ao meu orientador, Juliano Desiderato Antonio, que é conhecido como uma pessoa humana. Em 2006, tive a oportunidade de conhecer o Professor Juliano na disciplina de Gramática Funcional.

No doutorado, voltamos a nos encontrar, Juliano foi meu orientador do começo ao fim, eu pensava que sabia tudo, mas descobri que não sabia nada. Ele pegou na minha mão para eu compreender a teoria da RST, sentou comigo para montar cada diagrama arbóreo dos editoriais, corrigiu várias vezes as minhas mal traçadas linhas, pediu-me calma, mandou-me refletir, mandou-me prestar atenção nos aspectos formais. Resumindo: sempre esteve comigo. Um grande ser humano!

A todos, a minha gratidão.

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua (Bakhtin, 1992, p. 282).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Homepage da RST.....	22
FIGURA 2: ED 1.....	29
FIGURA 3: Modelo de interação verbal	35
FIGURA 4: Relação núcleo-satélite de avaliação	44
FIGURA 5: Relação multinuclear de lista	44
FIGURA 6: Relações hierárquicas do editorial.....	47
FIGURA 7: Representação das relações que emergem no 1º nível mais alto dos diagramas dos editoriais.....	64
FIGURA 8: Representação das relações que emergem no 2º nível mais alto dos diagramas dos editoriais.....	65
FIGURA 9: Representação das relações que emergem no 3º, 4º e 5º nível mais alto dos diagramas dos editoriais	65
FIGURA 10: Editor das relações.....	81
FIGURA 11: Texto em formato txt importado para posterior segmentação.....	82
FIGURA 12: Texto segmentado.....	82
FIGURA 13: Porções textuais segmentadas	83
FIGURA 14: Interface com a listagem de relações retóricas	84
FIGURA 15: Diagrama do texto	84
FIGURA 16: ED 1 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da definição	93
FIGURA 17: ED 3 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da definição/desenvolvimento.....	95
FIGURA 18: ED 10 – Jornal Folha de São Paulo: UC na fase do desenvolvimento.....	98
FIGURA 19: ED 10 – Jornal Folha de São Paulo: UC na fase da avaliação	100
FIGURA 20: ED 2 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da conclusão	102

FIGURA 21: ED 4.....	105
FIGURA 22: ED 11.....	107
FIGURA 23: ED 13.....	109
FIGURA 24: ED 13.....	111
FIGURA 25: ED 21.....	113
FIGURA 26: ED 9.....	114
FIGURA 27: ED 5.....	117
FIGURA 28: ED 7.....	118
FIGURA 29: ED 1.....	120
FIGURA 30: ED 3.....	121
FIGURA 31: ED 9.....	123
FIGURA 32: ED 6.....	127
FIGURA 33: ED 18.....	129
FIGURA 34: ED 19.....	130
FIGURA 35: ED 13.....	131
FIGURA 36: ED 16.....	133
FIGURA 37: ED 25.....	135
FIGURA 38: ED 10.....	137
FIGURA 39: ED 23.....	139
FIGURA 40: ED 13.....	142
FIGURA 41: ED 15.....	143
FIGURA 42: ED 10.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definição da relação de avaliação.....	45
Quadro 2: Definição da relação de conclusão.....	46
Quadro 3: Definição da relação de lista	46
Quadro 4: Correlações entre as categorias da gramática tradicional e o <i>complexing</i> de Halliday	51
Quadro 5: Representação hierárquica de macroestrutura e microestrutura do texto	53
Quadro 6: Gêneros encontrados nos jornais e nas revistas	69
Quadro 7: Atributos específicos de um editorial	72
Quadro 8: Aspectos formais dos editoriais segundo Beltrão	73
Quadro 9: Análise esquemática do gênero editorial segundo Van Dijk e Guimarães	89
Quadro 10: A estrutura esquemática do gênero editorial de Van Dijk	90
Quadro 11: Frequência da ocorrência das UCs.....	92
Quadro 12: Frequência do título e subtítulo no 1º nível do diagrama arbóreo	104
Quadro 13: Frequência das classes gramaticais identificadas nos títulos dos editoriais	106
Quadro 14: Frequência de ocorrência da relação de preparação no 2º nível dos editoriais..	108
Quadro 15: Frequência de ocorrência da relação de preparação no 3º nível dos editoriais..	115
Quadro 16: Frequência de ocorrência da relação de preparação no 4º nível dos editoriais..	125
Quadro 17: Definição da relação de interpretação.....	131
Quadro 18: Frequência de ocorrência da relação de preparação no 5º nível dos editoriais..	140
Quadro 19: Tipo de construção e de função textual-discursiva.....	145
Quadro 20: Tipo de construção e de Relação Retórica da RST.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A: Autor
ED: Editorial
GDF: Gramática Discursivo-Funcional
GF: Gramática Funcional
GSF: Gramática Sistemico-Funcional
GT: Gramática Tradicional
L: Leitor
N: Núcleo
P: Produtor
RST: Rhetorical Structure Theory
S: Satélite

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ESTADO DA ARTE	21
1.2 RST COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA PESQUISAS.....	23
1.3 PESQUISAS RELACIONADAS AOS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS.....	26
1.4 HIPÓTESES E OBJETIVOS	26
1.5 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	31
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1 A LINGUA[GEM] E OS ESTUDOS FUNCIONALISTAS.....	33
2.2 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA (RST- <i>RHETORICAL STRUCTURE THEORY</i>)	40
2.3 ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA.....	49
2.3.1 AS FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DA HIPOTAXE ADVERBIAL E A MICROESTRUTURA	56
2.3.2 UNIDADE CENTRAL E A SUPERESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL.....	62
2.3.3 NÍVEIS ESTRUTURAIS DO GÊNERO EDITORIAL E A MACROESTRUTURA ...	64
2.4 O GÊNERO JORNALÍSTICO.....	67
2.4.1 O GÊNERO EDITORIAL.....	71
3 METODOLOGIA.....	78
3.1 COLETA E SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	78
3.2 PARÂMETRO DE ANÁLISE: FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DAS RELAÇÕES NA SUPERESTRUTURA, NA MACROESTRUTURA E NA MICROESTRUTURA.....	79
3.3 RSTTOOL	81
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	85

4.1 AS RELAÇÕES RETÓRICAS QUE EMERGEM NA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL.....	86
4.1.1 ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DA UC NA SUPERESTRUTURA DOS EDITORIAIS.....	88
4.1.2 SUPERESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL.....	89
4.1.3 OCORRÊNCIA DA UC NA SUPERESTRUTURA DO EDITORIAIS.....	92
4.1.4 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 1º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA DOS EDITORIAIS.....	104
4.1.5 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 2º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA DOS EDITORIAIS.....	108
4.1.6 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 3º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA..	115
4.1.7 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 4º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA..	124
4.1.8 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 5º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA..	134
4.1.9 ANÁLISE DA HIPOTAXE ADVERBIAL NA MICROESTRUTURA DOS EDITORIAIS.....	145
4.1.10 TIPOS DE CONSTRUÇÃO E DE RELAÇÃO RETÓRICA NA MICROESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL.....	163
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
6. REFERÊNCIAS.....	180
7. ANEXO A.....	194
8. ANEXO B.....	199

SOUZA, Gelson Martins. **A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

RESUMO

A tese objetiva analisar as relações retóricas que emergem na superestrutura, macroestrutura e na microestrutura de 25 editoriais divulgados em jornais e em uma revista. Como aparato teórico-metodológico, faz-se o uso da Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST), teoria de base funcionalista que se preocupa com a organização dos textos, caracterizando as relações tanto entre orações como entre porções maiores do texto. Com a investigação desse gênero, detecta-se a incidência de determinadas relações, a não-ocorrência de determinadas relações e a incidência de determinadas relações em sequência, que são características do editorial, uma vez que os editorialistas argumentam sobre temas significativos socialmente como “Os desdobramentos da política em 2016 no Brasil”, buscando convencer seus interlocutores por meio das relações retóricas que ocorrem nos editoriais. Os textos selecionados foram veiculados nos seguintes meios de comunicação: *Jornal Gazeta do Povo*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Estadão*, *Jornal Brasil de Fato* e *Revista Carta Capital* entre 1/1/2016 e 31/8/2016, relacionando-se a um contexto político, econômico e sócio-histórico que foi vivenciado pelos brasileiros no ano de 2016. No tocante à superestrutura, constata-se que a unidade central (doravante UC) pode se apresentar na fase de definição/introdução, de desenvolvimento, de avaliação e/ou de conclusão. Nos textos do *corpus* da tese, os editorialistas empregam a UC em 48% dos textos na fase da introdução/definição para pontuar a temática e o ponto de vista que representam no texto. Na macroestrutura, as relações retóricas apresentadas são as que emergem nos cinco primeiros níveis dos editoriais. Em relação à microestrutura do editorial, verificam-se as contribuições das orações hipotáticas adverbiais no processo argumentativo por meio do cruzamento do tipo de construção e as funções textual-discursivas na microestrutura.

Palavras-chave: funcionalismo; estrutura retórica do texto; gênero editorial; contexto político.

ABSTRACT

The thesis aims to analyze the rhetorical relations that emerge in the superstructure, macrostructure and microstructure of 25 editorials published in newspapers and in a magazine. As a theoretical-methodological apparatus, Rhetorical Structure Theory (RST) is used, a functionalist theory that is concerned with the organization of texts, characterizing relations between phrases and between larger portions of the text. The investigation of this genre reveals the incidence of certain relations, the non-occurrence of certain relations and the incidence of certain relations in sequence, which are characteristic of the editorial, since the editorialists argue about socially significant themes like "The unfolding of politics in 2016 in Brazil ", seeking to convince its interlocutors through the rhetorical relations that occur in the editorials. The selected texts were published in the following media: Jornal Gazeta do Povo, Folha de São Paulo newspaper, Estadão newspaper, Jornal de Fato newspaper and Carta Capital magazine between 1/1/2016 and 8/31/2016, relating to a political, economic and socio-historical context that was experienced by Brazilians in the year 2016. Regarding the superstructure, it can be seen that the central unit (hereafter UC) can present itself in the definition / introduction phase, development, evaluation and / or completion. In the texts of the corpus of the thesis, the editorialists use the UC in 48% of the texts in the introductory / definition phase to punctuate the theme and point of view they represent in the text. In the macrostructure, the rhetorical relations presented are those that emerge in the first five levels of editorials. Regarding the microstructure of the editorial, the contributions of hypothetical adverbial sentences in the argumentative process are verified through the cross-type of the construction and the textual-discursive functions in the microstructure.

Keywords: textual coherence; Rhetorical structure of the text; editorial; Context.

INTRODUÇÃO

Esta tese se enquadra no modelo teórico do Funcionalismo, mais especificamente da RST (Teoria da Estrutura Retórica), e objetiva descrever a estrutura retórica de 25 editoriais. Essa teoria é adotada para o desenvolvimento desta pesquisa pois, como afirmam Mann e Thompson (1988), a RST tem sua preocupação focalizada na organização dos textos, marcando as relações estabelecidas entre as partes textuais. Segundo os princípios dessa teoria linguística, as proposições relacionais que se estabelecem no nível do discurso organizam desde a coerência do texto até a combinação entre as orações.

O objetivo geral desta tese é identificar a organização retórica que emerge dos 25 editoriais que foram divulgados nos seguintes meios de comunicação: *Jornal Gazeta do Povo*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Estadão*, *Jornal Brasil de Fato* e *Revista Carta Capital*, publicados no período entre 1/1/2016 e 31/8/2016. Para a realização desse propósito, são traçados os seguintes objetivos específicos: contribuir para a caracterização do gênero editorial; identificar a UC dos textos que formam o *corpus* e descrever as relações retóricas que constituem a macroestrutura e a microestrutura do gênero editorial. Faz-se necessário, também, traçar considerações sobre o conceito de gêneros discursivos, de modo geral, e, especificamente, tratar do gênero editorial.

Segundo os pressupostos defendidos por Bakhtin (2003), os gêneros discursivos são constituídos por um enfoque discursivo-interacionista, evidenciando o caráter social dos fatos da linguagem, pois o autor concebe o enunciado como o produto da interação, em que cada unidade lexical é concebida como produto de trocas sociais e está situada em um determinado contexto, levando-se em consideração as condições sociais de uma determinada comunidade linguística. Os enunciados produzidos dentro da esfera de comunicação humana, portanto marcados pelo social, histórico e ideológico, são agrupados em gêneros discursivos, em que os indivíduos usam a língua para objetivos variados em suas interações. Definidos por Bakhtin (2003, p. 262) como sendo “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os gêneros são caracterizados pelo conteúdo temático, estilo e aspecto composicional.

Assim, esses enunciados “relativamente estáveis”, caracterizados por questões sociais, históricas e temporais de seu meio, refletem as finalidades e as condições específicas de cada instituição e seu repertório é ampliado, à proporção que aumenta a complexidade dos usos linguísticos na sociedade.

Os diversos gêneros são reconhecidos a partir das três dimensões: 1) conteúdo temático 2) construção composicional 3) estilo. A primeira dimensão se materializa em todo gênero, pois há o seu objeto discursivo, a sua unidade de sentido e também uma orientação ideológica específica. Já a segunda dimensão se relaciona à estrutura formal propriamente dita que, em alguns gêneros, segundo Bakhtin (1992), pode ser mais padronizada como se desenvolve em documentos oficiais. O estilo, por sua vez, está associado às questões individuais, às escolhas lexicais, às estruturas sentenciais e a outras preferências de viés linguístico-gramatical.

Na concepção de Bakhtin (2003), evidencia-se que nem todos os gêneros representam a individualidade, pontuando que os literários são propícios a representações mais subjetivas. Para Bakhtin,

o estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.) (BAKHTIN, 2003, p. 284).

Ao se analisar essas dimensões, faz-se necessário considerar as condições sócio-históricas (tempo e espaço) e o conjunto de participantes que estão envolvidos no enunciado, bem como observar que o enunciado não é neutro, revelando intenções desses participantes. Assim, compreende-se que os gêneros discursivos, sob a perspectiva bakhtiniana, são práticas sociocomunicativas elaboradas historicamente, sendo influenciados por questões sociais e pelas situações comunicativas em que se materializam. Desse modo, para Bakhtin (2003), só é possível se comunicar por meio de gêneros, significa dizer, então, que, no momento da interação, seja escrita ou oral, recorre-se a um gênero. Esse gênero se organiza a partir de uma situação discursiva, estando os participantes envolvidos nessa situação, denotando a vontade do enunciador e a intenção do produtor textual, isto é, o gênero discursivo é determinado pela esfera discursiva e se encontra em toda atividade humana, representando, assim, as formas de dizer e interagir nas diferentes situações comunicativas. Dessa forma, os gêneros discursivos “refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social” (BAKHTIN, 2003, p. 268).

Após essa breve contextualização do conceito de gênero discursivo, focaliza-se no objetivo central da tese que é sanar algumas indagações que perpassam o estudo da estrutura

retórica do gênero editorial. Uma dessas indagações é verificar se a unidade central do editorial se localiza na fase da definição/introdução, também se questiona se existe ou não um padrão organizacional para elaboração de um editorial e, ainda, se há uma recorrência de relações que se emergem não só na macroestrutura, mas também na microestrutura dos editoriais. Tais aspectos são estudados com o intuito de responder a alguns questionamentos: O editorial é constituído por uma estrutura retórica recorrente? Quais são as relações retóricas mais frequentes nos cinco primeiros níveis dos editoriais, considerando a macroestrutura desse gênero?

Este trabalho está organizado em capítulos que se dividem da seguinte maneira: o primeiro traz à tona as pesquisas que são embasadas sob o aparato da RST e também os estudos que são propostos sobre o gênero editorial. Nessa etapa, há a exposição da hipótese da tese e a justificativa para sua realização. Encontra-se, ainda, nessa seção, a organização estrutural da tese.

No segundo capítulo, há uma abordagem sobre a lingua[gem] e os estudos funcionalistas; em seguida, uma revisão teórica da RST. Na sequência, apresenta-se a caracterização do gênero editorial, considerando que o objetivo desta pesquisa é verificar a estrutura retórica desse gênero. Além disso, há a exposição das questões da superestrutura, macroestrutura e microestrutura, uma vez que são estudadas a ocorrência da UC nos editoriais, as relações retóricas que ocorrem da primeira à quinta camada dos diagramas na macroestrutura e também as relações que emergem por meio das orações hipotáticas adverbiais na microestrutura.

No terceiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos selecionados para desenvolvimento desta pesquisa, os quais se relacionam com os critérios de escolha do *corpus* utilizado e com o tipo de análise realizada.

No quarto capítulo, há a identificação da UC dos 25 editoriais. Em princípio, apresenta-se a estrutura retórica do editorial, mais especificamente da macroestrutura, ou seja, das relações que se estabelecem entre as porções maiores dos textos. Nessa situação, não se focalizam orações individuais, mas o discurso como um todo ou a fragmentos maiores. Primeiramente, abordam-se as relações que ocorrem no primeiro nível da estrutura retórica dos textos que são constituídos por título e, em alguns casos, pela presença do subtítulo; na sequência, as que aparecem do segundo nível ao quinto nível de análise do texto. A frequência de ocorrência das relações também é apresentada para se verificar se há uma superestrutura

mais recorrente do gênero. Para tornar mais pontuais todas essas informações, expõem-se gráficos e quadros com os dados. Cabe evidenciar que, nessa seção, realiza-se também uma análise das funções textual-discursivas das orações hipotáticas adverbiais e das relações retóricas que são articuladas por meio dessas orações, observando suas contribuições para o processo argumentativo na microestrutura do gênero editorial.

No último capítulo, de considerações finais, são articuladas observações a respeito de todas as análises realizadas, buscando responder a todas as perguntas de pesquisa e verificar se a hipótese de existir uma estrutura mais frequente do gênero editorial - tanto estrutura retórica quanto estrutura composicional -, de fato, realiza-se.

1.1 ESTADO DA ARTE

Esta tese objetiva contribuir não só para a área da Descrição Linguística como também para a área de estudo sobre os gêneros discursivos. Para isso, no início desta pesquisa, em 2016, realizou-se um levantamento no Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo site: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Por meio dessa investigação, constatou-se que há diversos trabalhos que fazem uso da Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST). De forma geral, entretanto, os estudos na área da Linguística estão voltados para a análise de outros gêneros diferentes do editorial ou empregam a teoria da RST de maneira subsidiária à pesquisa, sem considerar os trabalhos de outras áreas que utilizam essa teoria, como os estudos que auxiliam o campo das Ciências da Computação e as pesquisas da inteligência artificial na criação de modelos de sumarização automático, por exemplo.

Em busca de comprovar a originalidade da pesquisa, efetuaram-se os levantamentos bibliográficos no Scielo, Biblioteca Científica Eletrônica, no Google Acadêmico e no Banco de Dissertações e Teses das bibliotecas digitais das Universidades, constatando-se, assim, os principais pesquisadores que desenvolveram estudos relacionados à RST no Brasil. Por meio desse conhecimento, realizaram-se investigações nas bibliotecas específicas, bibliotecas digitais das universidades nas quais esses pesquisadores atuam, a saber: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade do Vale Do Rio Sinos (UNISINOS). Além disso, foram efetuadas, ainda, buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que contém pesquisas defendidas a partir do ano 2006, e também pelo buscador Google, por meio do qual foi possível fazer um levantamento dos principais trabalhos existentes nas diversas áreas, uma vez que algumas instituições de ensino superior do país não são cadastradas na BDTD.

Ao fazer uso de várias palavras-chave referentes à temática RST, realizaram-se várias buscas pelo fato de a RST ser a base teórico-metodológica desta tese. De forma mais ampla, efetuaram-se buscas com as palavras-chave relacionadas à pesquisa: Funcionalismo, Gênero editorial, RST. Dessa maneira, na próxima seção, será apresentado um panorama dos estudos brasileiros finalizados na área da Linguística e que têm a RST como teoria.

A RST se desenvolveu a partir do trabalho investigativo em geração automática de texto, efetuado pela equipe de pesquisadores do Instituto de Ciências da Informação da

Universidade da Califórnia (Information Sciences Institute - University of California). Bill Mann, Sandy Thompson e Christian Matthiessen verificaram, no processo de escrita de textos assistida por computador, que não havia nenhuma teoria da estrutura do discurso descrita para programar a geração automática de textos (Mann; Thompson, 1988). Ao buscarem respostas para essa lacuna, criou-se a RST com base em estudos de textos provenientes de uma diversidade de fontes e cuidadosamente editados ou preparados. A teoria tem, agora, um estatuto na Linguística que é independente de seus usos na área computacional (informações disponíveis no *website* da RST: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>). Conforme especificado, a RST tem um *website* desenvolvido por Bill Mann em que se encontram a definição, a história, os princípios teóricos, análises concretizadas, bibliografias, entre outras informações relacionadas à RST.

The image shows a screenshot of a web browser displaying the homepage of the Rhetorical Structure Theory (RST) website. The browser's address bar shows the URL www.sfu.ca/rst/index.html. The page has a dark background with a network-like pattern of nodes and lines. The main heading is "RST RHETORICAL STRUCTURE THEORY". On the left, there is a vertical navigation menu with the following items: HOME, INTRO TO RST, ANALYSES, CONFERENCES & JOURNALS, RESEARCH TOPICS, RESEARCH PROJECTS, TEXT GENERATION, BIBLIOGRAPHIES, TOOLS, PAGES IN BASQUE, PAGES IN FRENCH, PAGES IN PORTUGUESE, PAGES IN SPANISH, E-MAIL LIST, and SITE MAP & SEARCH. The main content area features the heading "INTRO TO RST / RHETORICAL STRUCTURE THEORY/" followed by "Welcome to the RST Web Site". Below this, there is a paragraph of introductory text: "This is a site devoted to the linguistic topic of Rhetorical Structure Theory (RST). It was created by Bill Mann, and it is maintained by Malte Taboada. It is intended as a resource for those who would like to learn, use, understand, refute, supersede, admire, or question RST." This is followed by two more paragraphs explaining the site's purpose and the use of RST. On the right side of the page, there are three buttons for text size adjustment: "SELECT TEXT SIZE", "LARGE TEXT SIZE +", and "SMALL TEXT SIZE -".

Figura 1 - Homepage da RST

Fonte: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/index.html>

1.2 RST COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA PESQUISAS

A RST é uma forma de representação discursiva utilizada com diferentes finalidades na Ciência da Informação, na Linguística Computacional e na Linguística Descritiva. Alguns exemplos de pesquisas relacionadas à RST são: a análise e a adequação textual, a análise de *corpus* e o estudo da prototipia textual, a aquisição de conhecimento discursivo para determinadas línguas, a extração de informação, a tradução automática, a sumarização e a geração textual, entre outras. Essa teoria pode ser aplicada a qualquer língua e pode ser empregada para a descrição da maioria dos textos. Segundo os dados expostos no *site* do 4º *Workshop da RST e os Estudos do Texto*, diversas línguas foram anotadas usando a RST: em inglês, Carlson et al. (2002) anotaram textos jornalísticos manualmente. Taboada e Renkema (2011) se dedicaram a anotação dos textos jornalísticos, anúncios, cartas, artigos de revistas, artigos científicos, críticas de livros e artigos de opinião. Em alemão, Stede (2004) também realizou a anotação de textos jornalísticos. Em espanhol, da Cunha et al. (2011) anotaram textos científicos de diferentes áreas. Em basco, Iruskieta et al. (2013) anotaram resumos de textos científicos. Em português, Pardo e Rino (2004) e Pardo e Seno (2005) anotaram textos sobre informática. Essas últimas pesquisas se desenvolveram na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-SP), todavia, como as demais especificadas, dedicaram-se à Linguística Computacional.

A RST é uma ferramenta de análise que contribui para a área da Descrição Linguística, pois pode ser empregada no processo de descrição da macroestrutura de diferentes gêneros e também pode ser utilizada em pesquisas que abordam a combinação de orações - que descreve as relações que emergem entre as orações na microestrutura -, como pode ser verificado nos seguintes estudos: Decat (1993), *Leite com manga morre!/: da hipotaxe adverbial no português em uso*; Decat (2010), *Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista*; Antonio (2004), *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*; e Giering (2009), *A organização retórica de artigos de divulgação científica midiática e a organização sequencial do texto*. Sob a orientação desses pesquisadores, no Brasil, foram desenvolvidos outros estudos que fazem uso da Teoria da Estrutura Retórica (RST), ampliando, assim, o número de dissertações e teses que investigam essa temática na área da Descrição linguística. O levantamento bibliográfico realizado se limita aos estudos catalogados (dissertações e teses) no Brasil e compreende o período de 2004 a 2018.

Seguem as pesquisas desenvolvidas Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS-RS:

1- *Uma investigação funcionalista dos meios de expressão das relações retóricas de causa e resultado em elocuições formais.* (MAMUS, Priscilla Teixeira. 2009. UEM);

2- *Rhetorical structure theory: limites e possibilidades de representação da organização textual.* (FUCHS, Juliana Thiesen. 2009. UNISINOS);

3- *A Retextualização de Texto do Gênero Infográfico: uma análise da estrutura retórica.* (OLIVEIRA, Maria Carmen. 2010. UFMG);

4- *Uma investigação funcionalista das proposições relacionais estabelecidas por orações paratáticas aditivas e por orações paratáticas justapostas: relações retóricas de lista, de sequência, de condição e de resultado.* (RÚBIO, Marília Gabriela. 2011. UEM);

5- *A articulação de orações em provérbios do português em uso: uma análise das relações retóricas.* (MEIRA, Ana Clara Gonçalves Alves. 2011. UFMG);

6- *Um novo olhar sobre o uso da forma lexical "aqui", no gênero textual bate-papo por computador, à luz da teoria da estrutura retórica.* (NETO, Elizane Pereira. 2011. UFMG);

7- *Estrutura retórica do texto e a articulação de orações no artigo de opinião: uma abordagem funcionalista* (CORREIA, Maria Risolina de Fátima Ribeiro. 2011. UFMG);

8- *As relações retóricas no gênero resposta argumentativa: um estudo da superestrutura do gênero e da expressão linguística das relações.* (SANTOS, Jackline Altoé. 2012. UEM);

9- *Uma investigação funcionalista do marcador discursivo então no estabelecimento de relações retóricas em elocuições formais do português.* (ALVES, Deise Vieira dos Santos. 2013. UEM);

10- *Uma abordagem funcionalista das relações retóricas em anúncios publicitários.* (NEPOMUCENO, Arlete Ribeiro. 2013. UFMG);

11- *Relações retóricas sinalizadas pelas estratégias de correção e de parafraseamento em elocuições formais.* (CASSIM, Fernanda Trombini Rahmen. 2014. UEM);

12- *A função textual-discursiva da hipotaxe adverbial no gênero resposta argumentativa.* (CALICCHIO, Fátima Christina. 2014. UEM);

13- *A organização das construções de exemplo em português: uma abordagem à luz da teoria da estrutura retórica.* (COSTA, Rafaela Domingues. 2014. UFMG);

14- *As relações retóricas e a articulação de dispositivos e de orações no Capítulo I da Constituição Brasileira de 1988.* (RUCHKYS, Angélica Alves. 2014. UFMG);

15- *Relações retóricas emergentes na inserção de narrativas em notícias de divulgação científica midiática para adultos e crianças.* (IRACET, Êrica Ehlers. 2014. UNISINOS);

16- *A organização textual do sermão bíblico: um estudo funcionalista das relações retóricas entre tópicos discursivos.* (NASCIMENTO, Simone Maria Barbosa Nery. 2015. UEM);

17- *Que bom, que bom, ai que bom! Da existência da relação retórica de interjeição.* (CAIXETA, Geovane Fernandes. 2015. UFMG);

18- *Casa de ferreiro, espeto de pau: uma análise das relações retóricas a partir do uso dos provérbios como estratégia argumentativa em textos da internet.* (MEIRA, Ana Clara Gonçalves Alves. 2015. UFMG);

19- *As contribuições da RST na elaboração do relato* (SANTOS, Hérika Ribeiro. 2016. UEM);

20- *Funções exercidas e relações retóricas sinalizadas pelas estratégias de parentetização e de repetição em elocuições formais.* (GANASIM, Monique Bisconsim. 2016. UEM);

21- *As relações retóricas e o campo da causalidade das orações hipotáticas adverbiais na construção da argumentatividade e da coerência textual.* (NUSS, Virginia Maria. 2017. UEM);

22- *Uma investigação funcionalista das relações retóricas do campo da avaliação no português falado.* (SANTOS, Kátia Roseane Corte. 2018. UEM);

23- *A organização textual do gênero artigo de opinião: uma abordagem à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais*. (CORREIA, Maria Risolina de Fátima Ribeiro. 2018. UFMG);

24- *O diálogo entre os gêneros capa de revista e portagem de capa: um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da Multimodalidade*. (SAMPAIO, Danúbia Aline Silva. 2018);

25- *Retextualização do gênero gráfico: uma análise à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST)*. (GRIJÓ, Carmem Starling Bergamini. 2018. UFMG);

Diante desse quadro, a pesquisa intenciona estudar editoriais que circulam em uma superdiversidade de contextos sociais como em jornais, em revistas, em sites, nas redes sociais, entre outros. O foco desta pesquisa é destacar as relações retóricas que se assemelham e se distinguem na superestrutura, na macroestrutura e na microestrutura, dependendo do objetivo do gênero editorial e do espaço social em que se concretiza. Defende-se o princípio de que esta pesquisa pode trazer contribuições aos estudos da RST desenvolvidos no Programa de Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Maringá e em outras universidades brasileiras.

1.3 PESQUISAS RELACIONADAS AOS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS

Em 2017, a Revista Lumina do programa de Pós-graduação em comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora publicou um mapeamento das pesquisas que se relacionam diretamente aos editoriais jornalísticos não só no Brasil, mas também em periódicos internacionais, buscando traçar um panorama geral sobre as principais pesquisas desenvolvidas. Segundo Mont'Alverne (2017), os estudos envolvem os seguintes aspectos: analisar a cobertura de uma determinada temática; verificar a influência dos editoriais em relação ao público ou a certos fatores na produção jornalística; discutir questões formais sobre o gênero.

No Brasil, um número expressivo das pesquisas na área dos Estudos Linguísticos busca identificar estratégias que podem contribuir para a construção de diferentes gêneros discursivos. No que diz respeito à análise da cobertura sobre um tema específico e as

investigações que abordam a influência dos editoriais junto ao público são menos comuns no país.

Em relação às coberturas temáticas, pensando especificamente nas pesquisas brasileiras, existem trabalhos que focalizam a cobertura da integração prevista pelo Mercosul (NUNES NETO, 2012); a representação do ensino superior no Brasil em editoriais (SILVA, 2013); o discurso dos jornais sobre a implantação de ensino religioso nas escolas do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2008); a noção de política construída nos editoriais (GHISLENI, 2003); e o estudo comparando a cobertura sobre os gastos do governo FHC por jornais diferentes (FREITAS, 2011).

Outra perspectiva recorrente entre as pesquisas é a de analisar a influência dos editoriais, ou da cobertura, em relação aos leitores, ao conteúdo informativo dos jornais ou às disputas eleitorais (HERAS-SAIZARBITORIA et al., 2011; RICHARDSON, 2005). Existem estudos desenvolvidos que analisaram a aceitação pública da utilização de energia solar por causa da cobertura dos jornais (HERAS-SAIZARBITORIA et al., 2011) ou o impacto dos enquadramentos dos editoriais na compreensão dos leitores sobre ações afirmativas (RICHARDSON, 2005).

Cabe destacar, ainda, a existência de pesquisas que abordam as questões formais que constituem o gênero editorial, discutindo as estratégias discursivas empregadas no seu processo de composição as mudanças que já se desenvolveram nesse processo e as mudanças que ainda poderão ocorrer.

Garrido (2011) realizou uma pesquisa que busca identificar a construção retórica dos editoriais, considerando recursos discursivos e enunciativos empregados pelo Jornal Bom Dia Bauru na elaboração de suas opiniões, objetivando também caracterizar, detectar e identificar as vozes que emergem nesses discursos.

As pesquisas relacionadas às questões argumentativas, enunciativas e retóricas são bastante significativas. Parreira (2006) estudou operadores argumentativos, verificando o uso desses elementos na construção de editoriais da Folha de S. Paulo, de o Estado de Minas e de O Globo. Campos (2008) estudou o discurso argumentativo, observando as estratégias empregadas no jornal O Globo. Leal (2012) pesquisou o discurso argumentativo nos editoriais. Ribeiro (2013) pesquisou os operadores argumentativos e o papel desempenhado por esses na construção do sentido de editoriais do jornal O Globo.

Em relação às questões estruturais do gênero, Mac Cord (2008) observou a inserção do discurso do *outro* em editoriais, a fim de compreender a tensão presente nos textos pela falta de personalidade e de assinatura. Hernández (2010) objetivou descrever as ferramentas formais e linguísticas com as quais os jornais estruturam os editoriais.

Ansary e Babaii (2009) se dedicaram ao processo de identificação da estrutura retórica de editoriais, caminho semelhante ao traçado por Le (2004), pois a autora busca mostrar como o periódico constrói a própria autoridade nos editoriais.

O trabalho de Discini (2003), por sua vez, compara o *ethos* construído pelos jornais em editoriais e em charges.

A pesquisa desenvolvida por Bertasso (2014) também trabalha com tal noção, procurando entender o *ethos* discursivo das revistas semanais construído em capas e editoriais.

Embora haja uma quantidade expressiva de pesquisas em torno dos gêneros jornalísticos e de estudos que fazem uso do aporte teórico-metodológico da RST, acredita-se que esta tese pode trazer contribuições aos estudos da RST e aos estudos sobre o gênero editorial. Essa afirmativa emerge da visão de que, como se observa, não há até o presente momento trabalhos nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) que analisam a estrutura retórica de editoriais que são divulgados em veículos de comunicação como revistas e jornais. A intenção, obviamente, é verificar as relações multinucleares e núcleo-satélite que mais se materializam no *corpus* escolhido, uma vez que há a possibilidade de se encontrar relações retóricas semelhantes, partindo do princípio de que os editoriais jornalísticos são constituídos de uma mesma funcionalidade discursiva, ou seja, convencer ou tentar convencer seus interlocutores diretos acerca de uma determinada verdade, ou seja, fazer-criar.

1.4 HIPÓTESES E OBJETIVOS

A pesquisa parte da hipótese de que as relações retóricas que emergem nos editoriais jornalísticos podem contribuir para a compreensão da macroestrutura desse gênero, uma vez que os editoriais que constituem o *corpus* da presente tese abordam temas relacionados ao contexto político, econômico e sócio-histórico do Brasil, independentemente de serem veiculados em suportes diferentes, ou seja, jornais e revistas. Acredita-se nesse princípio,

pois, quando se pensa na funcionalidade do gênero editorial e nas práticas sociais que o envolvem, percebe-se claramente que o objetivo do gênero é se posicionar frente a um tema e também conduzir o seu leitor a um fazer-criar e/ou fazer-fazer, principalmente por meio de relações retóricas como avaliação, conclusão, elaboração, evidência, preparação, lista, etc.

Em busca da comprovação dessa hipótese, realizou-se a leitura e a segmentação do editorial *Manobras Criativas*, divulgado no *Jornal Gazeta do Povo*. Cabe ressaltar, ainda, que a identificação das unidades de informação considera cada parágrafo do texto, além dos elementos peritextuais como *título* e *subtítulo*. Essa opção comunga com a proposta de Bernárdez (1995) que indica o parágrafo como uma das possibilidades de segmentar o texto, quando se focaliza a macroestrutura textual. Segue o diagrama do editorial motivador desta pesquisa e as relações retóricas que emergem dele (os comentários sobre essas relações constam na etapa de análise desta tese).

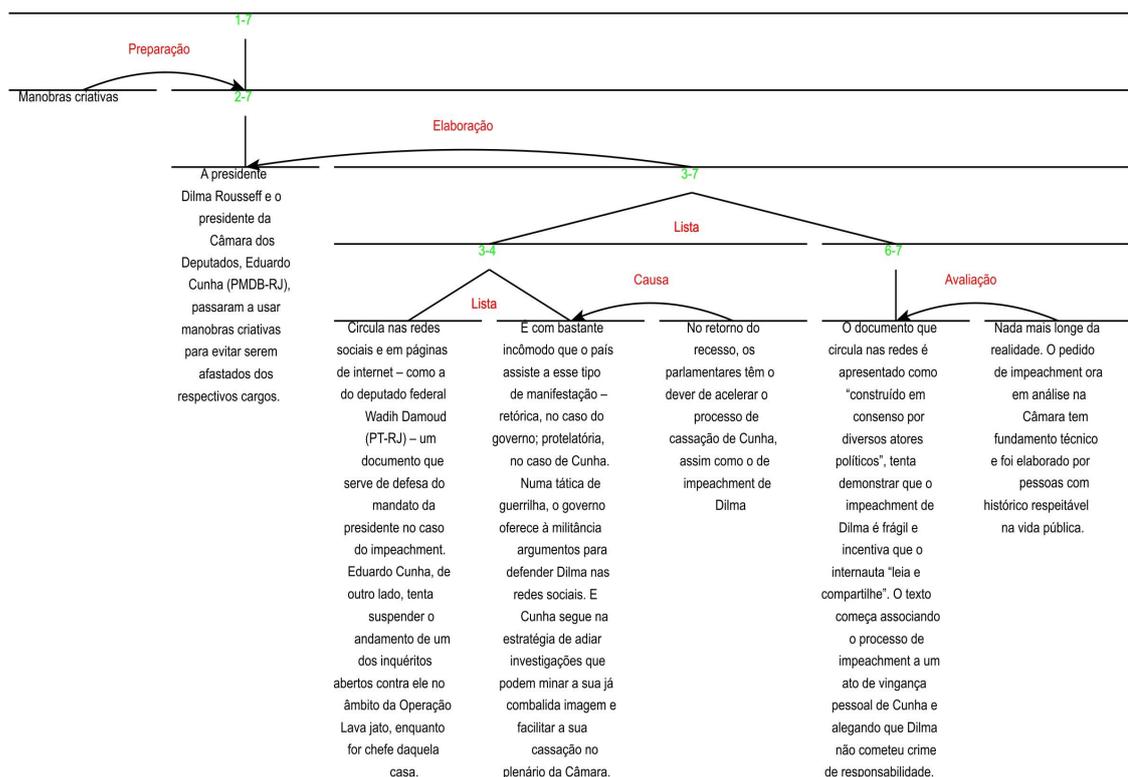


Figura 2: ED 1

Segundo foi exposto, além das possíveis contribuições para a área dos Estudos Linguísticos que se dedica à organização textual e com a descrição dos diferentes gêneros, esta pesquisa se justifica também pela necessidade de materiais que auxiliem os estudos dos

gêneros da esfera jornalística, visto que a maioria das bibliografias existentes nessa área, de forma geral, estuda a cobertura de um determinado tema e os aspectos formais do gênero editorial sem que se atente à estrutura da língua e que possibilite uma evidência maior de seu relacionamento com a coerência textual, como esclarecem as pesquisas pautadas na RST.

Frente a esse cenário e de posse de resultados da análise prévia de editoriais publicados em jornais e revistas, surgem algumas perguntas que motivam o desenvolvimento desta pesquisa:

- Qual é a estrutura retórica do editorial, ou seja, quais são as relações retóricas que se materializam entre as porções textuais, tendo em vista a macroestrutura do texto?
- A forma materializada desse gênero possibilita que o editorial jornalístico cumpra o seu papel argumentativo, isto é, expõe as ideias e opiniões do veículo de comunicação que representa?
- A teoria da RST oferece ou não subsídios satisfatórios para a caracterização do editorial, bem como para a compreensão da coerência textual no que se refere à macroestrutura do texto?

No processo de leitura do *corpus* desta tese, observa-se que a UC dos editoriais, ou seja, a cláusula que melhor expressa a ideia do tema/o ponto principal do texto não se desenvolve no primeiro parágrafo, como se pressupõe a produção de gêneros jornalísticos/opinativos. Diante desse quadro, estabelece-se mais uma das perguntas que esta tese busca responder: A UC se posiciona em qual porção textual da superestrutura dos editoriais?

Ao longo do processo de segmentação no programa RSTTool, constata-se que as funções textual-discursivas se realizam por meio das orações hipotáticas adverbiais na microestrutura do gênero editorial, verificando o emprego de determinadas orações hipotáticas em detrimento de outras e suas contribuições para o entendimento da organização da microestrutura do editorial.

Defende-se o princípio de que o uso da hipotaxe adverbial é uma estratégia para a organização dos editoriais, visto que pode focalizar a intenção comunicativa dos editorialistas. Diante dessa perspectiva, a hipótese da pesquisa é que não só as funções textual-discursivas das orações adverbiais, mas também as relações retóricas que se

desenvolvem a partir delas, corroboram a construção do processo argumentativo do gênero editorial.

Dessa forma, o objetivo geral desta tese é identificar as relações retóricas que se materializam em editoriais divulgados em veículos de comunicação diversificados como revistas e jornais e suas contribuições para o entendimento da superestrutura, da macroestrutura e da microestrutura desse gênero.

Na sequência, há a exposição dos objetivos específicos do estudo da organização textual do gênero editorial:

1. Identificar as relações implícitas encontradas nos textos, apontando-as com exemplos;
2. Observar a posição das UCs da superestrutura dos editoriais;
3. Verificar o tipo de proposições relacionais predominantes e se há relação entre essas proposições e a argumentatividade do texto;
4. Analisar as relações retóricas empregadas na construção do gênero editorial, desde a macroestrutura à microestrutura;
5. Além de verificar as relações implícitas, pretende-se descrever as relações gramaticalmente e lexicalmente sinalizadas e as marcas formais que contribuem para a identificação de cada tipo de relação.

1.5 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho se organiza em cinco etapas. O capítulo inicial da tese expõe o estado da arte, que traz as motivações para o desenvolvimento da pesquisa, apresentando as principais pesquisas desenvolvidas em relação ao gênero editorial e as pesquisas que se embasam nos pressupostos defendidos pela Teoria da Estrutura Retórica do Texto. Encontram-se, ainda, as hipóteses, o objetivo geral, os objetivos específicos e a apresentação da parte organizacional do trabalho.

O segundo capítulo se dedica à fundamentação teórica acerca das principais abordagens funcionalistas e acerca dos pressupostos teóricos defendidos pela Teoria da Estrutura Retórica (RST). Apresentam-se, ainda, discussões pertinentes sobre a articulação de orações e as funções textual-discursivas da hipotaxe adverbial. Faz-se também, nessa seção,

uma abordagem a respeito do gênero editorial e aos aspectos voltados à superestrutura, à macroestrutura e à microestrutura em diferentes unidades textuais.

No terceiro capítulo, é exposta a metodologia empregada ao longo da pesquisa. Nessa etapa, há a marcação da natureza da pesquisa, a descrição do *corpus* e os procedimentos que são empregados durante a análise.

Já, no quarto capítulo, estão expostos os dados de análise e suas devidas descrições. No processo de análise, são estudados 25 editoriais divulgados em jornais e revistas no período de 1/1/2016 e 31/8/2016, focalizando o contexto político no Brasil.

Como fechamento do trabalho, há a exposição geral sobre a tese, os resultados obtidos com a pesquisa do gênero editorial em contexto político e as possíveis contribuições da pesquisa para os estudos linguísticos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A LINGUA[GEM] E OS ESTUDOS FUNCIONALISTAS

A tese está filiada diretamente ao paradigma funcionalista. Nesta seção do trabalho, são expostos alguns conceitos que abarcam a visão funcionalista sobre língua[gem]. O objetivo não é esgotar todas as teorias que estão postas sob esse rótulo, mas trazer um panorama geral dessa visão da linguagem.

De acordo com Martelotta (2009), o funcionalismo se origina na Escola de Praga, especificamente do Círculo de Praga, fundado pelo linguista Vilém Mathiesen, em 1926, destacando-se como principais representantes Nicolaj, Trubetzkoy e Roman Jakobson. Esses linguistas se posicionam contrários ao ponto de vista saussuriano, não só em relação à sincronia e à diacronia, como também em relação à noção de homogeneidade do sistema linguístico. O termo funcional é uma contribuição desse Círculo, tendo em vista que estabelece os fundamentos teóricos básicos do funcionalismo e das análises que levam em consideração os componentes discursivos e os pragmáticos.

Para Martelotta (2009), o modelo funcionalista de análise linguística se caracteriza por duas propostas básicas: as funções, que são desempenhadas pela língua e externas ao sistema linguístico, e a influência direta ou indireta das funções externas na organização interna do sistema linguístico.

A partir das propostas dos teóricos da Escola Linguística de Praga, desenvolvem-se várias correntes denominadas funcionalistas, como a Gramática Funcional de linha holandesa (GF) de Simon Dik (1989); a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008); a Gramática Sistemico-Funcional (GSF) de Halliday (1985) e a Teoria da Estrutura Retórica (RST), desenvolvida no âmbito do grupo denominado como funcionalismo da Costa-Oeste dos EUA e da Gramática Sistemico-Funcional (GSF) de Halliday (ANTONIO, 2009).

O funcionalismo trata a língua como instrumento de comunicação, sua gramática não se limita ao nível da sentença, mas aborda aspectos da estrutura e da função do todo do discurso, levando em consideração a sua produção e a sua recepção. Fica evidenciado, assim, que apenas uma descrição estrutural de uma sentença não é suficiente para compreender o som e a significação de uma expressão linguística.

Defende-se, portanto, o conceito de que a compreensão integralizada de uma sentença depende de aspectos como a referência ao falante, ao ouvinte e, principalmente, aos papéis sociais e históricos que esses indivíduos representam em uma situação interacional. Com esse quadro, pode-se dizer que a gramática funcional se preocupa com a competência comunicativa, ou seja, com a capacidade que o produtor/receptor tem de codificar e decodificar sentenças e também a faculdade que esse indivíduo tem de interpretar e de usar essas sentenças em suas práticas sociais.

Na perspectiva funcionalista, a língua não é apenas um processo investigativo que transpõe a estrutura gramatical, porém também é um instrumento social, isto é,

a interação é constituída do significado e reveladora das relações historicamente marcadas entre o linguístico e o social, [...] também que a relação da linguagem com o social estaria simplesmente refletida na apropriação do sistema linguístico, criando uma identidade. Mas uma vez concedido um lugar ao sujeito e à situação de enunciação nos estudos da linguagem, há um deslocamento da concepção do sistema linguístico, que pode também ser visto como um sistema em estruturação (MATÊNCIO, 2005, p. 49).

À luz dessa teoria, compreende-se que há uma relação bastante estreita entre sintaxe, semântica e pragmática, uma vez que a situação enunciativa é elaborada a partir de uma necessidade semântica, objetivando veicular uma ideia, a qual se encontra inserida em uma construção sintática que, na maioria das vezes, pressupõe um sujeito que utiliza a linguagem com propósito comunicativo.

Ao se abordar a descrição da língua em uso, de língua em função, pontua-se que “a consideração das estruturas linguísticas se pauta pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos que expressam as funções a que serve a linguagem (NEVES, 2012, p. 50-51).

Segundo Neves (2006, p. 16-17), são conceitos básicos de uma gramática de cunho funcionalista:

- 1- A linguagem não é concebida como um fenômeno isolado, mas como um fenômeno constituinte de diferentes propósitos (PRIDEAUX, 1987). Linguagem motivada por forças externas ou internas que advém de direções e natureza distintas, buscando um equilíbrio para a forma de gramática;

- 2- A língua (e sua gramática) não pode ser descrita ou exposta como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995), que é influenciado por fatores externos de ativação: apesar de o sistema linguístico ser constituído por uma certa arbitrariedade, esse é motivado por fatores externos (ou outros tipos);
- 3- As formas e os processos da língua (gramática) são os meios para um fim, não um fim em si mesmos (HALLIDAY, 1994);

Nesses princípios, está marcada a importância das motivações de uso e das necessidades comunicativas.

Ao se estudar a língua, priorizando análises de seu funcionamento em contextos sociais de interação, Dik (1989) concebe a língua como um instrumento de interação social que está pautado em uma atividade estruturada e cooperativa, ou seja, quando se elabora um texto, seja ele oral ou escrito, o produtor obedece a regras, a normas e a convenções. Sendo assim, a cooperação se manifesta, tendo em vista a necessidade de mais de um participante para que o produtor atinja suas intenções comunicativas. Esse funcionamento é exposto no esquema a seguir, proposto por Dik (1989, p.8).

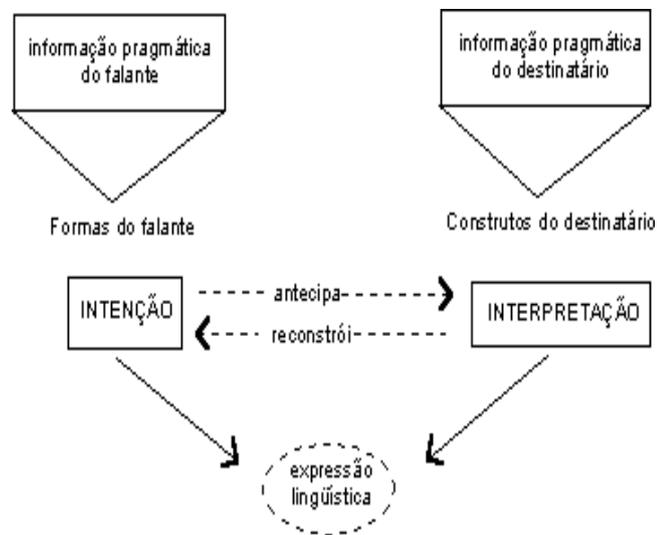


Figura 3 - Modelo de interação verbal

O modelo de interação verbal defendido por Dik (1989) traz à cena a determinação cognitivo-perceptiva da atribuição de sentido na interação linguística: ao se pensar de forma esquemática, pode-se dizer que há, em cada situação, a determinação ativa (do emissor) ou a determinação passiva (do receptor). Nesse modelo, constata-se que os participantes do ato

interativo ocupam um lugar de destaque e que essa determinação cognitivo-perceptiva contribui significativamente na produção de sentido discurso-textual que, no período contemporâneo, está vinculada à pragmática.

Como se pode verificar, o modelo de interação verbal de Dik (1989) parte do princípio, em sua gramática (GF), de que a sintaxe, a semântica e a pragmática não podem ser concebidas de forma autônoma. Dessa forma, a proposta de Dik (2009) se baseia na concepção de que a língua deve ser analisada a partir do contexto comunicativo em que se desenvolve.

Seguindo ainda os princípios dessa perspectiva, outra colaboração aos estudos de base funcionalista se desenvolve a partir dos trabalhos de Hengeveld, o qual propõe uma ampliação dos estudos da Gramática Funcional de Dik (1989), incorporando o componente discursivo à gramática e desenvolvendo, então, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

De acordo com Mackenzie (1992), a Gramática Funcional parte do princípio de que há uma correspondência entre a instrumentalidade do uso da língua e seu sistema estrutural. Em outros termos, a Gramática Funcional se propõe a estudar as regularidades nas línguas, demonstrando como essas regularidades são recorrentes em diferentes situações nas quais os indivíduos fazem uso da língua. Frente a esse quadro, pode-se defender a ideia de que essa gramática ocupa, assim,

uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. Isso não equivale a dizer que gramática funcional é uma espécie de guarda-chuva, protegendo todos os tipos de trabalho, tanto gramaticais quanto pragmáticos, ao contrário, afirma Mackenzie, há uma tradição coerente da gramática funcional, ligando explicitamente construções linguísticas a constelações pragmáticas (NEVES, 1994, p. 113).

Quanto à proposta da Gramática Discursivo Funcional (GDF), a teoria focaliza análises de unidades textuais menores, iguais ou maiores que a oração, em um modelo de organização descendente (*Top down*). Nessa abordagem, parte-se do princípio de que a comunicação interpessoal se materializa por meio de discursos, e não de orações isoladas. Assim, mostra-se fundamental aos estudos promovidos pelos autores da GDF para o funcionalismo.

Já a Gramática Sistêmico-funcional (GSF), desenvolvida por Halliday a partir de 1960, concebe que a língua é um sistema em que os usuários realizam escolhas que produzem

significados, o que se configura como uma ação (NEVES, 2004). Pode-se dizer, então, que o primeiro objetivo da linguagem é a produção de significado, que se efetua a partir das escolhas dos usuários de uma língua ou de outro sistema semiótico. Tais escolhas são influenciadas pelos diferentes contextos sociais de uso de língua e pelos contextos culturais nos quais os usuários se constituem.

Nessa abordagem funcionalista, Halliday (1994) estabelece a união entre o sistêmico e o funcional. O primeiro propõe como categoria central o sistema, o qual se constitui como um conjunto de opções linguísticas que estão disponibilizadas em um determinado contexto social, “proposto como uma estrutura (uma rede sistêmica geral e inespecífica) dentro da qual a gramática de qualquer língua natural pode ser descrita” (NEVES, 2010, p. 74). No sentido mais geral, afirma-se que a estrutura simplesmente determina os tipos de informação que a gramática incluirá e o modo como tais informações se estabelecerão. Na visão funcional, a gramática tem como objetivo central a função, direcionando diretamente ao modo como a língua é empregada

com relevância para as determinações sociais de toda espécie que levam às escolhas plenas de significado, entre as opções disponíveis para o falante. Já nisso ela se une às gramáticas sistêmicas em geral, cujo modelo possibilita especialmente descobrir o modo como as formas de uma língua, ou de uma variedade de língua, podem ser relacionadas com suas funções sociais (NEVES, 2010, p. 75).

A GSF é orientada para um trabalho com o texto, com embasamento no trabalho de Malinowski (1923) acerca dos textos em seu ambiente cultural, bem como as concepções de Firth de que os construtos teóricos necessitam estar relacionados aos dados textuais. No conceito de Firth, o sistema é visto como um paradigma funcional, o qual é constituído por uma série de estruturas sistêmicas e cada uma dessas está associada às escolhas realizadas pelos indivíduos em diversificadas situações comunicativas.

Malinowski (1923) tem como princípio que a língua não é uma entidade fechada em si, mas que é dependente da sociedade que a utiliza. A proposta de estudo é de que toda língua se articula em resposta a demandas específicas de uma dada sociedade. Além desses aspectos, o uso da linguagem se associa diretamente ao contexto. Não se faz referência apenas ao contexto (imediate), que também é foco dos estudos de Malinowski (1923), mas a um contexto de situação (geral) “conceito ligado à noção de que o significado não deriva de uma passiva contemplação do mundo, mas de uma análise de suas funções, com referência a um

dada cultura” (NEVES, 2010, p. 80). Na visão de Malinowski (1923), o enunciado e a situação se desenvolvem sobrepostos um no outro, sendo impossível compreender as palavras fora do contexto de situação.

Essa proposta de viés funcionalista é constituída de um caráter sociocultural que se resolve, segundo Neves (2010), a partir das seguintes metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. A primeira função se refere aos recursos gramaticais empregados para construir as experiências entre os membros da sociedade, sejam elas relacionadas ao mundo real ou subjetivo. A metafunção interpessoal, por sua vez, contempla todos os usos da língua que podem expressar as relações pessoais e sociais, incluindo as intervenções que os membros podem realizar durante o processo comunicativo. Já a metafunção textual possibilita ao indivíduo (falante ou escritor) produzir um texto e a seu interlocutor (ouvinte ou leitor) distinguir um texto de um conjunto de frases. As três metafunções se complementam, auxiliando diretamente na compreensão da unidade textual.

De acordo com Neves (2010),

Se só a primeira tem uma denominação que revele esse caráter social (função interpessoal), entretanto, também as outras duas (ideacional e textual, respectivamente) denunciam a inserção social da proposta. Do mesmo modo, são as três funções, conjuntamente, que determinam a estrutura gramatical, que será um composto no qual a própria linha melódica terá sua derivação fincada em cada uma delas (NEVES, 2010, p. 83).

Neves (2010) desenvolve uma comparação entre contexto de situação e contexto de cultura, estabelecendo a associação de contexto de situação com registro e de contexto de cultura com gênero. Nessa perspectiva, parte-se do princípio de que esses contextos são realizados pela linguagem. Eggins (1994) defende que tal processo seja mediado pela elaboração do registro, estando o gênero e o registro intimamente relacionados: o registro demarca a ligação entre o texto e o seu microcontexto, e o gênero demarca a ligação entre o texto e seu macrocontexto.

Na escola funcionalista de Sidney, os gêneros são concebidos como tipos de organização (simbólica) de texto, em especial na metafunção (a textual), que é justamente a que contribui para a organização dos significados ideacionais e interacionais em textos coerentes, e no contexto de uso (modo), aspecto definido posteriormente.

Segundo os conceitos de Neves (2010), o texto nasce configurado em um gênero:

Em vista de um propósito, nesse contexto teórico funcional, há um propósito social (sem comprometimento com a arte de bem dizer, seja poética seja retórica). Lembre-se que, na Escola Funcionalista de Sidney, o gênero se liga explicitamente a “uma atividade esquematicamente estruturada, organizada e orientada para um propósito” (NEVES, 2010, p. 84-85).

É importante ressaltar, ainda, a noção de contexto: a produção (o texto) encontra-se em uma situação (contexto) em que se instaura o discurso. De acordo com Halliday e Hasan (1976), a caracterização do contexto situacional é determinante para a predição das propriedades que constituem um determinado texto. Dessa forma, constata-se que a GSF propõe a relação entre a linguagem e os seus contextos sociais de uso.

Frente a esse quadro, os modelos funcionalistas desenvolvem estudos que têm em comum sobre a linguagem não só a integração dos componentes linguísticos, mas também o fato de reconhecer que as análises levam em conta o discurso em seu uso efetivo, na situação comunicativa. Dentre as várias teorias funcionalistas, escolheu-se para dar suporte a esta pesquisa a Teoria da Estrutura Retórica, que é abordada na próxima seção.

2.2 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA (RST- *RHETORICAL STRUCTURE THEORY*)

A RST (Rhetorical Structure Theory) se desenvolveu após anos de pesquisas realizadas no Instituto de Ciências da Informação da Universidade da Califórnia (Information Sciences Institute - University of South Califórnia), em 1983; tendo como principal objetivo desenvolver uma teoria da organização textual com a finalidade de gerar textos automaticamente. O foco inicial dessa pesquisa era que os resultados poderiam fornecer subsídios teóricos para a elaboração de programas de computadores, porém os objetivos se expandiram, dedicando-se à organização do discurso e também aos seus diferentes usos.

No decorrer dos estudos, o texto pôde ser visualizado como meio de comunicação, possibilitando, então, que os esforços se direcionassem para o desenvolvimento de uma teoria da estrutura do texto que poderia ser base não só como ferramenta analítica, mas também como ferramenta para a geração de texto. A RST disponibiliza uma estrutura para a descrição das relações retóricas entre as partes de um texto.

De acordo com Mann e Thompson (1987), a RST estuda a combinação de orações e a coerência textual a partir da organização textual. Nessa perspectiva, várias pesquisas fazem o uso da RST como aporte teórico-metodológico na área dos Estudos Linguísticos. Mann e Thompson (1988) defendem que o emprego bem-sucedido da RST valida seus pressupostos, visto que essa teoria fornece subsídios para a descrição das relações entre cláusulas¹ e entre porções de um texto, podendo estar marcadas ou não. Isso significa que as relações que emergem entre os textos podem estar implícitas, isto é, podem ou não ser marcadas por conectores. Decat (1993) faz a descrição das relações implícitas na cláusula “Leite com manga, morre!”, na qual se constatam relações de sentido bastantes evidentes entre as porções textuais, ou seja, ainda que não existam conectivos ou verbos que sinalizam a relação hipotática entre as duas orações, identifica-se uma relação de condição entre as ideias “Caso beba leite com manga, você pode morrer”.

¹ “O termo cláusula é tomado para designar tanto a oração que a gramática tradicional convencionou denominar período simples (constituído pelo verbo e/ou verbo e seus argumentos) com base em um critério sintático, quanto relações de natureza mais complexa que, extrapolando o nível estrutural, se desdobram em traços semânticos, pragmáticos e discursivos”. (BARBIERI, 2010, p. 39).

Essas relações implícitas, que são identificadas pelo conteúdo semântico e pragmático das orações, recebem o nome de *proposições relacionais*. Em uma análise que se embasa na RST, a informação semântica que constitui as proposições relacionais é fundamental. Nesse sentido, “importa o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação” (DECAT, 2001, p. 128). Nesse sentido, para a RST, a marca lexical ou gramatical não importa, mas sim as relações implícitas que ocorrem entre as porções do texto. Na RST, Segundo Mann, Matthiessen & Thompson (1992), as relações não são identificadas por meio de quaisquer formas específicas nas quais estão representadas. A maioria dessas relações (mas não todas) pode ser acessível ao leitor por conectivos, e todas as relações podem ser expostas de outras formas, como totalmente implícitas.

Na perspectiva de Mann & Thompson (1987), as proposições relacionais permeiam todo o texto, contribuindo para o desenvolvimento da coerência textual, e as definições das relações estão fundamentadas em critérios funcionais e semânticos. Esses pesquisadores defendem que as relações estabelecidas pela RST podem estar presentes não só na microestrutura do texto (entre orações ou cláusulas), mas também na macroestrutura do texto (porções maiores de texto). Segundo Van Dijk (1992), a macroestrutura traz à tona a informação semântica global do texto, ao passo que a microestrutura aponta as conexões em sentenças adjacentes. Algumas relações emergem na microestrutura na maioria das situações, enquanto outras emergem na macroestrutura do texto, havendo, também, as relações que emergem tanto na macroestrutura quanto na microestrutura.

A RST é uma teoria que se preocupa com as descrições estruturais do texto e suas funções, podendo prever muito sobre o seu caráter ou efeito. Os estudos efetuados por Mann, Matthiessen e Thompson (1989) evidenciam uma série de pressupostos subjacentes à RST:

- 1- Organização: os textos são constituídos em partes funcionalmente significativas. Isso significa dizer que as combinações entre as partes menores colaboram para o desenvolvimento das partes maiores que formam os parágrafos e a unidade global do texto;
- 2- A unidade e a coerência: a unidade é reconhecida como texto a partir da junção que se estabelece entre as porções menores que formam os parágrafos e a unidade global do texto;
- 3- A unidade e a coerência se desenvolvem da função imputada: o texto é concebido a partir da unidade e da coerência, tendo em vista que todas as suas partes contribuem para o único propósito do autor, isto é, o desenvolvimento de um único

efeito;

- 4- Hierarquia: os textos são organizados por padrões de adjacência ou cadeias intimamente relacionadas entre cláusulas ou proposições semânticas;
- 5- Homogeneidade da hierarquia: na estrutura relacional, a RST assume a homogeneidade, defendendo o princípio de que há um conjunto de padrões estruturais na organização de um texto. Padrões esses que são variáveis dependendo da maior ou menor escala. Segundo Mann, Matthiessen e Thompson (1989), a organização relacional não varia de escala, mas as escalas variam de frequência, dependendo do gênero e de outras influências;
- 6- Composição relacional: no texto denominado multisentencial, o padrão estrutural é relacional, isto é, há um conjunto de relações que é recorrente entre os pares textuais que contribuem para a união dessas partes, formando, assim, as partes maiores. Os padrões estruturais podem ser de categorias constituintes (análogas aos mecanismos, gramaticais) ou padrões estruturais semânticos. A RST não defende que toda estruturação é relacional, mas também não nega que a estrutura relacional exclui a semântica e que todos os padrões se baseiam em pares simples. O ponto central dessa teoria é de que os padrões relacionais são dominantes.
- 7- Assimetria de relações: a relação de estruturação de texto mais comum é a classe assimétrica, denominada de relações núcleo-satélite pela RST. Na classe assimétrica, um dos pares que constitui o texto é mais central (núcleo) e outro é mais periférico (o satélite). Outro aspecto significativo é que a parte do texto nominada como núcleo está relacionada a outros núcleos, ocupando funções semelhantes.
- 8- Natureza das relações: as relações estruturais de texto são funcionais, pois podem ser concebidas a partir dos efeitos que produzem. Essas relações podem ser descritas, em termos de propósitos do produtor do texto, dos conceitos que o produtor constrói sobre o leitor e dos padrões proposicionais sobre a temática do texto. É a partir dessa perspectiva que a RST é retórica. Apesar de a RST identificar a natureza das relações estruturais de texto como funcionais, não estabelece nenhuma função específica. A descoberta das relações e suas funções é, efetivamente, uma questão de plausibilidade.
- 9- O número de relações: inicialmente, pode-se afirmar que o conjunto de relações estruturantes de texto é aberto, tendo em vista que podem surgir novas relações que não são mencionadas. É importante que se compreenda que a criação de novas

relações não se desenvolve com frequência, prevalecendo um conjunto de relações altamente recorrentes que se adaptam a um determinado gênero textual e/ou cultura.

Para a elaboração dessa teoria, os pesquisadores Mann, Matthiessen e Thompson (1989) analisaram mais de 400 textos, observando aspectos tanto na organização interna dos parágrafos como também na organização entre os parágrafos, o que suscitou uma lista de vinte e quatro a trinta relações, que se expandiram na contemporaneidade para trinta e quatro relações, podendo ser empregadas satisfatoriamente na análise de diferentes gêneros e/ou tipos textuais. Como se pode constatar, essa listagem não representa um rol fechado, podendo se expandir de acordo com a necessidade. A lista integral com a definição das relações retóricas pode ser visualizada no website da RST: <http://www.sfu.ca/rst/index.html>. Esse site é uma compilação de uma série de recursos, incluindo a descrição da teoria, a definição das relações, as análises publicadas, as referências bibliográficas, entre outros.

Como já especificado no pressuposto 7 - *Assimetria das Relações* -, por Mann, Matthiessen e Thompson (1992), existem as relações núcleo-satélite, nas uma porção de texto é mais central e outra é mais periférica. De acordo com Taboada e Mann (2005), a porção denominada núcleo contém a base da informação e apresenta de forma explícita o propósito do produtor do texto, o que se justifica como a porção mais significativa do texto. A porção do satélite, por outro lado, é constituída por informações adicionais e, na maioria das vezes, que não são compreendidas sem a presença do núcleo. Esses elementos linguísticos são considerados as unidades mínimas de análise em um texto.

Esse quadro demonstra que há esquemas padronizados da RST, os quais indicam os tipos de relação núcleo-satélite e determinam as relações retóricas que emergem no texto, expressando as intenções do produtor por meio de suas escolhas. Quando a relação se estabelece entre um núcleo e um satélite, essa é chamada mononuclear (como mostrado na figura 4), tendo em vista que há uma porção de texto mais central para os propósitos do produtor e que se relaciona a outra porção de texto, o satélite. Por outro lado, quando uma relação se estabelece entre dois segmentos de estatuto semelhante, ela é denominada multinuclear (como mostrado na figura 5).

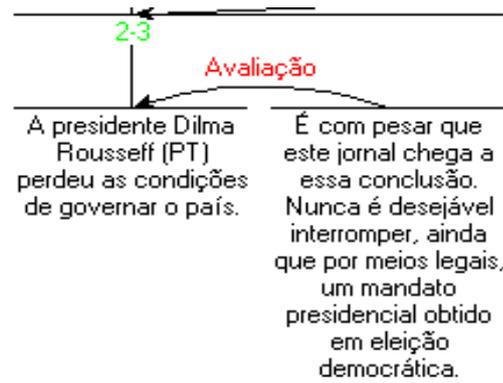


Figura 4: relação núcleo-satélite de avaliação

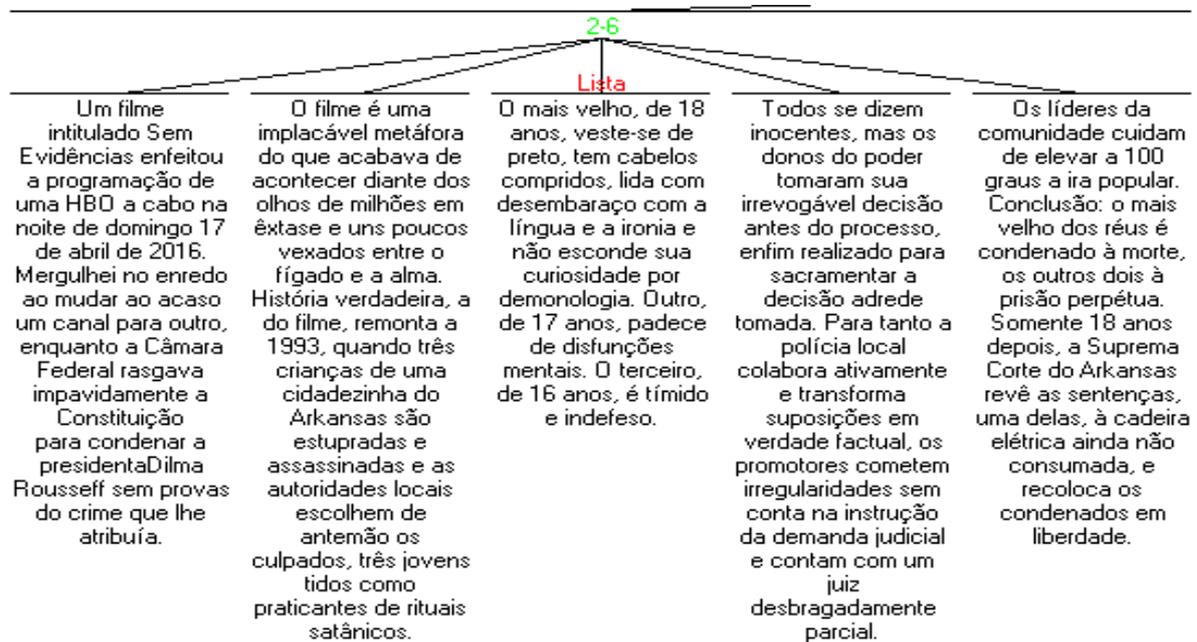


Figura 5: relação multinuclear de lista

Como se constata na figura 4, o núcleo é a porção textual mais central para os propósitos do autor, já o satélite traz o conteúdo secundário, por meio do qual produtor do texto avalia a informação nuclear. Segundo Carlson e Marcu (2001, p. 57), “Uma avaliação pode ser uma estimativa, uma avaliação referente a valor, uma interpretação ou avaliação interpretativo-valorativa da situação”. Em caráter exemplificativo, a relação de avaliação é descrita pela RST da seguinte forma:

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Avaliação	Nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva do autor face a N	O destinatário reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído

Quadro 1: Definição da relação de Avaliação (CARLSON; MARCU, 2001).

Também há a possibilidade de classificar as relações de acordo com sua natureza em apresentação e conteúdo:

- As relações de apresentação: antítese, concessão, elaboração, evidência, fundo, justificação, motivação, preparação, resumo e reformulação;
- No primeiro nível, o objetivo é fornecer subsídio para que o leitor aja/creia/aceite o fato que lhe é exposto. No segundo nível, há uma exposição do tema que deve ser reconhecido pelo leitor.

Também é importante que se faça uma descrição das siglas que se apresentam nos quadros. O *N* se refere ao núcleo; o *S* ao satélite; *A* ao autor – escritor/falante; e *L* ao leitor – ouvinte. Para que o quadro exponha definições sucintas, em diversos momentos, *N* e *S* correspondem às situações apresentadas por *N* e *S*; *N* e *S* não correspondem ao *N* ou *S* em nenhuma situação. O termo “situação” se refere a proposições ou crenças, ações – concretizadas ou não, ao desejo de realizar uma ação e à permissão para que outrem realize uma ação. O termo “atitude positiva” tem como objetivo expressar as crenças, aprovação de ideia, vontade de agir e aprovação para que um outro indivíduo aja. Todos esses elementos são compreendidos com conotação positiva. Os termos “atitude positiva”, “crença” e “plausível” são constituintes de uma escala.

Mann e Thompson (1988) defendem que as relações retóricas são definidas a partir de quatro princípios:

1. Restrições sobre o núcleo;
2. Restrições sobre o satélite;
3. Restrições sobre a combinação entre núcleo e satélite;
4. O efeito pretendido pelo falante ao utilizar a relação.

Seguem os exemplos de definição das relações núcleo-satélite e das relações multinucleares:

Relação núcleo-satélite			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Conclusão	Em S: S é um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada em N	Em N + S: S apresenta uma declaração final que envolve a situação apresentada em N	O destinatário reconhece que S é uma declaração final a respeito de N

Quadro 2: Definição da relação de Conclusão (CARLSON; MARCU, 2001).

Relação multinuclear		
Relação Retórica	Condições em cada par de Núcleo	Efeito pretendido pelo Autor
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista.	O ouvinte/leitor reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados.

Quadro 3: Definição da relação de lista (MANN & TABOADA, 2010).

De acordo com Mann, Matthiessen e Thompson (1992), existem alguns procedimentos que devem ser realizados em uma análise que faz uso da RST. Inicialmente, o texto deve ser segmentado em unidades. Na abordagem da RST, as unidades de análise são constituídas por uma integridade funcional, um exemplo são as cláusulas. Para que se compreenda melhor esse conceito, Taboada e Habel (2013) defendem que, na RST, os textos são conjuntos coerentes formados de “peças” que se ligam por relações retóricas. Essas peças são as cláusulas: duas cláusulas podem estar em uma relação e, como uma unidade, podem constituir parte de uma outra relação com outra unidade textual. Essas unidades são denominadas porções, e essas podem ser atômicas (uma cláusula ou uma frase), ou compostas de outras porções. Nesse sentido, Taboada (2009) defende que o texto pode ser construído de forma recursiva, ou seja, as unidades menores podem compor parte de unidades maiores.

Outro procedimento é identificar as relações entre as porções textuais, trabalhando de cima para baixo, no modelo *top down*. Mais uma vez, para determinar qual relação se estabelece entre as porções textuais, deve-se observar se a definição da relação se aplica de maneira plausível. As porções nucleares são representados por linhas verticais que se ligam aos satélites, segundo já foi apresentado figura 4. Nas relações multinucleares, por sua vez, as porções textuais estão expostas no mesmo nível e relacionadas pelas mesmas linhas, como

visualizado na figura 5. Cabe ressaltar que, segundo Mann, Matthiessen e Thompson (1992), os esquemas são somente uma convenção icônica para apresentar como as unidades e as relações são agrupadas. Para exemplificar essa hierarquia entre as relações, segue o diagrama de um dos editoriais constituintes do *corpus* na figura 6 (que será analisado posteriormente).

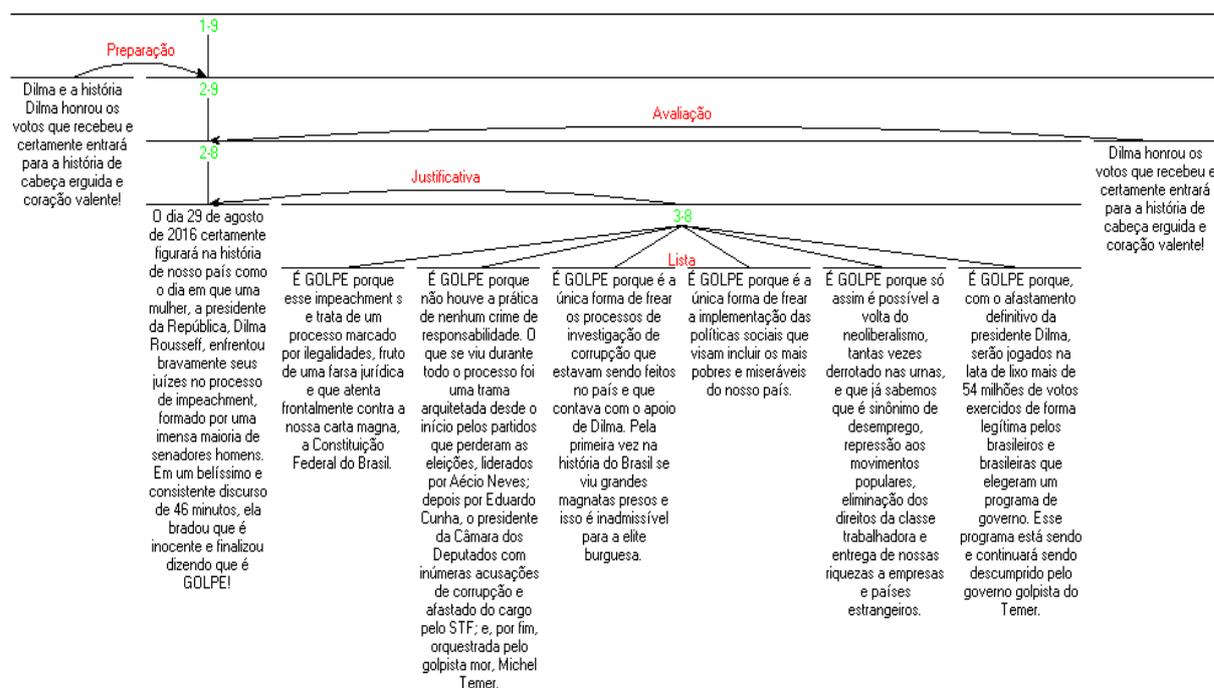


Figura 6: Relações hierárquicas do editorial

Observa-se, na figura 6, que o diagrama se organiza no modelo *top down*, focalizando a macroestrutural textual do gênero editorial.

O analista do texto, ao elaborar um estudo com base na RST, tem acesso ao texto, a alguns conhecimentos do contexto em que foi produzido e compartilha algumas concepções culturais sobre o produtor do texto e dos seus possíveis leitores, todavia não tem certeza dos julgamentos do produtor e dos seus leitores sobre as situações expostas. Essas situações são analisadas em termos de sua plausibilidade, uma vez que, no campo do efeito, o analista julga o efeito que o produtor deseja exercer sobre seus leitores.

Na prática, pode-se dizer que os julgamentos são subjetivos, visto que são realizados por seres humanos que se comunicam, levando-se em consideração a cultura, a sociedade e a sua linguagem. Esse tipo de julgamento foi aplicado à RST (e também a outras teorias que trabalham com a função da linguagem). Dessa forma, a RST propicia uma descrição funcional do texto, contribuindo para a compreensão do processo comunicativo.

Em síntese, na RST, o processo de análise se pauta em um método estruturado, o qual define/explica os elementos que intervêm na compreensão do texto. O analista, nessa perspectiva, é um observador das duas unidades – núcleo e satélite -, tendo como objetivo compreender a unidade textual. Cabe destacar, ainda, que o observador não tem a obrigatoriedade de descrever uma função estrutural para cada elemento textual. É importante enfatizar que os pressupostos descritos na RST podem ser empregados para analisar um número expressivo de tipos de gêneros, pois há a atribuição de um papel estrutural a todos os elementos constituintes de um texto. Em alguns casos, o analista pode encontrar mais de uma análise possível.

É válido ressaltar, ainda, que os critérios empregados na análise do gênero editorial se referem a julgamentos funcionais e a semânticos que objetivam marcar a função de cada porção textual, bem como constatar o efeito que o texto produz em seu receptor.

Como se verifica, a descrição das relações que emergem entre as orações é determinada por meio da intenção comunicativa do enunciador e da avaliação que esse faz do enunciatário. Ao se analisar a atuação da função textual-discursiva das orações adverbiais, identifica-se o encontro com os estudos da RST, tendo em vista que essa perspectiva tem seu embasamento na vertente funcionalista que não só prioriza a língua em uso, mas também tem o texto como objeto de análise. Na próxima seção da tese, serão expostos os conceitos referentes à articulação de orações na perspectiva tradicional e na perspectiva funcionalista e às funções textual-discursivas da hipotaxe adverbial.

2.3 ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Na perspectiva tradicional, de acordo com Bechara (2009), a articulação entre as orações é estudada a partir da classificação denominada período composto, isto é, quando é constituída por duas ou mais sentenças. O período composto, na abordagem da Gramática Tradicional (doravante GT), articula-se por meio de dois processos sintáticos: a coordenação e a subordinação. O primeiro processo se realiza quando há uma independência sintática entre as orações, ou seja, ambas contêm em si todas as funções de que necessitam para se constituírem por si só unidades do discurso. O segundo processo, isto é, a subordinação ocorre quando existe uma dependência sintática entre as orações.

As orações subordinadas, um dos focos desta pesquisa, mais especificamente as adverbiais que desempenham função sintática de adjunto adverbial, são classificadas pela GT de acordo com os conectivos que as introduzem como: (a1) causais, (a2) concessivas, (a3) condicionais, (a4) conformativas, (a5) comparativas, (a6) consecutivas, (a7) finais, (a8) temporais e (a9) proporcionais. Seguem alguns exemplos das orações subordinadas adverbiais retiradas de Bechara (2009):

(a1) “Deitei-me ontem mais cedo, não porque tivesse sono, mas porque precisava de me levantar hoje de madrugada” [RV.1, 274] (BECHARA, 2009, p. 238).

(a2) “Ainda que perdoemos aos maus, a ordem moral não lhes perdoa, e castiga a nossa indulgência” [MM] (BECHARA, 2009, p. 238).

(a3) “Ela não sabe [se terá sido aprovada]” (BECHARA, 2009, p. 274).

(a4) “Tranquilei-a como pude” [MA.1, 174] (BECHARA, 2009, p. 274).

(a5) “E moviam os lábios, como se tentassem falar” [AH.1, 26] (BECHARA, 2009, p. 238).

(a6) “Os povos exigem tanto dos seus validos, que estes em breve tempo se enfadam e os atraioam” [MM] (BECHARA, 2009, p. 274).

(a7) “Os maus são exaltados para serem felizes, para que caiam do mais alto e sejam esmagados [MM] (BECHARA, 2009, p. 239).

(a8) “Toca sempre a sineta, quando terminam as aulas” (BECHARA, 2009, p. 405).

(a9) “À medida que a idade chega, a nossa experiência aumenta” (BECHARA, 2009, p. 412)”.

No modelo do complexo de orações de Halliday (1985), existem duas dimensões para a interpretação dos elementos de um complexo: o sistema tático ou de interdependência e o sistema de relações lógico-semânticas. O complexo de orações é entendido por Halliday como uma sequência de orações ligadas estruturalmente.

O sistema tático se articula a partir de dois tipos de interdependência: a parataxe e a hipotaxe. Na primeira situação, a relação se realiza entre elementos de mesmo estatuto, sem que um dependa do outro. Na segunda situação, o estatuto dos elementos não é igual, ou seja, um elemento modifica o outro, sendo o modificador dependente do modificado.

O sistema de relações lógico-semânticas se refere à relação entre os processos e pode ser estabelecido por expansão ou por projeção. A expansão emerge de três formas: (1) elaboração – uma oração pode expandir a outra reafirmando seu conteúdo; (2) extensão – uma oração pode expandir a outra acrescentando um novo elemento; (3) realce – uma oração pode expandir a outra qualificando seu conteúdo com traços circunstanciais de causa, de condição, de lugar, de modo, de tempo. A projeção, por sua vez, ocorre quando uma oração se projeta sobre a outra, funcionando como representação da própria representação linguística.

Somado a esses conceitos, Halliday (1985) estabelece um mecanismo denominado integração ou encaixamento, em que uma oração funciona como elemento constituinte da estrutura de outra oração.

No quadro a seguir, expõe-se uma correlação do modelo de complexo de orações proposto por Halliday com a classificação tradicional das orações.

Correlação entre as categorias da gramática tradicional e o <i>complexing</i> de Halliday	Resultado da correlação	Exemplo
Combinação da elaboração com a parataxe	Coordenadas assindéticas (justapostas)	Cheguei em casa, vi televisão. (Pezatti e LonghinThomazi, 2008, p. 868)
Combinação da elaboração com a hipotaxe	Orações adjetivas explicativas	Iracema, que é um romance, foi escrita por José Alencar. (Bechara, 1983, p. 228)
Combinação da extensão com a	Coordenadas sindéticas (aditivas,	Entenderam, mas não gostaram, né? (Pezatti e

parataxe	alternativas etc.)	LonghinThomazi, 2008, p. 867)
Combinação da extensão com a hipotaxe	Hipotáticas de adição	Além de perder o casamento, ela teve de passar a semana no hospital. (Halliday, 1985, p. 209).
Combinação entre realce e parataxe	Coordenação entre orações, mas com traços circunstanciais geralmente indicados por conjunções ou locuções conjuntivas.	Vou bem. Mas você vai mal. (Neves, 2000, p. 758)
Combinação entre realce e hipotaxe	Orações conhecidas tradicionalmente como “adverbiais”. A oração dependente expressa noções de tempo, espaço, modo, causa, condição, introduzidas por preposições, conjunções ou locuções conjuntivas hipotáticas.	Quando os moradores chegarem, levarão um susto. (Neves, 2000, p. 787)
Combinação de projeção e parataxe	Discurso direto (ou citação).	- Teria dormido comigo, se eu pedisse. - E o senhor nunca pediu? - Não. - E ela era bonita? (Neves, 2000, p. 746)
Combinação de projeção com hipotaxe	Discurso indireto	Isso pensa ele, porque acabou de cumprir o ritual seco e mecânico que chama de: “amar”. (Neves, 2000, p. 818)
Encaixamento	(a) subordinadas substantivas (b) subordinadas adjetivas restritivas	(a) É bom que estudes. (Bechara, 1983, p. 225) (b) A desgraça que humilha a uns exalta o orgulho de outros. (Bechara, 1983, p. 228)

Quadro 4 – Correlações entre as categorias da gramática tradicional e o *complexing* de Halliday (RÚBIO, 2011, p. 29 e 30).

Hobold (2017) defende o pressuposto de que a oração subordinada é constituída por uma relação assimétrica, em que a oração subordinada é parte da oração principal. A oração coordenada, por outro lado, é simétrica, ou seja, ela não é parte da oração com a qual se relaciona.

De acordo com Neves (2010), um estudo funcionalista concebe a organização dos enunciados a partir dos componentes sintático², semântico³ e pragmático⁴. Na perspectiva da

² O componente sintático elemento gramatical responsável por todas as possibilidades de formação de sentença como: sujeito, objeto, complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto e vocativo.

³ O componente semântico é o sistema das regras que se define a partir dos elementos constituintes do componente sintático como: agente, meta, beneficiário, etc.

autora, a abordagem funcionalista questiona a divisão entre as tradicionais categorias subordinação e coordenação. A autora defende, ainda, que, no bloco constituído de construções complexas, o termo subordinação não pode ser definido apenas como designador de construções em que uma oração exerce função sintática em outra (NEVES, 2010, p. 229).

Frente a esse quadro, a preocupação em descrever a relação entre as orações no nível do discurso⁵, segundo Decat (2001), tem conduzido pesquisadores a não empregarem o termo “subordinação”, propondo o estudo da combinação ou articulação de orações. Para a autora, a sintaxe no discurso, e não em sentenças isoladas, pode trazer subsídios que auxiliem na compreensão a respeito da estruturação do discurso, fazendo uso desse aspecto que contribui efetivamente para a organização discursiva coerente e coesiva, que é a hipotaxe (DECAT, 2001, p.109).

Nesta pesquisa, um dos aspectos que pode contribuir para a organização do gênero editorial é a hipotaxe adverbial (situação apontada nos objetivos específicos da tese). Em uma perspectiva funcionalista, são analisadas as relações adverbiais que emergem da combinação das cláusulas e as funções textual-discursivas a que elas se prestam na microestrutura do gênero editorial, embasando-se nos pressupostos defendidos por Decat (2001).

Essa autora afirma, ainda, que as orações adverbiais parecem formalmente dependentes, entretanto são constituídas por uma independência organizacional. Ao se pensar em termos pragmáticos, todo enunciado é dependente, visto que é necessário um contexto para a sua interpretação. Essa dependência pragmática é, pois, estabelecida a partir do contexto e das relações que ocorrem nele por meio das proposições.

Para Decat (2001), a hipotaxe adverbial é um tipo de articulação de cláusulas, importante se verificar como as cláusulas adverbiais, por formarem a porção periférica na relação núcleo-satélite, ligam-se em termos de posição em relação à porção nuclear. Essa autora defende o princípio de que as adverbiais são opções organizacionais (ou de

⁴ O componente pragmático estuda a linguagem em relação ao ato de falar, ao conhecimento do mundo e ao uso de falantes e às circunstâncias da comunicação, levando-se em considerações questões como: tópico, foco, tema e rema.

⁵ O termo discurso é concebido, nesta tese, seguindo os princípios de Decat (1995), em que todo e qualquer produto da atividade de linguagem que se materializa em uma situação real de comunicação. Nessa perspectiva, pode-se pensar em um discurso narrativo, discurso dissertativo, discurso escrito, discurso acadêmico, discurso oral, etc. Em uma perspectiva mais restrita, o discurso será concebido como “uma unidade maior de mensagem”, como articulado por Givón (1984; 137), em que a organização ultrapassa o nível da sentença ou do período.

planejamento do discurso ou opções de uso), que se associam com a maneira como o produtor/o falante transmite as proposições implícitas e relaciona as explícitas. Conseqüentemente, a posição da cláusula adverbial servirá de subsídio esclarecedor das relações entre as estruturas articuladas.

Decat (2001) ainda ressalta que “a ordem dos elementos em uma relação núcleo-satélite não só depende do tipo de proposição relacional que emerge dessa combinação, mas também – e, em certos casos, principalmente – está sujeita à função discursiva da cláusula adverbial” (DECAT, 2001, p. 140).

Em contribuição aos estudos funcionalistas acerca da articulação de orações, Hopper e Traugott (1993) propõem uma organização tripartida para a combinação das orações:

- a) Parataxe – independência relativa entre as cláusulas, em que o vínculo das orações depende apenas do sentido, ou seja, é constituído por dependência semântica;
- b) Hipotaxe – interdependência entre as cláusulas, sendo uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas margens, as quais não se estabelecem sozinhas no discurso, já que são relativamente dependentes;
- c) Subordinação: dependência total entre as cláusulas em relação ao núcleo.

Esse *continuum* pode ser organizado por combinações de traços como + ou – encaixada, conforme se pode verificar no quadro a seguir, proposto por Hopper e Traugott (1993).

PARATAXE >	HIPOTAXE >	SUBORDINAÇÃO
- dependente	+ dependente	+ dependente
- encaixada	- encaixada	+ encaixada

Quadro 5: Relações de dependência e encaixamento (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170).

Observa-se que a subordinação é marcada pela dependência e pelo encaixamento; a parataxe se caracteriza pela não dependência e pelo não encaixamento; e a hipotaxe se distingue pela dependência e pelo não encaixamento sintático. Ao se estabelecer esses princípios, há uma redefinição da terminologia entre as tradicionais subordinadas e coordenadas.

Constata-se, assim, que a subordinação descrita pela gramática tradicional se diferencia da subordinação e da hipotaxe na perspectiva funcionalista, a qual concebe que a

oração subordinada se realiza a partir de um encaixamento sintático em outra oração, já na hipotaxe não se desenvolve o encaixamento ou a dependência, mas uma interdependência.

Decat (2001) afirma que não há um fenômeno único de subordinação e que há tipos distintos de interdependência entre as cláusulas em um texto. Thompson e Haiman (1984) estabelecem as distinções entre as cláusulas que se integram estruturalmente em outras (que a dependência está associada a fatos da língua, sendo determinada pela escolha do item lexical), há também as cláusulas que não desempenham essas funções, e que representam opções organizacionais para o usuário da língua para a elaboração de seu discurso. Surge, assim, dentro do que se denomina subordinação, a distinção entre as estruturas de encaixamento e as estruturas de subordinação. Na primeira abordagem, estão enquadradas as cláusulas-complemento e as adjetivas restritivas. Na segunda situação, estão enquadradas as cláusulas independentes, Thompson (1984) também insere as cláusulas adverbiais (desde que não sejam argumento do verbo), termo as participais, as adjetivas não restritivas (ou apositivas). Essa autora emprega o subordinação apenas para se referir às estruturas do primeiro tipo, voltando-se as cláusulas adverbiais.

Ao fazer uma retomada dos conceitos de Thompson e Haiman (1984) a respeito da subordinação, Matthiessen e Thompson (1988) se dedicam à articulação das cláusulas por hipotaxe, pesquisando especificamente a combinação de cláusulas que não é, de forma explícita, coordenativa, e também não é um caso de encaixamento. Para esses autores, a gramática de articulação de cláusulas reproduz a organização do discurso, em que as partes se relacionam para constituir o todo, compreendido como um conjunto, diferente do todo constituído pelo encaixamento. A partir do conceito de que o discurso é coerente, Matthiessen e Thompson (1988) buscam fundamentos para uma base discursiva da hipotaxe. Com o objetivo de descrever o fator responsável pela coerência textual, independentemente da existência de relações de organização que emergem entre as partes constituintes (essas relações são fundamentais para que o usuário atinja seus propósitos). Esses autores propõem um conjunto de relações que envolvem as cláusulas não-encaixadas, enquadrando-se em dois tipos: relação núcleo-satélite e relação listagem. Essas relações são definidas em termos de porções textuais que realizam objetivos centrais ou subsidiários do produtor textual. Matthiessen e Thompson (1988) buscam relacionar a hipotaxe à própria estruturação do discurso.

Dentre as relações que emergem por meio da hipotaxe, Halliday (1985) destaca especialmente a denominada hipotaxe de realce (*enhancement*) ou embelezamento. Concebe-se, assim, que a hipotaxe de realce é um fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar, ou expandir, a informação contida na outra cláusula, o que representa efetivamente a função das relações circunstanciais. Nesse sentido, a cláusula de realce evidencia o significado de outra, qualificando-a com referência à causa, condição, lugar, tempo e modo. De acordo com Halliday, a junção entre “realce” + “hipotaxe” dá origem ao que se denomina cláusula adverbial (nos termos de Matthiessen e Thompson (1988) e outros pesquisadores já mencionados), opção de organização discursiva.

A partir dessa apresentação da abordagem dos processos de articulação de orações sob a perspectiva tradicional e a perspectiva funcionalista, desenvolve-se, na próxima seção, um breve estudo acerca das funções textual-discursivas da hipotaxe adverbial.

2.3.1 AS FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DA HIPOTAXE ADVERBIAL E A MICROESTRUTURA

Em seu trabalho *A articulação hipotática no português em uso*, Maria Beatriz Nascimento Decat aborda a questão da ordem núcleo-satélite, pontuando uma possível liberdade na posição das cláusulas adverbiais, ainda que os discursos privilegiem, de modo distinto, a anteposição ou a posposição. Nesse sentido, um elemento que determina a mobilidade das cláusulas adverbiais decorre das proposições relacionais inferidas das articulações das cláusulas. Em outros termos, a pesquisadora constatou que algumas dessas proposições se associam a uma determinada ordem de sequência núcleo-satélite. Segundo ela, em algumas situações, nem mesmo o reconhecimento dessas proposições foi significativo para esclarecer a ocorrência no início ou no final de uma cláusula hipotática.

Decat (2001) defende a hipotaxe ⁶ como tipo de articulação de cláusulas, representando a organização do discurso, e a cláusula hipotática como uma opção organizacional ou de planejamento textual. Para essa autora, torna-se importante identificar a que tipo de função textual-discursiva uma cláusula adverbial está servindo ao se relacionar com uma outra porção textual do discurso. Compreende-se, assim, que a posição, e também outros aspectos estruturais dependem das funções textual-discursivas, dependendo dos objetivos a serem atingidos no processo comunicativo. Depreende-se, então, que

a posição da cláusula hipotática pode ser determinada iconicamente, nos termos de Haiman (1983). Sendo assim, é através de uma análise que leve em conta o nível supra-sentencial que se poderá verificar se a cláusula adverbial está construindo um realce, especificando, emoldurando a informação dada em outra porção de discursivo, ou, por outro lado, se ela tem funções de conexão discursiva (DECAT. 2001. p. 150).

Um dos recursos de que a linguagem dispõe para salientar argumentos é o mecanismo contraste figura-fundo, apontado por Givón (1979). As cláusulas adverbiais que desempenham função de satélite tradicionalmente são empregadas como o fundo, como moldura, trazendo à tona a informação para a compreensão da porção nuclear.

⁶ Hipotaxe adverbial está sendo caracterizada a partir de um critério nocional, como a relação semântica que exerce entre o satélite (representado pela cláusula adverbial) e o núcleo.

Na pesquisa desenvolvida por Decat (2001), constatou-se que a hipotaxe adverbial ocorreu na posição final quando formando o fundo (backgrounding). Esse fato se realiza independente dessa cláusula estar ou não integrada a uma “cláusula matriz”, o que caracteriza a “hipotaxe pura” nas palavras de Lakoff (1984). A hipotaxe adverbial traz informações que situam um evento/asserção circunstancial como no exemplo: “agradecemos a breve estadia e saímos a tecer comentários sobre os últimos fatos, **assim que a tempestade passou**” (DECAT. 2001. p. 151).

Para Decat (2001), o processo de combinação de oração não se dá obrigatoriamente entre cláusulas adjacentes. Em algumas situações, uma cláusula adverbial se relaciona com outra anteposta em uma fase bem anterior no texto ou com um discurso subsequente, funcionando como “guia” ou “guidepost” para o leitor/ouvinte. Ao abordar o termo “guidepost”, Chafe (1984) aponta que as ocorrências, expressando a proposição relacional de tempo, funcionam como uma orientação para o material seguinte, ou como um guia para a atenção do receptor. No *corpus* pesquisado por Decat (2001), essas estruturas emergem tradicionalmente no início, como na cláusula temporal a seguir: “**Ao voltar de um trabalho no Rio** resolvo procurar meu ginecologista pois estava com a menstruação atrasada e não me sentia bem” (DECAT. 2001. p. 154).

Outro papel que a hipotaxe adverbial pode desempenhar em um texto, segundo Decat (2001), é a função tópica, servindo de ponto de partida para a estruturação da informação. Seguindo essa proposta, concebe-se que a adverbial, ao se desenvolver no início, na combinação entre as porções textuais, serve à função tópica. Pode dizer, ainda, que é o ponto de partida para a estruturação da informação expressa na porção nuclear.

No tópico, Chafe (1976) reconhece a função contrastiva, a qual pode ser explicada por meio da ocorrência de cláusulas condicionais preferencialmente antepostas no *corpus* analisado por Decat (2001). Como exemplificação de cláusulas com esse tipo de proposição relacional, seguem as sentenças “**aí se eu aumentava um pouco** alargava um pouquinho esse critério” e “**Se este movimento de afirmação fosse considerado como uma reação em defesa do já conseguido**, é possível contextualizar esses dois eventos” (DECAT. 2001. p. 159).

Na concepção dessa autora, não só as cláusulas condicionais desempenham essa função tópica, mas também outros tipos de proposições relacionais podem determinar a ocorrência de cláusulas adverbiais no início e com função de tópico, como motivo e tempo,

entre outras: **“Já que estabelecemos os pontos essenciais dos dois projetos**, salientaremos abaixo outras ideias significativas do pensamento educacional de ambos” e **“Enquanto as ciências sociais e humanas tornam-se ciência da educação**, importa reconhecê-lo, sem preconceitos, elas confirmam, desenvolvem e sugerem até mesmo os ideais de ruptura que se vão delineando dentro das correntes pedagógicas mais inovadoras” (DECAT. 2001. p. 159 e p.160).

Decat (2001) afirma que outra evidencia da função tópica da cláusula adverbial se materializa quando essa se encontra anteposta, fazendo parte de um tópico maior, como se pode verificar na estrutura seguinte: **“e a gente às vezes quando ia corrigir prova de vestibular...a gente notava que muitas vezes o aluno...ele... (...) normalmente ele respondia com uma linguagem... com...”** (DECAT. 2001. p. 160).

Constata-se, assim, que marcar uma cláusula adverbial como tópico é esclarecer o seu papel de coesão discursiva, ou seja,

como decorrente da organização e da perspectiva do discurso. Assim, uma cláusula adverbial – exercendo a função de fundo que a caracteriza – pode, ou não, ser alvo de destaque e passar a funcionar como tópico. O fundo dará conta de sua função referencial e avaliativa, e a “topicalização” manifestará a sua função discursiva. Logo, uma cláusula adverbial que funciona como “fundo”, não tem de ter necessariamente a função “tópico”, ela pode ser “guia”, “ponte” e “retomada” (DECAT. 2001. p. 160).

Na concepção de Decat (2001), ao se pensar nos aspectos pragmáticos, o produtor pode desconsiderar a posição de uma oração ao atribuir foco a uma outra porção textual. Nessa perspectiva, a hipotaxe adverbial pode sugerir uma forma de avaliação por parte do produtor sobre o que está expresso na porção nuclear, principalmente quando está posposta ao núcleo. Esse fato se realiza com as relações hipotáticas de motivo, principalmente quando exprimem “razão”, não para o evento, mas para o emissor, como na cláusula: **“Eu queria que tivesse viva, porque eu não convivia...Bem...com a ideia de que...alguma coisa morta tava dentro de mim...”** (DECAT. 2001. p. 153).

Diante desse quadro, torna-se explicável a grande frequência de causais pospostas, tendo em vista que essas desempenham uma função avaliadora das cláusulas adverbiais. No exemplo anterior, a cláusula em destaque se refere à “razão” (motivo) do produtor textual, e não efetivamente ao evento da cláusula adjacente ou de outra parte do discurso.

Ao abordar a hipotaxe adverbial concessiva, Decat (2001) compreende que essa é constituída por uma natureza contrastiva, o que deveria conduzir a uma anteposição, todavia a ocorrência no final se impõe, tendo em vista que a primeira funcionalidade dessa cláusula é fornecer uma moldura para a informação que precede.

A posposição de cláusulas hipotáticas adverbiais como decorrência da necessidade de realçar/emoldurar faz que algumas ocorrências se assemelhem (ou sejam) a “adendo” (afterthoughts), como se pode constatar na cláusula concessiva: “então eh eh...ai nós começamos a trabalhar e formamos dois subgrupos...não é? Fundamentos I e fundamentos II..**embora minha ambição no projeto inicial... era de fazer um bom trabalho... das das áreas de de to/que integrasse todas as disciplinas de formação específica... no curso normal...**” (DECAT. 2001. p. 152).

Neves (2000) também defende que as funções discursivas da hipotaxe adverbial contribuem para o processo da argumentatividade do texto, evidenciando que a posição das construções concessivas obedece aos propósitos comunicativos. Segundo essa autora, ao se levar em consideração os aspectos pragmáticos, nos empregos de orações concessivas, o produtor/falante pressupõe uma objeção à sua asserção, prevalecendo a sua asserção. Assim, nas concessivas, há uma hipótese de oposição por parte do interlocutor (NEVES, 2000. p. 874). Na perspectiva dessa autora, as concessivas antepostas trazem informação mais conhecida do interlocutor, ou seja, essas orações ocupam também uma posição mais tópica.

Nesse sentido, Neves (2000) remete à proposta de posição adotada por Givón (1995), em que a hipotaxe, quando posposta à oração-núcleo, codifica informação nova. Para Givón (1995), os efeitos da posição da oração do tipo adverbial em relação à porção nuclear – anteposta, intercalada, posposta – se enquadram no domínio pragmático-discursivo, desempenhando a função de ponte de transição. Seguindo a proposta de Givón (1990), toda oração se materializa a partir de algum tipo de dependência semântico-pragmática e gramatical, levando em conta o contexto imediato em que se desenvolve. Um exemplo de ponte de transição está na seguinte construção: “São propostas bastante ingê, **embora elas sejam bem estruturadas bem coerentes dentro delas mesmas ... né?... elas tem uma uma como que incoerência enTERna em relação ao sistema**” (DECAT. 2001. p. 153).

Uma outra função textual apontada por Thompson (1985) é a oração adverbial de propósito anteposta, que tem como função apresentar um problema e criar uma expectativa de solução. Para essa autora, a oração principal pode ser interpretada por meio de uma corrente

de expectativa, a qual se constitui dos seguintes traços: o ambiente de veiculação do texto e o conhecimento que o leitor traz sobre ele, criando um conjunto de expectativas; inserido no conjunto de expectativas, há um problema, não só porque pode se identificar com os intuitos dos participantes, mas também pode ter seus próprios objetivos; a oração de propósito traz o problema e apresenta também algumas expectativas sobre a possível solução.

Como um dos objetivos específicos da tese é analisar as funções textual-discursivas na microestrutura dos editoriais que constituem *o corpus*. Faz-se significativa, então, uma abordagem sobre a microestrutura. De acordo com Fávero (2003), a coesão textual é marcada na microestrutura do texto, partindo do conceito de que as proposições relacionais podem ser ligadas por meio de mecanismos linguísticos – explícitos e implícitos – que têm como função conduzir os sentidos dessas expressões que emergem na superfície textual.

De acordo com Silva (2009), a composição de um texto se dá por meio de uma linearidade entre as unidades lexicais, frases e períodos, confirmando, assim, o conceito já exposto de que o texto não é apenas um agrupamento de unidades lexicais ou frases. Para que a junção entre esses três componentes se configure como um texto, faz-se necessária uma atribuição de sentidos às proposições formativas e ao todo global do texto.

Na concepção de Kintsch e Van Dijk (1978), a microestrutura - fio condutor de um texto – refere-se à coesão de elementos e segmentos entre as proposições, isto é, a microestrutura é constituída pelas divergências de ideias que se desenvolvem uma a uma, conformando-se e estabelecendo relações lineares entre cada proposição e sua antecedente ou sua consequente. Essas proposições são formadas por elementos que constituem o predicado e os argumentos.

Cabe pontuar que a unidade formal de um texto se desenvolve por meio de alguns elementos linguísticos que se encaixam nas seguintes categorias gramaticais: verbos, pronomes, conjunções, advérbios, entre outros. Tais elementos estabelecem “elos” entre as partes textuais.

A abordagem teórica realizada, nesta seção, trouxe um panorama geral das funções textual-discursivas, embasando-se em pesquisadores que já discutiram a temática como: Decat (2001), Neves (2000), Thompson (1985), Givón (1979), Chafe (1976), entre outros. Também foram abordados alguns princípios que norteiam a microestrutura textual, fazendo-se uso dos pressupostos defendidos por Kintsch e Van Dijk (1978), Fávero (2003) e Silva (2009).

Nas duas próximas seções da tese, são abordados alguns conceitos sobre UC, a superestrutura do gênero editorial, os níveis estruturais e a macroestrutura dos editoriais que constituem o *corpus*.

2.3.2 UNIDADE CENTRAL E A SUPERESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL

Como já especificado, um dos objetivos desta pesquisa é identificar a UC na superestrutura do gênero editorial. Optou-se, então, nesta seção, por trazer uma abordagem sobre unidade textual e superestrutura desse gênero. Segundo Iruskieta, Ilarraza e Lersundi (2015), a identificação da UC de um determinado texto é um passo significativo para anotar as relações retóricas, visto que a maior percepção em relação à UC conduz a uma maior percepção das relações retóricas que se ligam a ela.

Para Mann e Thompson (1988), a nuclearidade é o principal organizador central da coerência do texto. Nesse sentido, a identificação da UC focaliza parte mais significativa da informação, ou seja, a porção nuclear se relaciona a todas as outras porções textuais.

O objetivo é identificar ou não um padrão para a ocorrência da UC em 25 editoriais que constituem o *corpus*, discutindo aspectos relacionados aos “desdobramentos da política em 2016 no Brasil”. Os textos selecionados foram veiculados nos seguintes meios de comunicação: *Jornal Gazeta do Povo*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Estadão* e *Jornal Brasil de Fato* e *Revista Carta Capital* entre 1/1/2016 e 31/8/2016.

Os textos foram digitalizados e segmentados em parágrafos, tanto para a identificar a ocorrência da UC na superestrutura quanto para a identificar as relações retóricas que emergem na macroestrutura do gênero editorial (essa abordagem é realizada na próxima seção). Após a segmentação, foi destacada em negrito, dentro dos parágrafos, uma oração que, efetivamente, representa a UC, ou seja, a porção que traz a temática do editorial, conforme pode ser visualizado no anexo B deste trabalho.

A ocorrência da UC é investigada na superestrutura do gênero editorial jornalístico a partir de algumas suposições:

- a) A posição da UC: espera-se que os editoriais iniciem com a apresentação do tema, que é a unidade central;
- b) Elaboração do pano de fundo: espera-se que, em alguns editoriais, o produtor do texto construa uma explanação geral, apresentando a temática posteriormente, seja no desenvolvimento ou na conclusão do texto.
- c) Frequência de substantivos, advérbios e verbos: estima-se que haja uma alta frequência dessas classes de palavras que estão associadas a um possível padrão do gênero editorial jornalístico.

Em relação à superestrutura do gênero editorial, tradicionalmente, prevalece a apresentação do tópico central, que traz o ponto de vista do veículo de comunicação que representa. Depois dessa etapa, são expostos os argumentos que têm como função fazer a reafirmação do tópico já exposto, objetivando convencer os seus interlocutores acerca de uma determinada verdade, ou melhor, da verdade que o articulador textual defende. No fecho geral do gênero, há uma retomada das premissas desenvolvidas ao longo da unidade textual.

Os textos argumentativos têm, por exemplo, as superestruturas marcadas pela presença de silogismo, a distinção de premissas e uma conclusão acerca da temática. Na concepção de Van Eemeren e Grootendorst (1984), o texto argumentativo também é regido pelos seguintes traçados: 1- Abertura; 2-Argumentação; e 3- Conclusão. Uma das observações realizadas pelos autores citados é que a etapa argumentativa se coordena em três fases: a formulação da tese que é defendida, posicionamento ideológico e o suporte com marcações de evidência. Diferentemente, a tipologia narrativa se constitui em cinco princípios básicos: apresentação da situação foco da narrativa, complicação, resolução, avaliação e conclusão (LABOV e WALETSKY, 1967). Essas superestruturas apenas exemplificam a infinidade de possibilidades que se podem encontrar nos diferentes gêneros que circulam nas práticas sociais de uma comunidade de língua escrita e/ou oral.

2.3.3 NÍVEIS ESTRUTURAIS DO GÊNERO EDITORIAL E A MACROESTRUTURA

Para a elaboração dos diagramas que representam graficamente as relações retóricas, faz-se uso do programa RSTTool, o qual tem como finalidade facilitar a diagramação de textos, criando duas listas de relações – núcleo-satélite e multinuclear. O núcleo é representado por linha vertical, à qual se liga o satélite. Por outro lado, se a relação for multinuclear, as porções de texto são dispostas no mesmo nível e ligadas pelas mesmas linhas,

Cabe pontuar, inicialmente, que o processo de identificação das relações entre as porções textuais se desenvolve de cima para baixo no modelo *top down*, o qual pressupõe análises de unidade textuais menores, iguais ou maiores que a oração. Segundo Hengeveld (2004), as decisões nos níveis mais altos de análise determinam e restringem as possibilidades nos níveis mais baixos de análise.

Na análise da macroestrutura do gênero editorial, opta-se por segmentar os textos em parágrafos, pois alguns editoriais do *corpus* são bastante extensos, o que pode dificultar a visualização no programa e, conseqüentemente, a segmentação em orações ou em unidades menores. Para estabelecer as relações que emergem entre as porções textuais, deve-se observar se a definição da relação é aplicável de forma plausível.

No nível mais alto dos diagramas dos editoriais (na 1ª linha em posição horizontal de baixo para cima), defende-se a hipótese de que a maior ocorrência é da relação de preparação, uma vez que todos os editoriais jornalísticos trazem o título e, em algumas situações, até mesmo o subtítulo, o(s) qual(is) desempenha(m) função(ões) de satélite(s), propiciando que os eleitores tenham informações que os auxiliem a compreender a porção nuclear, como se verifica na figura, em que a porção traz uma antecipação sobre os fatos que estão mencionados na porção 2-7.

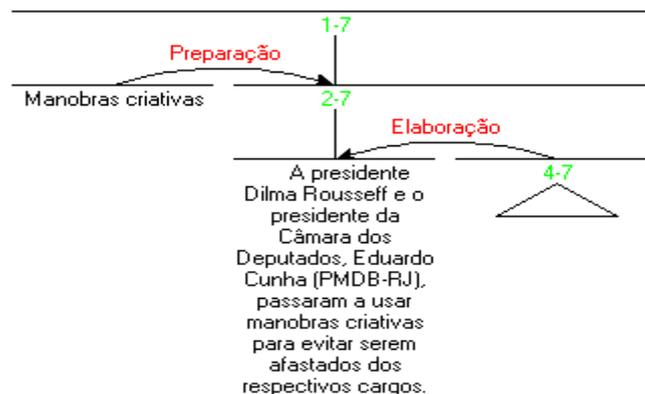


Figura 7: Representação das relações que emergem no 1º nível mais alto dos diagramas dos editoriais

No 2º nível mais alto dos diagramas dos editoriais (na 2ª linha em posição horizontal de baixo para cima), estão as relações retóricas que predominam na macroestrutura, as quais ocorrem possivelmente na fase da conclusão desse gênero. Na figura 8, a seguir, observa-se que a avaliação está presente no 2º nível do diagrama.

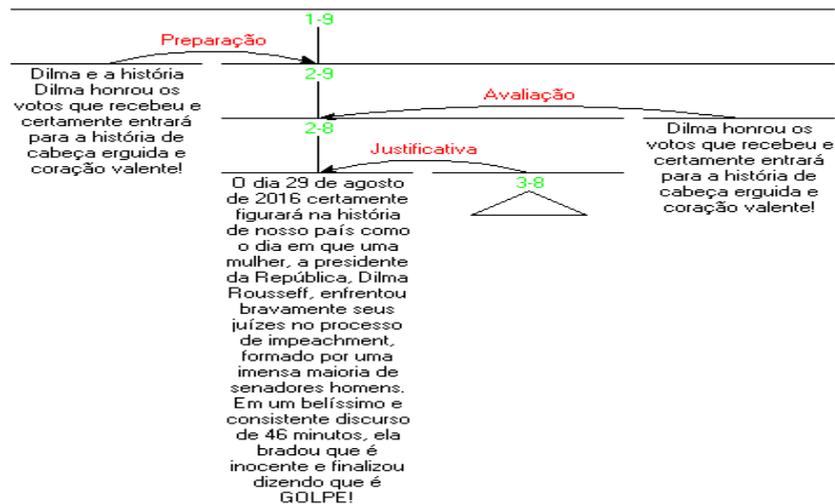


Figura 8: Representação das relações que emergem no 2º nível mais alto dos diagramas dos editoriais

Nos níveis mais altos dos diagramas dos editoriais, 3º, 4º e 5º, respectivamente na 3ª, 4ª e 5ª linha em posição horizontal de baixo para cima, estão dispostas as relações retóricas que ocorrem na macroestrutura dos editoriais exemplificadas na figura 9: evidência - 3º nível do diagrama -; avaliação e justificativa - 4º nível do diagrama -; concessão e solução - 5º nível do diagrama.

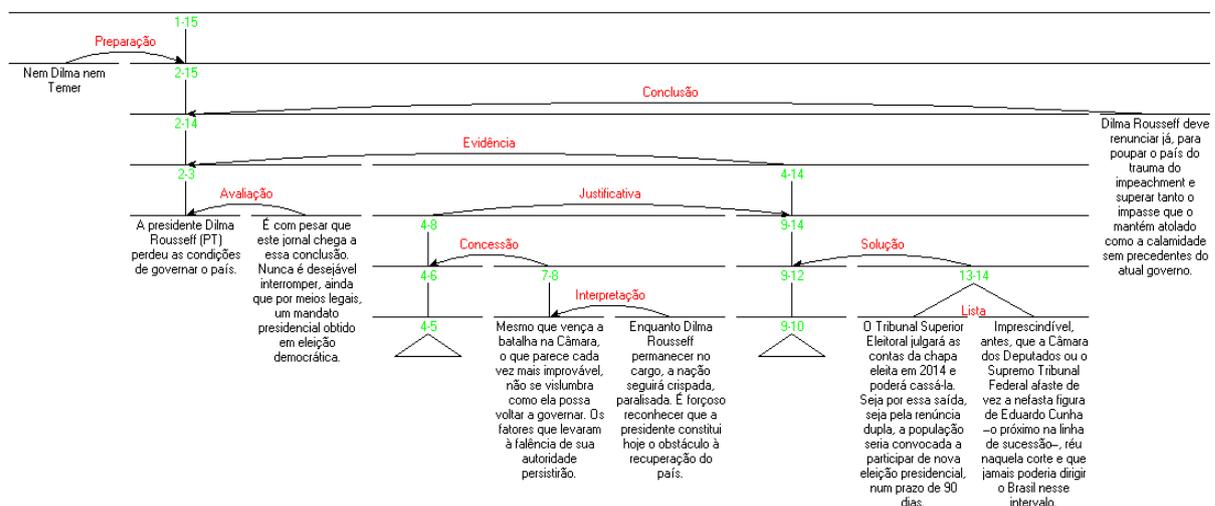


Figura 9: Representação das relações que emergem no 3º, 4º e 5º nível mais alto dos diagramas dos editoriais

Em relação à macroestrutura, constata-se que essa é fundamental para o entendimento da coerência global do texto. Em pesquisas realizadas por Terzi (1995) e Lobato (1993; 1995), a noção de macroestrutura textual é analisada tendo como base a capacidade de compreensão de alunos alfabetizados, do ensino médio e da pós-graduação acerca de um todo textual. Um dos pontos que é evidenciado, nessas pesquisas, é que os sujeitos dos três níveis – leitores – têm dificuldades para entender a macroestrutura textual sinalizada pelo produtor do texto. Diante dessa dificuldade, os leitores reformulam as informações textuais e, muitas vezes, transformam uma macroproposição local em global, causando uma leitura “ineficiente” do texto.

Cabe apontar que um texto pode gerar um número expressivo de macroestrutura de acordo com os seus leitores, sem que haja uma ineficiência na construção dessas macroestruturas. Essas variações devem existir e devem ser legitimadas, pois o leitor também é responsável por reconstruir o que foi sinalizado pelo produtor do texto. Essa diferenciação entre as várias macroestruturas de um texto se justifica, segundo Corrêa (1999),

pela natureza estratégica da construção do tema do texto, influenciada por fatores como: 1) eficiência em leitura dos sujeitos-leitores; 2) os aspectos sociais da construção de sentido do texto (atitudes, crenças, valores, enfim, todo o conhecimento prévio do leitor); 3) os aspectos linguísticos do texto. (CORRÊA, 1999, p. 60).

De acordo com Kintsch e Van Dijk (1978), a macroestrutura é fundamental para que as ideias peculiares – proposições – sejam compreendidas como partes de um todo mais elaborado, como exemplificação de uma concepção mais geral ou mais globalizadora das ideias restantes.

Esta seção objetivou esclarecer os níveis dos diagramas arbóreos, propiciando uma visualização das relações retóricas que emergem em cada um desses níveis, e também abordar alguns aspectos relacionados à macroestrutura textual. Na próxima seção da tese, expõe-se uma revisão teórica sobre as principais particularidades do gênero jornalístico, focalizando, posteriormente, o gênero editorial, que é objeto desta pesquisa.

2.4 O GÊNERO JORNALÍSTICO

Como o editorial é um gênero jornalístico, nesta seção da tese, realiza-se uma reflexão sobre algumas pesquisas relacionadas a esse gênero. Essa abordagem se faz pertinente, pois o objetivo da tese é identificar as relações retóricas que emergem em editoriais jornalísticos.

Um dos pesquisadores que se dedica ao estudo de gêneros jornalísticos é Melo (1985). Esse autor desenvolveu sua pesquisa a partir de gêneros jornalísticos produzidos em outros países, a fim de propor uma classificação nacional. Suas pesquisas resultaram na publicação do livro *A opinião do jornalismo brasileiro*. Essa obra traz uma discussão sobre os gêneros jornalísticos e uma seção específica sobre o gênero editorial. Melo (1985) esclarece que sua classificação dos gêneros jornalísticos obedece aos seguintes aspectos:

[...] o primeiro, agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinantes dos relatos através de que se configuram [...] O segundo critério busca identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos. Não se referido apenas à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura) (MELO, 1985, p. 47-48).

Ao seguir esses aspectos, Melo (1985) propõe a seguinte classificação: gêneros informativos (entrevista, nota, notícia e reportagem) e gêneros opinativos (artigo de opinião, carta, coluna, comentário, crônica, editorial e resenha/crítica). Diante dessa classificação, os textos que constituem a tese classificam-se na categoria de jornalismo opinativo.

Os gêneros opinativos podem empregar, em princípio, recursos concernentes às produções informativas. Espinosa (2002) parte do princípio de que a maioria dos gêneros jornalísticos é complementar a outros gêneros, por exemplo: a notícia, que é informativa por excelência e complementa a reportagem, e os gêneros de opinião, que complementam a informação dada pelo gêneros informativos.

Rocha e Lima (2006) defendem que os gêneros opinativos trazem dados, buscando apresentar a opinião do jornalista e sua posição em relação aos fatos/eventos. O produtor dos gêneros jornalísticos objetiva convencer o seu leitor de que a posição apresentada é a mais adequada ou correta.

Ao pensar sobre a natureza dos produtos jornalísticos, várias distinções precisam ser levadas em consideração com o objetivo de compreender o quão complexa é a atividade que envolve interesses públicos e privados, funcionários e empresas do campo da comunicação, concorrência por audiência e demais disputas simbólicas empreendidas por agentes internos e externos ao campo (BOURDIEU, 2011; SILVA, 2009).

Uma das distinções fundamentais, de acordo com Mont'Alverne (2015), refere-se

aos profissionais, de um lado, e às empresas que atuam no âmbito do Jornalismo, de outro. Mencione-se, por exemplo, que os critérios utilizados para conferir prestígio por parte dos pares e as normas deontológicas de cada um desses agentes e instituições não necessariamente são iguais. Mesmo se considerarmos apenas os profissionais do jornalismo, percebe-se uma variação sensível no que se refere ao grau de liberdade de cada jornalista para emitir opiniões nos jornais. (MONT'ALVERNE, 2015, p. 123).

Outra pesquisadora que estuda os gêneros jornalísticos é Silva (2007), essa autora classifica os gêneros encontrados em jornais e revistas, de acordo com o produtor textual, como: gêneros jornalísticos, gêneros não jornalísticos e aqueles que são de difícil definição. Para o estabelecimento dessa distinção, a autora se baseia no conceito de comunidade discursiva⁷ postulado por Swales (1990).

Segundo Silva (2007), a notícia, o artigo de opinião, o editorial, entre outros, por serem produzidos por profissionais da comunidade discursiva do jornalismo, são denominados gêneros jornalísticos. Por outro lado, gêneros como classificados, horóscopo e receitas são considerados por essa autora como não jornalísticos.

Silva (2007) apresenta um quadro (representado no quadro 6) no qual elenca os diferentes gêneros encontrados nos jornais e nas revistas.

⁷ Segundo COSTA (2012) “Swales (1990) afirma que o conceito de gênero está ligado intimamente ao conceito de comunidade discursiva (CD). O autor comenta ainda a importância de se observar quais critérios definem uma CD, considerando a atividade discursiva relevante para a consolidação desse conceito. Na proposta de 1990, Swales considera o reconhecimento dos propósitos comunicativos comuns e partilhados como principal critério de classificação de uma CD.” ;(COSTAS, 2012, p. 128).

Jornais	Revistas
Artigos ou ensaios; Balancetes de empresas; Boletim meteorológico; Carta ao leitor; Chamada; Charge; Classificados; Crônica; Dicas de livros, filmes, moda, etc; Edital; Editorial; Entrevista; Errata; Horóscopo; Indicadores econômicos; Índice; Nota de falecimento/obituário; Notícia ou reportagem; Ombudsmam; Palavras cruzadas; Perfil; Roteiro/programação televisiva; Programa; Receita culinária; Resenha/crítica (literária, de cinema, esportiva, culinária); Resumo de livro; Sinopse de filme; Teste; Texto-legenda; Textos informativos/úteis; Tira/histórias em quadrinhos.	Artigos ou ensaios; Carta ao leitor; Carta do leitor; Chamada; Charge; Crônica; Dicas de livros, filmes; Editorial; Entrevista; Indicadores econômicos; Índice; Propaganda; Resenha/crítica (literária, de cinema); Resumo de livro; Sinopse de filme; Teste; Texto-legenda; Textos informativos/úteis.

Quadro 6: Gêneros encontrados nos jornais e nas revistas (VIEIRA, 2009, p. 61).

O quadro anterior demonstra que o gênero editorial pode ser encontrado tanto nos jornais quanto nas revistas, enquadrando-se como gênero jornalístico opinativo, como já mencionado. Na próxima seção, são abordadas as especificidades do gênero editorial, retomando as definições de Melo (1985) sobre esse gênero, bem como as de outros autores que se concebem como pertinentes ao estudo proposto pela tese.

2.4.1 O GÊNERO EDITORIAL

O editorial é um gênero bastante investigado por diversos pesquisadores não só na área dos estudos linguísticos, mas também na área do jornalismo. Na perspectiva de Vieira (2009), os estudos sobre esse gênero estão mais pautados em editoriais veiculados em jornais, relegando os editoriais de revista a um segundo plano. Desse modo, esta tese investiga a estrutura retórica de editoriais em jornais impressos, online e revistas de circulação nacional, possibilitando, assim, a percepção do uso de relações retóricas semelhantes e/ou distintas nos diferentes suportes.

Como já especificado, Melo (1985) dedica uma seção específica à reflexão do editorial. O autor inicialmente traz a definição de que

o editorial é um gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão do momento. Todavia, a sua natureza de porta voz da instituição jornalística precisa ser melhor compreendida e delimitada (MELO, 1985, p. 79).

Ao se analisar a definição do gênero editorial, percebe-se que Melo (1985) estabelece algumas reflexões que possibilitam a compreensão do que influencia a elaboração do editorial, pois esse autor destaca que o gênero se configura como uma teia de articulações políticas por meio do qual a empresa busca um equilíbrio semântico para compreender e conciliar os distintos interesses que perpassam a sua operação cotidiana.

O editorial se configura mais nitidamente como um espaço para o jornal “fazer política” e pressionar o poder público, além de ser uma maneira de colocar temas na pauta coletiva de discussões (ARMAÑANZAS, NOCÍ, 1996; AZEVEDO, 2006; MELO, 1985). Assim, o editorial atua não somente ao formatar traços da imagem pública – por exemplo, de agentes do campo político (BOURDIEU, 2011) –, mas também ao oferecer elementos que conformam a imagem do próprio jornal.

É no gênero editorial que o jornal e a revista – de forma explícita – saem de uma condição de imparcialidade e assumem ter posições a respeito das mais diversas temáticas de concernência pública, isto é, por meio do editorial é que:

o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da

empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. O editorial é a voz do jornal, sua tribuna (BELTRÃO, 1980, p. 51-52).

Frente a esse quadro, torna-se perceptível que o gênero editorial está intrinsecamente relacionado aos princípios defendidos por esse periódico, os quais são as bases fundamentais que marcam a ideologias, os conteúdos jornalísticos e a atividade empresarial da publicação. Beltrão (1980) compreende que a política editorial não é arbitrária, ou seja, ela está pautada em aspectos éticos e em normas práticas, não sendo estabelecida por questões comerciais.

Segundo as definições de Melo (1985), a discussão sobre a quem se dirige a argumentação do editorial é uma tarefa complexa. Ao final de sua definição, o autor entende que o editorial é direcionado a uma coletividade, visto que os integrantes das instituições financeiras que contribuem com o jornal e os representantes do Estado pertencem à sociedade.

Melo (1895) traça os quatro atributos específicos do editorial, que estão apresentados no quadro 2, elaborados por Vieira (2009) a partir das abordagens de Melo (1985, p. 82) e que contribuem para o processo de análise do *corpus*.

Impessoalidade	Não se trata de matéria assinada, utilizando, portanto, a primeira pessoa do singular ou a primeira do plural.
Topicalidade	Trata-se de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha sido adquirido configuração pública.
Condensabilidade	Poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que as demonstrações.
Plasticidade	Flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo.

Quadro 7: Atributos específicos de um editorial (VIEIRA, 2009, p. 63).

Além desses atributos, Melo (1985) defende que a orientação de publicar pontos de vista sobre temáticas atuais possibilita o desenvolvimento de diferentes espécies de editoriais, seguindo quatro variáveis que são classificadas por Beltrão como: morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza. Segue o quadro 8.

Aspectos variáveis	Espécies editoriais:	de	Características predominantes
Morfologia	Artigo de fundo		Editorial principal
	Suelto		Pequena análise sobre um fato da atualidade
	Nota		Registro ligeiro de uma ocorrência, antecipando suas consequências ao leitor
Topicalidade	Preventivo		Focalizando aspectos novos que podem transmitir mudanças
	De ação		Aprendendo o impacto de uma ocorrência
	De consequência		Visualizando repercussões e efeitos
Conteúdo	Informativo		Esclarecedor
	Normativo		Exortador
	Ilustrativo		Educador
Estilo	Intelectual		Racionalizante
	Emocional		Sensibilizante
Natureza	Promocional		Coerente com a linha da empresa
	Circunstancial		Oportunista e imediatista
	Polêmico		Contestador, provocador

Quadro 8: Aspectos formais dos editoriais segundo Beltrão (1980). (VIEIRA, 2009, p.63).

Outro estudo significativo para o desenvolvimento da tese é o realizado por Sousa (2006). Essa autora apresenta uma definição para o gênero editorial e uma proposta de classificação para os diferentes tipos de editoriais, afirmando que

o editorial opinativo ou padrão apresenta quatro atributos específicos: impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade, ou seja, não é matéria assinada; trata de um tema bem delimitado e traz poucas ideias, dando mais ênfase às afirmações que as demonstrações. O editorial padrão é um gênero exclusivo dos jornais, e com o perfil que apresenta, tal gênero talvez seja mesmo exclusivo desse veículo. (...) Sousa (2004) chama a atenção para outros dois tipos. Os editoriais mistos, isto é, aqueles que podem incorporar várias características como ser preventivo, informativo ou intelectual, por exemplo. Os editoriais de apresentação, que são aqueles que apresentam um determinado número de um jornal ou de uma revista, justificando a abordagem de determinados assuntos, ou quando apresentam um órgão de comunicação que surge no mercado (Sousa, 2006, p. 62).

Essa pesquisadora analisa os editoriais de jornais e de revistas, empregando não só os conceitos de gênero de Bakhtin (2003) como também da definição de Melo (1985) sobre o editorial.

Mais um autor que se propõe a explicar o editorial é Alves Filho (2006). Para ele,

os editoriais de jornal possuem uma autoria muito bem delimita e estabilizada no atual momento, ela já passou por mudanças significativas. Indício disso é o que ocorreu no jornalismo opinativo, nos EUA, no século XIX, quando, segundo Beltrão (1980), o editorial era assinado pelo editor do jornal – embora com uso apenas das iniciais do seu nome – e era escrito para expressar a sua opinião pessoal. Somente tempos depois é que o editorial passou a ser usado para expressar uma opinião representada como de caráter institucional. Esse caráter de autoria institucional possui, hoje, em diversas culturas, uma alta estabilidade, embora tenhamos encontrado alguns casos que se afastam da força centrípeta que a regula (ALVES FILHO, 2006, p.84).

Na pesquisa realizada por Alves Filho (2006), evidencia-se que os aspectos de autoria desse gênero contribuem para a compreensão de sua orientação interna e externa na realidade.

- *Impessoalização* – a posição axiológica, que avalia as situações, deseja que essa apreciação de caráter valorativa seja realizada a partir das próprias situações;
- *Institucionalização* – o veículo de comunicação, empresa, responsabiliza-se pelo tratamento do objeto de sentidos, pelas posições axiológicas assumidas, sendo verificadas as implicações jurídicas. O autor (pessoa real) concede espaço ao autor-criador (posição axiológica que é de responsabilidade do veículo de comunicação). Diante dessa situação, desde o parágrafo introdutório, a empresa lança mão de recursos que vinculam a autoria do texto a uma autoria institucional;
- *Uso da variedade padrão* – o editorialista faz uso da variedade padrão da língua portuguesa;
- *Interação entre uma instituição e indivíduos-leitores* – o leitor é visualizado nos editoriais a partir de uma posição axiológica presumida;
- *Busca e cobrança de uma coerência enunciativa* – as instituições seguem um padrão de coerência enunciativa, pensando obviamente em seu conjunto de leitores;
- *Ineditismo textual* – ao contrário do que se materializa no gênero notícia, quando os jornais expõem os mesmos fatos, mas realizando diferentes arranjos e re-arranjos, o editorial se identifica por meio do ineditismo da autoria.

Conforme Bakhtin (2003), o autor, ao efetuar a escolha de um determinado item gramatical, já está, efetivamente, marcando um estilo. Devido a isso, defende olhar para a unidade real do fenômeno linguístico, o enunciado, com acabamento realizado pelo autor. O autor de um enunciado efetua o acabamento sempre com um fim social. Segundo Polato e Oliveira (2015), “os enunciados são sempre respostas a outros enunciados e sempre dirigidos a interlocutores. Ao mesmo tempo em que suscitam, são suscitados, também recuperados e capazes de recuperar outros, porque o dialogismo é um aspecto fundante da língua/linguagem” (OLIVEIRA e POLATO, 2015, p. 301).

Para Polato e Oliveira (2015), ao se arrolarem conceitos necessários ao entendimento dos elementos que constituem o gênero editorial, faz-se importante uma reflexão sobre as questões de autoria. Segundo os conceitos de Orlandi (1996), a autoria de um texto é da responsabilidade de seu produtor, da organização do sentido e da unidade global do texto. O autor é o responsável direto pela construção do lugar de interpretação, porque o seu dizer está associado a outros discursos. Para Fiss (2013), toda essa abordagem se constrói no campo interpretativo que

prende o sujeito na responsabilidade do dizer, de ser autor e, logo, origem não do discurso, mas de sua unidade e coerência. Portanto, envolve um projeto significante articulado à construção de sentidos. Envolve uma prática disciplinada e responsável. Responsabilidade que, por sua vez, é cobrada, do autor, em várias dimensões – quanto à unidade do texto, à clareza, à não contradição, à correção etc., constituindo-se, aí, uma relação institucional com a linguagem. Essa associação possibilitou a aproximação entre a autoria e o dizer a sua palavra – o que permite intuir que a construção da autoria faz parte de uma proposta maior, que percebe como vocação ontológica do homem o ser-mais, isto é, o ser sujeito de sua história. Mais do que isso, explicita a importância do diálogo enquanto força integradora de movimentos que se entrecruzam na escrita da própria história. A interpretação se situa no mundo da vida do sujeito, portanto, é prática de descoberta e produção de sentidos com que nos interpela a sociedade e, ao mesmo tempo, é interpelada. Regulada de diversas maneiras pelas instituições, cabe atentar para a forma através da qual tais disposições sobre o que, como e em que condições interpretar se constituem na malha social. (FISS, 2013, p. 82)

O processo de autoria também é marcado por três tipos de atividades que se desenvolvem durante a escrita: o planejamento, a produção do texto e a revisão. Esses procedimentos se materializam na macroestrutura e na microestrutura do texto por meio de possibilidades combinatórias, desconsiderando, assim, os aspectos de linearidade ou

ocorrências predeterminadas. Essas combinações serão articuladas diferentemente, obedecendo aos objetivos comunicativos do produtor do texto.

Na concepção Bakhtiniana, o termo “autor” faz referência a “autor criador”, já o termo “escritor” se refere à pessoa física que escreve – “autor real” –, não só do profissional da escrita, mas também a todo indivíduo que ocupe tal lugar. Em muitas situações, durante o processo de produção textual não é possível constatar se o “escritor” ocupa a posição de “autor”, tendo vista que há a condição desse último se instituir antes mesmo da materialização do texto, enquanto ainda está em processo gestacional dos conceitos e do planejamento. Sendo assim, por vezes, a fronteira entre o autor – figura do discurso – e o escritor – indivíduo da vida real- é bastante tênue.

De acordo com Flower e Hayes (1994), o escritor, ao produzir um texto, tem uma tarefa a ser concretizada e também tem objetivo em relação ao leitor desse texto. Outros objetivos que emergem, no texto, são decorrentes desses. Tal fato se faz compreensível, uma vez que quem escreve possivelmente tem necessidade de discutir uma questão – problema – e também há leitores presumidos. Esses aspectos são suficientes para que se desenvolva uma série de representações: o conteúdo a ser discutido; gênero discursivo que representa melhor tal função social; posicionamento ideológico do autor; objetivos do autor; as primícias informacionais que são sustentadas ao longo da produção.

Outro aspecto significativo do gênero editorial é que o produtor faz uso do presente do indicativo, pois se discutem temas atuais e que solicitam discussões sociais, também há a possibilidade da utilização do pretérito, principalmente em situações explicativas, apresentação de dados estatísticos e evidências. Segundo Pereira (2006), o produtor do editorial tem a opção de articular o texto em 1ª ou 3ª pessoa do discurso. No *corpus* da tese, observa-se que os editoriais da Revista Carta capital têm uma visão mais pessoal acerca da temática, uma vez que os editorialistas fazem uso de verbos em 1ª pessoa do discurso e pronomes pessoais e/ou possessivos. Já os editoriais que são organizados para jornais impressos e/ou online utilizam a 3ª pessoa do discurso, buscando uma possível imparcialidade, como proposto por Melo (1985).

No processo composicional do gênero editorial, geralmente há a presença do título, da introdução, do desenvolvimento e da conclusão. O título representa o primeiro elemento estrutural do gênero editorial. Na maioria das vezes, a composição do título é breve e incisiva, expressando a síntese das ideias constituintes no texto. A introdução traz uma contextualização da temática e a posição do veículo de comunicação. Na etapa do

desenvolvimento, o editorialista expõe os argumentos que fundamentam seu ponto de vista inicial, fazendo uso de diferentes recursos como dados estatísticos, fatos históricos, exemplificações, elementos figurativos, discursos invocados. Já na fase da conclusão desse gênero realiza um fechamento da ideia, propondo possíveis soluções à problemática apresentada.

Cabe destacar que o gênero editorial pode ser divulgado em diferentes veículos de comunicação como revistas, jornais, livros didáticos, periódicos, e pesquisas científicas. Apesar das muitas possibilidades de divulgação, o editorial busca discutir questões sociais e atuais como economia, política, cultura e/ou cientificidade. O responsável pela escrita desse gênero é o editorialista, porém há a possibilidade de outros profissionais ou estudantes de diferentes áreas do conhecimento produzirem o gênero, desde que esses profissionais ou até mesmo estudantes tenham um engajamento para discutir um determinado tema/assunto.

3. METODOLOGIA

Este capítulo é organizado em três seções. Inicialmente, estão descritos os procedimentos metodológicos empregados durante a produção do trabalho. No primeiro momento, há a apresentação da coleta e da seleção do *corpus*. Na segunda parte, são apresentados os critérios que embasam a análise. Na última seção, apresentam-se as ferramentas computacionais utilizadas na pesquisa

3.1 Coleta e seleção do *corpus*

Na presente tese, em uma perspectiva do Funcionalismo, sob o aparato teórico da RST, analisam-se as relações retóricas em 25 editoriais. Os textos foram publicados entre 1/1/2016 e 31/8/2016 nos seguintes veículos de comunicação: *Jornal Gazeta do Povo*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Estadão*, *Jornal Brasil de Fato* e *Revista Carta Capital*. O *corpus* da tese foi constituído por cinco editoriais de cada um desses meios de comunicação. Os três primeiros jornais foram selecionados, pois são suportes impressos, de circulação nacional, e que nominam os textos como editoriais. *O Jornal Brasil de Fato* foi escolhido, pois é um suporte online (o que pode propiciar algumas discrepâncias no uso das relações retóricas), de circulação nacional, que pode ser acessado por quaisquer internautas e os textos são chamados editoriais. *A Revista Carta Capital* foi selecionada por ser um suporte impresso diferentes dos outros, de circulação também nacional e que também denomina os textos como editoriais jornalísticos.

Após a coleta, os dados foram transcritos e segmentados em parágrafos não só para a identificar a ocorrência da UC na superestrutura, mas também para identificar as relações retóricas que emergem na macroestrutura do gênero editorial. A oração que representa a UC se encontra em negrito e os diagramas arbóreos dos 25 editoriais podem ser visualizados no anexo B da tese. Para analisar as funções textual-discursivas das orações adverbiais e as relações retóricas que emergem a partir delas, selecionam-se as porções textuais constituintes dos parágrafos. Uma das hipóteses é a de que essas porções podem contribuir para a argumentatividade na microestrutura do gênero editorial.

Os editoriais foram identificados com a sigla ED e com sua respectiva numeração, obedecendo a ordem de análise. A primeira produção foco do estudo foi denominada ED1, por exemplo. Todos os editoriais estão no anexo B desta tese.

3.2 Parâmetro de análise: frequência de ocorrência das relações na superestrutura, macroestrutura e microestrutura

A superestrutura constitui, segundo Van Dijk (1983), a ordem global do texto, uma vez que faz a junção entre as partes que compõem a macroestrutura. A superestrutura do gênero editorial traz inicialmente o tópico central, que é elaborado a partir do ponto de vista do veículo de comunicação representado pelo editorialista. Na sequência, há a exposição de argumentos que fundamentam o ponto de vista desse profissional, tentando convencer seus leitores sobre as possíveis verdades defendidas. Ao final, há uma retomada das premissas abordadas. Nessa etapa da análise do gênero jornalístico, observa-se que a ocorrência da UC pode emergir ou não na fase da introdução.

Van Dijk (1983) defende que o outro plano para a unidade textual é a macroestrutura. Essa é constituída pelas partes centrais de um texto. O processo de segmentação da macroestrutura dos editoriais se realiza em parágrafos, buscando-se identificar as proposições relacionais que emergem entre as porções textuais. Pontua-se, ainda, que todos os textos são constituídos de título e, em alguns casos, são formados de título e subtítulo. Como o subtítulo é uma preparação para as informações que se ligam à porção nuclear, optou-se por segmentar título e subtítulo na mesma porção textual, uma vez que a próxima porção de texto é o parágrafo introdutório. Caso essas porções textuais sejam desmembradas em duas porções distintas, os diagramas arbóreos podem sofrer alterações na macroestrutura, pois, como proposto por Guimarães (1992), o primeiro parágrafo do gênero editorial representa a fase da introdução/definição.

A microestrutura textual, por sua vez, refere-se a um conjunto de proposições relacionais que emerge na superfície textual linear. Nesse nível é que operam os mecanismos linguísticos ou elementos coesivos capazes de garantir a coerência entre as partes constituintes do texto e a unidade global. Na microestrutura do gênero editorial, verifica-se a frequência de determinadas orações hipotáticas em detrimento a outras, contribuindo, assim,

para o processo argumentativo do gênero. Vale destacar que a análise se realiza a partir da aplicação dos fatores no cruzamento entre o tipo de construção e a função discursiva desenvolvida pela hipotaxe adverbial.

O processo de análise da macro e da microestrutura do gênero editorial se apoia nos pressupostos de Mann e Thompson (1988), em que as proposições relacionais se caracterizam como um fenômeno combinacional, o qual ocorre entre duas porções textuais (duas orações ou entre porções maiores) e que é constatado tacitamente pelo leitor/ouvinte. Segundo esses autores, essas proposições são chamadas relações retóricas, porém Taboada e Mann (2006, p. 3) ressaltam que elas podem, também, ser denominadas de *relações de coerência*, *relações discursivas* ou *relações conjuntivas*.

As proposições relacionais não se materializam obrigatoriamente no texto por marcas linguísticas. Tal observação leva a evocar os conceitos de Mann & Thompson (1985) que, ao aliar as proposições relacionais à coerência, compreendem que essas são responsáveis pela coerência textual e não estão presentes nos textos, mas emergem entre as porções textuais, tornando-as sem lacunas.

Segundo esses autores, os textos são constituídos por duas porções textuais, e a segunda porção apresenta um resultado positivo no sentido de evitar incoerência. Nessa perspectiva, há o pressuposto de que as proposições relacionais conduzem a coerência na RST, de acordo com Correia (2018),

tornou-se uma consequência previsível e particularmente importante para a teoria. Contudo, esses autores postulam, também, que a emergência e a identificação das proposições relacionais são perfeitamente identificadas nos textos, independentemente da extensão deles. Vale ressaltar que, neste trabalho, defendemos que a coerência não está registrada no texto, mas construída numa cooperação texto-leitor. Assim, as proposições relacionais se tornam um elemento importante que o leitor pode considerar para a construção da coerência. (CORREIA, 2018. p. 54)

Essa é uma das justificativas para se eleger a RST como suporte teórico desta tese, cujo foco é identificar as relações retóricas que emergem na macroestrutura e microestrutura do gênero editorial em diferentes suportes de comunicação jornalística.

3.3 RSTTool

O programa denominado RSTTool (*Rhetorical Structure Theory Tool*) tem como objetivo elaborar os diagramas da estrutura retórica dos textos, o que se desenvolve a partir de dois tipos de listas de relações: as multinucleares e as do tipo núcleo-satélite. A versão do RSTTool empregada é 3.11, de Mick O'Donnel, que está disponibilizada no site <http://www.wagsoft.com/>.

O programa em questão é um facilitador na segmentação dos editoriais, o qual serve para a organização dos diagramas e contribui para o estabelecimento dos esquemas que representam os tipos de relações entre as porções textuais, designando, na sequência, as relações. Os diagramas da estrutura retórica dos 25 editoriais, que constituem o *corpus* da pesquisa, podem ser visualizados integralmente no Anexo B.

Inicialmente, para a elaboração dos diagramas de análise, os textos são inseridos no editor das relações - figura 10 - e se faz a importação do texto para o formato txt, que consiste no formato de texto sem formatação, como se pode visualizar na figura 10.

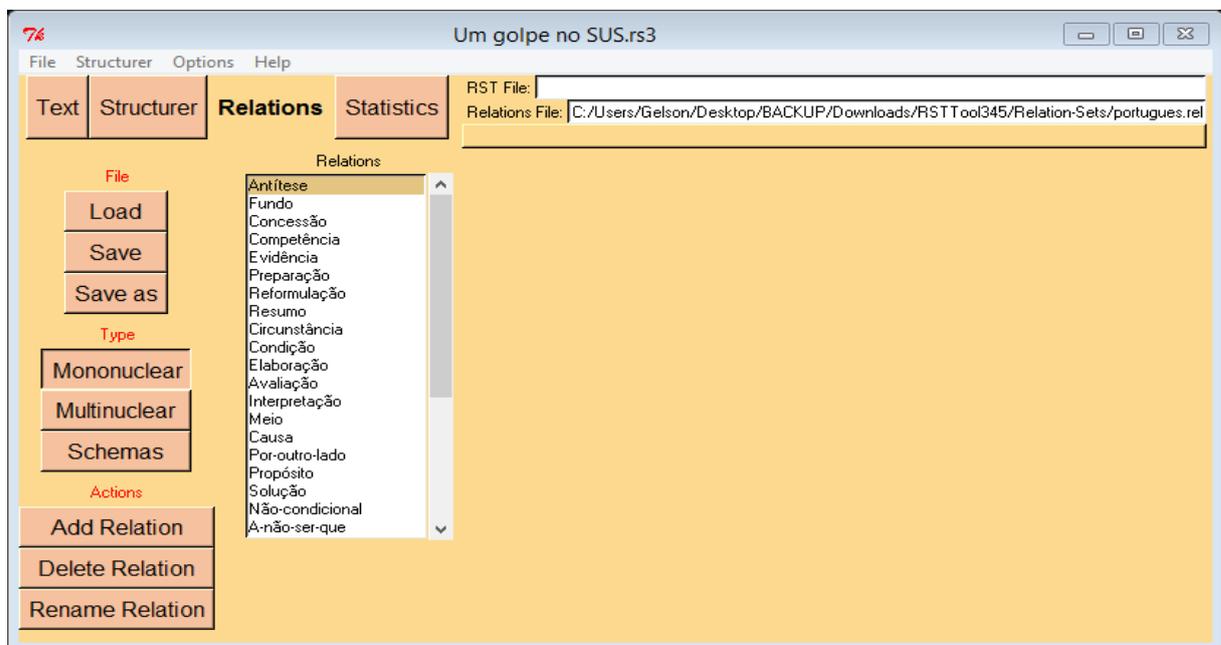


Figura 10: Editor das relações

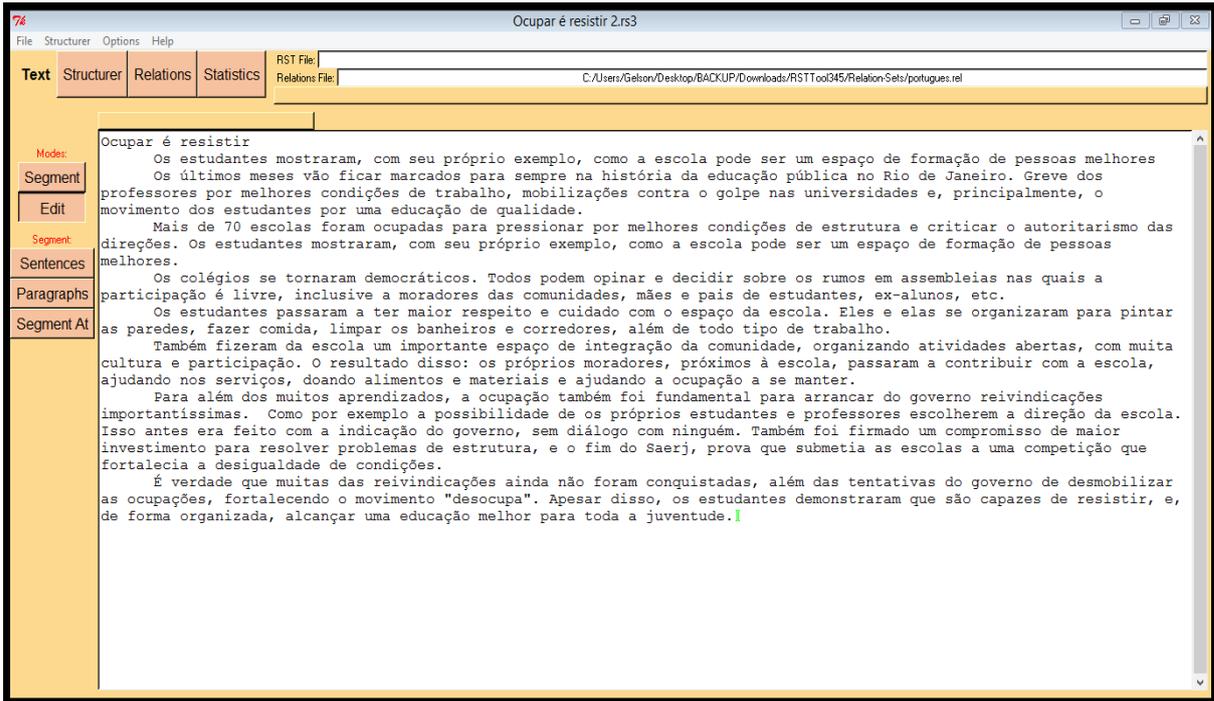


Figura 11: Texto em formato txt importado para posterior segmentação

Conforme pode ser observado na figura 11, depois de inserido o texto, realiza-se a segmentação das unidades de análise por meio do botão “segment” e clicando à frente dessas unidades.

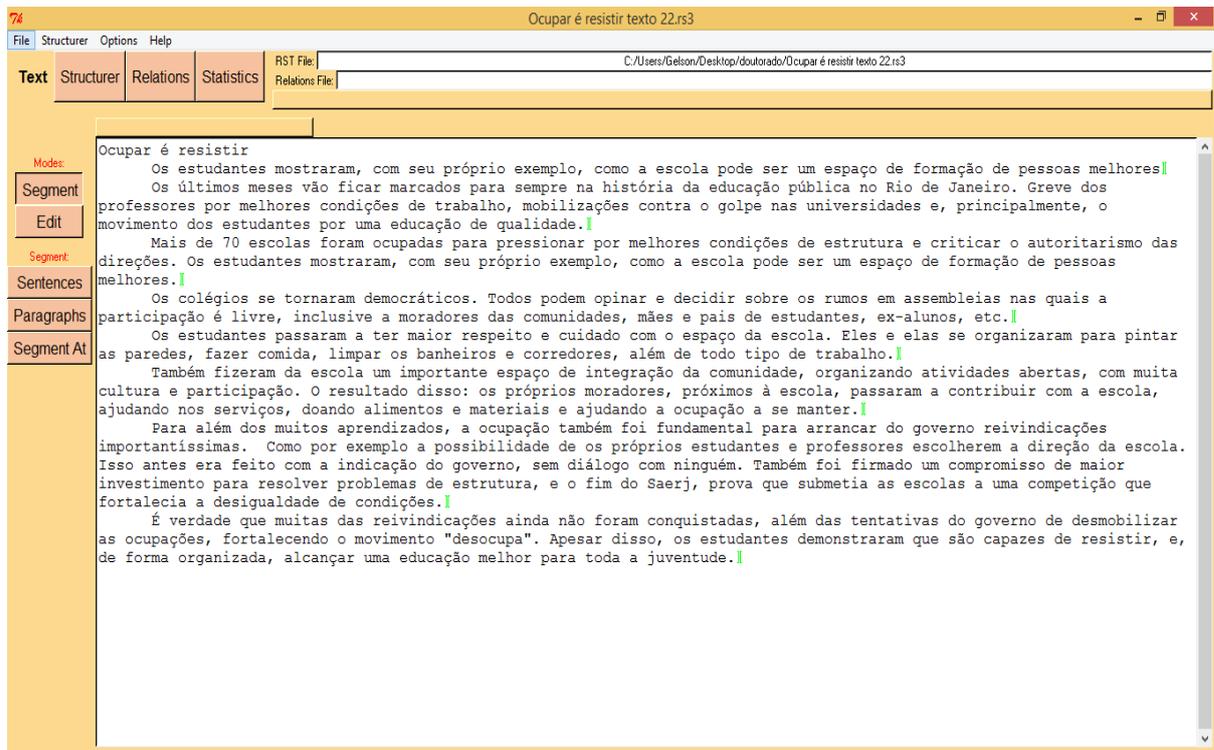


Figura 12: Texto segmentado

Nessa interface, as porções textuais são segmentadas para que o analista possa verificar, posteriormente, as relações retóricas que se desenvolvem. Nas situações em que se constata uma relação multinuclear, o analista clica no botão “add multinuc” à esquerda da tela e, na sequência, seleciona uma das relações que aparecem: contraste, disjunção, lista, sequência, entre outras. Nas situações em que se verifica uma relação núcleo-satélite, o analista clica sobre a unidade e a arrasta até a unidade com a qual ela se relaciona, escolhendo uma das relações, a saber: antítese, concessão, elaboração, evidência, fundo, justificação, motivação, preparação, reformulação e resumo, entre outros.

Essas informações estão organizadas nas figuras 13 e 14. Na primeira, as porções textuais se encontram segmentadas e, na figura 14, apresenta-se a lista de relações retóricas de acordo com a RST.

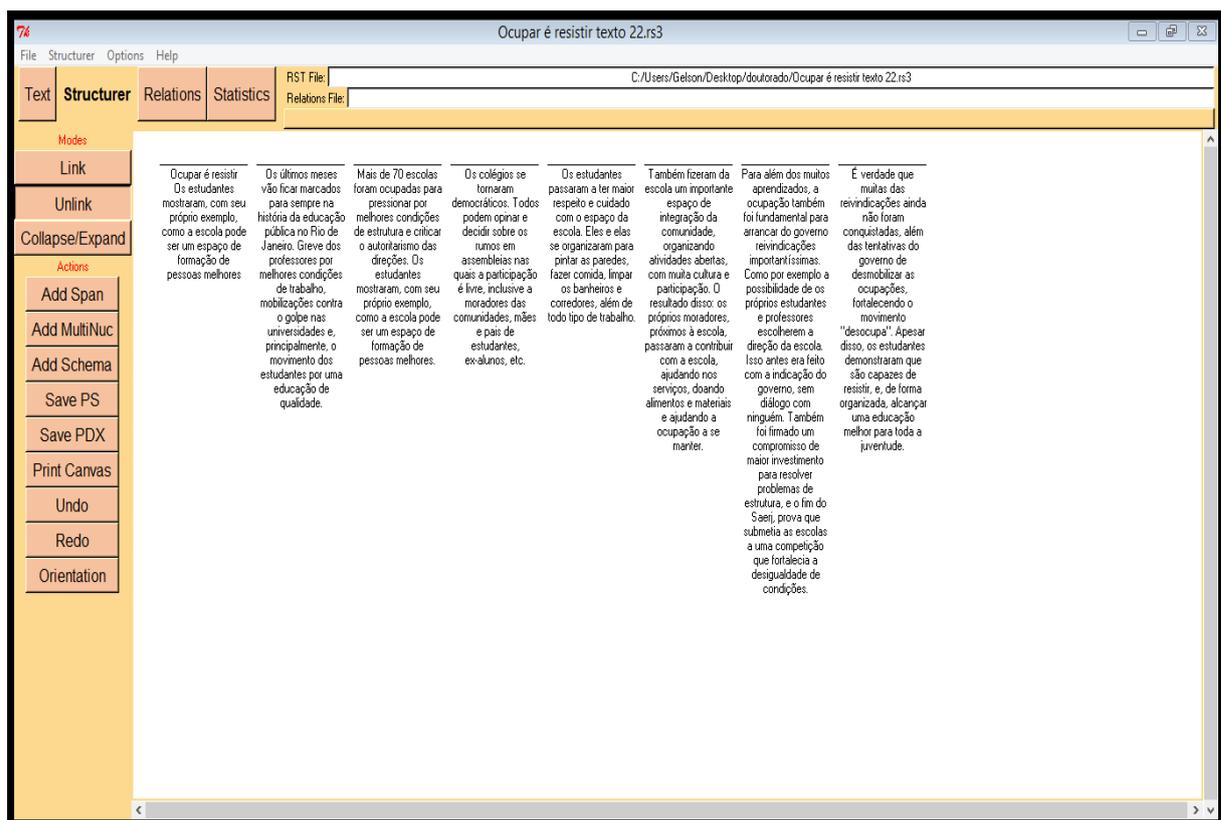


Figura 13: Porções textuais segmentadas

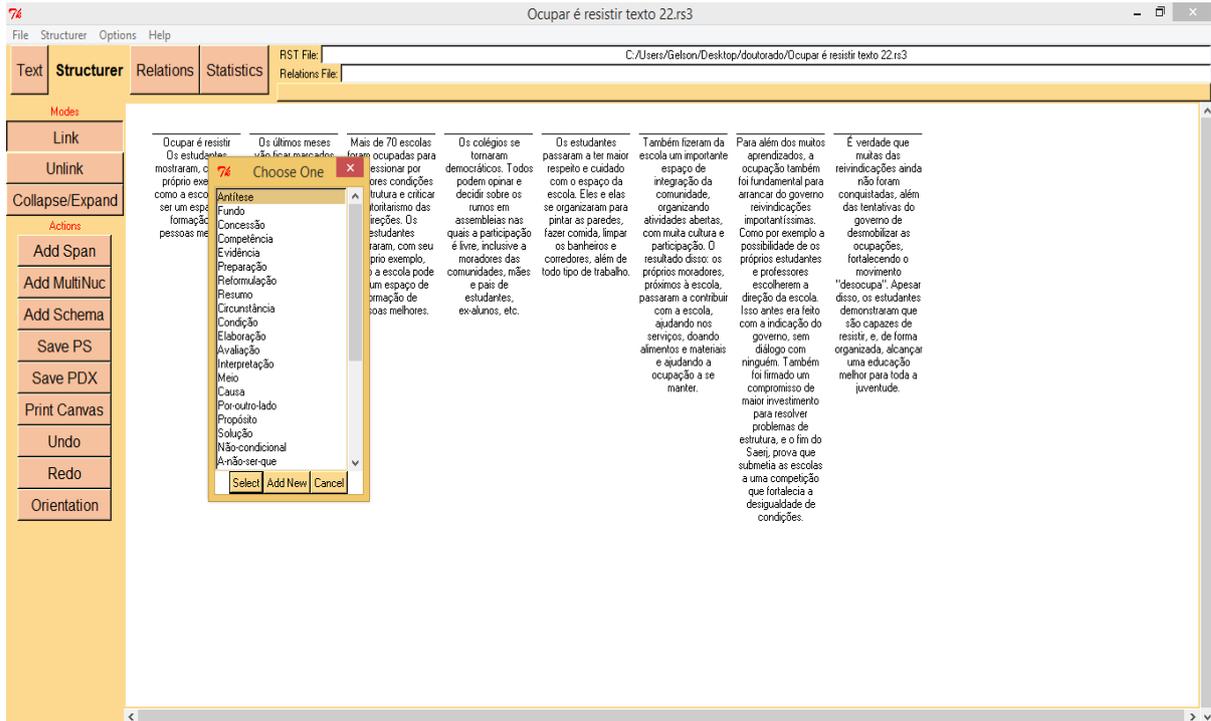


Figura 14: Interface com a listagem de relações retóricas

As porções textuais relacionadas resultam no diagrama, conforme Figura 15:

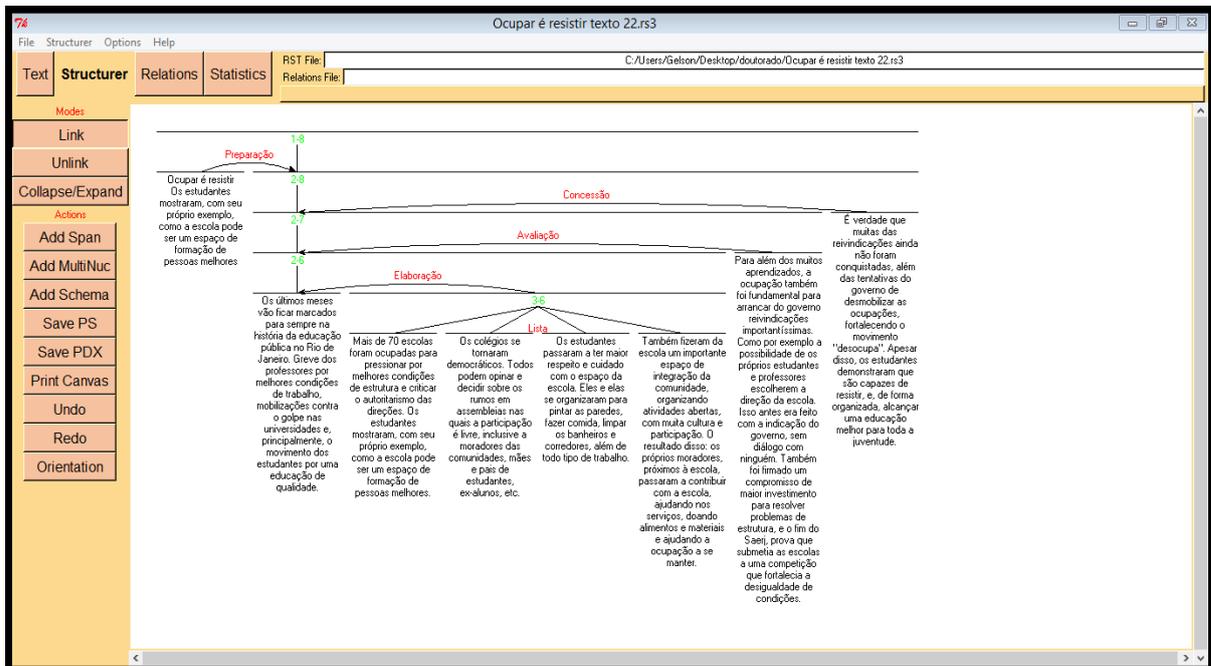


Figura 15: Diagrama do texto

Seguindo esses passos, realiza-se a segmentação da macroestrutura dos 25 editoriais, que constituem o *corpus* da pesquisa, levando em conta a temática dos textos e as marcas formais que contribuíram para delimitação das unidades de análise.

Ao segmentar os editoriais, no programa RSTTool, observa-se uma melhor visualização das unidades de análise por posicioná-las em adjacência, facilitando, assim, o processo de leitura e de análise das relações que emergem no *corpus*.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 AS RELAÇÕES RETÓRICAS QUE EMERGEM NA ESTRUTURA RETÓRICA DO GÊNERO EDITORIAL

Neste capítulo da tese, são apresentadas as relações retóricas com pelo menos 2 ocorrências na macroestrutura dos editoriais que constituem o *corpus* desta pesquisa. Em busca de compreender a estrutura retórica do gênero editorial, divide-se esta seção em oito partes. O diagrama integral da estrutura retórica de cada editorial pode ser visualizado no anexo B (segundo volume deste trabalho).

Na primeira seção do capítulo, elabora-se uma discussão sobre a ocorrência da UC dos editoriais, supondo-se que essa não ocorre na fase da introdução/definição obrigatoriamente.

Na segunda seção, verifica-se que a relação de preparação predomina no 1º nível dos diagramas, principalmente devido à presença do título e, em alguns casos, devido à presença do subtítulo. Portanto, pode-se considerar a predominância dessa relação como prototípica do gênero editorial.

Na terceira seção, identificam-se as relações que são predominantes no 2º nível dos editoriais, localizadas principalmente na porção da conclusão. Na sequência, analisam-se as relações que predominam no 3º nível dos editoriais, ocorrendo na fase do desenvolvimento.

Na quinta seção, são analisadas as relações que se localizam no 4º nível dos editoriais. Em algumas situações particulares, pode-se optar por discorrer sobre relações retóricas que já se materializam em outros níveis dos diagramas, pois elas corroboram a argumentação do gênero jornalístico.

Na sexta seção, as relações retóricas analisadas se apresentam pelo menos duas ocorrências no 5º nível dos editoriais, contribuindo, assim, para a compreensão da macroestrutura do gênero.

Na sétima seção, o objetivo central é verificar as contribuições das orações hipotáticas adverbiais no processo argumentativo do gênero editorial. Para a realização desse propósito, realiza-se o cruzamento do tipo de construção e das funções textual-discursivas na microestrutura.

Por fim, na última seção, expõe-se o cruzamento dos tipos de construção e as relações retóricas que emergem nos editoriais, observando as contribuições desses recursos argumentativos para a organização retórica da microestrutura do gênero editorial.

4.1.1 ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DA UC NA SUPERESTRUTURA DOS EDITORIAIS

Nesta seção do capítulo, são expostos e discutidos alguns dados referentes à síntese do sentido global do texto. De acordo Iruskieta et al. (2015), há alguns termos que podem ser empregados para nomeá-la: declaração da tese (BURSTEIN *et al.*, 2001), proposição central (PARDO et al., 2003), subconstituente central (EGG e REDEKER, 2010), unidade central (STEDE, 2008). Como esta tese se embasa na RST, seguindo o modelo teórico-metodológico empregado por Stede (2008), escolhe-se fazer uso do termo “unidade central” (UC).

Na concepção de Iruskieta (2014), o processo de identificação da UC é decisivo para a anotação da estrutura retórica de um texto. Defende-se, ainda, que produzir um texto conscientemente, a partir da UC, pode trazer mais êxito ao produtor textual.

Cabe destacar que há dois trabalhos, produzidos por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, que se dedicam a estudar a posição da UC no gênero resposta argumentativa e na tipologia dissertativa. Nesses estudos são obtidos dados significativos sobre a ocorrência da UC. Segundo Antonio (2015), na resposta argumentativa, constata-se que 90,7% das UCs se encontram na posição inicial. Esse fato se realiza porque o candidato ao vestibular necessita fazer uma retomada da pergunta expressa no comando. Na tipologia dissertativa, por outro lado, de acordo com Antonio, Santos Silva e Moreschi (2017), as UCs se desenvolvem em 27,27% na porção que vai de 20% a 30% da extensão do texto, pois o candidato tem como função trazer um panorama geral do tema e pontuar a tese que se desenvolve ao longo do texto. Portanto, entende-se que a ocorrência das UCs contribui para a compreensão da macroestrutura do gênero resposta argumentativa e dos textos dissertativo-argumentativos.

Frente a esses estudos sobre a UC, opta-se também por verificar como se dá a ocorrência dessa na superestrutura do gênero editorial.

4.1.2 SUPERESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL

Para Van Dijk (1983), o gênero editorial é organizado, estruturalmente, a partir de três categorias: definição, explanação, conclusão ou moral. Essa abordagem foi articulada após observar editoriais de um jornal britânico que trazia eventos que envolvem as perturbações em uma cidade do interior. Diferentemente de Van Dijk, Guimarães (1992) entende que a estrutura retórica do gênero editorial obedece a quatro categorias: definição, explanação, avaliação e conclusão ou moral. A seguir, no quadro 9, questão detalhadas as propostas de cada de cada um desses autores.

Van Dijk	Guimarães
1) Definição: definição da situação, ou seja, descrição sumária do acontecimento;	1) Definição: apresentação do evento, organizado pelo fato noticioso acompanhado de comentário;
2) Explanação: explanação da situação, “avaliando” as causas do evento e as reações de ação;	2) Explanação: apresentação das causas e das consequências decorrentes da existência do evento;
	3) Avaliação: apresentação de um processo estimativo, no qual se estabelece o valor de “bem” e de “mal” para o evento;
3) Conclusão ou moral: apresentação da conclusão ou da moral sobre atitudes a serem tomadas para conter ou evitar futuros distúrbios.	4) Conclusão ou moral: apresentação do conjunto de frases que resultam da explanação ou da avaliação realizada, abrindo perspectivas.

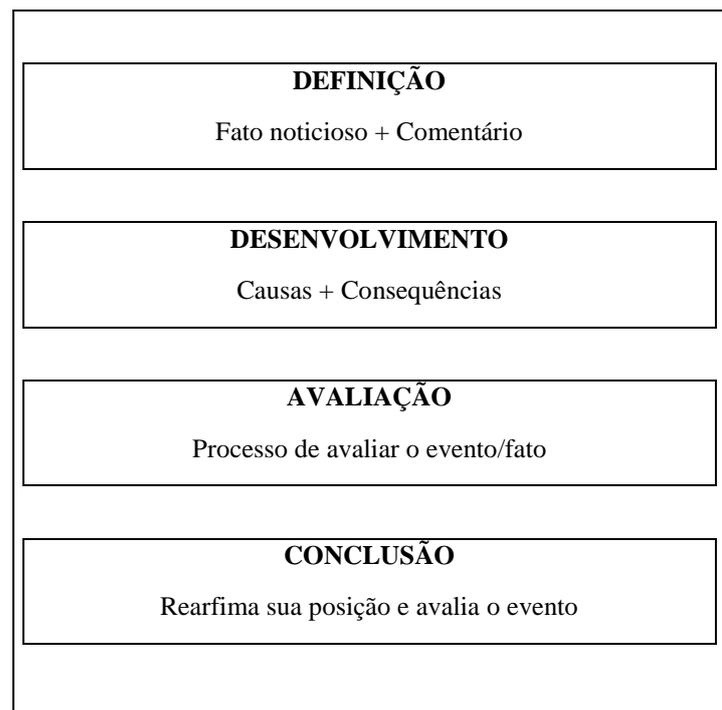
Quadro 9: Análise esquemática do gênero editorial segundo van Dijk e Guimarães (ARAÚJO, 2005, p. 165).

Para Van Dijk (1983), o gênero editorial aborda um fato noticioso, isto é, o gênero define um fato de cunho noticioso, descrevendo causas e consequências que se relacionam com o fato e, obviamente, emite uma opinião final sobre a questão, fazendo um fecho geral do texto. Por outro lado, na concepção de Guimarães (1992), o editorialista não só constrói uma definição do fato, mas também constrói uma avaliação do evento.

É importante salientar que esses dois autores não discutem as questões pertinentes à movimentação argumentativa que se materializa em todas as etapas de um editorial. Os editoriais, que são analisados neste capítulo, foram veiculados entre 1/1/2016 e 31/8/2016 nos seguintes veículos de comunicação: *Jornal Gazeta do Povo*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Estadão*, *Jornal Brasil de Fato* e *Revista Carta Capital*. Esses textos são constituídos de um esquema prototípico de quatro fases estabelecido por Guimarães (1992): 1) A fase denominada definição é o momento inicial em que se desenvolve a interação verbal,

demarcando um comentário sobre o tema ou, ainda, um fato noticioso. 2) Na segunda etapa do gênero editorial, denominada desenvolvimento, dá-se continuidade ao processo de interação verbal, explanando o ponto de vista, fazendo uso de tessitura das causas, consequências e até mesmo justificativas que comprovam a legitimidade do ponto de vista defendido. 3) Na terceira etapa, tem-se um processo estimativo em que se estabelece um valor de “bem” ou de “mal” para um fato noticioso, ou seja, apresentam-se consequências “negativas” ou “positivas” para o evento. 4) Na etapa final, que é denominada de conclusão, o editorialista faz o fechamento do texto, apresentando uma reafirmação do ponto de vista defendido nas etapas anteriores. Compreende-se, então, que essas fases de organização do gênero editorial são fixas e hierárquicas, o que não significa que haja uma correspondência entre os parágrafos textuais.

Frente a essa situação, o gênero editorial segue o esquema - estrutura a seguir:



Quadro 10:

A estrutura esquemática do gênero editorial de Guimarães (1992).

Tendo como embasamento a estrutura de Guimarães (1992), no *corpus* que se analisa, todos os editoriais apresentam a fase denominada definição, a qual exerce funções pragmáticas e interativas. Tal fato se apresenta porque é o momento em que: 1) estabelece-se a marcação de uma posição inicial do produtor textual; 2) constrói-se um momento inicial da interação verbal entre editorialista e leitor; 3) pontua-se a temática a ser desenvolvida ao

longo do texto; 4) faz-se uma especificação de um fato noticioso ou até mesmo se realizam comentários sobre esse fato, avaliando-o.

4.1.3 OCORRÊNCIA DA UC NA SUPERESTRUTURA DOS EDITORIAIS

No quadro a seguir, apresenta-se a ocorrência das UCs nos editoriais que constituem o *corpus* da tese.

Posição da UC	N	%
Fase da definição	9	36
Fase da definição e do desenvolvimento	3	12
Fase do desenvolvimento	6	24
Fase da avaliação	4	16
Fase da conclusão	3	12
Total	25	100

Quadro 11– Frequência de ocorrência das UCs

Nesse quadro, fica perceptível que a UC se posiciona com maior frequência na porção da definição/introdução, trazendo uma síntese do sentido global do texto, possibilitando que o leitor desenvolva interesse pelo texto. É significativo salientar que, muitas vezes, mais de um parágrafo compôs a parte introdutória dos editoriais, pois alguns desses textos são bastante fragmentados, até mesmo pelo próprio estilo do editorialista e/ou do veículo de comunicação.

Na figura 16, a porção 2 desempenha a função de UC, em que o editorialista afirma que a presidente, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, usam manobras criativas para que não sejam afastados de seus cargos. Essa informação ocorre no primeiro parágrafo do ED 1, estando posposta à porção que funciona como um satélite de preparação para os leitores do jornal. Essa porção, que representa o título, não traz o emprego de elementos verbais, mas de um termo substantivo e outro adjetivo, os quais não antecipam quem faz uso das manobras e o porquê as faz. A porção 2, por sua vez, traz efetivamente uma expansão não só do título, mas também de todo o conteúdo que é discutido ao longo do editorial. Observa-se, ainda, que o produtor textual faz uso da relação de elaboração, ou seja, a porção posterior de 3-7 expande os tipos de manobras que são empregadas por Dilma Rousseff e Eduardo Cunha.

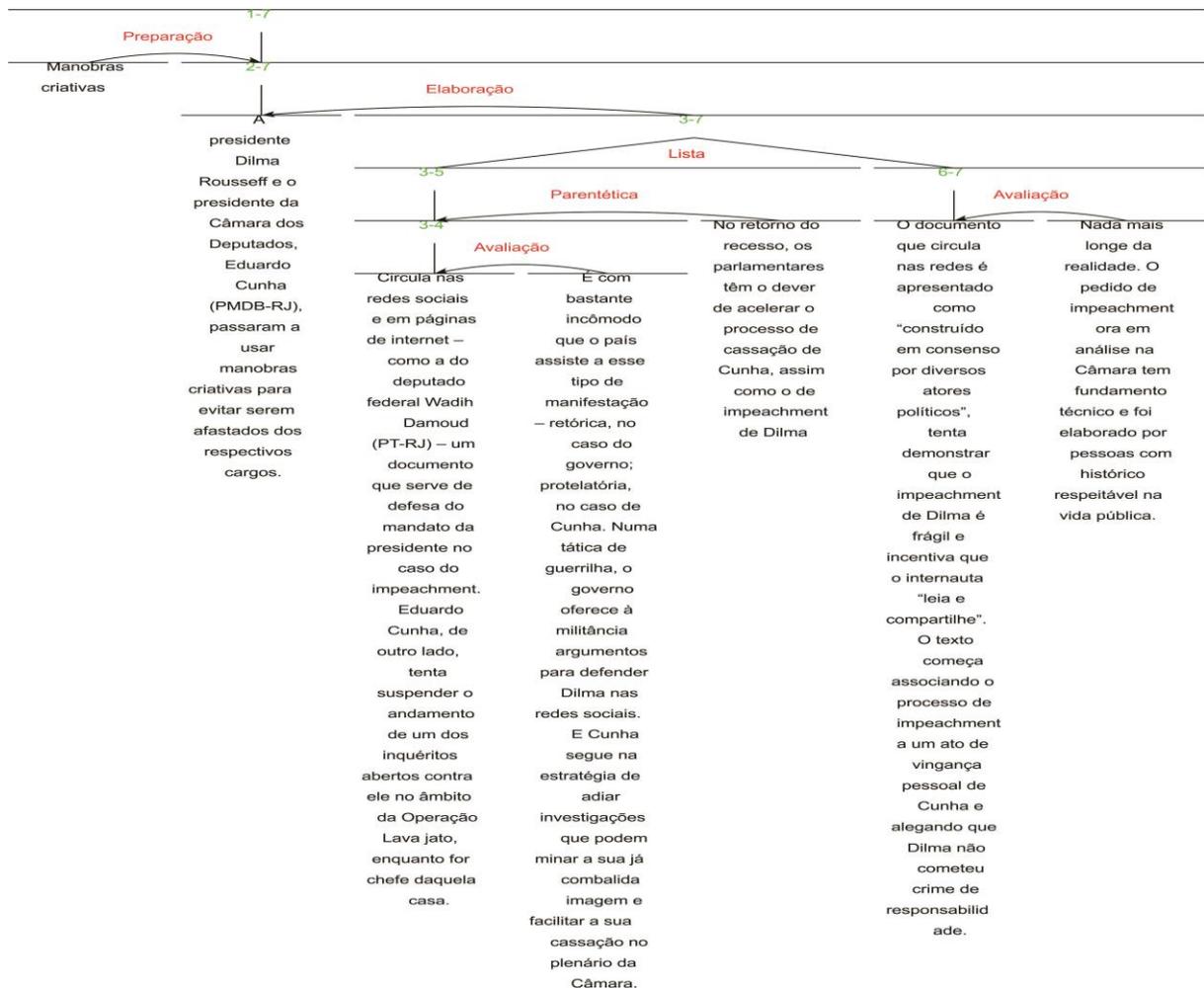


Figura 16: ED 1 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da definição

Dos 25 editoriais que analisados, verifica-se que 3 apresentam as UCs na extensão que ultrapassa a fase da definição/introdução e se estendem até a fase do desenvolvimento. Defende-se, nessas situações, que há duas UCs que são formadas por relações multinucleares, ou seja, as porções se encontram no mesmo nível e ligadas pelas mesmas linhas, mas uma porção textual não é ancilar da outra, constituindo cada porção um núcleo distinto. O fato em questão se materializa no ED 3, publicado pelo Jornal Gazeta do Povo.

Observa-se que a UC do ED 3, que pode ser visualizada na figura 17, está antecedida por uma relação de preparação, representada pelo título “Os petistas que querem briga”. Nessa porção, já existem indícios da instituição que pretende promover as brigas, mas não há descrição das motivações. Na porção de 2-6, há a exposição de uma das ideias centrais do editorial, demonstrando que o mandado de condução coercitiva contra o ex-presidente Lula

desperta, em uma parte dos líderes do PT, o desejo de ir à rua simultaneamente às manifestações contra o PT e pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Em contraste, a outra ideia central do ED 3, ou seja, o PT Paranaense desaconselha seus membros a organizar qualquer tipo de manifestação de apoio no dia 13. Também se posicionam contrários à situação o governador Geraldo Alckmin e o secretário de segurança pública.

O ED 3 apresenta a UC em uma posição que se estende de 10% a 80% da extensão do texto. Esse fato só ocorre no ED 3, pois as relações multinucleares emergem na fase da introdução e do desenvolvimento. Em síntese, a porção 2-4 aponta que há os líderes petistas que querem entrar em um combate mais ferrenho, já a porção 5-6 estabelece que outras lideranças entendem que as manifestações, concomitantemente, não serão benéficas.

A porção 7, que está posposta à UC, faz o fechamento dos fatos expostos na fase da introdução e do desenvolvimento por meio de uma relação de conclusão, pontuando que as manifestações a favor e contra o governo são legítimas, todavia elas não devem ser agressivas ou incitar a violência, porque tais atitudes não fazem parte de uma sociedade democrática. O editorialista defende que as pessoas podem compartilhar as mesmas ideologias, mas adotar práticas sociais divergentes.



Figura 17: ED 3 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da definição/desenvolvimento

Ao se pensar sobre a UC em textos constituídos por um viés argumentativo, como os textos dissertativo-argumentativos e os editoriais – os quais são foco desta tese –, comumente espera-se identificar a UC na fase da definição/introdução ou no início da fase do desenvolvimento/explicação. Nesta pesquisa, constata-se que 48% dos editoriais apresentam essa marca.

Na fase denominada desenvolvimento, o editorialista faz uma exposição detalhada do fato/situação apresentado(a) na fase da definição, isto é, faz uma explicação detalhada do “fato noticioso” e do “comentário”. Pode-se, então, defender o princípio de que essa fase é marcada pelas seguintes peculiaridades, segundo Guimarães (1992): 1) Faz uma delimitação do “corpo” textual, ocupando, conseqüentemente, uma posição medial; 2) Propõe uma continuidade da interação verbal que se inicia na fase da definição; 3) Elabora argumentos que deem conta de defender a posição demarcada na fase da definição; 4) Traz uma aprofundamento do “fato noticioso”, muitas vezes apresentando causas, conseqüências, justificativas, avaliações etc.

Para Araújo (2005), o maior movimento textual se dá na fase do desenvolvimento tendo em vista que é nesse momento que a argumentação ou a contra-argumentação (facultativa) do editorialista emerge no texto. Nessa fase, o grau de objetividade/clareza/precisão depende da forma como o editorialista concebe seu leitor, posicionando-se sobre a temática a partir da adesão que pressupõe já possuir seu leitor. O desenvolvimento constitui a maior porção textual dos editoriais, ou seja, é a parte do editorial que apresenta maior número de orações.

No ED 7, a porção 2-3 traz a informação de que o Brasil necessita de instituições sólidas e moderadas que consigam conter o ímpeto de manifestações, oferecendo dados seguros e que não firam a legalidade. Essas atitudes não estão sendo percebidas no Poder Judiciário. A relação de satélite funciona como fundo da porção nuclear que ocorre no início do 4º parágrafo, pontuando aos leitores do Jornal Folha de São Paulo que **“O imperioso combate à corrupção, entretanto, não pode avançar à revelia das garantias individuais e das leis em vigor no país”**.

Na porção 12, que desempenha a função de satélite, há a ocorrência de uma relação de avaliação da porção nuclear 2-3, demonstrando que é necessário que a população tenha conhecimento sobre o que se desenvolve nas sombras do poder, pois, segundo o editorialista, que representa o veículo Folha de São Paulo, os juízes não podem pular as leis que regem o

país e o Poder judiciário deve ser exemplo de cumprimento às leis, pois a desmoralização desse Poder é efetivamente o pior evento que pode se desenvolver.

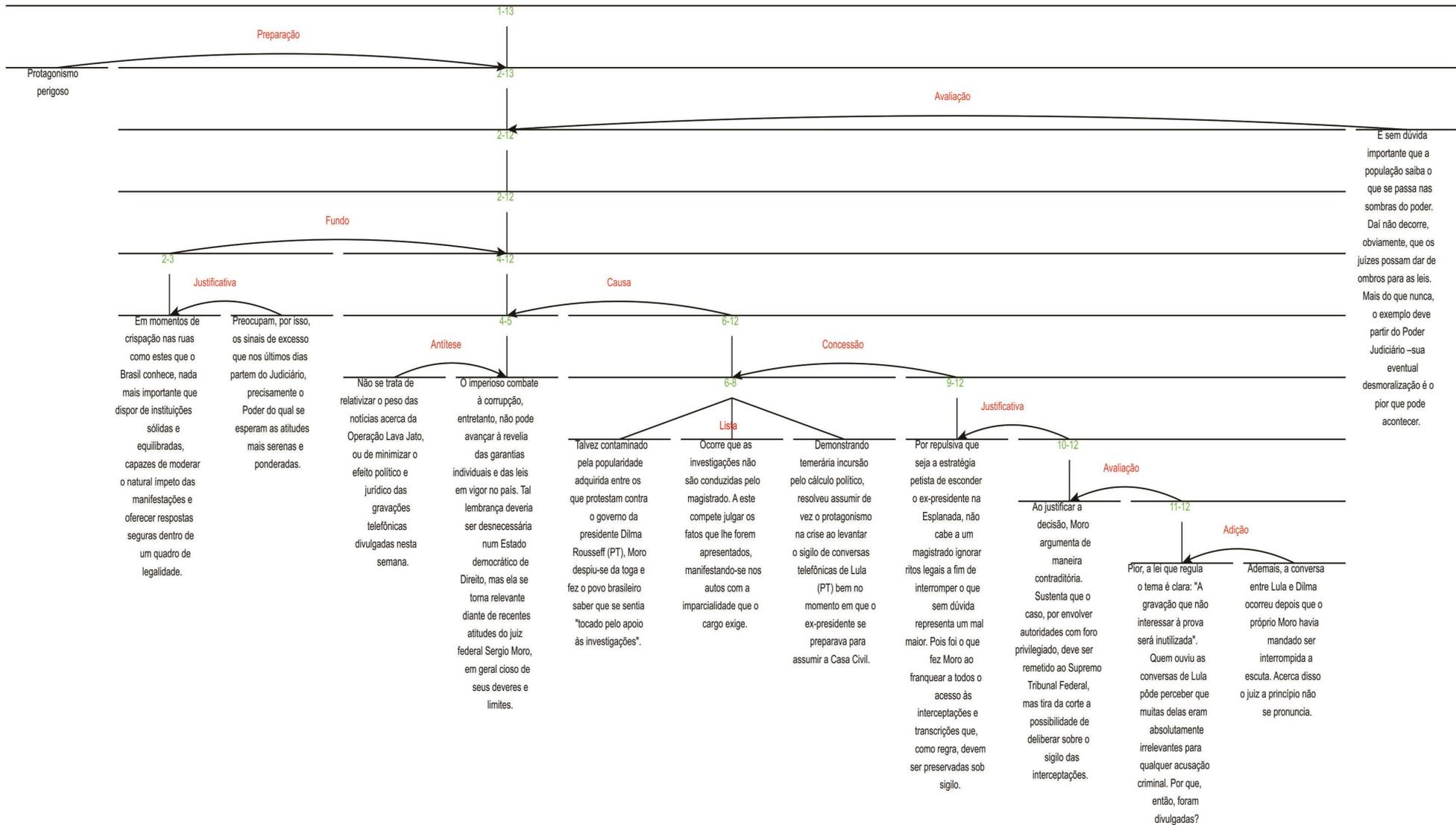


Figura 18: ED 10 – Jornal Folha de São Paulo: UC na fase de desenvolvimento

No ED 10, a UC ocorre apenas na fase de avaliação. Nesse caso, emerge no 8º parágrafo do ED 10. A porção 9 representa a UC, trazendo a informação de que a dupla, Dilma Rousseff e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, supera todas manobras já adotadas pelo PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação. Identifica-se a presença da UC na fase de avaliação em 16% do *corpus* desta tese.

Nos editoriais em que a UC se materializa na fase da avaliação, as relações de fundo e/ou preparação funcionam como satélite da porção nuclear. No ED 10, por exemplo, o editorialista traz informações referentes ao principal desmando cometido pela então presidente Dilma Rousseff, ou seja, a nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, o que o protege da Operação Lava Jato devido ao foro privilegiado. São expostas várias particularidades sobre a nomeação entre a porção 2-8, que funciona como fundo. É importante pontuar que a porção 7-8 representa uma relação de preparação, pois o produtor do texto articula duas perguntas retóricas que contribuem para que os leitores do Jornal Folha de São Paulo compreendam integralmente a informação da porção nuclear, são elas:

Como entender tal conversa se não como um verdadeiro acerto entre elementos interessados em fugir ao alcance da lei?

Será a palavra "cumplicidade" forte demais para aplicar a uma presidente da República e a um ex-presidente que se afobam em arranjar artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça paralisada e o privilégio intacto?

(Jornal Folha de São Paulo, *É o fim*, 2016).

A informação da UC sintetiza o cinismo, a imprudência e a provocação cometidos por Dilma e Lula que, conseqüentemente, levam-nos ao fim como está proposto pela relação de preparação “É o fim” – título do ED 10.

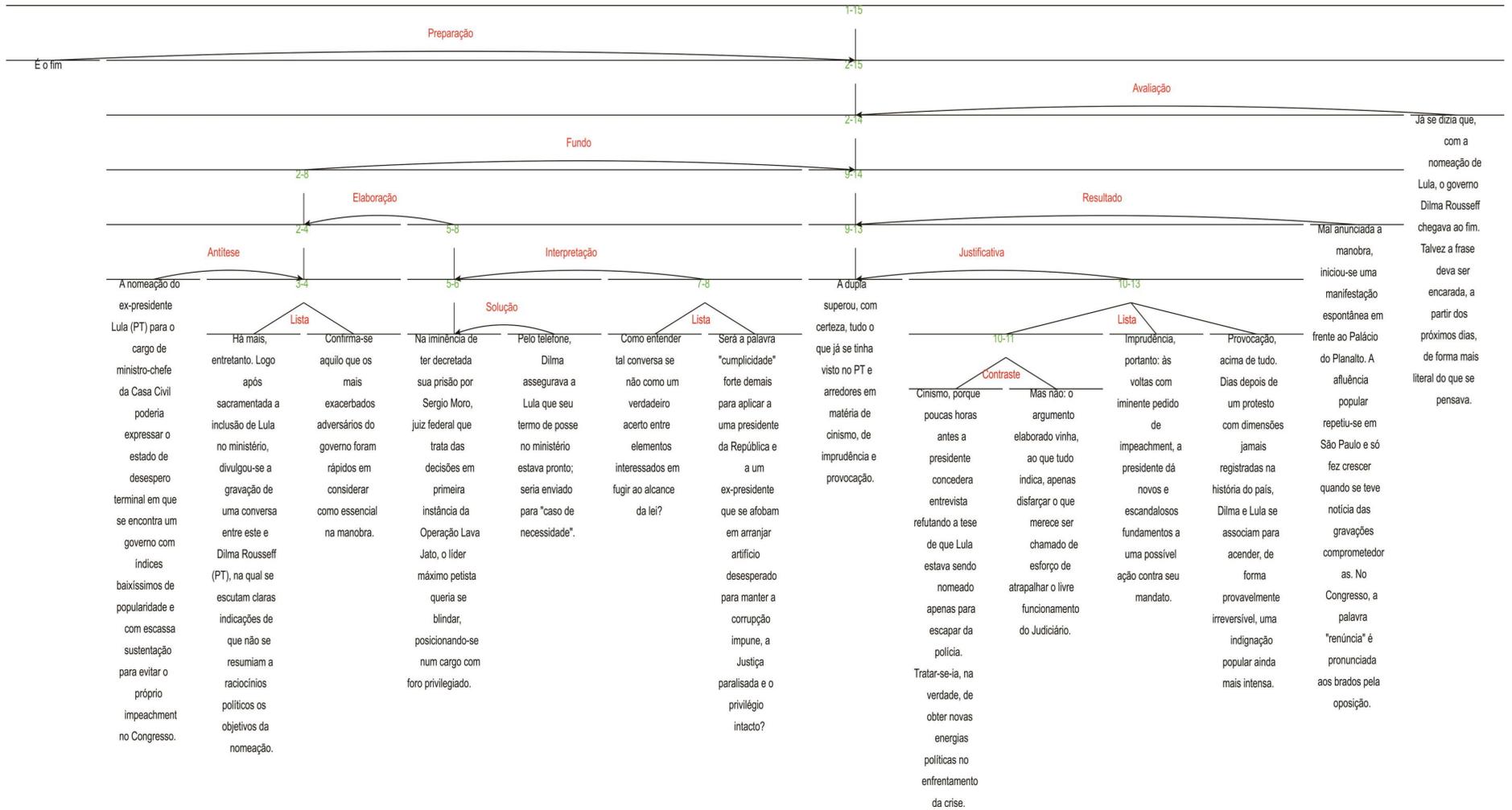


Figura 19: ED 10 – Jornal Folha de São Paulo: UC na fase da avaliação

A etapa denominada conclusão/desfecho desempenha as seguintes funções textuais: 1) Finalizar as informações que são discutidas ao longo do texto; 2) Elaborar o fechamento da interação verbal entre o editorialista e os seus interlocutores diretos, tendo vista que é o momento de se concluir as ideias defendidas; 3) Fazer uma retomada da temática que é discutida no editorial, apontando, muitas vezes, causas, consequências, justificativas e avaliações sobre o fato noticioso.

No processo de análise, identifica-se a UC na fase da conclusão em 12% dos editoriais, fugindo novamente da visão prototípica na qual a UC se encontra na fase inicial da definição e/ou no início dos parágrafos do desenvolvimento dos textos argumentativos. Essa mobilização se desenvolve devido aos gêneros não serem constituídos de estabilidade. Na verdade, são permeados por questões sociais, históricas e temporais inerentes aos seus contextos, refletindo as finalidades e as condições específicas de cada instituição; sendo que, à proporção que aumenta a complexidade dos usos linguísticos na sociedade, o repertório dos gêneros discursivos é ampliado.

No ED 2, por exemplo, verifica-se que o editorialista constrói um pano de fundo, no qual são apontadas as questões referentes ao racismo, citando a lei 7.916/1989, que pune as condutas decorrentes de preconceito racial ou de cor. Na sequência, o produtor textual apresenta indícios de seu objetivo, que é uma discussão sobre uma possível publicação da obra “Minha Luta”, abordando se a proibição fere ou não a liberdade de expressão.

Verifica-se que o pano de fundo elaborado na porção 2-6 da figura 20 representa um satélite em relação à porção, estabelecendo uma relação de avaliação, pois o editorialista destaca que a obra “Minha Luta” é constituída de um caráter preconceituoso e racista, considerando que a divulgação e a comercialização do livro é um abuso de liberdade de expressão, que fere os direitos de igualdade e dignidade das pessoas.

A porção 7, que exerce o papel de UC, traz a informação que “Minha Luta” necessita de uma reformulação para a sua publicação e comercialização, contando com reajustes, incluindo notas e os recursos que eliminem as incongruências e perturbações, evidências de ideias racistas e que extrapolam a liberdade de expressão.



Figura 20: ED 2 – Jornal Gazeta do Povo: UC na fase da conclusão

A partir da análise dos textos apresentados nesta seção, constata-se que a UC pode se apresentar na fase definição/introdução, desenvolvimento e/ou conclusão. Nos textos do *corpus* da tese, os editorialistas fazem uso da UC na fase introdutória ou no início dos parágrafos do desenvolvimento em 48% dos textos, ou seja, usam a fase da introdução para pontuar a temática e o ponto de vista que iriam defender ao longo todo texto.

Ao se comparar esses dados com pesquisas realizadas sobre o gênero resposta argumentativa, em que a UC é identificada 90,7% na posição inicial (ANTONIO, 2015), e com a pesquisa sobre os textos dissertativo-argumentativos em que 50% dos textos apresentam a UC na extensão de 0% até 30% (ANTONIO, SANTOS, SILVA E MORESCHI, 2017), defende-se, assim, que a maior frequência da UC se realiza na fase inicial dos textos argumentativos.

Apesar desse aspecto, identifica-se que a UC também pode ser articulada no desenvolvimento, possibilitando que o editorialista prepare seu leitor para a informação que é apresentada mais tarde ou crie um pano de fundo para orientá-lo sobre o conteúdo da UC. Outra fase em que a UC emerge na superestrutura do gênero editorial é a denominada avaliação, proposta por Guimarães (1992), na qual a porção nuclear traz uma avaliação direta sobre a temática que foi discutida. Essa situação se efetua em 12% dos editoriais analisados neste trabalho.

Também existe a possibilidade de que o editorialista traga a UC apenas na fase da conclusão. Nessa situação, o produtor do texto constrói um pano de fundo para os fatos que confirmam as informações expostas na UC. Em muitos casos, o editorialista apresenta evidências que colaboram para o entendimento da informação nuclear ou, ainda, exprimem ideias que se contrastam para, então, exporem o ponto de vista do veículo de comunicação que representam.

4.1.4 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 1º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA DOS EDITORIAIS

Nesta seção da tese, são apresentadas as porções textuais que se estabelecem no 1º nível da estrutura retórica dos editoriais. Constata-se que os 25 editoriais que compõem o *corpus* da tese são constituídos pelo título e 5 desses editoriais apresentam o subtítulo, compreendendo, assim, que o título e o subtítulo realizam uma preparação para a leitura do gênero editorial.

A relação de preparação pode ser encontrada em 100% dos editoriais, pois esse gênero discursivo é marcado, estruturalmente, pela presença do título. Esse elemento tem como objetivo preparar/instigar/motivar o leitor a prosseguir na leitura do texto. Pode-se dizer que, na relação de preparação, o editorialista faz uso do conteúdo do satélite com o objetivo de tornar o seu interlocutor mais informado acerca do conteúdo do núcleo, segundo a definição de Mann e Thompson (1998).

No quadro a seguir, é apresentada a presença do título e do subtítulo no *corpus*.

Veículos de comunicação	Título	Título e Subtítulo	N	%
<i>Jornal Estadão</i>	5		5	20
<i>Jornal Folha de São Paulo</i>	5		5	20
<i>Gazeta do Povo</i>	3	2	5	20
<i>Brasil de Fato</i>		5	5	20
<i>Carta Capital</i>		5	5	20
Total	13	12	25	100

Quadro 12 – Frequência do título e subtítulo no 1º nível do diagrama arbóreo

Ao se analisar o quadro 12, percebe-se que os editoriais pertencentes aos veículos de comunicação *Brasil de Fato* e *Gazeta do Povo* e *Carta Capital* apresentam um subtítulo após o título, o qual tem como função também preparar o leitor para as informações que são expostas na fase da definição/introdução e ao longo de todo o editorial.

Na figura 21, pode-se observar que o título e o subtítulo são segmentados na mesma porção textual.

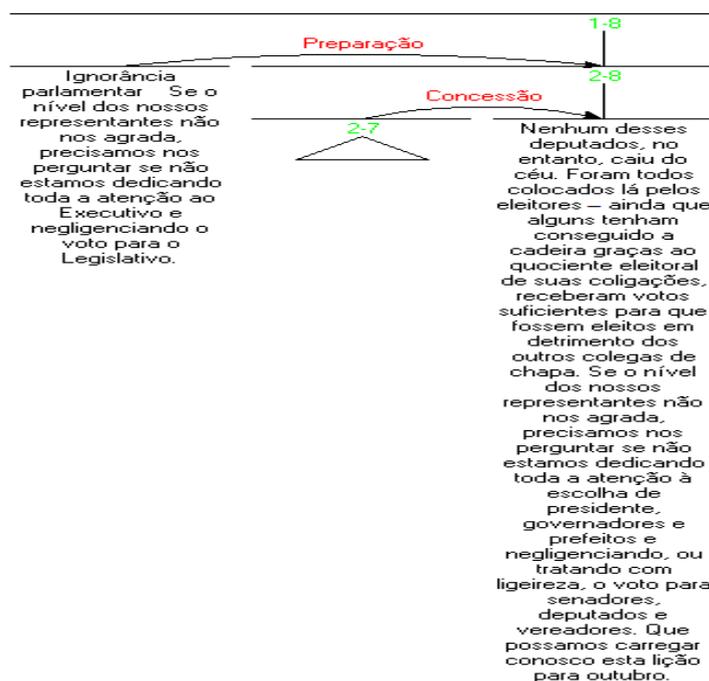


Figura 21: ED 4

No ED 4, o título é constituído por um sintagma nominal ⁸“Ignorância Parlamentar”. O uso desse elemento linguístico dá aos leitores algumas informações superficiais sobre a temática do texto. Na sequência, o subtítulo expande essas informações, expondo que o nível do representante não agrada uma parte da população, pois, segundo o editorialista, preocupamo-nos em excesso com o executivo e deixamos em um segundo plano o legislativo. Devido a esses fatos, opta-se por juntar título e subtítulo no processo de segmentação do texto.

Abordando, ainda, a questão do título dos editoriais, identifica-se uma preferência por sintagmas nominais formados por substantivo e adjetivo. Essa preferência se relaciona, efetivamente, à temática dos editoriais, uma vez que traz apenas alguns indícios do conteúdo que será discutido ao longo do texto pelo editorialista e que, nas situações em que há a presença do subtítulo, conseqüentemente, há uma expansão dessa preparação para a leitura das próximas fases do editorial.

⁸ Perini (2010) faz uma descrição detalhada do sintagma nominal e sua estrutura interna. Segundo o autor, o SN é um constituinte que apresenta certas propriedades: a) possui um potencial funcional, ou seja, pode desempenhar na oração as funções sintáticas de sujeito, objeto e complemento da preposição; b) tem potencial referencial, isto é, não é possível se referir a uma entidade do mundo real ou imaginário através da língua sem fazer uso de um SN.

Em seguida, são expostas, no quadro 13, as classes gramaticais que mais são identificadas nos títulos dos editoriais, pontuando se os títulos desses textos são formados a partir de um sintagma nominal ou de uma frase⁹.

Classes gramaticais	Título do editorial	Título do editorial	%
	Sintagma nominal	Frase	
Substantivo/Adjetivo	11		44
Substantivo/Substantivo	5		20
Substantivo/Verbo		5	20
Substantivo/Outras categoriais nominais		4	16
TOTAL	25	100	100

Quadro 13 - Frequência das classes gramaticais identificadas nos títulos dos editoriais

É bom sinalizar também que, em muitas situações, a relação de preparação se realiza nos editoriais em formato de perguntas retóricas. De acordo com Urbano (1993), essas perguntas são caracterizadas por constituírem um vínculo semântico com as respostas, por meio do qual se impõe que toda pergunta seja respondida. Esse traço indissolúvel, semanticamente estabelecido, instaura uma relação estreita, em que a resposta é uma condição para que a pergunta contribua para a função comunicativa.

Nessa perspectiva tradicional, a pergunta se configura necessariamente como um pedido a uma resposta. De acordo com (HILGERT, 2006), esse recurso, entretanto, não tem como objetivo receber uma resposta, mas propiciar que o interlocutor tenha um maior interesse pelo conteúdo veiculado no núcleo. Exemplificação dessa situação está a seguir, na figura 23.

⁹ Votre & Naro (1989), a frase é considerada uma unidade comunicativa que veicula informação e que está relacionada à situação comunicativa.

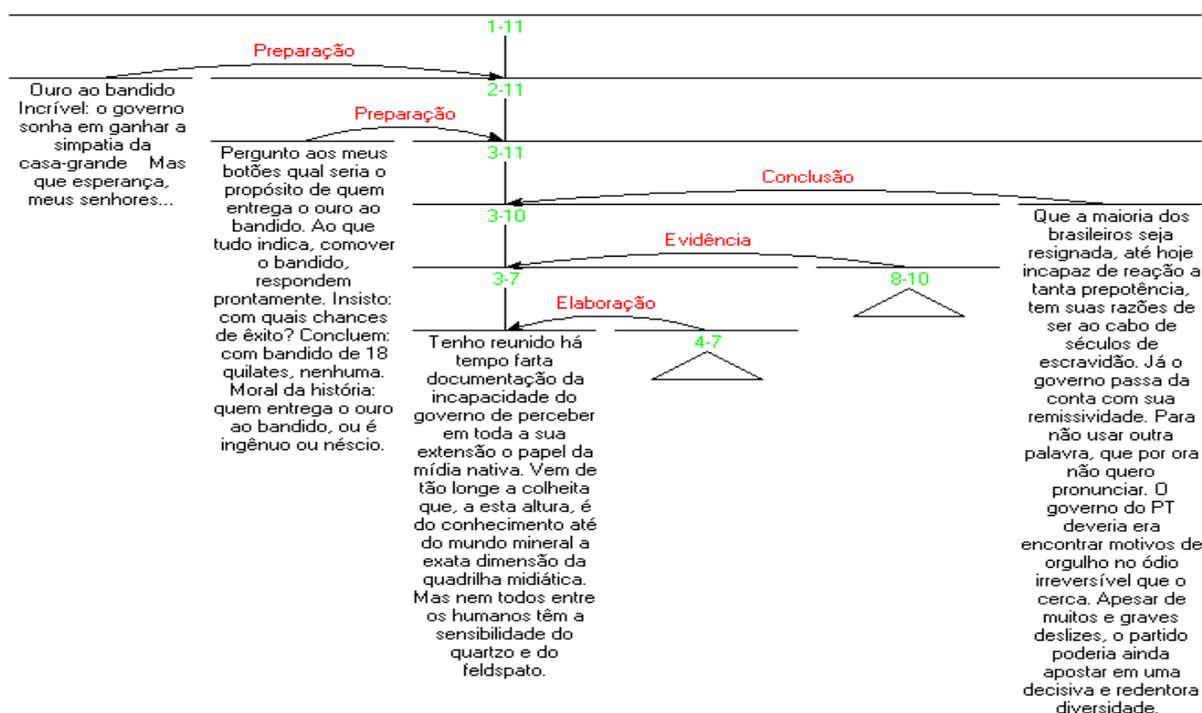


Figura 22: ED 11

Nessa figura, o editorialista faz uso de uma pergunta retórica “Qual seria o propósito de quem entrega o ouro ao bandido? Pergunta para qual ele já tem uma resposta: “quem entrega o ouro ao bandido, ou é ingenuo ou néscio”. Por meio dessa relação de preparação que funciona como satélite da UC, o produtor textual propicia que o leitor se sinta mais interessado/orientado para compreender o conteúdo de porção 3.

4.1.5 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 2º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA DOS EDITORIAIS

Ao se analisar o 2º nível dos editoriais que constituem o *corpus* da tese, verifica-se que as relações desse nível ocorrem, principalmente, na fase da conclusão e, em alguns casos, na fase da definição/introdução e de desenvolvimento. No quadro 14, são expostas essas relações.

Relação	N	%
Avaliação	5	19,20
Concessão	4	15,38
Conclusão	8	30,72
Elaboração	4	15,38
Fundo	1	3,84
Motivação	1	3,84
Preparação	1	3,84
Reafirmação	1	3,84
Resultado	1	3,84
TOTAL	26	100

Quadro 14: Frequência das relações que ocorrem no 2º nível da estrutura retórica dos editoriais

RELAÇÃO DE CONCLUSÃO

A definição da relação de conclusão é proposta por Carlson e Marcu (2001) e não se enquadra no rol das relações tradicionais descritas por Mann e Thompson (1988). Essa relação objetiva que os leitores percebam que o conteúdo do satélite é uma declaração final acerca do que é dito no núcleo.

Ao se analisar o quadro 14, verifica-se que a relação de conclusão se realiza no 2º nível da estrutura retórica em 30,72% dos editoriais, principalmente na fase da conclusão. Em algumas situações, o editorialista emprega a relação de conclusão no final do parágrafo introdutório, uma vez que finaliza os conceitos até então expostos. Em outros casos, o

produtor textual faz uso da relação de conclusão ao final dos parágrafos que compõem o desenvolvimento, sempre com o objetivo de fechar uma ideia já exposta.

No processo de elaboração de um editorial, é perceptível a predominância de um raciocínio lógico, pois os editorialistas apresentam o seu ponto de vista sobre a temática. Após essa etapa, trazem argumentos que fundamentam o ponto de vista por meio, por exemplo, de argumentos de autoridade e exemplificações. Ao final dessas duas etapas, há uma conclusão das ideias apresentadas. Devido a isso, observa-se que há emergência da relação de conclusão, especialmente na última etapa do texto, como na figura 23.

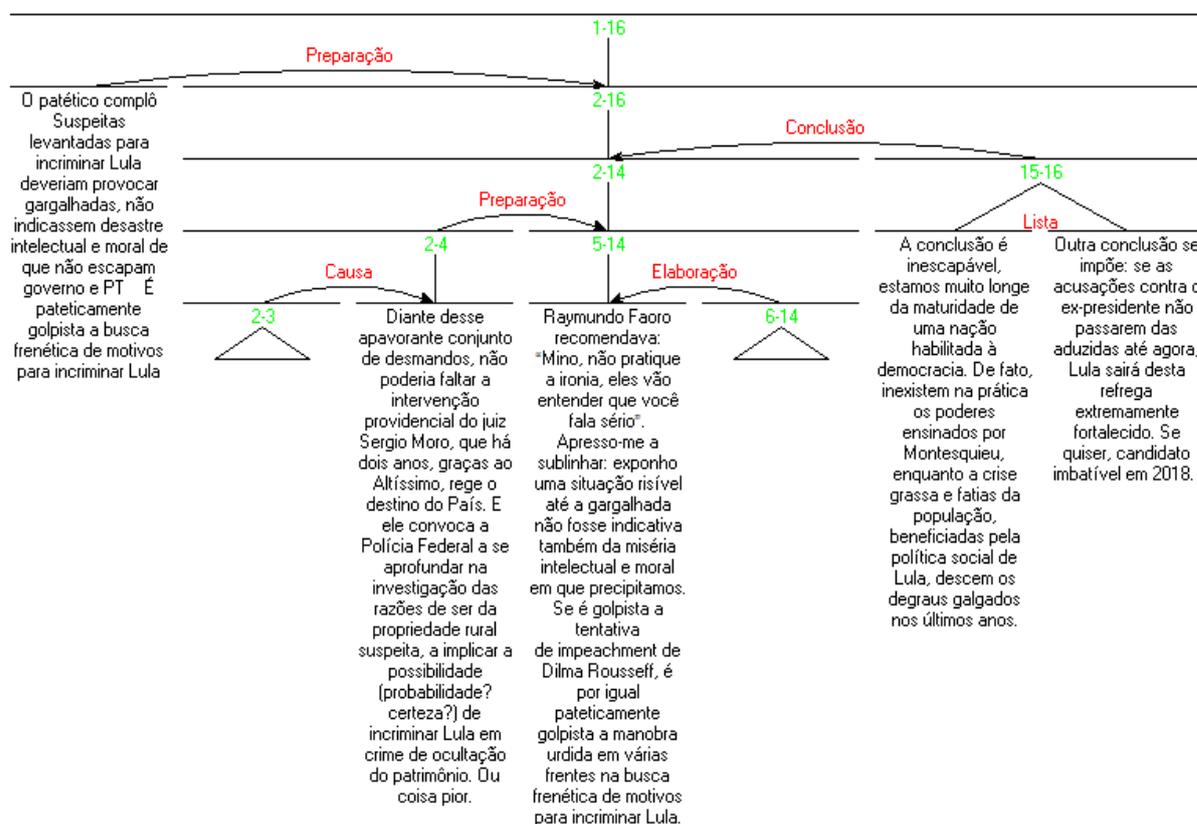


Figura 23: ED 13

Na figura 23, na porção 2-14, que representa o núcleo, o editorialista informa que os conjuntos de ações empregadas para incriminar Lula e a tentativa de *impeachment* de Dilma Rousseff são patéticos. Para concluir essa ideia, a porção 15-16, que funciona como satélite, pontua aos leitores do editorial “que as tentativas de incriminar os ex-presidente Lula representa um golpe. Enquanto uma parcela for beneficiada pela política social implantada

por Lula e não houver provas que o incriminem, ele sairá da situação fortalecido, podendo ser um candidato imbatível em 2018”.

RELAÇÃO DE AVALIAÇÃO

De acordo com Mann e Thompson (1988), a relação de avaliação é constituída por um satélite que tem como função realizar uma avaliação acerca do conteúdo exposto no núcleo. Como o editorial é um gênero de natureza argumentativa, verifica-se que os editorialistas realizam uma avaliação daquilo que é dito. Pôde-se detectar, nos editoriais constituintes da pesquisa, que a relação de avaliação tem a segunda maior frequência no 2º nível, ou seja, 19,20%.

Na figura 24, a porção 6 estabelece uma avaliação, em que o editorialista destaca que a obra “Minha Luta” é constituída de um caráter preconceituoso e racista, considerando que a divulgação e a comercialização do livro são um abuso de liberdade de expressão, que fere os direitos de igualdade e a dignidade das pessoas. A porção 7 traz a informação central do texto, ou seja, que “Minha Luta” necessita de uma reformulação para a sua publicação e comercialização, contando com reajustes que incluam notas e os recursos que eliminem as incongruências e perturbações, que são evidências de ideias racistas e que extrapolam a liberdade de expressão.

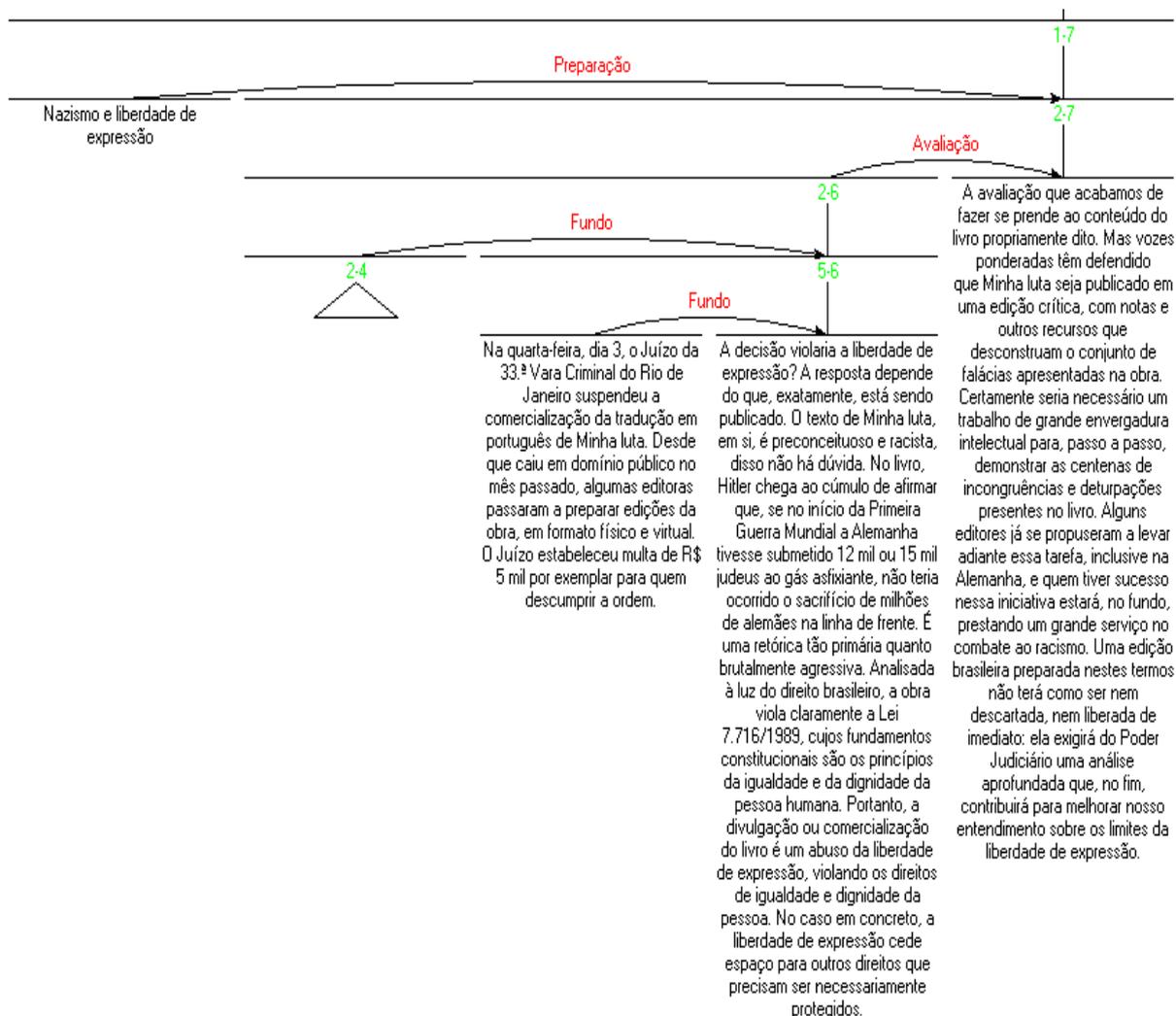


Figura 24: ED 13

No tocante à posição, as ocorrências da relação de avaliação estão pospostas ou antepostas à porção nuclear. Tudo depende dos objetivos relacionados ao que o editorialista pretende avaliar. Essa relação se materializa na etapa conclusiva, na parte introdutória e no desenvolvimento da unidade textual.

RELAÇÃO DE CONCESSÃO

Mann e Thompson (1988) concebem que a relação de concessão não deve ser pensada sob o viés da semântica, mas por meio de uma perspectiva discursiva. Ao se seguir esse princípio, a relação de concessão se materializa entre duas porções que podem ser denominadas “a” e “b” (levando-se em conta que “b” é a parte que efetua a concessão).

Esse fato se efetiva se for plausível que o autor do texto: 1) elabore um conceito positivo pelo elemento “a” e pretenda que seu destinatário estabeleça também uma ideia positiva sobre “a”; 2) reconheça que há uma incompatibilidade entre os fatos apresentados em “a” e “b”; 3) compreenda que as situações expostas em “a” e “b” são compatíveis; 4) conceba que o fato de o destinatário reconhecer uma possível incompatibilidade aumentará seu conceito positivo por “a”, de maneira que será menos provável que o destinatário elimine “a” em face de possíveis objeções a “a”.

De acordo com Mann e Thompson (1988), o conceito positivo está relacionado aos objetivos que o produtor do texto almeja atingir em seu destinatário por meio de seu texto, isto é, significa elaborar uma atitude de aprovação, interesse, levar o destinatário a acreditar em algo. Na concepção dos referidos autores, nesse tipo de abordagem, as orações não podem ser consideradas isoladamente, já que não é possível inferir os objetivos do autor do texto.

Na figura 25, a porção 2 desempenha o papel de satélite em relação à porção 6-7, que funciona como a UC. No satélite, o editorialista aponta que a quinta-feira (12) ficará marcada na memória dos brasileiros como o dia em que o voto de 54 milhões foi invalidado, por meio de um golpe, afastando a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Essa informação estabelece uma relação de concessão com a porção 7-8, pois o produtor textual aponta que, apesar dessa situação vexatória, não é hora de desanimar e que os eleitores do Jornal Brasil de Fato devem se mobilizar contra os golpistas e contra o modelo antipopular a ser adotado por Temer. O editorialista finaliza o seu ponto de vista na UC, convocando os leitores a permanecerem na luta com um olhar altivo, fugindo dos retrocessos que podem ser promovidos pelo golpe.

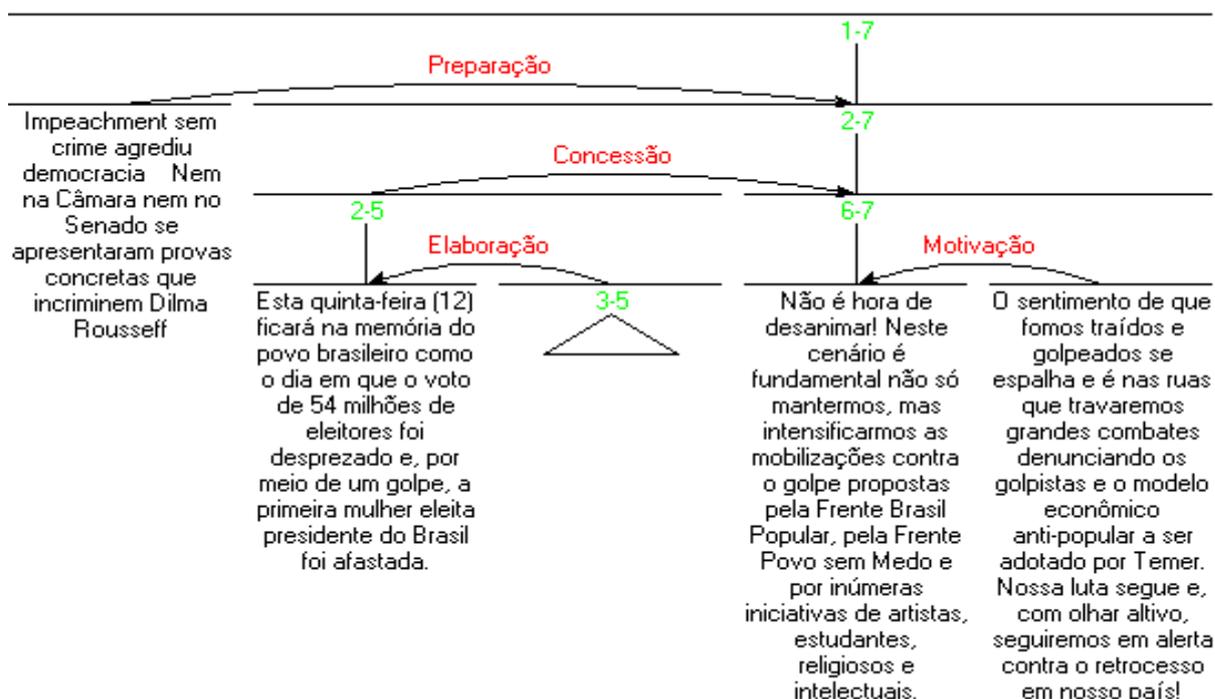


Figura 25: ED 21

No 2º nível da estrutura retórica, a relação de concessão é identificada em 15,38% dos editoriais, obtendo, assim, a terceira maior frequência juntamente com a relação de elaboração, que está na sequência.

RELAÇÃO DE ELABORAÇÃO

A relação de elaboração é organizada a partir das informações adicionais sobre a situação, sobre alguns elementos apresentados no núcleo ou informações que dele podem ser inferidas (MANN e THOMPSON, 1988). A relação de elaboração traz dados adicionais ao que é exposto no início, por esse motivo é utilizada com uma frequência significativa pelos editorialistas na fase do desenvolvimento e também na fase da conclusão. Pode-se verificar que a relação de elaboração se realiza no 2º nível da estrutura retórica em 15,38% dos editoriais.

Na figura 26, a porção 2 estabelece que pode haver controvérsia sobre o *impeachment* representar um ato legal ou um golpe, porém é inegável que, no Brasil, foi

realizada mais uma de suas transições pacíficas. Essa ideia é expandida pelo editorialista, quando ocorre a relação de elaboração na porção 14-16, defendendo o conceito de que as transições pacíficas no Brasil são fruto de uma violência social intensa que se dá devido à ausência de conversão e de conhecimento em violência política. Na concepção do editorialista, esses fatos decorrem de um legado escravocrata, que é representado na porção 15.

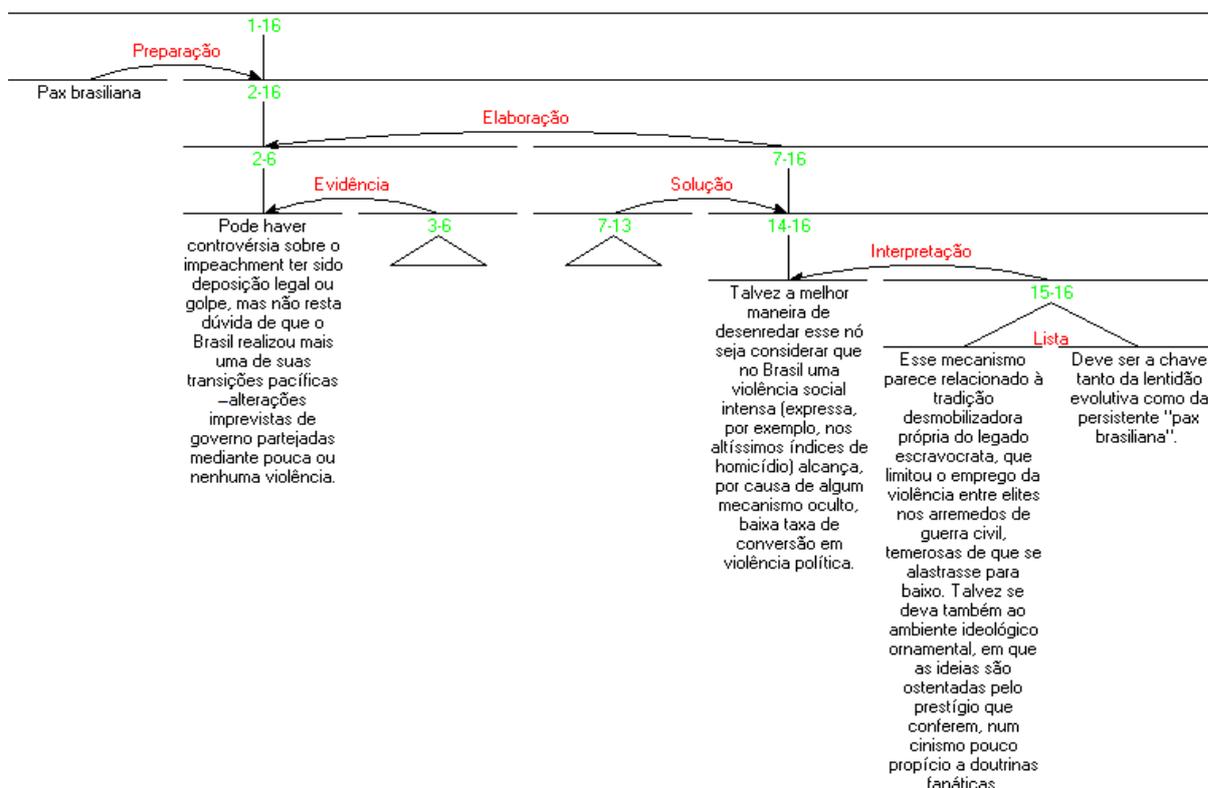


Figura 26: ED 9

Nesta etapa da análise, opta-se por discorrer sobre as relações que se desenvolvem no 2º nível da estrutura retórica dos editoriais, tendo, no mínimo, 3 ocorrências que colaboram para o entendimento da macroestrutura do editorial. As outras relações de fundo, motivação, preparação, reafirmação e resultado que se realizam apenas 1 vez não são discutidas, pois podem ser identificadas em outros níveis da estrutura retórica constituintes desta tese.

4.1.6 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 3º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA

No 3º nível da estrutura retórica do *corpus*, verifica-se a frequência expressiva da relação de elaboração. Como essa se liga à porção nuclear na 3ª linha horizontal do diagrama arbóreo, defende-se que existem motivações argumentativas que propiciam a ocorrência da relação de elaboração na macroestrutura do editorial. Diante dessa situação, opta-se, então, por realizar mais uma análise da relação já referida. Outro ponto é que as relações que emergem apenas 1 vez no 3º nível da estrutura retórica não são analisadas, já que podem se estabelecer em outros níveis - 4 ou 5.

Relação	N	%
Antítese	1	3,57
Avaliação	1	3,57
Conclusão	1	3,57
Contraste	3	10,71
Elaboração	6	21,42
Evidência	1	3,57
Fundo	7	24,99
Interpretação	1	3,57
Lista	3	10,71
Motivação	1	3,57
Preparação	1	3,57
Solução	2	7,14
TOTAL	28	100

Quadro 15: Frequência das relações que ocorrem no 3º nível da estrutura retórica dos editoriais

RELAÇÃO DE ELABORAÇÃO

A relação de elaboração é constituída por quatro características básicas: ausência de restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite; apresentação de detalhes adicionais no satélite sobre a situação, ou sobre algum elemento do assunto apresentado no núcleo ou nele acessível inferencialmente; efeito esperado pelo produtor de que o leitor reconheça a porção satélite

como um acréscimo de detalhes para a porção núcleo; e, conseqüentemente, identifique o elemento especificado como pertencente ao o núcleo (MANN e THOMPSON, 1988).

Na figura 28, pode-se verificar que a porção 2 exerce a função de núcleo, trazendo a informação central do editorial na fase introdutória/definição, em que os leitores do *Jornal Gazeta do Povo* são informados de que Michel Temer nomeou José Serra como ministro das Relações Exteriores em um momento em que o país necessita de reformulação em sua política externa. O ED 5 antecipa, no 1º parágrafo (introdução do gênero editorial), que haverá três grandes áreas de atuação em que o governo explicitará a filosofia de ação e estratégia operacional à sociedade e ao público internacional.

A porção 3-6 é composta por uma relação multinuclear de lista, uma vez que apresenta um descrito das três grandes áreas de atuação das Relações Exteriores, ou seja, a primeira é a do comércio internacional, a segunda é área zonal e quase submissa dos governos petistas aos países latino-americanos ditos socialistas e à tolerância com a agressão e com o desrespeito aos direitos humanos, e a terceira se refere aos acordos internacionais ligados à proteção do meio ambiente e às práticas antipoluição. Observa-se que essa relação de lista que emerge na fase do desenvolvimento desempenha função de satélite da porção 2, ou seja, são especificadas as três grandes áreas de atuação das Relações Exteriores.

Afirma-se, nessa perspectiva, que a frequência expressiva da relação de elaboração se materializa, principalmente, na fase do desenvolvimento, pois o editorialista pretende apresentar mais detalhes aos leitores dos editoriais jornalísticos, como se pode visualizar no ED 5:



Figura 27: ED 5

RELAÇÃO DE FUNDO

Na concepção de Mann e Thompson (1988), a relação de fundo introduz uma informação que objetiva aumentar a capacidade do leitor de compreender o conteúdo posto no núcleo. Ao se observar o quadro 15, constata-se a maior frequência dessa relação no 3º nível da estrutura retórica, ou seja, 24,99 %.

A relação de fundo ocorre na fase da definição/introdução e na fase do desenvolvimento. Esse fato se dá porque o editorialista elabora um pano de fundo, para que, na sequência, exponha a UC do texto. Portanto, o fundo está em uma relação anterior com a UC.

Na figura 28, o editorialista na porção 2-3 do ED 7 afirma ao leitor que, em momentos conturbados, é importante dispor de instituições sólidas e equilibradas, as quais sejam capazes de oferecer respostas seguras, pontuando sua preocupação com as atitudes adotadas pelo judiciário brasileiro na conjuntura atual. Após essa etapa, o editorialista traz a UC - porção 4-5 -, reiterando aos leitores do editorial que a corrupção deve ser combatida, porém não deve ferir os direitos individuais e as leis que vigoram no país, como está fazendo o juiz Sérgio Moro.

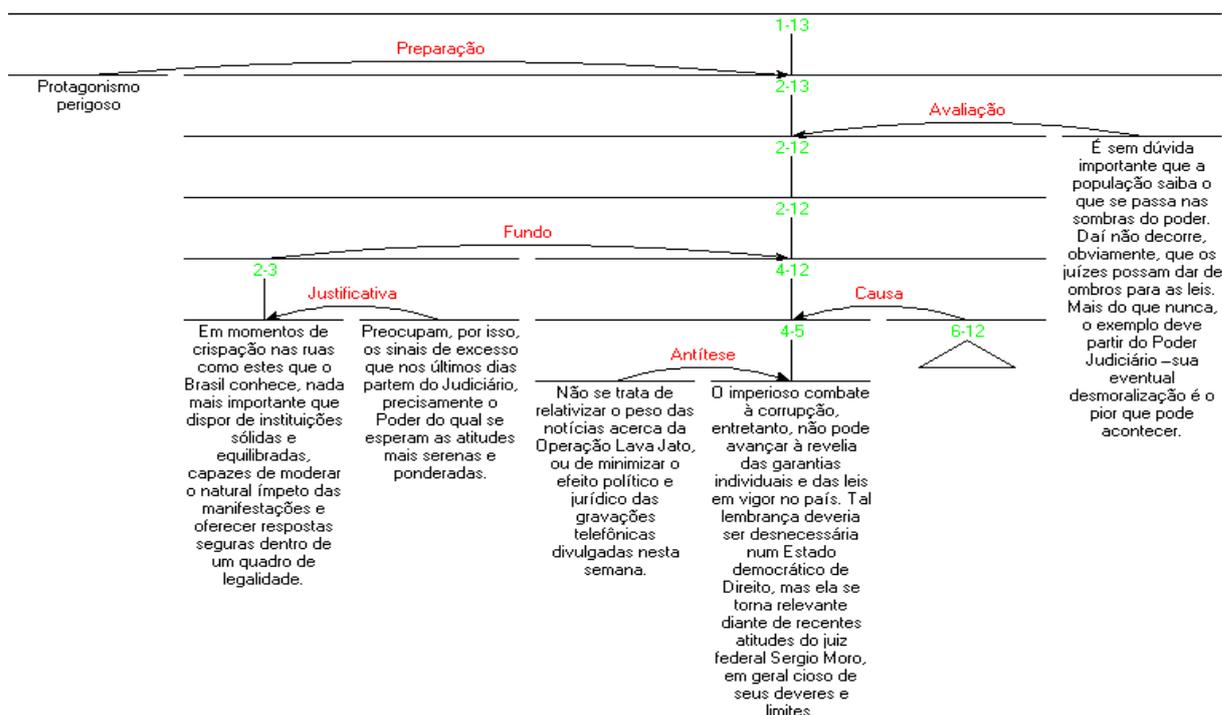


Figura 28: ED 7

RELAÇÃO DE LISTA

Segundo Mann e Thompson (1998), o foco da relação de lista é relacionar as unidades textuais semelhantes. No *corpus*, a relação de lista efetua a ligação entre ações que se relacionam mutuamente, mas que não são marcadas por noções temporais, como nos exemplos da figura 22. Verifica-se que essa relação tem a 3ª maior frequência no 3º nível da estrutura retórica, 10,71%, principalmente na fase do desenvolvimento, pois o editorialista busca, por meio de estratégias diferentes, convencer seus leitores acerca do que é dito.

Na figura 29, a porção 2 desempenha a função de núcleo textual, uma vez que o editorialista declara que a presidente, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, usam diferentes manobras para que não sejam afastados de seus cargos.

A porção 3-7 representa uma lista de manobras criativas, que são empregadas por Dilma Rousseff e por Eduardo Cunha para não serem afastados de seus cargos. Na porção 3, o documento é empregado em defesa do mandato da presidente no caso de *impeachment* e de tentar suspender os inquéritos abertos contra Eduardo Cunha, enquanto ele for chefe da Casa Civil. Na porção 5, o editorialista defende que o documento apresenta argumentos para que os militantes defendam a presidente nas redes sociais e demonstra também as estratégias empregadas por Eduardo Cunha para evitar uma possível cassação. A porção 7, que também representa uma relação de lista, traz à tona que o documento que circula na internet tenta demonstrar que *impeachment* é frágil e que não há evidência do crime de responsabilidade, incentivando o internauta a ler e a compartilhar.

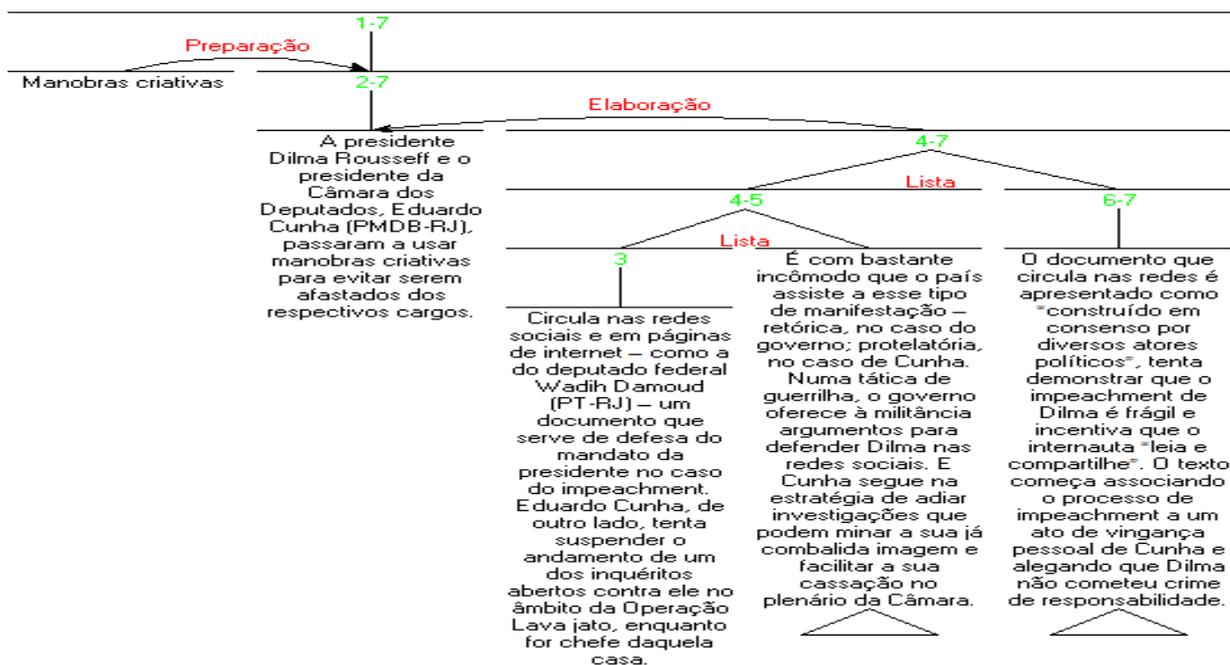


Figura 29: ED 1

RELAÇÃO DE CONTRASTE

Na relação de contraste, as porções de texto que constituem os dois núcleos são entendidas como semelhantes em muitos aspectos, porém divergentes em outros. No *corpus*, a frequência dessa relação contrasta ações ou situações.

Identifica-se a relação de contraste em 10,71% das ocorrências no 3º nível da estrutura retórica dos editoriais, isso porque os editorialistas, em vários momentos, pretendem que seus leitores reconheçam a possibilidade de comparação e da existência de diferenças suscitadas pela comparação realizada. Em uma parte do *corpus*, os editoriais fazem uso de conectivos como: “mas”, “todavia”, “entretanto”, entre outros que podem denotar uma ideia de oposição em relação ao conteúdo exposto na porção nuclear. Em algumas situações, como a exposta na figura 30, os editoriais não apresentam conectivos que expressam contraste, mas desenvolvem ideias que se contrastam.

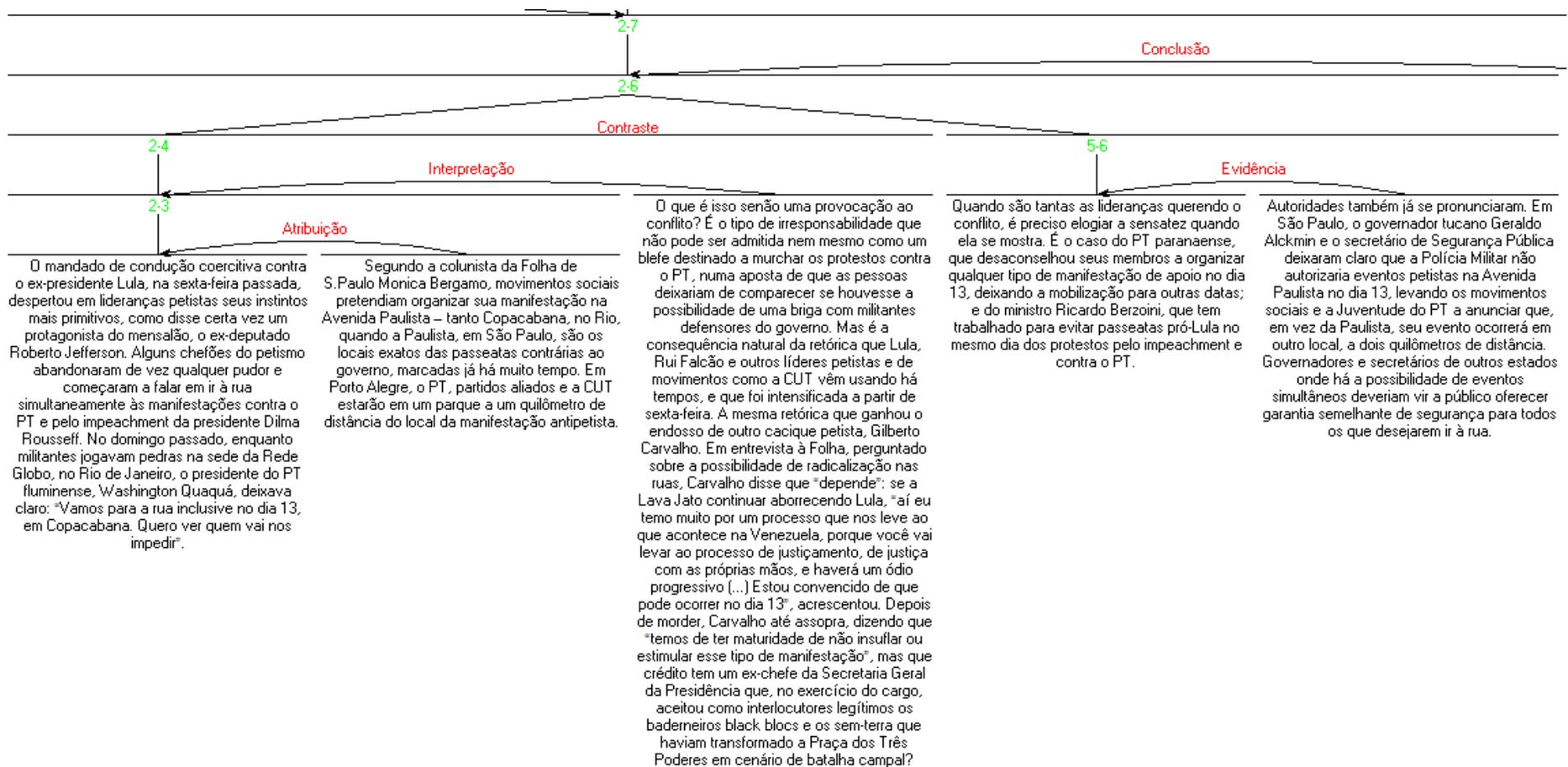


Figura 30: ED 3

Fica evidente que as porções 2-4 e 5-6 são contrastantes, visto que a primeira indica que alguns líderes petistas desejam ir à rua simultaneamente às manifestações contra o PT e pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, já a porção 5-6 estabelece que os líderes do PT paranaense e outras lideranças desaconselham qualquer tipo de manifestação no dia 13.

RELAÇÃO DE SOLUÇÃO

Na tabulação das relações que se efetivam no 3º nível da estrutura retórica, verificam-se 2 ocorrências da relação de solução, em que, de acordo com Mann e Thompson (1988, p. 272), o satélite apresenta um problema que está solucionado na porção nuclear.

Na figura 31, a porção 7-13, que representa o satélite de solução, demonstra que há um problema relacionado à evolução gradualista, a qual é marcada por avanços e recuos, dando origem a uma discussão sobre a cordialidade, que é concebida como aversão à violência e como tendência à efusão dos sentimentos e à solução amistosa de conflito. No ED 9, emerge a relação de sequência na porção 7-8. As porções 9-11 e 12 envolvem o termo cordialidade e suas abordagens por diferentes autores, o que contrasta com a porção 13, a qual traz a informação de que a cordialidade continua em discussão e de que os brasileiros não são dados a revoluções.

A porção nuclear 14-16 traz uma possível solução para esse problema exposto no satélite, uma vez que pontua que a melhor forma de solucionar essa questão é considerar que no Brasil há uma violência social a qual se desenvolve graças a algum mecanismo oculto, ou seja, a baixa taxa de conversão em violência política. Segundo o editorialista, essa desmobilização se relaciona ao legado escravocrata e ao ambiente ideológico, propiciando, assim, não só uma lentidão no quadro evolutivo, mas também a persistência da “pax brasileira”.

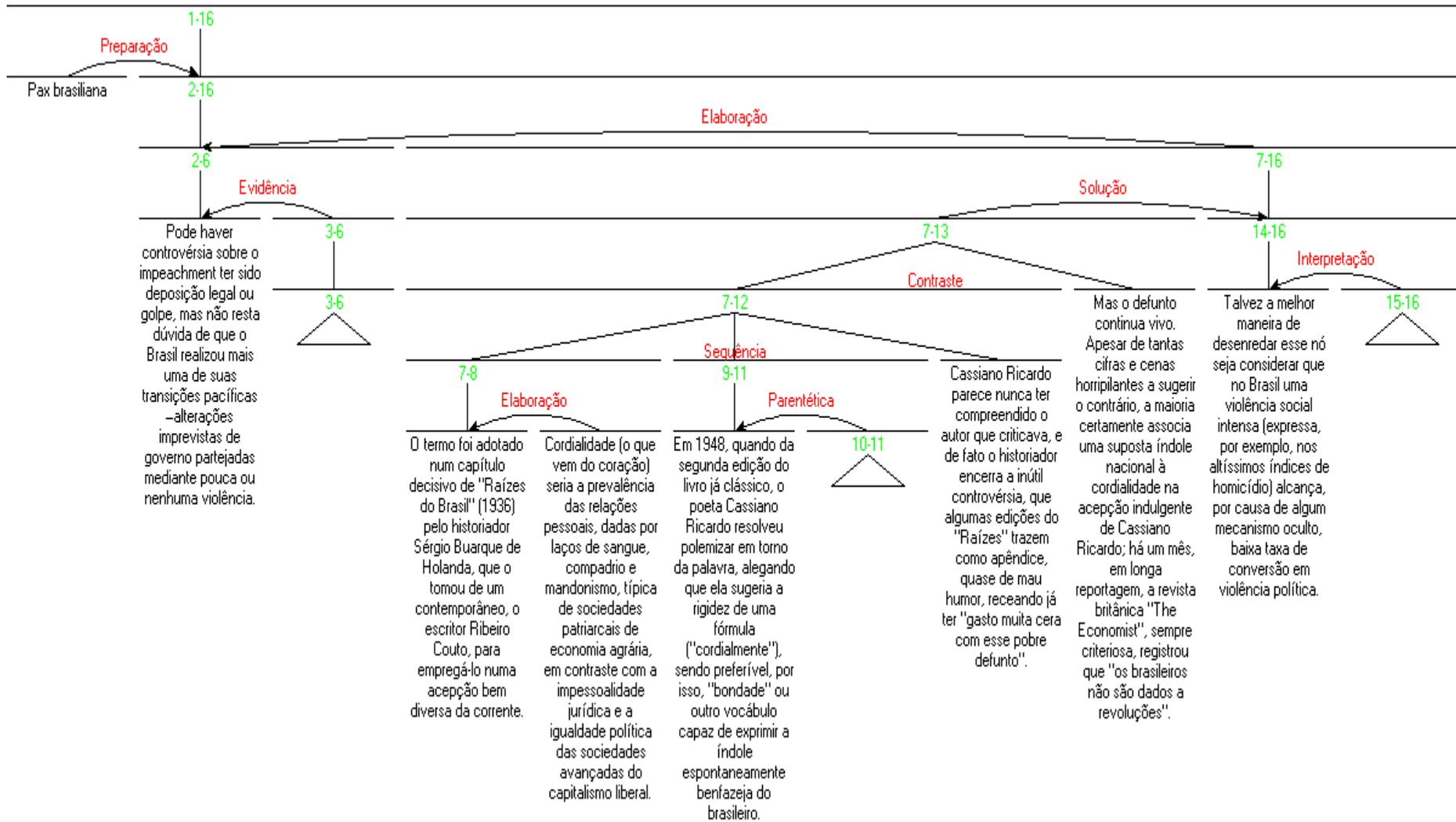


Figura 31: ED 9

4.1.7 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 4º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA

As relações que se desenvolvem no 4º nível da estrutura retórica dos editoriais ocorrem, na maioria das vezes, na fase do desenvolvimento. No quadro 11, são descritas todas as relações presentes nesse nível. Cabe evidenciar que a relação de elaboração emerge em 16,24% dos *corpus* na 4ª linha horizontal do diagrama arbóreo, demonstrando mais uma vez a necessidade de uma elaboração/esclarecimento dos fatos descritos na porção nuclear. Consta-se, portanto, que a relação de elaboração se materializa na fase do desenvolvimento no 3º e no 4º nível da estrutura retórica dos editoriais.

Torna-se importante destacar que a ocorrência em 11,60% da relação de contraste no 4º nível dos diagramas também contribui para a compreensão da fase do desenvolvimento do gênero editorial, uma vez que essa frequência se efetua no momento em que o editorial traz aspectos que se contrastam. Por essa particularidade, retoma-se novamente a relação de contraste.

As relações que ocorrem apenas uma vez não são abordadas, pois podem se realizar no 5º nível do diagrama arbóreo.

Relação	N	%
Antítese	1	2,32
Avaliação	3	6,96
Causa	4	9,28
Conclusão	1	2,32
Contraste	5	11,60
Elaboração	7	16,24
Evidência	4	9,28
Fundo	1	2,30
Justificativa	4	9,28
Interpretação	4	9,28
Lista	3	6,96
Meio	1	2,32
Motivação	1	2,32
Parentética	1	2,32
Preparação	1	2,32

Resultado	1	2,32
Solução	1	2,32
TOTAL	43	100

Quadro 16: Frequência das relações que ocorrem no 4º nível da estrutura retórica dos editoriais

RELAÇÃO DE CONTRASTE

Na figura 32, a porção 11-12 representa a UC, pontuando a temática central do editorial, emergindo na fase da conclusão do editorial, pois demonstra aos leitores do *Jornal Folha de São Paulo* que os truques para maquiagem das contas do Governo Federal chegam ao fim em 2015, principalmente pelo desembolso de R\$ 56 bilhões para a regularização das ditas pedaladas. A porção 2, por sua vez, desempenha a função de satélite em relação à porção 11-12, localizando-se na fase da introdução/definição do editorial por meio de uma relação de resumo que o leitor reconhece como uma reformulação reduzida do conteúdo do satélite, isto é, que as contas do Governo Federal foram maquiadas durante longos anos e, agora, são expostas em sua feiura plena. Essa relação tem como efeito apenas o reconhecimento da redução da informação por parte do leitor. É por isso que o local do efeito se situa em N e em S, sendo uma relação da via apresentativa, uma vez que reflete a opção estratégica de P por proporcionar a L informação que assegure tanto a compreensão quanto a aceitação do que P pretende informar.

Na porção 3-5, emerge uma relação multinuclear de contraste com a porção 6-7, constatando-se que a primeira porção apresenta a informação de que, em 2015, o Tesouro Nacional se encontrava em um estado precário devido aos gastos da máquina pública, e os investimentos em infraestrutura superaram em R\$ 115 bilhões a arrecadação de impostos e outras fontes de recursos. Além disso, há os juros da dívida, de R\$ 356 bilhões, impulsionados pela elevação da taxa do Banco Central na tentativa de conter o avanço da inflação. Esses fatos apresentados se contrastam com a segunda porção em que, em 2013, os balanços oficiais traziam um saldo positivo de R\$ 77 bilhões entre receitas e despesas não financeiras, mais encargos da dívida de R\$ 186 bilhões, o que demonstra efetivamente as manobras para mascarar as contas do Governo Federal.

Vale ressaltar que essa relação multinuclear estabelecida entre as porções 3-5 e 6-7 demonstra que as situações expostas são comparáveis, mas relativamente distintas. Em 2013,

O Governo Federal tem as contas maquiadas, reproduzindo uma ideia de estabilidade financeira. Já em 2015, o arrombo dos cofres públicos é revelado à sociedade brasileira, representando uma instabilidade financeira. Observa-se, ainda, que essa ligação entre as porções não se materializa por meio de conectivos opositivos, o que pode ser visualizado na figura 32.

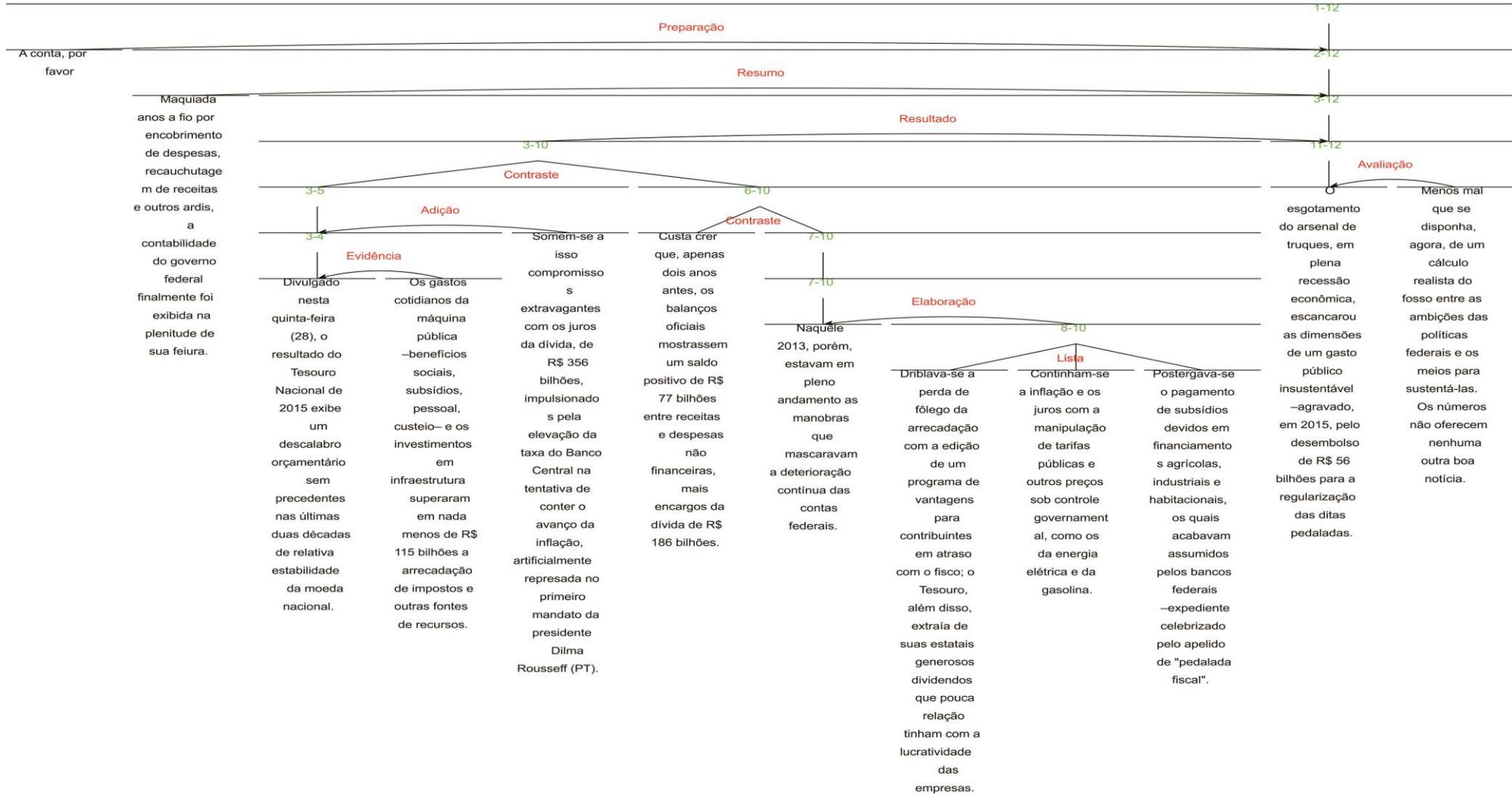


Figura 32: ED 6

RELAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

No 4º nível da estrutura retórica dos editoriais, a relação de justificativa se apresenta em 9,28% do *corpus*. Ao se empregar a relação de justificativa, o produtor textual tem a intenção de aumentar a tendência de o leitor aceitar o que é manifestado no núcleo (MANN e THOMPSON, 1988). Esse fato ocorre nos editoriais, pois os editorialistas defendem uma abordagem a respeito de um determinado tema, justificando a postura do veículo de comunicação que representa.

Essa relação, em muitas ocasiões, é marcada por conectivos como “porque”, “visto que”, “já que”, entre outros. Há também ocorrências que se realizam sem a presença desses conectivos como no ED 4, em que a porção 3 “Nem seria preciso citar o fato óbvio de que boa parte do grupo que votou no domingo está às voltas com investigações e acusações de corrupção, inclusive o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha. Isso, por si só, não retira a legitimidade dos parlamentares – e é preciso lembrar que a Câmara de 1992, que afastou Fernando Collor, não era exatamente composta por vestais, embora isso não tenha incomodado os petistas que, à época, pediam a saída do presidente. Mas há muita hipocrisia em ver parlamentares investigados gritando “contra a corrupção” na tribuna” é empregada pelo editorialista para justificar a ideia exposta na porção nuclear “A derrota de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, que deu 367 votos a favor da admissibilidade do processo de impeachment da presidente, deve ser comemorada? Sem dúvida que sim, pois é um passo importante contra a impunidade. Mas mesmo os defensores do impeachment não devem ter se sentido muito confortáveis com o que viram na tarde e noite de domingo. Os perfis e os discursos de muitos deputados nos fazem refletir sobre como temos tratado o voto para o Legislativo”.

Na figura 33, a UC se encontra na porção 2, defendendo o princípio de que a votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff deve ser comemorada. Em busca de convencer seus leitores, há a ocorrência de uma relação de justificativa que se identifica na porção 3, demonstrando que as pessoas devem estranhar o discurso de alguns parlamentares, isso porque, segundo o editorialista, os mesmos parlamentares que discursam contra a corrupção estão envolvidos em investigações desse nível.

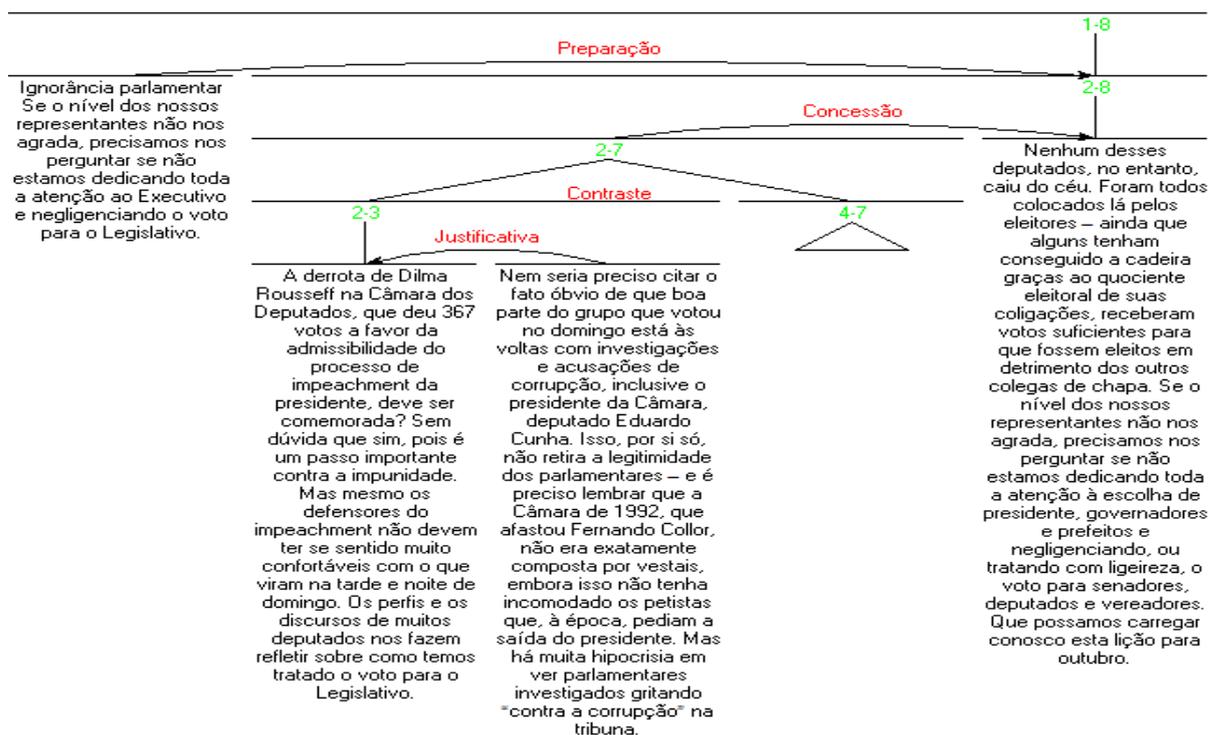


Figura 33: ED 18

RELAÇÃO DE EVIDÊNCIA

A relação de evidência tem 9,28% ocorrências no 4º nível da estrutura retórica dos diagramas. A maior frequência dessa relação se justifica pelo fato de que, quando emprega a relação de evidência, o produtor do texto tem como intenção aumentar a crença do leitor no conteúdo do núcleo (MANN e THOMPSON, 1998).

Outra observação viável é que a relação de evidência emerge não só no 4º nível da estrutura retórica dos editoriais, mas também no 3º e 5º níveis da estrutura retórica. Em relação à ocorrência dessas porções que funcionam como satélite da UC, elas se localizam, principalmente, na fase do desenvolvimento, uma vez que trazem evidências que reforçam o ponto de vista exposto na fase introdutória, cumprindo, assim, uma das finalidades do gênero editorial.

Na figura 34, o editorialista traz a informação de que o PT multiplica, na esfera da administração federal, órgãos colegiados de consulta. De acordo com o editorialista, esses órgãos não representam um ideal democrático e uma parte da sociedade, mas representam os

A relação de causa obtém uma frequência de 9,28% no 4º nível da estrutura retórica dos editoriais. Na figura 35, a porção 2-3 apresenta as informações que são as causas da situação exposta na porção 4. Na porção 2-3, o editorialista traz alguns fatos os quais demonstram que o sítio de Atibaia pertence à família do ex-presidente Lula, alguns desses fatos são: o barco da família ter sido visto às margens do sítio; Dona Maria Leticia ter criado uma horta e ter mandado erguer uma imagem de Cristo e também pelas comemorações familiares realizadas naquele espaço, que são flagradas por meio de fotos aéreas. Esses fatos constituem as causas, expostas na porção 4, uma vez que motivaram que o juiz Sérgio Moro convocasse a Polícia Federal para a realização de investigações mais aprofundadas, buscando comprovar a possível ocultação de patrimônio do ex-presidente, ou coisa pior.

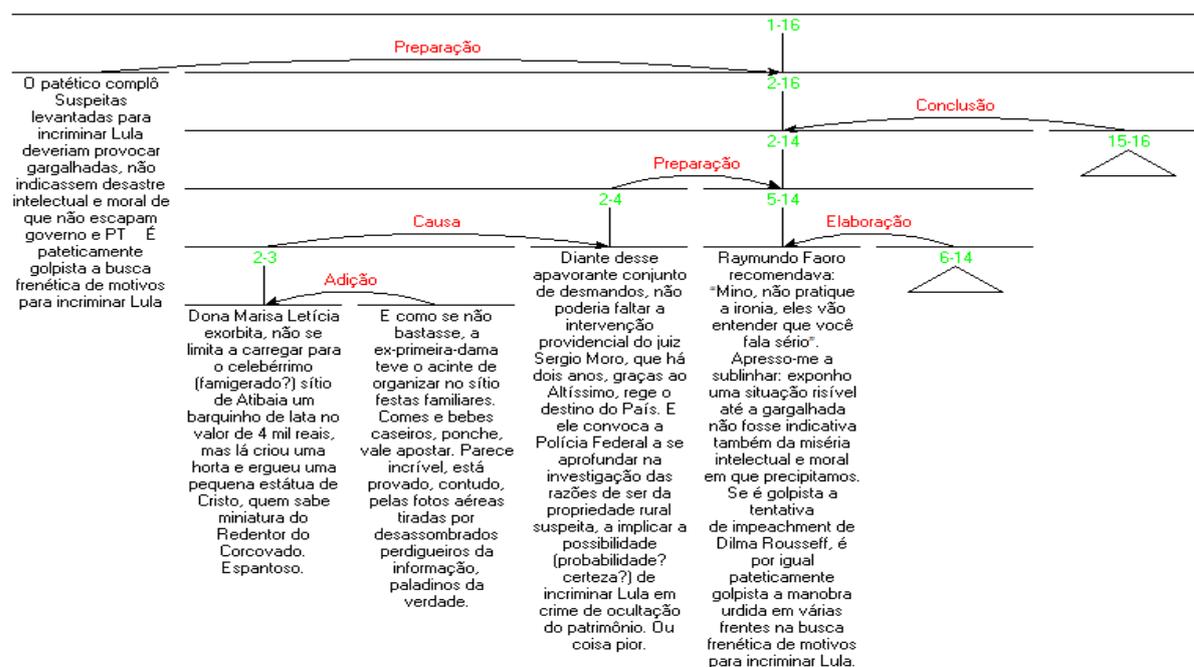


Figura 35: ED 13

RELAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO

A relação de interpretação, segundo Carlson e Marcu (2001), encontra-se na lista que constitui o conjunto de relações de avaliação. Esses autores organizam as relações separando-as por classes, e a classe da avaliação compreende as relações de interpretação, de conclusão, de comentário e a própria relação de avaliação.

Nome da Relação	Restrições Núcleo ou sobre o Satélite individualmente	Restrições sobre Núcleo + Satélite	Efeito
Interpretação	Nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva do autor	Destinatário reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N

Quadro 17: Definição da relação de Interpretação (MANN e TABOADA, 2010)

Segundo Carlson e Marcu (2001), na relação de interpretação, uma das porções textuais traz uma explicação sobre um determinado conteúdo que não se encontra bem esclarecido ou explícito em outra porção textual. Pode-se dizer, então, que há uma explicação da motivação das ações ou ainda uma apreciação da situação, embasando-se em crenças ou em interesses individuais de quem produz o texto.

Na figura 36, na porção 2, há a informação de que um manifesto com duras críticas à Operação Lava Jato é organizado por um grupo de advogados. Em seguida, na porção 3, a relação de interpretação emerge no editorial, explicando aos leitores que esse manifesto não representa os interesses públicos, mas os interesses privados. Observa-se, ainda, que a porção 3 é constituída pela motivação das ações que conduzem os renomados advogados a escreverem o referido manifesto, isto é, eles têm, como clientes, políticos que estão envolvidos nos noticiários policiais e nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

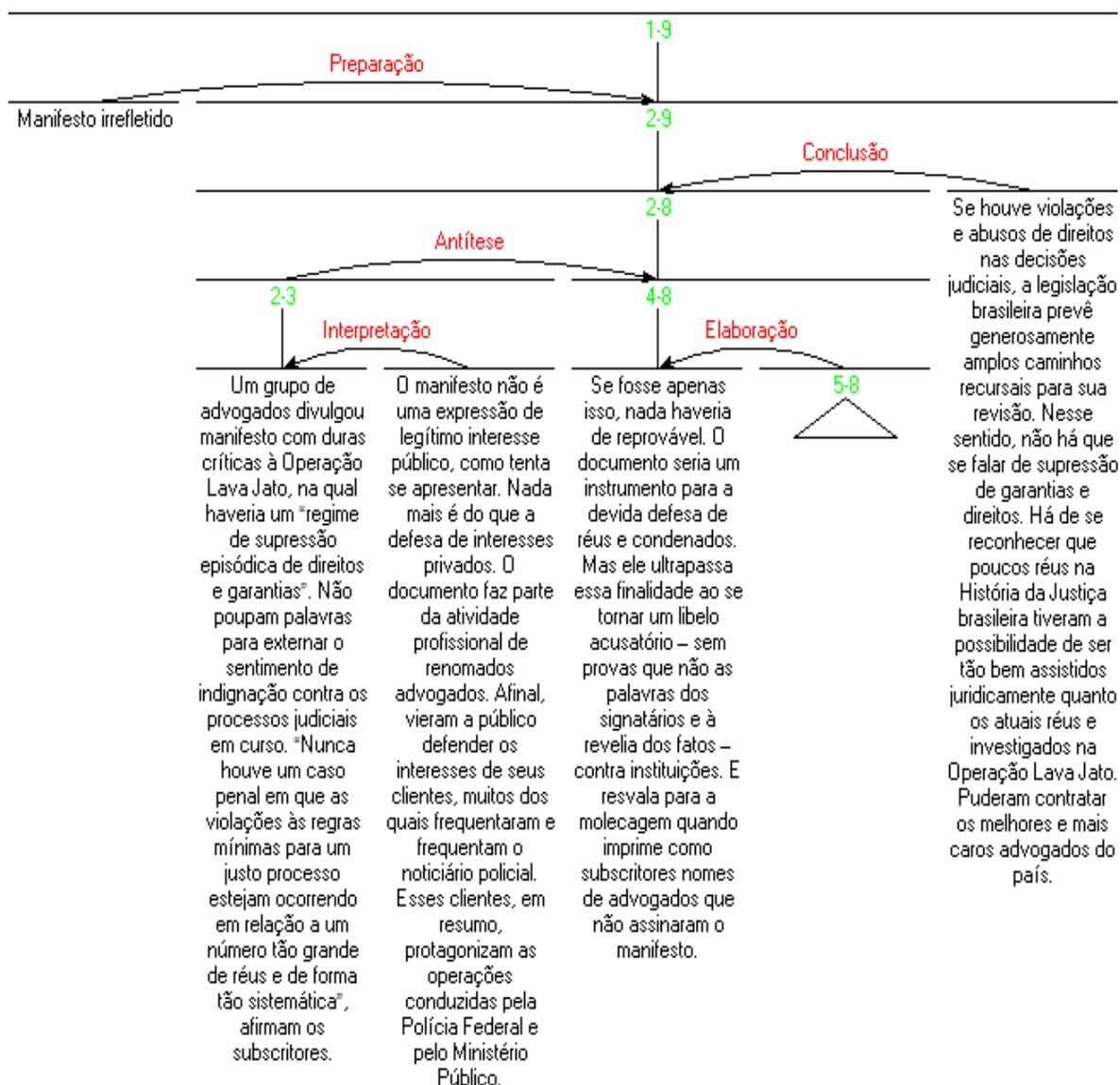


Figura 36: ED 16

4.1.8 AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO 5º NÍVEL DA ESTRUTURA RETÓRICA

As relações que ocorrem no 5º nível da estrutura retórica dos editoriais se materializam, principalmente, na fase do desenvolvimento, colaborando para o entendimento da macroestrutura do editorial.

A relação com a maior frequência nesse nível dos diagramas arbóreos é a de avaliação, que também tem a 2ª maior ocorrência no 4º nível da estrutura retórica dos textos que constituem *o corpus* (fato já arrolado na seção anterior). Carlson e Marcu (2001) ampliam a definição da relação de avaliação, proposta por Mann e Thompson (1988), considerando que, na relação de avaliação, uma porção de texto avalia outra, levando em conta uma escala entre bom e ruim, sendo que

uma avaliação pode ser uma estimativa de valor, uma classificação, uma interpretação ou um julgamento de uma situação. A avaliação pode ser o ponto de vista do escritor [falante] ou de outro agente no texto (CARLSON e MARCU. 2001. p. 57).

Na figura 37, verifica-se que a porção textual 6-7 traz a informação aos leitores do *Jornal Brasil de Fato* de que o governo de Michel Temer enviou duas propostas de mudanças constitucionais que prejudicam o SUS (Sistema Único de Saúde). A primeira proposta desvincula as receitas da união (DRU) e permite que o Governo Federal não aplique até 30% do orçamento anual da saúde, educação e previdência social. A segunda, a PEC 241, impõe um teto de gastos para saúde e educação ao definir que o orçamento do ano seguinte pode crescer no máximo o percentual da inflação do ano anterior. Já a porção 8, que funciona como satélite da porção anterior 6-7, avalia as atitudes de Michel Temer e do Ministro Ricardo Barros, evidenciando aos leitores do jornal que ambos não conhecem efetivamente a realidade dos postos de saúde e dos hospitais públicos, o que pode representar a extinção do direito à saúde no Brasil. Mais um aspecto que deve ser mencionado é que o satélite avaliativo emerge, principalmente, nas fases de avaliação e de conclusão, mas esse fato não o impede de se realizar na fase introdutória ou na fase de desenvolvimento. Na sequência, está o diagrama arbóreo que representa a relação de avaliação também no 5º nível dos editoriais.



Figura 37: ED 25

A relação de justificativa se materializa em 11,76% dos editoriais na 5ª linha horizontal dos diagramas arbóreos. Na seção anterior, verifica-se que essa relação também tem uma emergência significativa no 4º nível dos diagramas, ou seja, em 9,52% do *corpus*. Observa-se que essas porções textuais que desempenham a função de satélite em relação ao núcleo se localizam principalmente na fase do desenvolvimento, na fase de avaliação e na fase de conclusão, seguindo os princípios estabelecidos por Guimarães (1992).

Na porção 9 do ED 10, o editorialista apresenta a informação central que é discutida no decorrer do gênero editorial jornalístico, pontuando aos leitores do *Jornal Folha de São Paulo* que Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula superaram todas as situações negativas vivenciadas pelo PT em matéria de cinismo, de imprudência e de provocação. Na sequência, o editorial traz uma relação de lista (10-13), que é constituída por três justificativas em relação ao cinismo, à imprudência e à provocação. Na porção 10, o cinismo é explicado por meio de uma relação de justificativa, na qual se demonstra que, horas antes, a presidente Dilma Rousseff concedeu uma entrevista refutando a tese de que Lula não seria nomeado Ministro devido ao Foro privilegiado, mas sim para obter energias políticas no enfrentamento da crise financeira. A porção textual 12 traz mais uma justificativa aos leitores do Jornal, propiciando, assim, que eles acreditem na porção nuclear, isto é, a presidente se comporta de forma imprudente, uma vez que já existem indícios para o pedido de *impeachment*, e a nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil pode acelerar a ação contra seu mandato. O editorial justifica que a nomeação do ex-presidente Lula sugere efetivamente uma provocação à sociedade brasileira, tendo vista que poucos dias antes houve um protesto com dimensões jamais registradas no país.

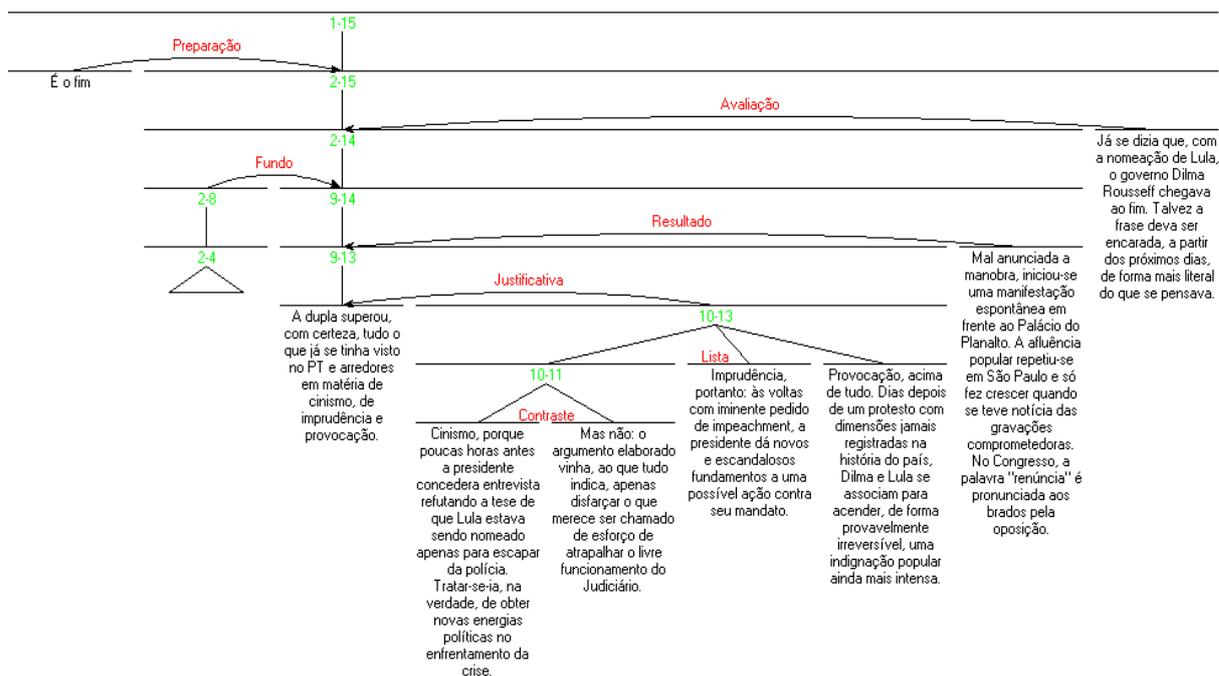


Figura 38: ED 10

Outra relação que emerge em 11,76% dos editoriais que compõem *o corpus*, no 5º nível dos diagramas, é a de elaboração. É válido lembrar que a ocorrência dessa relação se realiza também de forma expressiva no 3º e no 4º nível (situação já discutida). Defende-se, então, que a relação de elaboração se materializa nesses níveis, pois tem como função comunicativa fornecer mais detalhes adicionais à porção nuclear, a qual se encontra em 36% do *corpus* na fase denominada introdução/definição. Cabe mencionar que a3º, a4º e a5º linhas horizontais dos diagramas arbóreos se localizam na fase do desenvolvimento, o que propicia a afirmativa de que a relação de elaboração se faz frequente no processo de apresentação dos argumentos do gênero editorial.

A relação de fundo tem a 3ª maior incidência na 5ª linha horizontal dos diagramas arbóreos. Embora essa relação ocorra com a maior frequência na 3ª linha horizontal, opta-se por discorrer novamente acerca dela, uma vez que a sua materialização contribui para a articulação das informações que são descritas na fase do desenvolvimento e de avaliação do gênero editorial.

Essa relação se apresenta como prospectiva, ou seja, o satélite aparece antes do núcleo, de forma que o efeito da relação é alcançado em um movimento de prospecção em direção à porção nuclear. O satélite da relação de Fundo nessas ocorrências pode

desempenhar diversas funções: apresentar informações (às vezes conhecimentos de domínio público) que constituem um quadro para a contextualização do que é dito no núcleo, apresentar informações explicativas sobre um objeto ou fenômeno que é mencionado no texto e apresentar uma contextualização histórica. No exemplo a seguir, pode-se identificar, na porção 3, o uso de um contexto histórico por meio da expressão “Pato de Troia”, demonstrando que essa foi empregada há mais 3.200 anos, quando os gregos entraram em guerra contra os troianos. Por outro lado, a porção 6 estabelece uma explicação para o uso de um pato inflável nas manifestações pelo golpe, contra a democracia e pela deposição da presidente Dilma Rousseff.

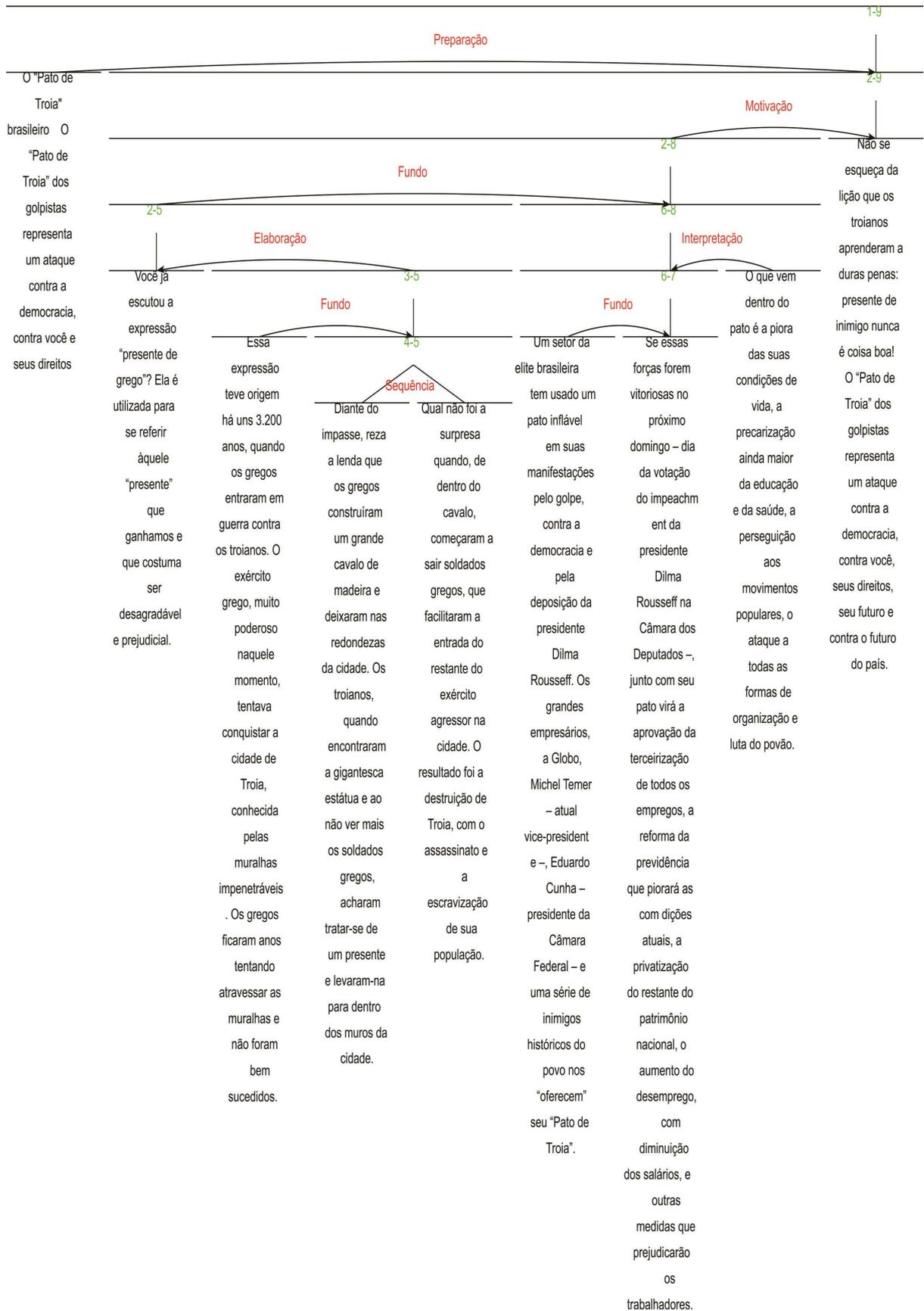


Figura 39: ED 23

No quadro 18, estão todas as relações presentes no 5º nível dos diagramas arbóreos.

Relação	N	%
Adição	2	5,88
Atribuição	2	5,88
Antítese	2	5,88
Avaliação	6	17,64
Concessão	2	5,88
Condição	1	2,94
Contraste	1	2,94
Elaboração	4	11,76
Evidência	1	2,94
Fundo	3	8,82
Justificativa	4	11,76
Interpretação	2	5,88
Preparação	1	2,94
Resultado	1	2,94
Sequência	1	2,94
Solução	1	2,94
TOTAL	34	100

Quadro 18: Frequência das relações que ocorrem no 5º nível da estrutura retórica dos editoriais

RELAÇÃO DE ADIÇÃO

A relação de adição emerge entre pares ou conjuntos de elementos que funcionam como um único elemento da estrutura em qualquer função sintática. De acordo com Pezatti e Longhin-Thomazi (2008), a relação de adição, muitas vezes, não está marcada pelo uso do conectivo que exprime seu valor semântico prototípico, isto é, o valor de adição, como é o caso do conectivo “e”. Em várias situações discursivas, o conectivo “e” pode desempenhar a

função de adversativo ou até mesmo de conclusivo – esses fatos não são abordados por não serem foco desta tese.

Pezatti e Longhin-Thomazi (2008) defendem que as relações de adição podem se enquadrar em dois tipos: simétricas e assimétricas. Nas relações denominadas de simétricas, os membros da adição são independentes, pois um membro não adiciona significados ao outro, levando-se em conta a questão da reversibilidade. As relações assimétricas, por outro lado, perpassam os conceitos de que um membro direciona o outro e que eles só podem ser considerados verdadeiros se os elementos que o precedem também forem. Percebe-se, assim, segundo Antonio e Rubio (2012), “que o conjunto é mais importante que a soma das partes. A assimetria pode ocorrer também devido a uma ordem cronológica com valor icônico” (ANTONIO e RUBIO, 2012, p. 36).

A relação de adição ocorre em 5,88% da estrutura retórica dos editoriais. Na figura 40, na porção 2, que desempenha a função de núcleo, o editorialista traz informações que são indícios de que o sítio de Atibaia, realmente, pertence à família de ex-presidente Lula como, por exemplo, o fato do barco da família estar na propriedade, por Dona Marisa Letícia ter criado uma horta e por ter mandado construir uma estátua de Cristo. Na porção 3, a ocorrência da relação de adição agrega mais um fato, ou seja, a ex-primeira-dama organiza festas familiares no espaço, as quais são flagradas por fotos aéreas.

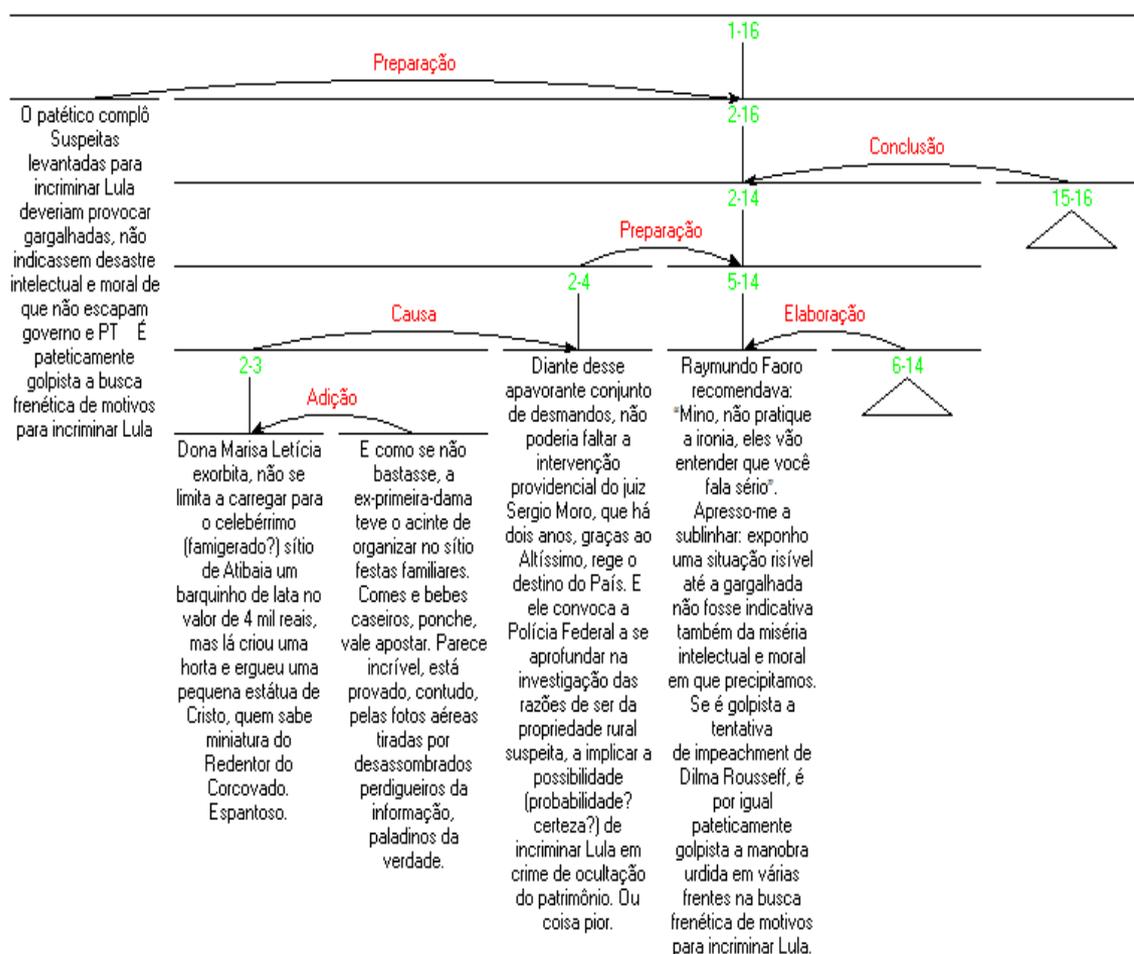


Figura 40: ED 13

RELAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO

Na relação de atribuição, o produtor do texto, na porção nuclear, traz à tona uma informação, fala ou pensamento de um determinado indivíduo, ao passo que o satélite determina quem produz o fato expresso na porção nuclear.

Na figura 41, percebe-se que a porção 2 é o núcleo, sinalizando que no Brasil existe a clássica dicotomia entre esquerda e direita, que está estabelecida pelos partidos ou facções. Para o editorialista, na porção 3, que se fundamenta em uma citação do pensador Norberto Bobbio, ser de esquerda, na atualidade, significa alimentar uma preponderante e desabrida preocupação social ao mirar na igualdade. A relação de atribuição tem ocorrência de 5,88% no 5º nível da estrutura retórica dos editoriais.¹

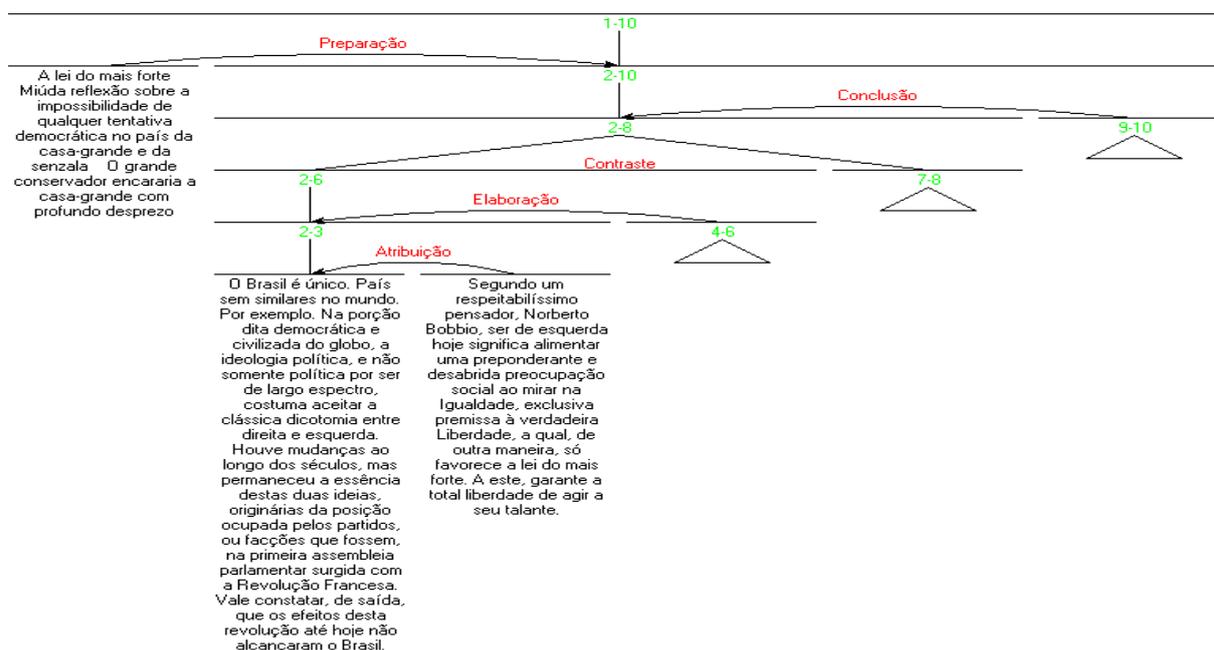


Figura 41: ED 15

RELAÇÃO DE ANTÍTESE

Na figura 42, a relação de antítese emerge apenas 1 vez no ED 10. O ponto central dessa relação é que o conteúdo apresentado no núcleo é contrastado com o que se realiza no satélite, prevalecendo com maior peso argumentativo o conteúdo da porção do satélite.

Na porção 3, o editorialista traz a informação de que a gravação da conversa entre Lula e Dilma Roussef comprova que a nomeação não representa apenas uma estratégia política, mas uma manobra. Esse fato se contrasta com a porção 2, a qual expressa a ideia de que a nomeação do ex-presidente Lula para o cargo de ministro chefe da Casa Civil pode indicar um desespero de um governo com baixíssima popularidade e a incapacidade de evitar o processo de *impeachment*.

No 5º nível da estrutura retórica dos editoriais, há 2 ocorrências da relação de antítese. Nessas situações, o satélite está sempre anteposto ao núcleo.

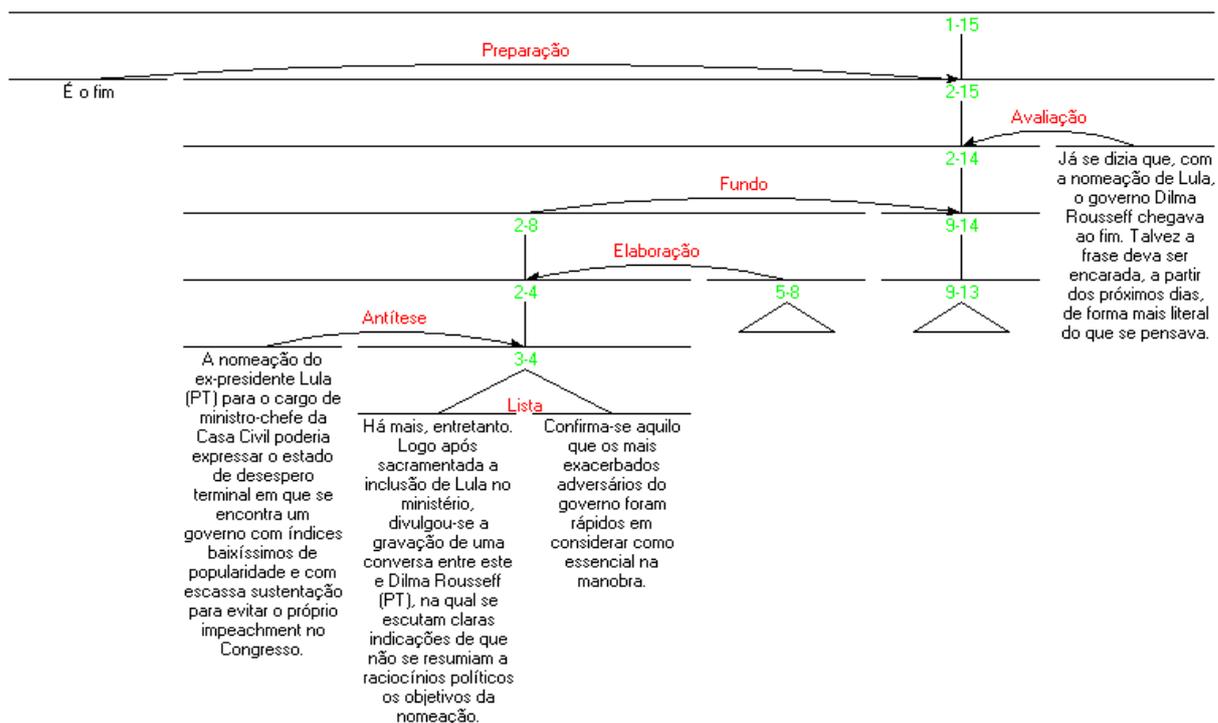


Figura 42: ED 10

As relações de avaliação, elaboração, justificativa e fundo emergem com maior frequência no 5º nível da estrutura retórica dos editoriais, ou seja, 17,64%, 11,76%, 11,76% e 8,82% respectivamente. Vale ressaltar que, embora o número de ocorrências dessas relações seja expressivo, elas já são tratadas em outros níveis anteriores. Devido a esse fato, abordam-se as relações de atribuição, adição e antítese que têm 2 ocorrências no 5º nível da estrutura retórica dos editoriais, colaborando para a compreensão da macroestrutura do editorial.

4.1.9 ANÁLISE DA HIPOTAXE ADVERBIAL NA MICROESTRUTURA DOS EDITORIAIS

Nesta seção, analisam-se as funções textual-discursivas que se realizam por meio das orações hipotáticas adverbiais na microestrutura do gênero discursivo editorial, verificando o emprego de determinadas orações hipotáticas em detrimento de outras e suas contribuições para o entendimento da organização da microestrutura do editorial. Inicialmente, são analisados os resultados obtidos a partir do cruzamento entre o tipo de construção e a função textual-discursiva desenvolvida pela hipotaxe adverbial.

Nesta pesquisa, defende-se o princípio de que o uso da hipotaxe adverbial é uma estratégia para a organização dos editoriais, visto que pode focalizar a intenção comunicativa dos editorialistas. Diante dessa perspectiva, a hipótese da pesquisa é de que as funções textual-discursivas das orações adverbiais e as relações retóricas que se desenvolvem a partir delas corroboram a construção do processo argumentativo do gênero editorial.

Dessa forma, a análise apresentada na sequência destaca as funções textual-discursivas que se desenvolvem a partir da hipotaxe adverbial.

FUNÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA	TIPOS DE CONSTRUÇÃO				
	Causal	Concessiva	Condicional	Temporal	Final
Adendo		12			
Antecipa contra-argumento		6			
Foco	16		9		
Guia				1	
Tópico			16		
Ponte				1	
Moldura				17	
Aponta o problema					1

Quadro 19: Tipo de construção e de Função textual-discursiva

No quadro 19, observa-se o cruzamento dos fatores tipo de construção e função textual-discursiva, verificando-se 25 ocorrências da função focal que estão a serviço do processo argumentativo presente na microestrutura dos editoriais. Dentre essas ocorrências,

16 se estabelecem por meio da hipotaxe adverbial de causa e 9 são representadas pelas orações adverbiais de condição.

Segundo os pressupostos defendidos por Decat (2009), principalmente por razões pragmáticas, o produtor textual pode não levar em consideração o posicionamento de uma determinada oração ao focalizar em uma outra porção textual, uma vez que a hipotaxe adverbial pode representar, nessa perspectiva, uma forma de avaliação/argumentação/realce por parte do produtor textual sobre o que está exposto na porção nuclear, especialmente quando se encontra posposta a essa porção nuclear. Na sequência, são expostos exemplos de função focal encontrados na microestrutura dos editoriais.

- 1- “Em entrevista à *Folha*, perguntado sobre a possibilidade de radicalização nas ruas, Carvalho disse que “depende”: se a Lava Jato continuar aborrecendo Lula, “aí eu temo muito por um processo que nos leve ao que acontece na Venezuela, **porque você vai levar ao processo de justicamento**, de justiça com as próprias mãos, e haverá um ódio progressivo (...)”. (grifo nosso¹⁰).
- 2- “A derrota de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, que deu 367 votos a favor da admissibilidade do processo de impeachment da presidente, deve ser comemorada? Sem dúvida que sim, **pois é um passo importante contra a impunidade**”.
- 3- “A tendência é de redução do protecionismo tarifário e a busca por acordos comerciais com os países do primeiro mundo, principalmente **porque o Brasil precisa expandir suas exportações** e ampliar a importação de tecnologias modernas”.
- 4- “Certamente, o ministro José Serra será chamado a declarar que o Brasil não apoia governos e práticas que agridam a democracia e os direitos humanos, **pois que não há sentido em pregar uma coisa internamente** e fazer outra no campo da política externa”.
- 5- “Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. **Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações** e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo”.

¹⁰ Todos os grifos desta seção são destaques para análise.

- 6- “Cinismo, **porque poucas horas antes a presidente concedera entrevista** refutando a tese de que Lula estava sendo nomeado apenas para escapar da polícia”.
- 7- “Já faz tempo que, ao farejar o fim dessa era de privilégios, a tigrada lançou no ar suas ameaças, com a pretensão de se impor pela força, **já que pela razão não era mais possível**”.
- 8- “Dilma mostrou a importância que dá ao tema, **pois não quis ir embora** sem antes criar o novo conselho, que – como informa o artigo primeiro do decreto – é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.
- 9- “Equivocadamente, esses conselhos são apresentados como se fossem a plena realização do ideal democrático, **já que possibilitariam uma atuação do Estado em consonância com a sociedade civil**”.
- 10- “Os signatários advertem os “historiadores do futuro” que não se fiem “na grande imprensa”, **pois esta faz parte do “golpe”**”.
- 11- “É GOLPE **porque esse *impeachment* se trata de um processo marcado por ilegalidades**, fruto de uma farsa jurídica e que atenta frontalmente contra a nossa carta magna, a Constituição Federal do Brasil”.
- 12- “É GOLPE **porque não houve a prática de nenhum crime de responsabilidade**”.
- 13- “É GOLPE **porque é a única forma de frear a implementação das políticas sociais** que visam incluir os mais pobres e miseráveis do nosso país”.
- 14- “É GOLPE **porque é a única forma de frear os processos de investigação de corrupção** que estavam sendo feitos no país e que contava com o apoio de Dilma”.
- 15- “É GOLPE **porque só assim é possível a volta do neoliberalismo**, tantas vezes derrotado nas urnas, e que já sabemos que é sinônimo de desemprego, repressão aos movimentos populares, eliminação dos direitos da classe trabalhadora e entrega de nossas riquezas a empresas e países estrangeiros”.
- 16- “É GOLPE **porque, com o afastamento definitivo da presidente Dilma, serão jogados na lata de lixo mais de 54 milhões de votos exercidos de forma legítima pelos brasileiros e brasileiras** que elegeram um programa de governo”.

- 17- “No livro, Hitler chega ao cúmulo de afirmar que, **se no início da Primeira Guerra Mundial a Alemanha tivesse submetido 12 mil ou 15 mil judeus ao gás asfixiante**, não teria ocorrido o sacrifício de milhões de alemães na linha de frente”.
- 18- “O que é isso senão uma provocação ao conflito? É o tipo de irresponsabilidade que não pode ser admitida nem mesmo como um blefe destinado a murchar os protestos contra o PT, numa aposta de que as pessoas deixariam de comparecer **se houvesse a possibilidade de uma briga com militantes defensores do governo**”.
- 19- “Pergunto aos meus entediados botões: como terminaria o mandato de Getúlio **se ele não apanhasse o revólver pousado sobre o criado-mudo?**”.
- 20- “Tudo isso poderia ter sido evitado **se Dilma tivesse tido a grandeza de renunciar ao cargo**”.
- 21- “O decreto seria uma brincadeira de mau gosto, não fosse o desperdício de dinheiro público decorrente de todo esse processo e, principalmente, **se esse tipo de conselho não produzisse efeitos deletérios** para a democracia. Suas resoluções são depois usadas como instrumento de pressão política, como se ali estivesse expressa a vontade da sociedade brasileira. Boa coisa não é esse tipo de manobra”.
- 22- “Não haveria nenhum problema **se os defensores dessa interpretação dos fatos fossem cidadãos sem qualquer responsabilidade** sobre o que se ensina em sala de aula”.
- 23- “Acusam-na pelas pedaladas fiscais, porém, **se isso fosse considerado crime**, o impedimento também seria para Temer e para 16 dos atuais governadores”.
- 24- “O Brasil vai parar em setembro **se não houver mais recursos para a saúde**”.
- 25- “A segunda, a PEC 241, impõe um teto de gastos para saúde e educação ao definir que o orçamento do ano seguinte pode crescer no máximo o percentual da inflação do ano anterior. **Se essa lei valesse, entre 2002 e 2015 o orçamento da saúde seria 38 bilhões menor**”.

Vale mencionar que, nesta seção, não há uma preocupação com o posicionamento das orações hipotáticas em relação à microestrutura do gênero discursivo editorial, mas com um trabalho investigativo que objetiva refletir como as orações hipotáticas, que desempenham as

diferentes funções textual-discursivas em relação à porção nuclear, podem contribuir para a argumentatividade do gênero editorial.

Ao se analisarem orações hipotáticas empregadas pelo autor do ED 24, constata-se que ele fez uso de 6 orações hipotáticas adverbiais que desempenham **a função textual-discursiva de foco**, uma vez que essas porções argumentam/avaliam/realçam as informações constantes na porção nuclear.

Compreende-se que o editorialista faz uso dessa função textual-discursiva, porque seu objetivo é desenvolver uma sequência de argumentos: 1- é um processo marcado por ilegalidades; 2- não há crime de responsabilidade; 3- é uma forma de frear os processos de investigação à corrupção; 4- é uma forma de frear a implementação das políticas sociais; 5- é possível se voltar ao neoliberalismo; 6- serão jogados na lata de lixo mais de 54 milhões de votos exercidos de forma legítima pelos brasileiros. Esses argumentos buscam convencer os leitores do editorial de que “o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff é GOLPE!” – porção nuclear.

No exemplo 23, **a função textual-discursiva de foco** se estabelece por meio do uso da oração adverbial condicional, que desempenha a função de satélite, em que o editorialista avalia que as pedaladas fiscais não são o impedimento para que Dilma Rousseff se mantenha no poder, ou seja, “**se isso fosse considerado crime**”. Observa-se, assim, que o produtor do texto, na porção nuclear, menciona que Temer e mais dezesseis atuais governadores também estariam impedidos de exercerem seus mandatos.

Ao se analisarem os dados coletados, identificam-se 17 orações hipotáticas temporais que se encontram à serviço **da função de moldura**.

- 1- “Eduardo Cunha, de outro lado, tenta suspender o andamento de um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava Jato, **enquanto for chefe daquela casa**”. (grifo nosso¹¹)
- 2- “No domingo passado, **enquanto militantes jogavam pedras na sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro**, o presidente do PT fluminense, Washington Quaquá,

¹¹ Nesta seção, as porções destacadas indicam a função de moldura.

- deixava claro: “Vamos para a rua inclusive no dia 13, em Copacabana. Quero ver quem vai nos impedir”.
- 3- “A política externa petista foi um desastre, senão por outros motivos, pela adesão a regimes antidemocráticos e violadores dos direitos humanos, o que coloca em dúvida a sinceridade **quando falam em defesa da democracia e da liberdade**”.
 - 4- “**Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo**, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país”.
 - 5- “A afluência popular repetiu-se em São Paulo e só fez crescer **quando se teve notícia das gravações comprometedoras**. No Congresso, a palavra "renúncia" é pronunciada aos brados pela oposição”.
 - 6- “O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, dá uma entrevista ao mesmo jornal, **enquanto o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, opta para sua primeira fala com o Estadão e o valor econômico**. Será que gostam tanto assim de quem quer vê-los pelas costas?”.
 - 7- “Da conspirata em marcha, vislumbro de chofre três QGs, em recantos distintos. Número 1, escancarado, em Curitiba, onde três delegados dispõem da pronta conivência do Ministério Público e da vaidade provinciana do juiz Sergio Moro, tão inclinado a se exibir **quando os graúdos lhe oferecem um troféu**”.
 - 8- “O ministro da Justiça imerge-se no vácuo de Torricelli, enquanto Rui Falcão constata algo que define como o “linchamento” do seu líder, **quando apenas lhe cabe demolir um castelo de areia**. Faltam picardia e senso do ridículo, chiste e graça”.
 - 9- “De fato, inexitem na prática os poderes ensinados por Montesquieu, **enquanto a crise grassa e fatias da população**, beneficiadas pela política social de Lula, descem os degraus galgados nos últimos anos”.
 - 10- “Um filme intitulado *Sem Evidências* enfeitou a programação de uma HBO a cabo na noite de domingo 17 de abril de 2016. Mergulhei no enredo ao mudar ao acaso um canal para outro, **enquanto a Câmara Federal rasgava impavidamente a Constituição** para condenar a presidenta Dilma Rousseff sem provas do crime que lhe atribuía”.

- 11- “O filme é uma implacável metáfora do que acabava de acontecer diante dos olhos de milhões em êxtase e uns poucos vexados entre o fígado e a alma. História verdadeira, a do filme, remonta a 1993, **quando três crianças de uma cidadezinha do Arkansas são estupradas e assassinadas** e as autoridades locais escolhem de antemão os culpados, três jovens tidos como praticantes de rituais satânicos”.
- 12- “E resvala para a molecagem **quando imprime como subscritores nomes de advogados** que não assinaram o manifesto”.
- 13- “Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosnar da matilha de petistas e agregados, cujo único interesse na manutenção de Dilma na Presidência é preservar a boquinha à qual se habituaram **desde que o PT chegou ao poder**”.
- 14- “Essa turma é hoje minoritária, quase marginal, totalmente destituída da força que um dia teve, **quando seduzia a parte ingênua da opinião pública nacional com a promessa de um governo de vestais**, empenhado apenas em promover a justiça social”.
- 15- “Essa expressão teve origem há uns 3.200 anos, **quando os gregos entraram em guerra contra os troianos**”.
- 16- “Os troianos, **quando encontraram a gigantesca estátua** e ao não ver mais os soldados gregos, acharam tratar-se de um presente e levaram-na para dentro dos muros da cidade”.
- 17- “O que se viu durante todo o processo foi uma trama arquitetada **desde o início pelos partidos que perderam as eleições**, liderados por Aécio Neves; depois por Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados com inúmeras acusações de corrupção e afastado do cargo pelo STF”.

Nos exemplos supracitados, as 17 ocorrências da hipotaxe adverbial temporal exercem **a função de moldura**. Segundo a proposta de Decat (2009), esse satélite adverbial traz a informação que o produtor textual concebe como significativa para a compreensão entre as porções textuais. No 1º exemplo, “Eduardo Cunha, de outro lado, tenta suspender o andamento de um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava jato, **enquanto for chefe daquela casa**”, a hipotaxe adverbial temporal cria uma moldura -

“**enquanto for chefe daquela casa**” - ao limitar a informação que o produtor textual considera importante para a compreensão da informação contida na porção nuclear “(...)Eduardo Cunha, de outro lado, tenta suspender o andamento de um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava jato(...)”, fornecendo, assim, informações que pontuam a circunstância do evento e, semanticamente, a hipotaxe adverbial temporal serve a essa função textual-discursiva.

O uso da hipotaxe adverbial temporal se materializa constantemente em gêneros discursivos de caráter narrativo, independentemente de serem escritos ou orais. Segundo Labov e Waletzky (1967), essa noção de tempo exprime a concretização linguística do evento ou realiza uma marcação espacial, exibindo, dessa forma, a sua função referencial. Devido a esse aspecto, a hipotaxe adverbial temporal serve para orientar o ouvinte/leitor quanto à localização do evento.

Ao se analisar o gênero editorial, constata-se que a hipotaxe adverbial temporal também se desenvolve de forma expressiva, tendo em vista que sua função não é apenas apresentar uma realidade no tempo, mas trazer à tona aspectos gerais, desvinculados de uma linha temporal específica. Para Decat (1995), o campo semântico da temporalidade abrange outras noções como “proporção”, “limitação” e “simultaneidade” de eventos. Devido a esses aspectos, visualiza-se que o uso das orações hipotáticas adverbiais temporais desempenha funções textual-discursivas diferentes dos que ocorrem nos gêneros de caráter narrativo.

De acordo com Decat (2009), a hipotaxe adverbial, além da **função de moldura**, também pode desempenhar a função de ponte de transição em função anafórica ou catafórica simultaneamente. Por exemplo:

- 1- “Na quarta-feira, dia 3, o Juízo da 33.^a Vara Criminal do Rio de Janeiro suspendeu a comercialização da tradução em português de *Minha luta*. **Desde que caiu em domínio público no mês passado**, algumas editoras passaram a preparar edições da obra, em formato físico e virtual”. (grifo nosso)

No exemplo 1, constata-se que, na porção textual “**Desde que caiu em domínio público no mês passado**”, a oração hipotática adverbial temporal estabelece a **função ponte de transição** quando faz uma retomada da informação anterior, ou seja, a suspensão da

comercialização da obra “Minha Luta”, estabelecendo um elo com o discurso subsequente, em que o editorialista afirma que as editoras passaram a preparar edições da obra “Minha Luta” em formato físico e virtual.

Ao se realizar a tabulação entre o tipo de construção e a função textual-discursiva, identifica-se 1 ocorrência da hipotaxe adverbial temporal, desempenhando **a função textual-discursiva de guia** para o leitor por se posicionar no início da porção textual, direcionando o interlocutor ao discurso subsequente, delimitando, assim, a informação. Esse fato pode ser constatado no exemplo abaixo:

- 1- **“Tendo em vista o discurso de transformação apregoado pelo PT desde sua criação, é mais que significativo o dado revelado na pesquisa da Fundação Perseu Abramo: o percentual de pessoas que veem o PT como o partido das reformas caiu de 43% para 9%”.** (grifo nosso)

No exemplo 1, verifica-se que a porção que funciona como **guia** aponta que o dado revelado pela Fundação Perseu Abramo é mais significativo do que o discursivo transformador defendido pelo PT desde de sua criação. Chafe (1984) nomeia como *guidepost* (guia) as orações adverbiais temporais que se encontram em uma posição anterior à porção nuclear.

Para esse autor, as orações subordinadas adverbiais na **função textual-discursiva de guia** trazem uma orientação ao leitor sobre as informações que serão apresentadas. No caso do exemplo 1, o objetivo é direcionar o leitor do editorial para o fato de que o percentual de pessoas que visualizam o PT como o partido das reformas caiu de 43% para 9%.

A hipotaxe adverbial, além das funções textual-discursivas já descritas, também pode desempenhar a função tópica, servindo como ponto de partida para a estruturação da informação. Como se pode constatar nos exemplos a seguir.

- 1- **“Se a Lava Jato continuar aborrecendo Lula**, “aí eu temo muito por um processo que nos leve ao que acontece na Venezuela”. (grifo nosso¹²)
- 2- **“Se o nível dos nossos representantes não nos agrada**, precisamos nos perguntar se não estamos dedicando toda a atenção ao Executivo e negligenciando o voto para o Legislativo”.
- 3- **“Se é golpista a tentativa de impeachment de Dilma Rousseff**, é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula”.
- 4- **“Se as acusações contra o ex-presidente não passarem das aduzidas até agora**, Lula sairá desta refrega extremamente fortalecido. Se quiser, candidato imbatível em 2018”.
- 5- **“Se sabia o que fazia**, ofereceu a quantos sabem o que fazem uma parábola do episódio a se desenrolar, no mesmo instante, nesta nossa republiqueta tão parecida com uma cidadezinha do Arkansas”.
- 6- **“Se o assunto é a imprevisibilidade**, não cabem incertezas, é óbvio, quanto à composição de um governo Temer”.
- 7- **“Se fosse apenas isso, nada haveria de reprovável**. O documento seria um instrumento para a devida defesa de réus e condenados”.
- 8- **“Se os acusados e seus causídicos veem parcialidade em Sérgio Moro**, os Tribunais Superiores têm confirmado em grande porcentual as decisões daquele juiz”.
- 9- **“Se ela não estivesse dentro da mais plena legalidade**, certamente muitos dos subscritores do manifesto, de notória capacidade profissional, já teriam obtido a nulidade dos processos”.
- 10- **“Se houve violações e abusos de direitos nas decisões judiciais**, a legislação brasileira prevê generosamente amplos caminhos recursais para sua revisão.”
- 11- **“Se, em março de 2013, 52% dos eleitores diziam que o PT era o partido que defendia os brasileiros**, agora são apenas 14%”.

¹² Destaques nossos para sinalizar os exemplos da função tópica.

- 12- **“A depender de Lula**, tudo fica como está – apenas muda a retórica. Como afirmou o ex-presidente numa reunião do partido em abril, “a elite nos empurrou de volta à luta de classes. Não fomos nós que pedimos”.
- 13- **“Se os historiadores do futuro seguirem o conselho do grande mestre desse ofício**, Marc Bloch, que pedia a seus colegas apenas “honestas submissão à verdade”, esse julgamento já tem um veredicto: a absoluta desmoralização do lulopetismo”.
- 14- **“Se não bastasse**, o próprio Anastasia também utilizou as pedaladas no governo de Minas Gerais. O que vem sendo orquestrado é tão absurdo, que quem acusa são os que cometeram os crimes dos quais a presidente é acusada! Ou seja, para ela vale, para eles não!”.
- 15- **“Se os fundamentos de acusação são precários**, a origem do golpe não é. Sustenta-se no realinhamento do Brasil com os interesses dos Estados Unidos, na criminalização das lutas sociais e na retirada dos direitos dos trabalhadores”.
- 16- **“Se essas forças forem vitoriosas no próximo domingo** – dia da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados –, junto com seu pato virá a aprovação da terceirização de todos os empregos, a reforma da previdência que piorará as condições atuais, a privatização do restante do patrimônio nacional, o aumento do desemprego, com diminuição dos salários, e outras medidas que prejudicarão os trabalhadores”.

Ao se verificarem os dados expostos no quadro 1, constatam-se 16 ocorrências da hipotaxe adverbial que desempenham a função tópica.

As orações hipotáticas adverbiais com função tópica se posicionam tradicionalmente no início da porção textual, como no exemplo 2 **“Se o nível dos nossos representantes não nos agrada**, precisamos nos perguntar se não estamos dedicando toda a atenção ao Executivo e negligenciando o voto para o Legislativo”, podendo demonstrar a intenção do produtor do texto, colaborando, ainda, para a construção da argumentação por meio da função textual-discursiva realizada pela hipotaxe adverbial condicional. Isso porque essa função é o ponto de partida para a estruturação do que está exposto na porção nuclear, representando, dessa forma, uma opção organizacional do discurso.

Para Decat (1995), o uso de orações hipotáticas adverbiais condicionais é bastante característico dos gêneros de cunho dissertativo - enquadrando-se o gênero editorial -, pois o produtor textual elabora conceituações e formulações abstratas. Os gêneros argumentativos envolvem a formulação de hipóteses, o raciocínio indutivo e dedutivo e a especulação de aspectos mais gerais de uma determinada realidade. Diante desse quadro, compreende-se que as hipotáticas adverbiais condicionais corroboram a finalidade do gênero editorial.

Em relação às ocorrências de hipotaxe adverbial com uma leitura temporal-condicional, Neves (2000) defende a proposta de que há algumas combinações de predicacões com relação temporal realizada pelo uso do conectivo “quando”, propiciando, assim, uma leitura condicional, com distintas nuances.

Para a autora, essas construções envolvem simultaneidade e abrigam o traço não télico, ou seja, o aspecto imperfectivo. Neves (2000) estabelece que a hipotaxe adverbial com sentido condicional eventual é constituída das seguintes peculiaridades:

na oração principal e na temporal ocorre o presente ou o pretérito imperfectivo; o estado de coisas da oração temporal e o da principal são simultâneos; o não perfectivo pode implicar iteração (quando = “todas as vezes que”); essa habitualidade se dá dentro das condições estabelecidas na oração adverbial (condição preenchível). (NEVES, 2000, p. 798).

Já as construções factuais são constituídas das seguintes características:

na oração principal e na temporal ocorre o presente ou o pretérito imperfectivo; a relação temporal entre os dois estados de coisas (simultaneidade) é tênue; tem relevância a factualidade contida na oração principal (condição preenchida); fato expresso na oração temporal pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal (=já que, uma vez que). (NEVES, 2000, p. 799).

No *corpus* da tese, são encontradas 3 ocorrências da hipotaxe adverbial condicional com leitura temporal condicional. No exemplo 1, há uma construção eventual, já nos exemplos 2 e 3 são construções factuais.

- 1- **“Quando são tantas as lideranças querendo o conflito, é preciso elogiar a sensatez quando ela se mostra”**. (grifo nosso¹³).

¹³ Grifos nossos para marcar as ocorrências de hipotaxe adverbial com uma leitura temporal-condicional.

- 2- “A matriz de Sérgio Buarque de Holanda era o historicismo sociológico de Max Weber; a de Freyre, o culturalismo do etnólogo americano Franz Boas, de quem foi aluno. Convergiam para uma perspectiva fascinante, irresistível pelas sugestões criativas e emancipatórias, **quando voltada a uma sociedade plástica em formação**”.
- 3- “A postura conservadora da caverna, em momentos diversos francamente reacionária, sempre arcou com um papel poderoso, **quando não decisivo, na história do Brasil**”.

No exemplo 1, o editorialista faz uso de duas orações hipotáticas adverbiais temporais. Essas orações são lidas com ideia temporal-condicional, tendo em vista que a oração principal “é preciso elogiar a sensatez” se encontra entre elas, estabelecendo uma marcação de circunstância “quando são tantas as lideranças querendo o conflito”, o produtor textual também se reporta à possibilidade de as lideranças quererem ou não conflito. Após o emprego da oração principal, “é preciso elogiar a sensatez”, o editorialista emprega mais uma oração hipotática adverbial temporal, ou seja, “quando ela se mostra”, pontuando aos leitores não apenas uma ideia de tempo, mas também a hipótese de a sensatez se realizar ou não.

No exemplo 3, verifica-se que “a postura conservadora da caverna” (...) “sempre arcou com um papel poderoso”, segundo o editorialista, na porção que desempenha função satélite, não há apenas uma marcação temporal da realização do fato no Brasil, mas também se expõe uma ideia condicional “**se não decisivo, na história do Brasil**”, por isso nominado na tese como hipotaxe adverbial com leitura temporal-condicional.

Ao se analisarem as orações adverbiais concessivas presentes no *corpus* da tese, identificam-se 6 ocorrências em posição anteposta à porção nuclear.

- 1- “**Embora haja outros temas de alta relevância para a diplomacia brasileira**, as três grandes áreas acima citadas deverão constituir o eixo essencial da política externa do país, entre outras razões, pelo efeito que terão sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento social”. (grifo nosso¹⁴).

¹⁴ Grifos nossos para destaque das ocorrências as hipotaxes adverbiais concessivas em posição anteposta à porção nuclear.

- 2- **“Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada,** não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior”.
- 3- **“Mesmo que vença a batalha na Câmara,** o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar”.
- 4- **“Embora existam motivos para o impedimento,** até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável”.
- 5- **“Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva;** o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento”.
- 6- **“Mesmo assim, seria interessante descobrir as razões desta conspirata policial.** Inútil, está claro, dissertar a respeito dos comportamentos da mídia. Dos seus donos, o mesmo pensador belga observava: “Eles não sabem como são típicos””.

Decat (2009) defende que a hipotaxe adverbial concessiva embasada pela relação tese-antítese colabora para o processo argumentativo e, ao se fazer uso dessa articulação de orações, o leitor pode elaborar uma avaliação acerca do que está exposto na porção central. No exemplo 5, o editorialista explicita que a desmoralização do PT não o impede de ter um apoio expressivo, o que também não impossibilitará que o *impeachment* deixe um rastro de ressentimento.

Para Neves (2002), essas construções hipotáticas adverbiais concessivas são essencialmente argumentativas, e o posicionamento dessas orações segue os propósitos comunicativos. Seguindo esses princípios, Neves (2002) defende que as concessivas antepostas carregam informações mais conhecidas pelo interlocutor, como no exemplo 3, **“Mesmo que vença a batalha na Câmara”**, desempenhando, assim, função tópica, na qual se refuta uma possível ou previsível objeção do interlocutor e depois se faz uma asseveração: “o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar”. Em resumo, o produtor do texto especifica que, mesmo que Dilma Rousseff vença a batalha na câmara, é praticamente impossível que ela consiga governar o país.

Frente a esse quadro, pode-se afirmar que, nos exemplos (de 1 a 6), as concessivas antepostas, por anteciparem um contra-argumento e por constituírem-se como opções para a organização do discurso, contribuem para os propósitos comunicativos do produtor textual.

Segundo Neves (2000), as orações hipotáticas adverbiais concessivas pospostas exercem a função de adendo. Seguindo os pressupostos teóricos estabelecidos por Givón (1995), essas orações hipotáticas codificam as informações novas, ou seja, para esse autor, os efeitos do posicionamento das orações hipotáticas adverbiais em relação ao núcleo se inserem no domínio pragmático-discursivo, contribuindo decisivamente para o discurso argumentativo do editorialista.

Nas porções textuais que são expostas a seguir, as orações hipotáticas adverbiais concessivas apresentam uma sobreposição de funções, tendo em vista que as orações concessivas pospostas podem funcionar como **adendo** e também podem agregar informação nova ao contexto, em forma de comentário/esclarecimento do editorialista, podendo, ainda, desempenhar **a função focal**. Na primeira porção textual do exemplo 1, o editorialista afirma, inicialmente, que a liberdade de expressão não é absoluta. Na sequência, traz uma informação nova por meio de oração hipotática adverbial concessiva posposta, demonstrando aos leitores do editorial que a liberdade de expressão é essencial na construção e no desenvolvimento de uma sociedade democrática. Nos exemplos 1 a 7, as orações concessivas exercem função de adendo, já os exemplos de 8 a 12 desempenham a função focal.

- 1- “Fica claro, portanto, que a liberdade de expressão não é absoluta. **Embora essencial na construção e desenvolvimento de uma sociedade democrática**, ela pode ser restringida em determinados casos, quando colide com outros direitos fundamentais garantidos constitucionalmente”. (grifo nosso¹⁵)
- 2- “Isso, por si só, não retira a legitimidade dos parlamentares – e é preciso lembrar que a Câmara de 1992, que afastou Fernando Collor, não era exatamente composta por vestais, **embora isso não tenha incomodado os petistas que, à época, pediam a saída do presidente**”.
- 3- “Curiosamente, as menções aos terroristas Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e ao golpista Luís Carlos Prestes, feitas por Glauber Braga (PSol-RJ) e Valmir Assunção (PT-BA), causaram muito menos indignação, **embora deversem ser igualmente repudiadas**”.

¹⁵ Grifos nossos para os exemplos de hipotaxe adverbial concessiva.

- 4- “É bem verdade que o Brasil somente terá autoridade moral para pregar a defesa dos acordos de não poluição e de defesa de meio ambiente **caso adote internamente políticas mais efetivas para conter o desmatamento da Amazônia**, a deterioração dos rios e as emissões de gases poluentes”.
- 5- “É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, **ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática**”.
- 6- “O governo do PT deveria era encontrar motivos de orgulho no ódio irreversível que o cerca. **Apesar de muitos e graves deslizos, o partido poderia ainda apostar em uma decisiva e redentora diversidade**”.
- 7- “É verdade que muitas das reivindicações ainda não foram conquistadas, além das tentativas do governo de desmobilizar as ocupações, fortalecendo o movimento "desocupa". **Apesar disso, os estudantes demonstraram que são capazes de resistir, e, de forma organizada, alcançar uma educação melhor para toda a juventude**”.
- 8- “Nenhum desses deputados, no entanto, caiu do céu. Foram todos colocados lá pelos eleitores – **ainda que alguns tenham conseguido a cadeira graças ao quociente eleitoral de suas coligações**, receberam votos suficientes para que fossem eleitos em detrimento dos outros colegas de chapa”.
- 9- “Mas o defunto continua vivo. **Apesar de tantas cifras e cenas horripilantes a sugerir o contrário**, a maioria certamente associa uma suposta índole nacional à cordialidade na acepção indulgente de Cassiano Ricardo”.
- 10- “Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, **embora tenha perdido espaço para os evangélicos**, já não se prontifica a abençoar a casa-grande”.
- 11- “Os meus, ao menos, soletram dúvidas atrozes, **embora admitam dignas tentativas corajosamente** levadas a cabo no passado para ser aplastradas pelos jagunços da casa-grande”.
- 12- “Já em seu primeiro mandato Dilma havia revelado, para quem quisesse ver, toda a sua incapacidade de governar. **Mesmo assim, graças a uma campanha eleitoral baseada no medo e em mentiras de todo tipo**, Dilma conseguiu se reeleger – para

levar o País a um dos mais calamitosos períodos recessivos de sua história e a uma aguda crise política e moral”.

Outra função textual-discursiva encontrada no *corpus* é **a função de apresentar um problema e criar uma expectativa de solução** para o fato exposto na porção núcleo.

De acordo com Thompson (1985), a hipotaxe adverbial anteposta fornece uma situação em que a porção nuclear pode ser interpretada. E essa hipotaxe adverbial desenvolve um conjunto de expectativas, fazendo uso da porção textual precedente e do conhecimento partilhado dos interlocutores. Dentro desse conjunto de expectativas, não se cria apenas um problema, mas também uma expectativa de solução.

Observa-se, no exemplo 1, que a hipotaxe adverbial se encontra anteposta. Nesse caso, o editorial faz uso de uma hipotaxe adverbial final, apresentando aos leitores do gênero editorial a problemática, ou seja, “a profunda crise vivenciada pelo PT”. Na sequência, a porção nuclear traz uma expectativa de solução a esse problema, isto é, o PT necessita voltar à origem do partido, reconstruir alianças com movimentos sociais, limpar os quadros partidários e também abandonar as práticas ilegais.

- 1- **“Para sair da profunda crise, alguns dirigentes do partido veem a necessidade de uma volta às origens, o que envolveria uma reconexão com movimentos sociais, além da depuração dos quadros partidários e do abandono de práticas ilegais”.** (grifo nosso)

Esta seção teve como objetivo central verificar as contribuições das orações hipotáticas adverbiais no processo argumentativo do gênero editorial. Para a realização desse propósito, realizou-se o cruzamento do tipo de construção e das funções textual-discursivas na microestrutura dos 25 editoriais que constituem o *corpus* de pesquisa.

Para subsidiar esta seção, foram retomados teóricos que estudam as orações hipotáticas adverbiais e/ou as funções textual-discursivas: Thompson (1985), Givón (1995) Neves (2002) e Decat (2001).

Em síntese, foram identificadas as seguintes funções textual-discursivas e suas respectivas ocorrências no *corpus*: 1) **função de foco**, 30; 2) **função de moldura**, 17; 3)

função de guia, 1; 4) função de tópico, 16; 5) função tese-antítese, 6; 6) função de adendo, 7; 7) função de apresentar um problema e criar uma expectativa de solução, 1.

4.1.10 TIPOS DE CONSTRUÇÃO E DE RELAÇÃO RETÓRICA NA MICROESTRUTURA DO GÊNERO EDITORIAL

Nesta seção, expõe-se o cruzamento dos tipos de construção e das relações retóricas que emergem nos editoriais, observando as contribuições desses recursos argumentativos para a organização retórica da microestrutura do gênero editorial.

Tipos de construção	Relação retórica da RST				
	Circunstância RST	Concessão RST	Condição RST	Solução RST	Justificativa RST
Causal					16
Concessiva		18			
Condicional			25		
Temporal	19				
Temporal com leitura condicional	3				
Final				1	

Quadro 20: Tipo de construção X Relação Retórica da RST

Na análise desses dados presentes na microestrutura do gênero editorial, identificam-se 79 ocorrências, das quais 16 ocorrências correspondem à relação de justificativa. Na sequência, estão expostas as relações de justificativa que se desenvolvem a partir da hipotaxe adverbial causal na microestrutura dos editoriais.

- 1- “Em entrevista à *Folha*, perguntado sobre a possibilidade de radicalização nas ruas, Carvalho disse que “depende”: se a Lava Jato continuar aborrecendo Lula, “aí eu temo muito por um processo que nos leve ao que acontece na Venezuela, **porque você vai levar ao processo de justiça**, de justiça com as próprias mãos, e haverá um ódio progressivo (...)”.(grifo nosso¹⁶)
- 2- “A derrota de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, que deu 367 votos a favor da admissibilidade do processo de impeachment da presidente, deve ser comemorada? Sem dúvida que sim, **pois é um passo importante contra a impunidade**”.

¹⁶Grifo nosso para indicação das relações de justificativa que se desenvolveram a partir da hipotaxe adverbial causal.

- 3- “A tendência é de redução do protecionismo tarifário e a busca por acordos comerciais com os países do primeiro mundo, principalmente **porque o Brasil precisa expandir suas exportações** e ampliar a importação de tecnologias modernas”.
- 4- “Certamente, o ministro José Serra será chamado a declarar que o Brasil não apoia governos e práticas que agridam a democracia e os direitos humanos, **pois que não há sentido em pregar uma coisa internamente** e fazer outra no campo da política externa”.
- 5- “Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. **Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações** e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo”.
- 6- “Cinismo, **porque poucas horas antes a presidente concedera entrevista** refutando a tese de que Lula estava sendo nomeado apenas para escapar da polícia”.
- 7- “Já faz tempo que, ao farejar o fim dessa era de privilégios, a tigrada lançou no ar suas ameaças, com a pretensão de se impor pela força, **já que pela razão não era mais possível**”.
- 8- “Dilma mostrou a importância que dá ao tema, **pois não quis ir embora** sem antes criar o novo conselho, que – como informa o artigo primeiro do decreto – é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.
- 9- “Equivocadamente, esses conselhos são apresentados como se fossem a plena realização do ideal democrático, **já que possibilitariam uma atuação do Estado em consonância com a sociedade civil**”.
- 10- “Os signatários advertem os “historiadores do futuro” que não se fiem “na grande imprensa”, **pois esta faz parte do “golpe”**”.
- 11- “É GOLPE **porque esse impeachment se trata de um processo marcado por ilegalidades**, fruto de uma farsa jurídica e que atenta frontalmente contra a nossa carta magna, a Constituição Federal do Brasil”.
- 12- “É GOLPE **porque não houve a prática de nenhum crime de responsabilidade**”.
- 13- “É GOLPE **porque é a única forma de frear a implementação das políticas sociais** que visam incluir os mais pobres e miseráveis do nosso país”.

- 14- **“É GOLPE porque é a única forma de frear os processos de investigação de corrupção** que estavam sendo feitos no país e que contava com o apoio de Dilma”.
- 15- **“É GOLPE porque só assim é possível a volta do neoliberalismo,** tantas vezes derrotado nas urnas, e que já sabemos que é sinônimo de desemprego, repressão aos movimentos populares, eliminação dos direitos da classe trabalhadora e entrega de nossas riquezas a empresas e países estrangeiros”.
- 16- **“É GOLPE porque, com o afastamento definitivo da presidente Dilma, serão jogados na lata de lixo mais de 54 milhões de votos exercidos de forma legítima pelos brasileiros e brasileiras** que elegeram um programa de governo”.

Verificou-se, anteriormente, que as 16 ocorrências da relação de justificativa, por meio de orações hipotáticas adverbiais causais, contribuem para o entendimento da organização retórica da microestrutura do gênero editorial. Segundo Mann e Thompson (1998), essa relação tem a intenção de aumentar a tendência de o leitor aceitar o que é expresso na porção nuclear.

Hengeveld (1998) destaca que há várias relações existentes dentro do que comumente é definido como relação de causa. Para esse autor, além da causa, essas relações expressam também razão e explicação. A relação de causa indica que o evento exposto na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na porção nuclear sem que haja qualquer envolvimento intencional por parte de um agente. A razão, por sua vez, traz à tona a causa de realização do estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração. A explicação, por sua vez, especifica um fato que dá suporte a outro representado pelo conteúdo proposicional, isto é, a oração hipotática apresenta considerações que conduzem o leitor a chegar à conclusão contida na porção nuclear. A seguir estão exemplos que expressam respectivamente esses conceitos: “O carro derrapou, porque a rua estava molhada”; “João correu para a estação, porque ele queria pegar o trem” e “Pedro está na casa de Juliana, porque o carro está do lado de fora” (Dik, 2009, p. 244-245).

Compreende-se, assim, que os editoriais da tese empregam mais frequentemente as relações explicativas mencionadas por Hengeveld (1998).

No exemplo 2, constata-se que o editorialista defende, na porção nuclear, que a derrota de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados deve ser efetivamente comemorada,

fazendo uso posteriormente da relação de justificativa **“pois é um passo importante contra a impunidade”**. Nesse satélite, realiza-se o principal propósito comunicativo do editorial, ou seja, ele traz um ponto de vista e justifica por que assume essa postura.

Defende-se, então, que o editorialista tem, no satélite, a possibilidade de persuadir o leitor, podendo conduzi-lo a uma determinada postura social por meio de seu discurso. Pode-se dizer que o uso da relação de justificativa, na microestrutura do editorial, é um mecanismo significativo, pois corrobora com as estratégias discursivas empregadas pelos editorialistas.

Em relação às construções concessivas, identificaram-se 18 ocorrências que se estabelecem por meio da hipotaxe adverbial concessiva. Seguem as porções textuais que representam esses tipos de construção: nos exemplos 1 a 6, o satélite se encontra anteposto à porção do núcleo; nos exemplos 7 a 18, o satélite se encontra posposto.

- 1- **“Embora haja outros temas de alta relevância para a diplomacia brasileira**, as três grandes áreas acima citadas deverão constituir o eixo essencial da política externa do país, entre outras razões, pelo efeito que terão sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento social”. (grifo nosso¹⁷)
- 2- **“Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada**, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior”.
- 3- **“Mesmo que vença a batalha na Câmara**, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar”.
- 4- **“Embora existam motivos para o impedimento**, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável”.
- 5- **“Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva**; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento”.
- 6- **“Mesmo assim, seria interessante descobrir as razões desta conspirata policial**. Inútil, está claro, dissertar a respeito dos comportamentos da mídia. Dos seus donos, o mesmo pensador belga observava: “Eles não sabem como são típicos””.

¹⁷ Grifo nosso para as construções concessivas que se estabeleceram por meio da hipotaxe adverbial concessiva.

- 7- “Fica claro, portanto, que a liberdade de expressão não é absoluta. **Embora essencial na construção e desenvolvimento de uma sociedade democrática**, ela pode ser restringida em determinados casos, quando colide com outros direitos fundamentais garantidos constitucionalmente”.
- 8- “Isso, por si só, não retira a legitimidade dos parlamentares – e é preciso lembrar que a Câmara de 1992, que afastou Fernando Collor, não era exatamente composta por vestais, **embora isso não tenha incomodado os petistas que, à época, pediam a saída do presidente**”.
- 9- “Curiosamente, as menções aos terroristas Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e ao golpista Luís Carlos Prestes, feitas por Glauber Braga (PSol-RJ) e Valmir Assunção (PT-BA), causaram muito menos indignação, **embora deversem ser igualmente repudiadas**”.
- 10- “Nenhum desses deputados, no entanto, caiu do céu. Foram todos colocados lá pelos eleitores – **ainda que alguns tenham conseguido a cadeira graças ao quociente eleitoral de suas coligações**, receberam votos suficientes para que fossem eleitos em detrimento dos outros colegas de chapa”.
- 11- “É bem verdade que o Brasil somente terá autoridade moral para pregar a defesa dos acordos de não poluição e de defesa de meio ambiente **caso adote internamente políticas mais efetivas para conter o desmatamento da Amazônia**, a deterioração dos rios e as emissões de gases poluentes”.
- 12- “É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, **ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática**”.
- 13- “Mas o defunto continua vivo. **Apesar de tantas cifras e cenas horripilantes a sugerir o contrário**, a maioria certamente associa uma suposta índole nacional à cordialidade na acepção indulgente de Cassiano Ricardo”.
- 14- “O governo do PT deveria era encontrar motivos de orgulho no ódio irreversível que o cerca. **Apesar de muitos e graves deslizes, o partido poderia ainda apostar em uma decisiva e redentora diversidade**”.

- 15- “Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, **embora tenha perdido espaço para os evangélicos**, já não se prontifica a abençoar a casa-grande”.
- 16- “Os meus, ao menos, soletram dúvidas atrozes, **embora admitam dignas tentativas corajosamente** levadas a cabo no passado para ser aplastradas pelos jagunços da casa-grande”.
- 17- “Já em seu primeiro mandato Dilma havia revelado, para quem quisesse ver, toda a sua incapacidade de governar. **Mesmo assim, graças a uma campanha eleitoral baseada no medo e em mentiras de todo tipo**, Dilma conseguiu se reeleger – para levar o País a um dos mais calamitosos períodos recessivos de sua história e a uma aguda crise política e moral”.
- 18- “É verdade que muitas das reivindicações ainda não foram conquistadas, além das tentativas do governo de desmobilizar as ocupações, fortalecendo o movimento “desocupa”. **Apesar disso, os estudantes demonstraram que são capazes de resistir**, e, de forma organizada, alcançar uma educação melhor para toda a juventude”.

Nos 18 exemplos expostos, as orações hipotáticas adverbiais concessivas se referem às relações de concessão da RST, tendo em vista que o objetivo do produtor do texto é articular uma relação de tese-antítese que, segundo Decat (2009), pode corroborar com o processo argumentativo do discurso na relação entre o núcleo e o satélite.

No exemplo 10, “Nenhum desses deputados, no entanto, caiu do céu. Foram todos colocados lá pelos eleitores – **ainda que alguns tenham conseguido a cadeira graças ao quociente eleitoral de suas coligações**, recebem votos suficientes para que fossem eleitos em detrimento dos outros colegas de chapa”, o editorialista traz uma antecipação do contra-argumento, comentando que, apesar de alguns deputados terem conquistado sua cadeira graças ao quociente eleitoral de sua coligação - porção que exerce função satélite -, nenhum desses políticos “caiu do céu”, pois foram colocados na câmara pelos eleitores.

Frente a essa abordagem, pode-se defender o princípio de que a relação de concessão estabelece efetivamente uma quebra de expectativa. De acordo Mann e Thompson (1988), a relação de concessão cria uma expectativa no leitor em relação à porção nuclear, todavia é

perceptível que o núcleo não se realiza, ou seja, o objetivo do editorialista é conduzir o leitor a acreditar na porção nuclear.

Dentre os tipos de relação presentes na microestrutura dos editoriais, ainda, verificam-se as relações de condição, circunstância e de solução propostas pela RST.

Em relação às construções condicionais, Neves (2000) pontua que são organizadas em três grupos: factuais, contrafactuais e eventuais.

As hipotáticas condicionais factuais são constituídas por verbo no modo indicativo em ambas as orações, o que configura a factualidade das construções. A oração principal pode estar no presente, no passado ou no futuro, todavia a hipotaxe adverbial condicional se encontra apenas no presente ou no passado, caracterizando factual no presente, ou factual no passado, respectivamente.

Nas hipotáticas adverbiais contrafactuais, por outro lado, o verbo da subordinada se encontra geralmente no modo subjuntivo e em uma forma passada (pretérito perfeito ou mais que perfeito). Dessa forma, só há contrafactual no passado, porque o verbo da oração principal está sempre nesse tempo, podendo ser incluído o futuro do pretérito composto.

As hipotáticas adverbiais eventuais têm o verbo da subordinada no modo indicativo ou subjuntivo, podendo estar no presente, passado ou futuro, e o verbo da oração principal pode estar em quaisquer tempos verbais. Nessa perspectiva, percebe-se que há uma grande variedade de combinações modo-temporais nessas construções. São mais frequentes, entretanto, as construções que têm, na oração condicional, o futuro do subjuntivo, forma que é exclusiva das adverbiais.

No *corpus* da tese, são identificadas 25 ocorrências que se estabelecem por meio da hipotaxe adverbial condicional. Seguem as porções textuais factuais, contrafactuais e eventuais que representam esses tipos de construção.

Condicionais factuais:

- 1- **“Se a Lava Jato continuar aborrecendo Lula,** “aí eu temo muito por um processo que nos leve ao que acontece na Venezuela”. (grifo nosso¹⁸).

¹⁸ Grifo nosso para as ocorrências de construções condicionais.

- 2- **“Se o nível dos nossos representantes não nos agrada,** precisamos nos perguntar se não estamos dedicando toda a atenção ao Executivo e negligenciando o voto para o Legislativo”.
- 3- **“Se é golpista a tentativa de impeachment de Dilma Rousseff,** é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula”.
- 4- **“Se, em março de 2013, 52% dos eleitores diziam que o PT era o partido que defendia os brasileiros,** agora são apenas 14%”.
- 5- **“A depender de Lula,** tudo fica como está – apenas muda a retórica. Como afirmou o ex-presidente numa reunião do partido em abril, “a elite nos empurrou de volta à luta de classes. Não fomos nós que pedimos”.
- 6- **“Se o assunto é a imprevisibilidade,** não cabem incertezas, é óbvio, quanto à composição de um governo Temer”.
- 7- **“Se os fundamentos de acusação são precários,** a origem do golpe não é. Sustenta-se no realinhamento do Brasil com os interesses dos Estados Unidos, na criminalização das lutas sociais e na retirada dos direitos dos trabalhadores”.

Condicionais contrafactuais:

- 1 “No livro, Hitler chega ao cúmulo de afirmar que, **se no início da Primeira Guerra Mundial a Alemanha tivesse submetido 12 mil ou 15 mil judeus ao gás asfixiante,** não teria ocorrido o sacrifício de milhões de alemães na linha de frente”.
- 2 “O que é isso senão uma provocação ao conflito? É o tipo de irresponsabilidade que não pode ser admitida nem mesmo como um blefe destinado a murchar os protestos contra o PT, numa aposta de que as pessoas deixariam de comparecer **se houvesse a possibilidade de uma briga com militantes defensores do governo**”.
- 3 “Pergunto aos meus entediados botões: como terminaria o mandato de Getúlio **se ele não apanhasse o revólver pousado sobre o criado-mudo?**”.
- 4 “Tudo isso poderia ter sido evitado **se Dilma tivesse tido a grandeza de renunciar ao cargo**”.

- 5 “O decreto seria uma brincadeira de mau gosto, não fosse o desperdício de dinheiro público decorrente de todo esse processo e, principalmente, **se esse tipo de conselho não produzisse efeitos deletérios** para a democracia. Suas resoluções são depois
- 6 O decreto seria uma brincadeira de mau gosto, não fosse o desperdício de dinheiro público decorrente de todo esse processo e, principalmente, **se esse tipo de conselho não produzisse efeitos deletérios** para a democracia. Suas resoluções são depois usadas como instrumento de pressão política, como se ali estivesse expressa a vontade da sociedade brasileira. Boa coisa não é esse tipo de manobra”.
- 7 “Não haveria nenhum problema **se os defensores dessa interpretação dos fatos fossem cidadãos sem qualquer responsabilidade** sobre o que se ensina em sala de aula”.
- 8 “*Se sabia o que fazia*, ofereceu a quantos sabem o que fazem uma parábola do episódio a se desenrolar, no mesmo instante, nesta nossa republiqueta tão parecida com uma cidadezinha do Arkansas”.
- 9 “**Se fosse apenas isso, nada haveria de reprovável**. O documento seria um instrumento para a devida defesa de réus e condenados”.
- 10 “**Se ela não estivesse dentro da mais plena legalidade**, certamente muitos dos subscritores do manifesto, de notória capacidade profissional, já teriam obtido a nulidade dos processos”.
- 11 “**Se houve violações e abusos de direitos nas decisões judiciais**, a legislação brasileira prevê generosamente amplos caminhos recursais para sua revisão”.
- 12 “**Se não bastasse**, o próprio Anastasia também utilizou as pedaladas no governo de Minas Gerais. O que vem sendo orquestrado é tão absurdo, que quem acusa são os que cometeram os crimes dos quais a presidente é acusada! Ou seja, para ela vale, para eles não!”.

Condicionais eventuais:

- 1- “**Se as acusações contra o ex-presidente não passarem das aduzidas até agora**, Lula sairá desta refrega extremamente fortalecido. Se quiser, candidato imbatível em 2018”.

- 2- **“Se os historiadores do futuro seguirem o conselho do grande mestre desse ofício**, Marc Bloch, que pedia a seus colegas apenas “honesta submissão à verdade”, esse julgamento já tem um veredicto: a absoluta desmoralização do lulopetismo”.
- 3- **“Se essas forças forem vitoriosas no próximo domingo** – dia da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados –, junto com seu pato virá a aprovação da terceirização de todos os empregos, a reforma da previdência que piorará as condições atuais, a privatização do restante do patrimônio nacional, o aumento do desemprego, com diminuição dos salários, e outras medidas que prejudicarão os trabalhadores”.

Nos exemplos das hipotáticas condicionais eventuais, torna-se perceptível que os eventos descritos na porção nuclear só se desenvolvem diante da realização das informações expostas no satélite, ou seja, a relação de condição da RST realiza-se na porção do satélite.

No exemplo 2, o editorialista afirma que **“Se os historiadores do futuro seguirem o conselho do grande mestre desse ofício**, Marc Bloch, que pedia a seus colegas apenas “honesta submissão à verdade”, esse julgamento já tem um veredicto: a absoluta desmoralização do lulopetismo”. Nessas porções, o produtor do texto compreende que, se os historiadores do futuro seguirem o conselho de Marc Bloch, ou seja, reproduzirem apenas a verdade – porção que desempenha a função de satélite –, acontecerá, com certeza, a desmoralização do lulopetismo – porção nuclear.

Outra relação encontrada no cruzamento dos fatores tipos de construção e relações retóricas é a de circunstância, estabelecida por meio das orações hipotáticas adverbiais temporais. Identificam-se 23 ocorrências da relação de circunstância.

Na relação de circunstância, a unidade textual que desempenha a função de satélite exprime uma marcação temporal e/ou contexto da situação que se relaciona à informação exposta no núcleo. Na sequência, encontram-se os exemplos da hipotaxe adverbial temporal presentes na microestrutura dos editoriais constituintes do *corpus* da tese.

- 1- “Eduardo Cunha, de outro lado, tenta suspender o andamento de um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava jato, **enquanto for chefe daquela casa**”. (grifo nosso¹⁹)
- 2- “No domingo passado, **enquanto militantes jogavam pedras na sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro**, o presidente do PT fluminense, Washington Quaquá, deixava claro: “Vamos para a rua inclusive no dia 13, em Copacabana. Quero ver quem vai nos impedir”.
- 3- “A política externa petista foi um desastre, senão por outros motivos, pela adesão a regimes antidemocráticos e violadores dos direitos humanos, o que coloca em dúvida a sinceridade **quando falam em defesa da democracia e da liberdade**”.
- 4- “**Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo**, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país”.
- 5- “A afluência popular repetiu-se em São Paulo e só fez crescer **quando se teve notícia das gravações comprometedoras**. No Congresso, a palavra "renúncia" é pronunciada aos brados pela oposição”.
- 6- “O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, dá uma entrevista ao mesmo jornal, **enquanto o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, opta para sua primeira fala com o Estadão e o Valor Econômico**. Será que gostam tanto assim de quem quer vê-los pelas costas?”.
- 7- “Da conspirata em marcha, vislumbro de chofre três QGs, em recantos distintos. Número 1, escancarado, em Curitiba, onde três delegados dispõem da pronta conivência do Ministério Público e da vaidade provinciana do juiz Sergio Moro, tão inclinado a se exibir **quando os graúdos lhe oferecem um troféu**”.
- 8- “O ministro da Justiça imerge-se no vácuo de Torricelli, enquanto Rui Falcão constata algo que define como o “linchamento” do seu líder, **quando apenas lhe cabe demolir um castelo de areia**. Faltam picardia e senso do ridículo, chiste e graça”.
- 9- “De fato, inexistem na prática os poderes ensinados por Montesquieu, **enquanto a crise grassa e fatias da população**, beneficiadas pela política social de Lula, descem os degraus galgados nos últimos anos”.

¹⁹ Grifo nosso para a hipotaxe adverbial temporal.

- 10- “Um filme intitulado *Sem Evidências* enfeitou a programação de uma HBO a cabo na noite de domingo 17 de abril de 2016. Mergulhei no enredo ao mudar ao acaso um canal para outro, **enquanto a Câmara Federal rasgava impavidamente a Constituição** para condenar a presidenta Dilma Rousseff sem provas do crime que lhe atribuía”.
- 11- “O filme é uma implacável metáfora do que acabava de acontecer diante dos olhos de milhões em êxtase e uns poucos vexados entre o fígado e a alma. História verdadeira, a do filme, remonta a 1993, **quando três crianças de uma cidadezinha do Arkansas são estupradas e assassinadas** e as autoridades locais escolhem de antemão os culpados, três jovens tidos como praticantes de rituais satânicos”.
- 12- “E resvala para a molecagem **quando imprime como subscritores nomes de advogados** que não assinaram o manifesto”.
- 13- “Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosnar da matilha de petistas e agregados, cujo único interesse na manutenção de Dilma na Presidência é preservar a boquinha à qual se habituaram **desde que o PT chegou ao poder**”.
- 14- “Essa turma é hoje minoritária, quase marginal, totalmente destituída da força que um dia teve, **quando seduzia a parte ingênua da opinião pública nacional com a promessa de um governo de vestais**, empenhado apenas em promover a justiça social”.
- 15- “Essa expressão teve origem há uns 3.200 anos, **quando os gregos entraram em guerra contra os troianos**”.
- 16- “Os troianos, **quando encontraram a gigantesca estátua** e ao não ver mais os soldados gregos, acharam tratar-se de um presente e levaram-na para dentro dos muros da cidade”.
- 17- “Na quarta-feira, dia 3, o Juízo da 33.^a Vara Criminal do Rio de Janeiro suspendeu a comercialização da tradução em português de *Minha luta*. **Desde que caiu em domínio público no mês passado**, algumas editoras passaram a preparar edições da obra, em formato físico e virtual”.
- 18- “Quando são tantas as lideranças querendo o conflito, é preciso elogiar a sensatez **quando ela se mostra**”.

- 19-“A matriz de Sérgio Buarque de Holanda era o historicismo sociológico de Max Weber; a de Freyre, o culturalismo do etnólogo americano Franz Boas, de quem foi aluno. Convergiam para uma perspectiva fascinante, irresistível pelas sugestões criativas e emancipatórias, **quando voltada a uma sociedade plástica em formação**”.
- 20-“Na linha da cruz e da caldeirinha, o governo e o PT frearam a atividade sindical **enquanto não se furtavam a ridículas tentativas de estabelecer um modus vivendi com a enraiveci da mídia nativa**”.
- 21-“A postura conservadora da caverna, em momentos diversos francamente reacionária, sempre arcou com um papel poderoso, **quando não decisivo, na história do Brasil**”.

Em todas as porções seleccionadas de 1 a 21, os editoriais estabelecem uma marcação temporal para o evento, fazendo uso da hipotaxe adverbial temporal. No exemplo 1, o editorialista afirma que Eduardo Cunha tenta suspender um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava Jato - porção nuclear -, **“enquanto for chefe daquela casa”** - satélite da porção anterior.

Ao longo da quantificação dos dados, identificam-se 2 ocorrências da relação de solução, na qual, segundo Mann e Thompson (1988), o satélite traz à tona um problema, o qual é solucionado pela porção nuclear. No exemplo 1, o editorialista afirma que, para o PT sair da profunda crise – satélite – é necessário que ele volte às origens, fazendo reconexão com movimentos sociais, além da depuração dos quadros partidários e do abandono de práticas ilegais. Segue exemplo da relação de solução.

- 1- **“Para sair da profunda crise**, alguns dirigentes do partido veem a necessidade de uma volta às origens, o que envolveria uma reconexão com movimentos sociais, além da depuração dos quadros partidários e do abandono de práticas ilegais” (grifo nosso²⁰).

²⁰ Grifo nosso para ocorrências da relação de solução.

Diante do cruzamento dos tipos de construção com as relações retóricas, defende-se, então, o princípio de que o uso das relações de justificativa, de concessão, de condição, de tempo e de solução corrobora a argumentatividade na microestrutura dos editoriais que constituem o *corpus* de análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de verificar a organização textual do gênero editorial, foram investigadas, nesta pesquisa, as relações retóricas da macroestrutura e da microestrutura desse gênero jornalístico. Além disso, foram expostas características do gênero editorial, da abordagem funcionalista - mais especificamente da RST. Cabe lembrar que, dentre os estudos que se dedicam ao gênero editorial, não há pesquisas que fazem uso da RST para a realização da análise, justificando, assim, o exame das relações retóricas, o que proporcionou também a visualização de porções de texto que compõem o gênero editorial em sua super, macro e microestrutura.

No primeiro capítulo, apresentou-se o estado da arte, demonstrando que não há pesquisas que estudam a estrutura retórica do editorial. Em princípio, parte-se da hipótese de que os editoriais, independentemente do meio de comunicação em que são veiculados, podem apresentar relações retóricas semelhantes, uma vez que o objetivo do gênero é se posicionar em relação a uma temática e convencer o seu leitor acerca do ponto de vista de um determinado veículo de comunicação.

No segundo capítulo da tese, foram expostos os aspectos teóricos que subsidiam esta pesquisa. Na primeira seção, foi apresentado um panorama a respeito da teoria funcionalista em que se fundamenta a tese e uma visão geral acerca dos principais pressupostos da RST, que se fazem significativos para a compreensão e identificação das relações retóricas que compõem a macroestrutura do editorial. Discorreu-se, ainda, sobre uma teorização quanto às principais particularidades do editorial, focalizando não só aspectos referentes ao conteúdo que é veiculado nesse gênero, mas também destacando aspectos estruturais que o constituem.

Na análise da UC, identificou-se que essa ocorre em 9 editoriais (36% do *corpus*) na fase da definição/introdução, trazendo uma síntese do sentido global do texto, possibilitando que o leitor desenvolva o interesse pelo texto. É significativo salientar que, em três editoriais (12%), foram encontradas duas UCs, tendo em vista a ocorrência de relações multinucleares, o que permite afirmar, que embora as porções ocorram uma na fase da introdução e outra na fase do desenvolvimento, ambas emergem na mesma linha horizontal do diagrama arbóreo. Dos 25 editoriais, identificou-se que seis textos (24%) apresentam a UC na fase do desenvolvimento, possibilitando que o editorialista prepare seu leitor para a informação que será apresentada mais tarde ou crie um pano de fundo para orientá-lo sobre o conteúdo da UC. Nessa situação, as relações de fundo e/ou preparação funcionaram como satélite da porção

nuclear. Na fase de avaliação, a UC se desenvolveu em editoriais (16%), pois, nessa fase o editorialista apresenta o tema central do editorial, fazendo uma avaliação do fato/evento. Na fase conclusiva, por sua vez, a UC se identifica em 12% dos editoriais, fugindo, novamente, da visão prototípica na qual a UC se encontra na fase inicial da definição dos textos argumentativos. Essa mobilização se desenvolveu devido ao caráter “relativamente estável” dos gêneros, pois não são constituídos de estabilidade, são permeados por questões sociais, históricas e temporais inerentes aos seus contextos, refletindo as finalidades e as condições específicas de cada instituição.

A análise dos editoriais foi organizada levando em consideração do 1º ao 5º nível dos diagramas arbóreos. No 1º nível, foram expostas as porções textuais que constituídas pelo título e, em alguns casos, pelo subtítulo. A relação de preparação se desenvolveu em 100% dos editoriais, uma vez que esse gênero é marcado, estruturalmente, pela presença do título. Esse elemento tem como objetivo preparar/instigar/motivar o leitor a prosseguir na leitura do texto. Pode-se dizer que, na relação de preparação, o editorialista faz uso do conteúdo do satélite com o objetivo de tornar o seu interlocutor mais informado acerca do conteúdo do núcleo, conforme os conceitos defendidos por Mann e Taboada (2010). Nos editoriais pertencentes aos jornais impressos *Estadão* e *Folha de São Paulo*, o título e o subtítulo ocorreram em 100% do *corpus*. No Jornal também impresso *Gazeta do povo*, por outro lado, esses recursos de preparação se materializaram em 2 dos 5 textos. Nos veículos de comunicação *Brasil de Fato* e *Carta Capital*, o título e o subtítulo se realizaram em 100% dos editoriais.

No 2º nível dos editoriais, verificou-se que as relações se posicionaram, principalmente, na fase da conclusão e, em alguns casos, na fase da definição/introdução e na fase de desenvolvimento. Ressalta-se que foram analisadas as relações retóricas que têm, no mínimo, três ocorrências. A partir dessas análises, foram obtidos os seguintes dados: a relação de conclusão se ocorreu em 32% dos editoriais, principalmente na fase da conclusão; a relação de avaliação teve a segunda maior frequência de ocorrência no 2º nível, 20%; a relação de concessão foi identificada em 16% dos editoriais, obtendo, assim, a terceira maior frequência de ocorrência, juntamente com a relação de elaboração, que foi abordada na sequência; a relação de elaboração se realizou em 16% dos editoriais, principalmente na fase do desenvolvimento e na fase da conclusão;

No 3º nível dos diagramas do *corpus*, constatou-se que a maior frequência de ocorrência é da relação de fundo, 22,58 %, que tem como objetivo, segundo Mann e Taboada (2010), aumentar a capacidade do leitor em compreender o conteúdo posto no núcleo; a relação de elaboração se desenvolveu em 19,35 % do *corpus*; a relação de lista teve a 3º maior frequência de ocorrência dos diagramas, com 9,67%, principalmente na fase do desenvolvimento, pois o editorialista busca, por meio de estratégias diferentes, convencer seus leitores acerca do que é dito. A relação de contraste foi identificada em 9,67%, visto que os editorialistas, em vários momentos, pretendem que seus leitores reconheçam a possibilidade de comparação e da existência de diferenças suscitadas pela comparação que se realiza; a relação de solução ocorreu em 6,45% dos editoriais. No que diz respeito à relação de solução, de acordo com Mann e Thompson (1988, p. 272), o satélite apresenta um problema, que é solucionado na porção nuclear.

No 4º nível dos diagramas, as relações retóricas ocorreram principalmente na fase do desenvolvimento. A relação de justificativa se materializou em 9,52% dos editoriais, visto que o editorialista propõe aumentar a tendência de o leitor aceitar o que é manifestado no núcleo (MANN e TABOADA, 2010); a relação de evidência teve 9,52% de ocorrência, já que o produtor do texto objetiva aumentar a crença do leitor no conteúdo do núcleo; a relação de causa foi verificada em 9,52% das ocorrências, visto que a porção de texto que desempenha o papel de satélite apresenta o elemento causador do evento que é exposto na porção nuclear; a relação de interpretação, por sua vez, ocorreu em 9,52% dos textos tendo em vista o objetivo pretendido pelo editorialista, que é envolver o leitor do texto de forma que ele esteja capacitado a agir de acordo com o que lhe foi proposto pelo editorial.

No 5º nível dos editoriais, as relações se posicionaram na fase do desenvolvimento principalmente, colaborando, assim, para o entendimento da macroestrutura do editorial. As relações de lista, avaliação, elaboração e fundo emergem com maior frequência nesse nível com 25,40%, 19,35%, 12,90% e 9,67% respectivamente. Apesar de o número de ocorrências dessas relações ter sido expressivo, elas já foram analisadas em outros níveis anteriores. Devido a essa situação, abordaram-se as relações de atribuição, adição e antítese que tiveram duas ocorrências no 5º nível dos diagramas, colaborando para a compreensão da macroestrutura do editorial.

No quarto capítulo, ainda, foram analisadas as contribuições das funções textual-discursivas das orações hipotáticas e as relações retóricas que se desenvolvem a partir delas,

colaborando para a construção da argumentatividade na microestrutura do editorial. Em síntese, identificaram-se as seguintes funções textual-discursivas e suas respectivas ocorrências no *corpus*: 1) **função de foco**, 25; 2) **função de moldura**, 17; 3) **função de guia**, 1; 4) **função de tópico**, 16; 5) **função tese-antítese**, 6; 6) **função de adendo**, 12; 7) **função de apresentar um problema e criar uma expectativa de solução**, 1. Na referida seção, também se elaborou o cruzamento dos tipos de construção e das relações retóricas, verificando-se que, na microestrutura dos editoriais, emergem as relações de justificativa, de concessão, de condição, de tempo e de solução.

Frente aos dados quantitativos apresentados, defende-se o princípio de que a UC do gênero editorial não se materializa primordialmente na fase da introdução, pois, em muitas situações, o editorialista elabora um pano de fundo e/ou apresenta uma série de argumentos, conduzindo os leitores a acreditarem no que é veiculado na UC, a qual se posiciona também na fase do desenvolvimento, da avaliação ou da conclusão. Um dos padrões que emerge nos *corpus* da tese é presença do título, pois se identifica a relação de preparação no 1º nível de todos os editoriais. No 2º nível dos diagramas, as relações de conclusão e avaliação foram empregadas em 52% dos editoriais, o que demonstra um determinado padrão nos 25 textos do *corpus*. As relações retóricas que emergem entre as porções dos editoriais no 3º, 4º e 5º níveis posicionam-se na fase do desenvolvimento, uma vez que os editorialistas elencam argumentos que justificam o seu ponto de vista acerca da temática. Observa-se, ainda, que na microestrutura dos 25 editoriais, as orações hipotáticas adverbiais corroboram a construção da argumentação por meio das relações de condição, concessão, temporal e causal.

Espera-se que esta pesquisa possa suscitar mais reflexões a respeito do editorial, o qual necessita de mais investigações em relação à sua estrutura retórica. Entende-se, ainda, que este trabalho não buscou discutir aspectos referentes ao ensino, mas pretendeu elaborar uma descrição das relações essenciais para a construção da coerência textual. Apesar dessa observação, compreende-se que a metodologia desenvolvida no processo de análise pode colaborar para a produção e a interpretação do gênero editorial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Deise Vieira dos Santos. **Uma investigação funcionalista do marcador discursivo então no estabelecimento de relações retóricas em elocuições formais do português.** Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2013.
- ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais.** Alfa, São Paulo, v. 50, n° 1, p. 77-89, 2006.
- ANTONIO, J. D. **Estrutura retórica e combinação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português brasileiro.** Estudos Linguísticos (São Paulo), v. 37, p. 214-223, 2008.
- _____. **O texto como objeto de estudo na linguística funcional.** In: J.D.ANTONIO; P.NAVARRO (orgs.). *O texto como objeto de e nsino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva.* Maringá, Eduem, p. 61-80, 2009.
- _____. **Estrutura argumental preferida: uma análise funcionalista dos padrões de uso dos argumentos dos verbos em narrativas orais e em narrativas escritas.** Estudos Linguísticos (São Paulo), v. 36, p. 3-11, 2007.
- _____. **Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português.** Araraquara, 2004
- _____. **Alguns meios de expressão linguística das relações implícitas que se estabelecem entre orações e entre partes do texto.** Estudos Linguísticos 42(1), p. 137-147. 2013.
- _____. **Mecanismos utilizados pelos destinatários do discurso para identificação de relações de coerência não sinalizadas por conectores*.** DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online), v. 33, p. 79-108, 2017.
- _____. **A sinalização das relações de coerência por conectores torna a identificação das relações mais fácil? Uma investigação do reconhecimento das relações pelos destinatários do discurso.** Revista de Estudos da Linguagem, v. 24, p. 293-326, 2016.
- ANTONIO, J.D.; SANTOS-ALVES, D.V. **Relações retóricas sinalizadas pelo marcador discursivo então em elocuições formais.** Veredas 12(2), 173-197. 2013.
- ANTONIO, J.D.; SANTOS, K. R. C. ; SILVA, D. P. ; MORESCHI, C. C. . **Identificação da unidade central de textos dissertativo-argumentativos em contexto de avaliação.** Calidoscópico, v. 15, p. 490-499, 2017.

- ARAÚJO, A. D. **Identidade e subjetividade no discurso acadêmico: Explorando práticas discursivas**. In: P. L. C. Lima & A. D. Araújo (Orgs.) *Questões de linguística aplicada: Miscelânea*. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Os gêneros do discurso (1952-1953)**. In.: **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326
- BALTAR, M. In. GUIMARÃES, A. M. M; MACHADO, A. R; COUTINHO, A. (orgs). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- BARROS FILHO, C. **Ética na Comunicação: de informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Orgs. DIONÍZIO, Angela Paiva; Trad. HOFFNAGEL, Judith Chambliss. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BEVIDAS, W.; LOPES, I. C. **Argumentação e persuasão: tensão entre crer e saber em “famigerado”**, de Guimarães Rosa. Alfa, São Paulo, 53 (2): 443-455, 2009.
- BOFF, Odete M. B.; KOCH, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009.
- BOURDIEU, P. **O campo político**. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, nº5, p. 193-216, 2011.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental**. Brasília. MEC/SEF, 1998.
- _____. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRONCKART, J.P. **Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas**. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 49-69, 2003.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.** Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: Educ, 2009.

BUTLER, C. S. *Functional approaches to language.* In: C.S. Butler, M.L.A. Gómez-González and S. M. Doval-Suárez (eds.) *The Dynamics of Language Use: Functional and Contrastive Perspectives.* Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, p.3-17, 2005.

CAIXETA, Geovane Fernandes. **Que bom, que bom, ai que bom! Da existência da relação retórica de interjeição.** Tese de Doutorado. UFMG-MG. 2015.

CALICCHIO, Fátima Christina. **A função textual-discursiva da hipotaxe adverbial no gênero resposta argumentativa.** Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2014.

CAMPOS, Adriana Cristina da Silva V. de. **Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial** ANTONIO, J. D.' 01/01/2010 99 f. Mestrado em Letras. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual.** Technical Report Technical Report ISI-TR-545. University of Southern, California, 2001. Disponível em: <http://www.isi.edu/~marcu/discourse/tagging-ref-manual.pdf>. Acesso em: 20/02/2014.

CASSIM, F. T. R.; ANTONIO, J. D. **As relações retóricas que se estabelecem pelas estratégias de correção e de parafraseamento em elocuições formais.** Cadernos de Pós Graduação em Letras (Online), v. 15, p. 1-10, 2015.

CHAFE, W. L. **How People Use Adverbial Clauses.** In: **Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society.** pp. 437-449. Disponível em <http://linguistics.berkeley.edu/bls/>, 1984.

COSTA, Rafaela Domingues. **A organização das construções de exemplo em português: uma abordagem à luz da teoria da estrutura retórica.** Tese de doutorado. UFMG-MG. 2014.

CORREIA, M. R. F. R. **Estrutura retórica do texto e a articulação de orações no artigo de opinião: uma abordagem funcionalista.** Dissertação de mestrado. UFMG. 2011.117 f., enc.: il., tabs., p&b.

_____. **A organização textual do gênero artigo de opinião: uma abordagem à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais.** Tese de Doutorado. UFMG-MG. 2018.

_____. **A estrutura retórica e a articulação de orações no artigo de opinião: uma proposta de análise.** In: IV Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 2016, Maringá, PR. IV Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários - Programa de Pós-Graduação em Letras - ANAIS ELETRÔNICOS, 2016.

COURTINE, J. J. **El concepto de formación discursiva:** Revista *Langages*. França, 1981.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga morre!:** da hipotaxe adverbial no português em uso. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1993.

_____. **Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português.** Revista *SérisEncontros* (Descrição do português: abordagens funcionalistas), Araraquara, SP, Unesp, ano XVI, n. 1., p. 299-318, 1999.

_____. **A Relevância da investigação dos processos linguísticos, numa abordagem funcionalista, para os estudos sobre os gêneros textuais.** In: ANTONIO, J. D. (Org.). *Estudos descritivos do português: história, uso e variação.* São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

_____. **A hipotaxe adverbial em português: materializações e funções textual-discursivas.** In: SIMPOSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LINGUA PORTUGUESA (II SIMELP), II, Évora, 2009. Anais... Évora, 2009, p. 113-121.

_____. **Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso.** Revista *Calidoscópico*, Rio Grande do Sul, Unisinos, vol. 8, n. 3, p. 167-173, 2010.

DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar. (Part I: The structure of the clause).** Dordrecht: Foris, 1989.

_____. **Towards a functional Grammar of discourse. In: The Theory of Functional Grammar.** ed. by Kees Hengeveld, 2. ed. Berlin; York: Mouton Gruyter, 1997.

Eco. Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo. Perspectiva.

ESPINOSA, P. M. **Gêneros para la persuasión en prensa: los editoriales del Diario El País.** Ámbitos, Sevilla (Espanha), n° 9-10, p. 225-238, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** 9. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FORTUNATO, M. V. **Procedimentos de autoria na produção de textos escritos.** Revista acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz. v.1, n.1, 2011.

- FLOWER, L.; HAYES, J. R. **A Cognitive Process Theory of Writing**. *College Composition and Communication*, USA, v. 32, n. 4. p. 365-387, dez. 1981.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos. 1984. p.46-49.
- FUCHS, Juliana Thiesen. **Rhetorical structure theory: limites e possibilidades de representação da organização textual**. Dissertação de Mestrado. UNISINOS-RS. 2009.
- FUCHS, J. T.; GIERING, M. E. **Reflexões para a análise RST de textos**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.
- GANASIM, Monique Bisconsim. **Funções exercidas e relações retóricas sinalizadas pelas estratégias de parentetização e de repetição em elocuições formais**. Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2016.
- GARRIDO, B. S. **A construção da opinião nos editoriais do jornal Bom Dia Bauru: uma abordagem discursiva**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- GIERING, M. E. **A organização retórica de artigos de divulgação científica midiática e a organização sequencial do texto**. *Desenredo* 5 (1). 78-99. 2009.
- GRIJÓ, Carmem Starling Bergamini. **Retextualização do gênero gráfico: uma análise à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST)**. Tese de Doutorado. UFMG-MG. 2018.
- GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- GUIMARÃES, D. M. **Considerações sobre o esquema de editoriais**. In: V Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1992.
- GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HENGEVELD, K. **The architecture of a Functional Discourse Grammar**. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. **A new architecture for Functional Grammar (Functional Grammar Series 24)**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

_____. **Dynamic expression in Functional Discourse Grammar.** In: GROOT, C.; HENGEVELD, K. Morphosyntactic expression in Functional Grammar (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

_____.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar.** In: HEINE, B., NARROG, H. (ed.). The Oxford Handbook of Linguistic Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008. HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization. Cambridge: University Press, 1993. MANN W. C.; THOMPSON. S. A. Relational proposition in discourse. California: University of Southern, 1983.

_____.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization.** *Text – Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse.* v. 8., n. 3, p. 243-281, 1988.

_____.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory and text analysis.** In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (eds.) Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992, p. 39-77.

HOBOLD, Aline Freiberger. **Propriedades sintáticas das orações adverbiais causais e explicativas em português brasileiro.** 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

IRACET, Êrica Ehlers. **Relações retóricas emergentes na inserção de narrativas em notícias de divulgação científica midiática para adultos e crianças.** Tese de Doutorado. UNISINOS-RS. 2014.

IRUSKIETA, M. ; LABAKA, G. ; ANTONIO, J. D. . **Detecting the central units in two different genres and languages: a preliminary study of Brazilian Portuguese and Basque texts.** *Procesamiento del Lenguaje Natural*, v. 56, p. 65-72, 2016.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. . A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática.* Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, v. , p. 17-28.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____.; O texto e a construção dos sentidos. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.; FÁVERO, I. G. V. e L. **Contribuição a uma tipologia textual.** *Letras e Letras.* V. 3, n.1, UFBA, 1987.

_____.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos dos textos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LISBOA, J. P. **Conhecimento prévio da superestrutura textual argumentative pressuposto básico para a compreensão leitora de universitários**. 2003.

MANN, W.C. & THOMPSON, S. A. *Rhetorical Structure Theory: a theory of textorganization*. ISI/RS-87-190, 1987.

_____. *Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization*. *Text*8(3): 243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory and text analysis**. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77.

MAMUS, Priscilla Teixeira. **Uma investigação funcionalista dos meios de expressão das relações retóricas de causa e resultado em elocuições formais**. Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In DIONÍSIO, Â. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação**. In. KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B; BRITO, B. S. (orgs). *Gêneros textuais = reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória; PR= Raygange, 2002.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009

MATENCIO, M. L. M. **Práticas discursivas, gêneros do discurso e textualização**. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. XXXV, p. 138-145, 2006.

MATTHIESSEN, C.; & THOMPSON. S.A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. **Clause combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- MEIRA, Ana Clara Gonçalves Alves. **A articulação de orações em provérbios do português em uso: uma análise das relações retóricas**. Dissertação de Mestrado. UFMG-MG. 2011.
- MEIRA, Ana Clara Gonçalves Alves. **Casa de ferreiro, espeto de pau: uma análise das relações retóricas a partir do uso dos provérbios como estratégia argumentativa em textos da internet**. Tese de Doutorado UFMG-MG. 2015.
- MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. **A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 12, p. 121-137, 2015.
- MANN, W.C.; THOMPSON, S.A. **Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization**. Text, 8 (3). 1988, p. 243-281.
- NASCIMENTO, Simone Maria Barbosa Nery. **A organização textual do sermão bíblico: um estudo funcionalista das relações retóricas entre tópicos discursivos**. Tese de Doutorado. UEM-PR. 2015.
- NEPOMUCENO, Arlete Ribeiro. **Uma abordagem funcionalista das relações retóricas em anúncios publicitários**. Tese de doutorado. UFMG-MG. 2013.
- NETO, Elizane Pereira. **Um novo olhar sobre o uso da forma lexical "aqui", no gênero textual bate-papo por computador, à luz da teoria da estrutura retórica**. Dissertação de Mestrado. UFMG-MG. 2011.
- NEVES, M. H. M. **Uma visão geral da gramática funcional**. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Impresso), São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.
- _____. **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 334p.
- _____. **Ensino de língua e vivência de linguagem. Temas em confronto**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- _____. **A gramática passada a limpo**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2012. 280p.
- NEVES, J. B. & PINTO Rosalici. **Modalidades Linguísticas em textos processuais**. Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, p. 293-306. 2009.
- NICHOLS, J. **Functional theories of grammar**. Annual Review of Anthropology, 13:97-117, 1984.

NUNES, Álvaro. **Argumentação e retórica**. 2015.

NUSS, Virginia Maria. **As relações retóricas e o campo da causalidade das orações hipotáticas adverbiais na construção da argumentatividade e da coerência textual**. Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2017);

OLIVEIRA, Maria Carmen. **Retextualização de Texto do Gênero Infográfico: uma análise da estrutura retórica**. Dissertação de Mestrado. UFMG-MG. 2010.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. 6ª edição. Campinas, SP: Cortez, 2001.

_____. **Análise de Discurso**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PACHECO, Ângelo de Carvalho. **A dissertação: teoria e prática**. São Paulo: Atual, 1988.

PARDO, T. A. S. (2005) **Métodos para Análise Discursiva Automática**. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo. São Carlos-SP, 211p.

PARDO, T. A. S.; SENO, E. R. M. (2005). **Rhetalho: um corpus de referência anotado retoricamente**. Anais do V Encontro de Corpora. PEZATTI, E. G.; LONGHIN-TOMAZI, S. R. As construções coordenadas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. **Gramática do Português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

Pardo, T.A.S. e Rino, L.H.M. (2003). TeMário: **Um corpus para Sumarização Automática de Textos**. Série de Relatórios Técnicos: NILC-TR-03-09, ICMC/USP, São Carlos-SP.

Pardo, T.A.S.; Rino, L.H.M.; Nunes, M.G.V. (2003). **GistSumm: A Summarization Tool Based on a New Extractive Method**. In N.J. Mamede, J. Baptista, I. Trancoso, M.G.V. Nunes (eds.), 6th Workshop on Computational Processing of the Portuguese Language - Written and Spoken, pp. 210-218 (Lecture Notes in Artificial Intelligence 2721). SpringerVerlag, Germany.

Pardo, T.A.S.; Nunes, M.G.V.; Rino, L.H.M. (2004). **DiZer: An Automatic Discourse Analyzer for Brazilian Portuguese**. XVII Brazilian Symposium on Artificial Intelligence - SBIA'04, São Luís - Maranhão. 71 Pardo, T.A.S. (2005). **Métodos para Análise Discursiva Automática**. Tese de Doutorado. ICMC/USP, São Carlos-SP.

PEREIRA, Rosemary; ROCHA, Thaís. (2006). **Discurso midiático**. Disponível em: Acesso em 20 jul. 2018.

POLATO, A.D. M.; OLIVEIRA, N. A. F. . **Aspectos linguísticos e extralinguísticos em um combate editorial**. In: VI ENIEDUC - Entontro Interdisciplinar de Educação, 2015, Campo Mourão - Pr. A responsabilidade social da universidade com a formação inicial e continuada de professores, 2015.

REBELO, Neiva Maria Soares. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial**. 01/03/1999 132 f. Mestrado em Letras. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirré. Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, R. **Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas**. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.(org.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

RÚBIO, Marília Gabriela. **Uma investigação funcionalista das proposições relacionais estabelecidas por orações paratáticas aditivas e por orações paratáticas justapostas: relações retóricas de lista, de sequência, de condição e de resultado**. Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2011.

RUCHKYS, Angélica Alves. **As relações retóricas e a articulação de dispositivos e de orações no Capítulo I da Constituição Brasileira de 1988**. Tese de Doutorado. UFMG-MG. 2014.

SAMPAIO, Danúbia Aline Silva. **O diálogo entre os gêneros capa de revista e portagem de capa: um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da Multimodalidade**. Tese de Doutorado. UFMG-MG. 2018.

SANTOS, A. R. B. **As marcas linguísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião**. UNIOESTE. Cascavel, 2009.

SANTOS, Hérica Ribeiro. **As contribuições da RST na elaboração do relato**. Tese de Doutorado. UEM-PR. 2016.

SANTOS, J. A. **As relações retóricas no gênero resposta argumentativa: um estudo da superestrutura do gênero e da expressão linguística das relações**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Maringá - PR. Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SANTOS, Kátia Roseane Corte. **Uma investigação funcionalista das relações retóricas do campo da avaliação no português falado**. Dissertação de Mestrado. UEM-PR. 2018.

SOMMERS, Nancy. **Revision Strategies of Student Writers and Experienced Adult Writers**. In: PERL, Sondra (Org). *Writing Process*. Davis, California, USA: Hermagoras, 1994, p. 75-84.

SOUZA, J. A. C. **O papel da modalidade interrogativa nas unidades informativas do artigo de opinião autoral**. *Calidoscópio*. UNISINOS. , v. 04, p. 90-96, 2006.

SOUZA, J. A. C.; GIERING, M. E. **As relações de Avaliação e de Comentário (Rhetorical Structure Theory - RST): entre o fazer-criar e o fazer-saber**. *Calidoscópio*. Vol. 8, n. 3, p. 203-209, set/dez 2010.

TABOADA, M.; MANN, W.C. **Rhetorical Structure Theory: Looking Back and Moving Ahead**. *Discourse Studies* 8(3): 423-459, 2006a.

_____. **Applications of Rhetorical Structure Theory**. 2005.

Disponível em [http://www.coli.uni-saarland.de/~schulte/Teaching/ESSLLI-](http://www.coli.uni-saarland.de/~schulte/Teaching/ESSLLI-06/Referenzen/Annotation-Levels/RST/taboadamann-2006b.pdf)

06/Referenzen/Annotation-Levels/RST/taboadamann-2006b.pdf. Acesso em: 22/07/2016.

TABOADA, M.; RENKEMA, J. (2011). **Discourse Relations Reference Corpus**. [Corpus] Simon Fraser University and Tilburg University. Disponível em <

http://www.sfu.ca/rst/06tools/discourse_relations_corpus.html>. Acesso em: 20 julho. 2016.

THOMPSON, S. **Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clause in English**. *Text – Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, v. 5., p. 55-84, 1985.

VAN VALIN, R.D. Jr. **Functional Linguistics. The Handbook of Linguistics**. Aronoff, Mark and Janie–Rees-Miller (eds). Blackwell Publishing, 2002. Blackwell Reference Online. Disponível em:

http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405102520_chunk_g978140510252015>.

VIEIRA, Maria Helena Naves. **O gênero editorial: problemáticas de caracterização**. 01/05/2009 158 f. Mestrado em Linguística. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia.

ZANINI, T. B.; NILSSON, B.; GIERING, M. E.; **As vias de continuidade em artigos de opinião autorais**. *Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/12/editorial-impeachment-sem-crime-agrediu-democracia/>. Acesso em 05/01/2017.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/17/editorial-ocupar-e-resistir/>. Acesso em 05/01/2017.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/04/12/o-pato-de-troia-brasileiro/>. Acesso em 06/01/2017.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/editorial-dilma-e-a-historia/>. Acesso em 06/01/2017.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/01/editorial-um-golpe-no-sus/>. Acesso em 06/01/2017.

<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 20/04/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/883/ouro-ao-bandido>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/884/conspiracao-policial>. Acesso em 25/05/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/888/o-patetico-complo>. Acesso em 25/05/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/898/bem-pior-que-64>. Acesso em 25/05/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/901/a-lei-do-mais-forte>. Acesso em 25/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1734811-a-conta-por-favor.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/03/1751311-protagonismo-perigoso.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/otavio-friasfilho/2016/05/1773432-paxbrasiliansa.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/03/1750848-e-o-fim.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/manobras-criativas->

7m6w71jb4xlj0k8qs. Acesso em 21/5/2016.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/nazismo-e-liberdade-de-expressao-eb6pqkiu.

Acesso em 21/5/2016.

<http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/os-petistas-que-querem-briga>

446htyqm02m6rgxnusu1ounfn. Acesso em 21/5/2016.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/ignorancia-parlamentar-7m6w71jb4xlj0k8qs.

Acesso em 20/5/2016.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/a-politica-externa-de-temer-at2a8in1qldxwj1.

Acesso em 20/5/2016.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,manifesto-irrefletido,10000007299>. Acesso em

30/6/2016.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-de-dizer-basta>. Acesso em

25/05/2016.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-criese-estrutural-do-pt>. Acesso em 04/01/2017.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-os-povos-tradicionais>. Acesso em

05/01/2017.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia>. Acesso em

05/01/2017.

<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>). Acesso em 10/06/2016.

7. ANEXO A

Segue a lista com as relações estabelecidas por Mann e Thompson (1988). A tabela foi retirada e adaptada do site <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>.

Quadro 1

Definições das relações de apresentação			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Concessão	em N: A possui atitude positiva face a N em S: A não afirma que S não está certo	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N	A atitude positiva de L face a N aumenta
Elaboração	em N: apresenta uma acção de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a acção em N	A potencial capacidade de L para executar a acção em N aumenta
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o credível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
Fundo	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
Justificação	Nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para	A tendência de L para aceitar o direito de A a

		aceitar que A apresente N	apresentar N aumenta
Motivação	em N: N é uma acção em que L é o actor (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a acção em N	A vontade de L para executar a acção em N aumenta
Preparação	Nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N
Reformulação	Nenhuma	em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objectivos de A do que S	L reconhece S como reformulação
Resumo	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N

Quadro 2

Definições das relações de conteúdo			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Alternativa (anti-condicional)	em N: N representa uma situação não realizada em S: S representa uma situação não realizada	realização de N impede a realização de S	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S
Avaliação	Nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Causa involuntária	em N: N não representa uma acção voluntária	S, por outras razões que não uma acção voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L não conseguiria	L reconhece S como causa de N

		determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	
Causa voluntária	em N: N constitui uma acção voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma acção voluntária	S poderia ter levado o agente da acção voluntária em N a realizar essa acção; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a acção foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objectivos de A, na criação da combinação N-S	L reconhece S como a causa da acção voluntária em N
Circunstância	em S: S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Condição	em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S)	Realização de N depende da realização de S	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S
Condição inversa	Nenhuma	S afecta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize
Elaboração	Nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto :: membro abstracção :: exemplo todo :: parte processo :: passo objecto :: atributo generalização :: especificação	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores

Incondicional	em S: S poderia afectar a realização de N	N não depende de S	L reconhece que N não depende de S
Interpretação	Nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram directamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N
Método	em N: uma atividade	S apresenta um método ou instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N
Propósito	em N: N é uma actividade; em S: S é uma situação que não se encontra realizada	S será realizado através da actividade de N	L reconhece que a actividade em N se inicia para realizar S
Resultado involuntário	em S: S não representa uma acção voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S
Resultado voluntário	em S: S constitui uma situação ou acção voluntária possivelmente resultante de uma acção voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da acção ou situação em S
Solução	em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Quadro 3

Definições das relações multi-nucleares

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s)	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas
Junção	Nenhuma	Nenhuma
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados
Reformulação multi-nuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objectivos de A	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	L reconhece as relações de sucessão entre os núcleos

Fonte: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html> acessado em 02/10/2015.

8. ANEXO B

ED 1

Manobras criativas

A presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), passaram a usar manobras criativas para evitar serem afastados dos respectivos cargos. (UC) Circula nas redes sociais e em páginas de internet – como a do deputado federal Wadih Damoud (PT-RJ) – um documento que serve de defesa do mandato da presidente no caso do impeachment. Eduardo Cunha, de outro lado, tenta suspender o andamento de um dos inquéritos abertos contra ele no âmbito da Operação Lava jato, enquanto for chefe daquela casa. É com bastante incômodo que o país assiste a esse tipo de manifestação – retórica, no caso do governo; protelatória, no caso de Cunha. Numa tática de guerrilha, o governo oferece à militância argumentos para defender Dilma nas redes sociais. E Cunha segue na estratégia de adiar investigações que podem minar a sua já combalida imagem e facilitar a sua cassação no plenário da Câmara.

No retorno do recesso, os parlamentares têm o dever de acelerar o processo de cassação de Cunha, assim como o de impeachment de Dilma

O documento que circula nas redes é apresentado como “construído em consenso por diversos atores políticos”, tenta demonstrar que o impeachment de Dilma é frágil e incentiva que o internauta “leia e compartilhe”. O texto começa associando o processo de impeachment a um ato de vingança pessoal de Cunha e alegando que Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Nada mais longe da realidade. O pedido de impeachment ora em análise na Câmara tem fundamento técnico e foi elaborado por pessoas com histórico respeitável na vida pública.

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/manobras-criativas-7m6w71jb4xlj0k8qs>.

Acesso em 21/5/2016

ED 2

Nazismo e liberdade de expressão

Os limites da liberdade de expressão são um tema ainda candente em um país que só se libertou da censura há menos de três décadas, e um desdobramento específico deste debate

diz respeito a manifestações de cunho racista. O tema voltou à tona depois que *Minha luta*, de Adolf Hitler, caiu em domínio público, podendo ser publicado por qualquer editora. Para uma análise clara, em primeiro lugar é preciso examinar como o ordenamento jurídico brasileiro trata de crimes relacionados ao preconceito racial.

Três meses após a promulgação da Constituição Federal, passou a vigorar no país a Lei 7.716/1989, que pune as condutas decorrentes de preconceito racial ou de cor. A lei disciplinou melhor o crime de praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação ou por publicações de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito de raça, cor ou procedência nacional, com pena de dois a cinco anos. A mesma lei pune também quem fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos ou propaganda que usem a cruz suástica ou gamada para divulgação do nazismo.

Fica claro, portanto, que a liberdade de expressão não é absoluta. Embora essencial na construção e desenvolvimento de uma sociedade democrática, ela pode ser restringida em determinados casos, quando colide com outros direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. Além das questões envolvendo preconceito racial ou de nacionalidade, a própria Constituição admite outras hipóteses em que a liberdade de expressão pode ser limitada, como nos casos de conflito com direitos personalíssimos (honra e intimidade), em casos de condutas tipificadas como crimes (apologia), de proteção do sentimento religioso e de proteção do menor.

Na quarta-feira, dia 3, o Juízo da 33.^a Vara Criminal do Rio de Janeiro suspendeu a comercialização da tradução em português de *Minha luta*. Desde que caiu em domínio público no mês passado, algumas editoras passaram a preparar edições da obra, em formato físico e virtual. O Juízo estabeleceu multa de R\$ 5 mil por exemplar para quem descumprir a ordem.

A decisão violaria a liberdade de expressão? A resposta depende do que, exatamente, está sendo publicado. O texto de *Minha luta*, em si, é preconceituoso e racista, disso não há dúvida. No livro, Hitler chega ao cúmulo de afirmar que, se no início da Primeira Guerra Mundial a Alemanha tivesse submetido 12 mil ou 15 mil judeus ao gás asfixiante, não teria ocorrido o sacrifício de milhões de alemães na linha de frente. É uma retórica tão primária quanto brutalmente agressiva. Analisada à luz do direito brasileiro, a obra viola claramente a Lei 7.716/1989, cujos fundamentos constitucionais são os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Portanto, a divulgação ou comercialização do livro é um abuso

da liberdade de expressão, violando os direitos de igualdade e dignidade da pessoa. No caso em concreto, a liberdade de expressão cede espaço para outros direitos que precisam ser necessariamente protegidos.

A avaliação que acabamos de fazer se prende ao conteúdo do livro propriamente dito (UC). Mas vozes ponderadas têm defendido que *Minha luta* seja publicado em uma edição crítica, com notas e outros recursos que desconstruam o conjunto de falácias apresentadas na obra. Certamente seria necessário um trabalho de grande envergadura intelectual para, passo a passo, demonstrar as centenas de incongruências e deturpações presentes no livro. Alguns editores já se propuseram a levar adiante essa tarefa, inclusive na Alemanha, e quem tiver sucesso nessa iniciativa estará, no fundo, prestando um grande serviço no combate ao racismo. Uma edição brasileira preparada nestes termos não terá como ser nem descartada, nem liberada de imediato: ela exigirá do Poder Judiciário uma análise aprofundada que, no fim, contribuirá para melhorar nosso entendimento sobre os limites da liberdade de expressão.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/nazismo-e-liberdade-de-expressao-eb6pqqiu. Acesso em 21/5/2016

ED 3

Os petistas que querem briga

O mandado de condução coercitiva contra o ex-presidente Lula, na sexta-feira passada, despertou em lideranças petistas seus instintos mais primitivos, (UC) como disse certa vez um protagonista do mensalão, o ex-deputado Roberto Jefferson. Alguns chefões do petismo abandonaram de vez qualquer pudor e começaram a falar em ir à rua simultaneamente às manifestações contra o PT e pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. No domingo passado, enquanto militantes jogavam pedras na sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro, o presidente do PT fluminense, Washington Quaquá, deixava claro: “Vamos para a rua inclusive no dia 13, em Copacabana. Quero ver quem vai nos impedir”.

Segundo a colunista da *Folha de S.Paulo* Monica Bergamo, movimentos sociais pretendiam organizar sua manifestação na Avenida Paulista – tanto Copacabana, no Rio, quando a Paulista, em São Paulo, são os locais exatos das passeatas contrárias ao governo, marcadas já há muito tempo. Em Porto Alegre, o PT, partidos aliados e a CUT estarão em um parque a um quilômetro de distância do local da manifestação antipetista.

O que é isso senão uma provocação ao conflito? É o tipo de irresponsabilidade que não pode ser admitida nem mesmo como um blefe destinado a murchar os protestos contra o PT, numa aposta de que as pessoas deixariam de comparecer se houvesse a possibilidade de uma briga com militantes defensores do governo. Mas é a consequência natural da retórica que Lula, Rui Falcão e outros líderes petistas e de movimentos como a CUT vêm usando há tempos, e que foi intensificada a partir de sexta-feira. A mesma retórica que ganhou o endosso de outro cacique petista, Gilberto Carvalho. Em entrevista à *Folha*, perguntado sobre a possibilidade de radicalização nas ruas, Carvalho disse que “depende”: se a Lava Jato continuar aborrecendo Lula, “aí eu temo muito por um processo que nos leve ao que acontece na Venezuela, porque você vai levar ao processo de justicamento, de justiça com as próprias mãos, e haverá um ódio progressivo (...) Estou convencido de que pode ocorrer no dia 13”, acrescentou. Depois de morder, Carvalho até assopra, dizendo que “temos de ter maturidade de não insuflar ou estimular esse tipo de manifestação”, mas que crédito tem um ex-chefe da Secretaria Geral da Presidência que, no exercício do cargo, aceitou como interlocutores legítimos os baderneiros black blocs e os sem-terra que haviam transformado a Praça dos Três Poderes em cenário de batalha campal?

Quando são tantas as lideranças querendo o conflito, é preciso elogiar a sensatez quando ela se mostra. **É o caso do PT paranaense, que desaconselhou seus membros a organizar qualquer tipo de manifestação de apoio no dia 13, (UC)** deixando a mobilização para outras datas; e do ministro Ricardo Berzoini, que tem trabalhado para evitar passeatas pró-Lula no mesmo dia dos protestos pelo impeachment e contra o PT.

Autoridades também já se pronunciaram. Em São Paulo, o governador tucano Geraldo Alckmin e o secretário de Segurança Pública deixaram claro que a Polícia Militar não autorizaria eventos petistas na Avenida Paulista no dia 13, levando os movimentos sociais e a Juventude do PT a anunciar que, em vez da Paulista, seu evento ocorrerá em outro local, a dois quilômetros de distância. Governadores e secretários de outros estados onde há a possibilidade de eventos simultâneos deveriam vir a público oferecer garantia semelhante de segurança para todos os que desejarem ir à rua.

O direito à manifestação precisa ser garantido tanto para os opositores quanto para os apoiadores do governo, mas esse tipo de provocação e a ameaça de confronto não têm lugar em uma sociedade democrática. Quem incita a agressividade da militância ou deixa no ar a possibilidade de uma “venezuelanização” do Brasil merece repúdio inclusive daqueles que

estão do mesmo lado ideologicamente, mas acreditam na força das instituições e do debate civilizado.

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/os-petistas-que-querem-briga-446htyqm02m6rgxnusu1ounfn>. Acesso em 21/5/2016

ED 4

Ignorância parlamentar

Se o nível dos nossos representantes não nos agrada, precisamos nos perguntar se não estamos dedicando toda a atenção ao Executivo e negligenciando o voto para o Legislativo.

A derrota de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, que deu 367 votos a favor da admissibilidade do processo de impeachment da presidente, deve ser comemorada? Sem dúvida que sim, pois é um passo importante contra a impunidade. Mas mesmo os defensores do impeachment não devem ter se sentido muito confortáveis com o que viram na tarde e noite de domingo. Os perfis e os discursos de muitos deputados nos fazem refletir sobre como temos tratado o voto para o Legislativo.

Nem seria preciso citar o fato óbvio de que boa parte do grupo que votou no domingo está às voltas com investigações e acusações de corrupção, inclusive o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha. Isso, por si só, não retira a legitimidade dos parlamentares – e é preciso lembrar que a Câmara de 1992, que afastou Fernando Collor, não era exatamente composta por vestais, embora isso não tenha incomodado os petistas que, à época, pediam a saída do presidente. Mas há muita hipocrisia em ver parlamentares investigados gritando “contra a corrupção” na tribuna.

Isso, no entanto, já era conhecido antes da sessão. O que o público descobriu, praticamente em rede nacional, foi o triste comportamento de vários dos representantes do povo. Houve, por exemplo, os “papagaios de pirata” que buscavam seus 15 segundos de fama com cartazes engraçadinhos, postando-se atrás dos integrantes da Mesa Diretora ou dos líderes de partidos que discursaram antes da votação – alguns deles, aliás, acharam que seria uma boa ideia usar o tempo na tribuna para entoar cantos de torcida ou paródias de Geraldo Vandré sob chuva de papel picado.

São comportamentos que acabaram soando até como bizarrices inocentes em comparação com o daqueles que tentaram interromper no grito o discurso do relator Jovair

Arantes (PTB-GO). Ou com o de alguns parlamentares que chegaram ao absurdo de elogiar o golpe militar de 1964 – Jair Bolsonaro (PSC-RJ) citou nominalmente o torturador Carlos Brilhante Ustra. Curiosamente, as menções aos terroristas Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e ao golpista Luís Carlos Prestes, feitas por Glauber Braga (PSol-RJ) e Valmir Assunção (PT-BA), causaram muito menos indignação, embora devessem ser igualmente repudiadas. E maior condenação ainda merece a cusparada de Jean Wyllys (PSol-RJ) em Bolsonaro – o psolista não teve pudor de afirmar que não se arrepende do ato e o repetiria.

Também ficou evidente que vários parlamentares não tinham a noção exata do que estavam votando – no caso, a admissibilidade de um processo de crime de responsabilidade por violações da lei orçamentária –, ou preferiram ignorar a acusação real para mandar um recado ao eleitorado. Assim, raríssimas foram as citações às “pedaladas”: sobraram menções à corrupção, à cumplicidade com ditaduras, às plataformas petistas sobre moral e família: todos aspectos perfeitamente criticáveis, mas que não tinham ligação direta com o escopo da acusação.

Além disso, houve quem votasse como se Dilma estivesse cassada no momento imediatamente posterior à decisão da Câmara, agindo como se a função dos deputados fosse julgar o mérito em vez de aprovar a abertura de um processo; ou insinuando que, em caso de impeachment, Cunha teria chances de assumir definitivamente a Presidência se Michel Temer fosse cassado. São equívocos desculpáveis entre a população que não tem a obrigação de conhecer os meandros do processo de impeachment, mas inaceitáveis para políticos mergulhados no tema e que contam com assessores para esclarecer quaisquer dúvidas.

Nenhum desses deputados, no entanto, caiu do céu. (UC) Foram todos colocados lá pelos eleitores – ainda que alguns tenham conseguido a cadeira graças ao quociente eleitoral de suas coligações, receberam votos suficientes para que fossem eleitos em detrimento dos outros colegas de chapa. Se o nível dos nossos representantes não nos agrada, precisamos nos perguntar se não estamos dedicando toda a atenção à escolha de presidente, governadores e prefeitos e negligenciando, ou tratando com ligeireza, o voto para senadores, deputados e vereadores. Que possamos carregar conosco esta lição para outubro.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/ignorancia-parlamentar-7m6w71jb4xlj0k8qs. Acesso em 20/5/2016

A política externa de Temer

A tendência é de redução do protecionismo tarifário e a busca por acordos comerciais com os países do primeiro mundo.

O presidente Michel Temer nomeou o senador José Serra (PSDB) como titular do Ministério das Relações Exteriores, no momento em que o Brasil precisa passar por uma reformulação em sua política externa. Há pelo menos três grandes áreas em que o governo deve deixar claro à sociedade e ao público internacional qual será a filosofia de ação e qual a estratégia operacional. De início, espera-se que haja inflexão à direita, no sentido de reduzir a adesão incondicional ao esquerdismo latino-americano e à tolerância com regimes autoritários e agressores dos direitos humanos.

A primeira grande área é a do comércio internacional. Pelo perfil internacionalista de José Serra – ele morou e estudou no exterior, tem visão do mundo e sabe como funciona a economia – e pela tendência nada esquerdista de Michel Temer, a diretriz deve ser mais abertura externa e maior inserção no comércio internacional. A tendência é de redução do protecionismo tarifário e a busca por acordos comerciais com os países do primeiro mundo, principalmente porque o Brasil precisa expandir suas exportações e ampliar a importação de tecnologias modernas.

Seria boa estratégia a busca por incluir a participação brasileira nos acordos firmados entre os países do primeiro mundo, a exemplo do Tratado Transpacífico, e encetar tratados para a importação de tecnologias estrangeiras destinadas a melhorar o nível de atualização tecnológica da economia brasileira e elevar a produtividade/hora do trabalho. Para isso, o governo terá de expurgar qualquer saldo de ranço contra as economias desenvolvidas e reatar contatos eventualmente desgastados durante o período petista no comando do país.

A segunda grande área zonal e quase submissa dos governos petistas aos países latino-americanos ditos socialistas e à tolerância com a agressão e o desrespeito aos direitos humanos – os maiores exemplos são o apoio de Lula ao regime iraquiano de Mahmoud Ahmadinejad, à submissão ao regime ditatorial de Chaves e Maduro na Venezuela e a declaração da presidente Dilma na ONU de que a solução para o terrorismo do Estado Islâmico deveria ser pelo diálogo com os líderes daquela facção. Certamente, o ministro José Serra será chamado a declarar que o Brasil não apoia governos e práticas que agridam a democracia e os direitos humanos, pois que não há sentido em pregar uma coisa internamente e fazer outra no campo da política externa.

A terceira grande área que demandará posicionamento claro do Brasil diz respeito aos acordos internacionais ligados à proteção do meio ambiente e às práticas antipoluição. É bem verdade que o Brasil somente terá autoridade moral para pregar a defesa dos acordos de não poluição e de defesa de meio ambiente caso adote internamente políticas mais efetivas para conter o desmatamento da Amazônia, a deterioração dos rios e as emissões de gases poluentes.

Embora haja outros temas de alta relevância para a diplomacia brasileira, as três grandes áreas acima citadas deverão constituir o eixo essencial da política externa do país, entre outras razões, pelo efeito que terão sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A filosofia de ação e a estratégia de operação são dois pilares fundamentais para induzir as empresas nacionais a buscarem a expansão de seus mercados externos e para induzir os investidores estrangeiros a virem para o Brasil. A política externa petista foi um desastre, senão por outros motivos, pela adesão a regimes antidemocráticos e violadores dos direitos humanos, o que coloca em dúvida a sinceridade quando falam em defesa da democracia e da liberdade.

www.gazetadopovo.com.br/.../editoriais/a-politica-externa-de-temer-at2a8in1qldxwj1. Acesso em 20/5/2016

ED 6

A conta, por favor

Maquiada anos a fio por encobrimento de despesas, recauchutagem de receitas e outros ardis, a contabilidade do governo federal finalmente foi exibida na plenitude de sua feiura.

Divulgado nesta quinta-feira (28), o resultado do Tesouro Nacional de 2015 exhibe um descalabro orçamentário sem precedentes nas últimas duas décadas de relativa estabilidade da moeda nacional. (UC)

Os gastos cotidianos da máquina pública –benefícios sociais, subsídios, pessoal, custeio– e os investimentos em infraestrutura superaram em nada menos de R\$ 115 bilhões a arrecadação de impostos e outras fontes de recursos.

Somem-se a isso compromissos extravagantes com os juros da dívida, de R\$ 356 bilhões, impulsionados pela elevação da taxa do Banco Central na tentativa de conter o avanço da inflação, artificialmente represada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT).

Custa crer que, apenas dois anos antes, os balanços oficiais mostrassem um saldo positivo de R\$ 77 bilhões entre receitas e despesas não financeiras, mais encargos da dívida de R\$ 186 bilhões. (UC)

Naquele 2013, porém, estavam em pleno andamento as manobras que mascaravam a deterioração contínua das contas federais.

Driblava-se a perda de fôlego da arrecadação com a edição de um programa de vantagens para contribuintes em atraso com o fisco; o Tesouro, além disso, extraía de suas estatais generosos dividendos que pouca relação tinham com a lucratividade das empresas.

Continham-se a inflação e os juros com a manipulação de tarifas públicas e outros preços sob controle governamental, como os da energia elétrica e da gasolina.

Postergava-se o pagamento de subsídios devidos em financiamentos agrícolas, industriais e habitacionais, os quais acabavam assumidos pelos bancos federais –expediente celebrizado pelo apelido de "pedalada fiscal".

O esgotamento do arsenal de truques, em plena recessão econômica, escancarou as dimensões de um gasto público insustentável –agravado, em 2015, pelo desembolso de R\$ 56 bilhões para a regularização das ditas pedaladas.

Menos mal que se disponha, agora, de um cálculo realista do fosso entre as ambições das políticas federais e os meios para sustentá-las. Os números não oferecem nenhuma outra boa notícia.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1734811-a-conta-por-favor.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

ED 7

Protagonismo perigoso

Em momentos de crispação nas ruas como estes que o Brasil conhece, nada mais importante que dispor de instituições sólidas e equilibradas, capazes de moderar o natural ímpeto das manifestações e oferecer respostas seguras dentro de um quadro de legalidade.

Preocupam, por isso, os sinais de excesso que nos últimos dias partem do Judiciário, precisamente o Poder do qual se esperam as atitudes mais serenas e ponderadas.

Não se trata de relativizar o peso das notícias acerca da Operação Lava Jato, ou de minimizar o efeito político e jurídico das gravações telefônicas divulgadas nesta semana.

O imperioso combate à corrupção, entretanto, não pode avançar à revelia das garantias individuais e das leis em vigor no país. (UC) Tal lembrança deveria ser desnecessária num Estado democrático de Direito, mas ela se torna relevante diante de recentes atitudes do juiz federal Sergio Moro, em geral cioso de seus deveres e limites.

Talvez contaminado pela popularidade adquirida entre os que protestam contra o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), Moro despiu-se da toga e fez o povo brasileiro saber que se sentia "tocado pelo apoio às investigações".

Ocorre que as investigações não são conduzidas pelo magistrado. A este compete julgar os fatos que lhe forem apresentados, manifestando-se nos autos com a imparcialidade que o cargo exige.

Demonstrando temerária incursão pelo cálculo político, resolveu assumir de vez o protagonismo na crise ao levantar o sigilo de conversas telefônicas de Lula (PT) bem no momento em que o ex-presidente se preparava para assumir a Casa Civil.

Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo.

Ao justificar a decisão, Moro argumenta de maneira contraditória. Sustenta que o caso, por envolver autoridades com foro privilegiado, deve ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, mas tira da corte a possibilidade de deliberar sobre o sigilo das interceptações.

Pior, a lei que regula o tema é clara: "A gravação que não interessar à prova será inutilizada". Quem ouviu as conversas de Lula pôde perceber que muitas delas eram absolutamente irrelevantes para qualquer acusação criminal. Por que, então, foram divulgadas?

Ademais, a conversa entre Lula e Dilma ocorreu depois que o próprio Moro havia mandado ser interrompida a escuta. Acerca disso o juiz a princípio não se pronuncia.

É sem dúvida importante que a população saiba o que se passa nas sombras do poder. Daí não decorre, obviamente, que os juízes possam dar de ombros para as leis. Mais do que nunca, o exemplo deve partir do Poder Judiciário –sua eventual desmoralização é o pior que pode acontecer.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/03/1751311-protagonismo-perigoso.shtml>.

Acesso em 22/05/2016.

ED 8

Nem Dilma nem Temer

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. (UC)

É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática.

Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece.

Formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment. As maiores manifestações políticas de que se tem registro no Brasil tomaram as ruas a exigir a remoção da presidente. Sempre oportunistas, as forças dominantes no Congresso ocupam o vazio deixado pelo colapso do governo.

A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça.

Mesmo que vença a batalha na Câmara, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão.

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.

Esta **Folha** continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional.

Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva.

Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão.

A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação.

O Tribunal Superior Eleitoral julgará as contas da chapa eleita em 2014 e poderá cassá-la. Seja por essa saída, seja pela renúncia dupla, a população seria convocada a participar de nova eleição presidencial, num prazo de 90 dias.

Imprescindível, antes, que a Câmara dos Deputados ou o Supremo Tribunal Federal afaste de vez a nefasta figura de Eduardo Cunha –o próximo na linha de sucessão–, réu naquela corte e que jamais poderia dirigir o Brasil nesse intervalo.

Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em 22/05/2016.

ED 9

Pax brasileira

Pode haver controvérsia sobre o impeachment ter sido deposição legal ou golpe, (UC) mas não resta dúvida de que o Brasil realizou mais uma de suas transições pacíficas – alterações imprevistas de governo partejadas mediante pouca ou nenhuma violência.

Estimativa baseada em reportagens totaliza 13 mortes relacionadas ao ciclo de manifestações que varreu o país entre junho de 2013 e o começo deste ano –nada menos que 8 delas por atropelamento em barreiras erguidas por manifestantes, o que diz bastante sobre nossa cultura, por assim dizer, automobilística.

Houve só duas mortes por arma de fogo, além do rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade em fevereiro de 2014 no Rio, disparado por dois falangistas black blocs que aguardam julgamento em liberdade. Compare-se com os 43 manifestantes mortos na Venezuela no mesmo fevereiro, para não mencionar as 2.500 mortes que se atribuem à Primavera Árabe no Egito de julho de 2013 a março de 2014.

Rupturas drásticas que têm muito de aparente, confrontos que se resolvem numa conciliação acomodatória, transições que se dão por osmose –não é outro o padrão histórico subjacente a uma longa série de datas oficiais: 1822, 1889, 1930, 1945, 1964, 1985...

O fio condutor dessa evolução gradualista, sobressaltada por avanços e recuos, parece tão discernível que deu origem a um famoso mito identitário, o da cordialidade, entendida como aversão congênita à violência e como tendência natural à efusão dos sentimentos e à solução amistosa dos conflitos.

O termo foi adotado num capítulo decisivo de "Raízes do Brasil" (1936) pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, que o tomou de um contemporâneo, o escritor Ribeiro Couto, para empregá-lo numa acepção bem diversa da corrente.

Cordialidade (o que vem do coração) seria a prevalência das relações pessoais, dadas por laços de sangue, compadrio e mandonismo, típica de sociedades patriarcais de economia agrária, em contraste com a impessoalidade jurídica e a igualdade política das sociedades avançadas do capitalismo liberal.

Em 1948, quando da segunda edição do livro já clássico, o poeta Cassiano Ricardo resolveu polemizar em torno da palavra, alegando que ela sugeria a rigidez de uma fórmula ("cordialmente"), sendo preferível, por isso, "bondade" ou outro vocábulo capaz de exprimir a índole espontaneamente benfazeja do brasileiro.

Ora, o autor de "Raízes", na esteira de Gilberto Freyre ("Casa-Grande & Senzala" é de 1933), era um dos introdutores da ciência social moderna no Brasil ao postular que os povos não estão sujeitos a um legado inato, como em alguma medida os indivíduos, mas são determinados pelas condições históricas da evolução de sua vida prática e econômica.

A matriz de Sérgio Buarque de Holanda era o historicismo sociológico de Max Weber; a de Freyre, o culturalismo do etnólogo americano Franz Boas, de quem foi aluno. Convergiam para uma perspectiva fascinante, irresistível pelas sugestões criativas e emancipatórias, quando voltada a uma sociedade plástica em formação.

Cassiano Ricardo parece nunca ter compreendido o autor que criticava, e de fato o historiador encerra a inútil controvérsia, que algumas edições do "Raízes" trazem como apêndice, quase de mau humor, receando já ter "gasto muita cera com esse pobre defunto".

Mas o defunto continua vivo. Apesar de tantas cifras e cenas horripilantes a sugerir o contrário, a maioria certamente associa uma suposta índole nacional à cordialidade na aceção indulgente de Cassiano Ricardo; há um mês, em longa reportagem, a revista britânica "The Economist", sempre criteriosa, registrou que "os brasileiros não são dados a revoluções".

Talvez a melhor maneira de desenredar esse nó seja considerar que no Brasil uma violência social intensa (expressa, por exemplo, nos altíssimos índices de homicídio) alcança, por causa de algum mecanismo oculto, baixa taxa de conversão em violência política.

Esse mecanismo parece relacionado à tradição desmobilizadora própria do legado escravocrata, que limitou o emprego da violência entre elites nos arremedos de guerra civil, temerosas de que se alastrasse para baixo. Talvez se deva também ao ambiente ideológico ornamental, em que as ideias são ostentadas pelo prestígio que conferem, num cinismo pouco propício a doutrinas fanáticas.

Deve ser a chave tanto da lentidão evolutiva como da persistente "pax brasileira".

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/otavio-friasfilho/2016/05/1773432-paxbrasileana.shtml>.
Acesso em 22/05/2016

ED 10

É o fim

A nomeação do ex-presidente Lula (PT) para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil poderia expressar o estado de desespero terminal em que se encontra um governo com índices baixíssimos de popularidade e com escassa sustentação para evitar o próprio impeachment no Congresso.

Há mais, entretanto. Logo após sacramentada a inclusão de Lula no ministério, divulgou-se a gravação de uma conversa entre este e Dilma Rousseff (PT), na qual se escutam claras indicações de que não se resumiam a raciocínios políticos os objetivos da nomeação.

Confirma-se aquilo que os mais exacerbados adversários do governo foram rápidos em considerar como essencial na manobra.

Na iminência de ter decretada sua prisão por Sergio Moro, juiz federal que trata das decisões em primeira instância da Operação Lava Jato, o líder máximo petista queria se blindar, posicionando-se num cargo com foro privilegiado.

Pelo telefone, Dilma assegurava a Lula que seu termo de posse no ministério estava pronto; seria enviado para "caso de necessidade".

Como entender tal conversa se não como um verdadeiro acerto entre elementos interessados em fugir ao alcance da lei?

Será a palavra "cumplicidade" forte demais para aplicar a uma presidente da República e a um ex-presidente que se afobam em arranjar artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça paralisada e o privilégio intacto?

A dupla superou, com certeza, tudo o que já se tinha visto no PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação. (UC)

Cinismo, porque poucas horas antes a presidente concedera entrevista refutando a tese de que Lula estava sendo nomeado apenas para escapar da polícia. Tratar-se-ia, na verdade, de obter novas energias políticas no enfrentamento da crise.

Mas não: o argumento elaborado vinha, ao que tudo indica, apenas disfarçar o que merece ser chamado de esforço de atrapalhar o livre funcionamento do Judiciário.

Imprudência, portanto: às voltas com iminente pedido de impeachment, a presidente dá novos e escandalosos fundamentos a uma possível ação contra seu mandato.

Provocação, acima de tudo. Dias depois de um protesto com dimensões jamais registradas na história do país, Dilma e Lula se associam para acender, de forma provavelmente irreversível, uma indignação popular ainda mais intensa.

Mal anunciada a manobra, iniciou-se uma manifestação espontânea em frente ao Palácio do Planalto. A afluência popular repetiu-se em São Paulo e só fez crescer quando se teve notícia das gravações comprometedoras. No Congresso, a palavra "renúncia" é pronunciada aos brados pela oposição.

Já se dizia que, com a nomeação de Lula, o governo Dilma Rousseff chegava ao fim. Talvez a frase deva ser encarada, a partir dos próximos dias, de forma mais literal do que se pensava.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/03/1750848-e-o-fim.shtml>

ED 11

Ouro ao bandido

Incrível: o governo sonha em ganhar a simpatia da casa-grande

Mas que esperança, meus senhores...

Pergunto aos meus botões qual seria o propósito de quem entrega o ouro ao bandido. Ao que tudo indica, comover o bandido, respondem prontamente. Insisto: com quais chances de êxito? Concluem: com bandido de 18 quilates, nenhuma. Moral da história: quem entrega o ouro ao bandido, ou é ingênuo ou néscio.

Tenho reunido há tempo farta documentação da incapacidade do governo de perceber em toda a sua extensão o papel da mídia nativa. (UC) Vem de tão longe a colheita que, a esta altura, é do conhecimento até do mundo mineral a exata dimensão da quadrilha midiática. Mas nem todos entre os humanos têm a sensibilidade do quartzo e do feldspato.

Em países civilizados e democráticos, atuam jornais, revistas, rádios, canais de tevê, fontes de informação em geral, em condições de expor ideias e defender interesses os mais variados. No Brasil, não, diz a voz das entranhas da Terra, no Brasil vigora o jornalismo do pensamento único, a serviço exclusivo da ideologia da casa-grande. Defini-la conservadora,

ou mesmo reacionária, é reduutivo. Ela é simplesmente medieval, com todas as implicações da condição. Anterior à Idade Moderna.

Espanta-me que um governo que pretendeu ser da renovação ao implementar políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, ainda não tenha logrado enxergar na mídia nativa o verdadeiro partido de oposição disposto a cometer atos de descarada bandidagem. Não há limite para os barões midiáticos e os rapazes do bando. Não se trata de uma justa competição a bem da democracia, e sim, de um combate desleal, sem trégua e sem compromisso algum com a verdade factual. Partido *sui generis*, está claro, próprio de uma época de trevas.

Às vezes me surpreendo na tentativa de imaginar o que vai entre o fígado e a alma nem digo dos senhores da mídia, moradores cativos da casa-grande, mas dos seus empregados, habitantes de redações onde o desequilíbrio social a assolar o País se repete para separar quem ganha mais de quem ganha menos. O que leem para alimentar sua visão do mundo e da vida? O que sentem ao praticar seu jornalismo bucaneiro? Alguns, do alto de pirâmides de florins, talvez encontrem apaziguantes justificativas. E os outros remediados que se curvam passivamente?

Neste começo do novo ano, sou forçado a anotar que o governo reitera implacavelmente a sua ignorância em relação ao rol midiático, que tão eficaz se revelou na criação da crença de que todas as culpas hão de cair sobre os ombros de Dilma e de Lula, sem exclusão do atraso do ônibus ou do precário funcionamento do celular. E não é que os governistas se apressam a entregar o ouro ao bandido? A presidenta colabora com a *Folha de S.Paulo* com uma mensagem do primeiro dia de 2016. O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, dá uma entrevista ao mesmo jornal, enquanto o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, opta para sua primeira fala com o *Estadão* e o *Valor Econômico*. Será que gostam tanto assim de quem quer vê-los pelas costas?

Produzi algum gênero de autocrítica a respeito de pecados que já foram cometidos impunemente por quem os precedeu no comando da chamada redemocratização, iguais e até piores, diante da absoluta indiferença da mídia, quando não da aprovação? Quem sabe o ministro Barbosa quisesse fazer genuflexão aos pés do deus mercado, sem deixar de bater na tecla do desenvolvimento. Uma no cravo, outra na ferradura. Tempo perdido, clamorosamente.

Sempre supus Jaques Wagner qualificado para a chefia da Casa Civil e louvei sua escolha para o posto. Mas por que denegrir o PT nas páginas da *Folha*? *CartaCapital* repete

há uma década que o Partido dos Trabalhadores portou-se no poder como todos os demais. Admitir, porém, a traição aos princípios e valores iniciais em benefício do inimigo é descabido, além de imprudente, sem contar que, em termos de política econômica, o PT defende faz algum tempo causas justas. Quanto a Barbosa, conseguiu o oposto do que desejava.

Que a maioria dos brasileiros seja resignada, até hoje incapaz de reação a tanta prepotência, tem suas razões de ser ao cabo de séculos de escravidão. Já o governo passa da conta com sua remissividade. Para não usar outra palavra, que por ora não quero pronunciar. O governo do PT deveria era encontrar motivos de orgulho no ódio irreversível que o cerca. Apesar de muitos e graves deslizes, o partido poderia ainda apostar em uma decisiva e redentora diversidade.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/883/ouro-ao-bandido>

ED 12

Conspiração policial

Vazamentos de informações sigilosas para a mídia nativa provam que a polícia trabalha a favor dos interesses da casa-grande

Já tivemos um exército de ocupação, convocado pela casa-grande em 1964. O gendarme indispensável ao golpe, a favor dos senhores com a bênção, não somente metafórica, de Tio Sam. De mais de uma década para cá, somos forçados a colher fortes indícios de que contamos com uma polícia para cuidar dos interesses da minoria privilegiada.

Aquelas Forças Armadas derrubaram o governo. Esta polícia, ou pelo menos alguns de seus núcleos, conspira contra o governo. O tio do Norte está aparentemente mais distante, mas não desgosta de um satélite em lugar de um país independente.

A postura conservadora da caserna, em momentos diversos francamente reacionária, sempre arcou com um papel poderoso, quando não decisivo, na história do Brasil.

Hoje, graças também a um comando firme e responsável, mantém a atitude correta na moldura democrática, a despeito dos esforços da mídia nativa para oferecer eco a vozes discordantes de reduzido alcance. A defesa do *status quo* ficou para a Polícia Federal?

A PF não foi treinada para a guerra, dispõe, porém, de armas afiadas para conduzir outro gênero de conflito, (UC) similar àquele da água mansa que destrói pontes. Um dos instrumentos usados para atingir seus objetivos com a expressão de quem não quer coisa alguma é o vazamento, a repentina revelação de fatos do seu exclusivo conhecimento, graças ao fornecimento de informações destinadas ao segredo e, no entanto, entregue de mão beijada e por baixo do pano a órgãos midiáticos qualificados para tanto, sem descaso quanto à pronta colaboração do Ministério Público.

Na manhã de terça 12 sou atingido pela manchete da *Folha de S.Paulo*: “[Cerveró](#) liga Lula a contrato investigado pela Lava Jato”. O delator, diz o texto, declara ter sido premiado com um cargo público pelo então presidente da República por quitar “um empréstimo de 12 milhões de reais considerado fraudulento pela Lava Jato”.

Logo abaixo, com título em corpo bem menor em duas colunas, o jornal informa que o mesmo Cerveró “cita Renan Calheiros”. Finalmente, no mesmo corpo e extensão de texto, anuncia-se: “Delator fala em propina sob FHC”.

Incrível: na mesma manhã, o *Estadão* me surpreende ao se referir apenas ao envolvimento do governo de Fernando Henrique. O jornalão, é evidente, não foi beneficiado pelo vazamento de todo o material disponível.

O *Estadão* redime-se aos olhos dos leitores no dia seguinte e na manchete declama: “Cerveró cita Dilma”. E no editorial principal da página 3, sempre fatídico e intitulado “No reino da corrupção”, alega a abissal diferença entre o envolvimento de Lula e de FHC.

Em relação a este “a informação é imprecisa, de ouvir dizer”. No caso de Lula, a bandalheira é óbvia e desfraldada. Patéticos desempenhos do jornalismo à brasileira. Inúmeros leitores não percebem, carecem da sensibilidade do quartzo e do feldspato.

Nada surpreende neste enredo, próprio de um país medieval, indigno da contemporaneidade do mundo civilizado e democrático. O vazamento de informações sigilosas tornou-se comum há muito tempo nas nossas tristes latitudes, como diria Lévi-Strauss.

Mesmo assim, seria interessante descobrir as razões desta conspirata policial. Inútil, está claro, dissertar a respeito dos comportamentos da mídia. Dos seus donos, o mesmo pensador belga observava: “Eles não sabem como são típicos”.

O cargo de diretor da PF é da exclusiva competência do Palácio do Planalto, que o subordina ao seu ministro da Justiça, no caso, José Eduardo Cardozo.

Foi ele quem indicou o delegado Leandro Daiello, aquele que em julho passado proclamou, a bem da primeira página do *Estadão*: “A Lava Jato prossegue, doa a quem doer”. E a quem haveria de doer?

Nos bastidores da PF, Cardozo é apelidado de Rolando Lero, personagem inesquecível criado por Chico Anysio, o parlapatão desastrado que diz muito para não dizer coisa alguma.

Tendo a crer que Cardozo aplica seu lero-lero em cima da presidenta Dilma e consegue deixar tudo na mesma. De fato, o nosso ministro é tão incompetente no posto quanto vaidoso.

Achou, porém, em Daiello o parceiro ideal. O homem foi capaz de tonitruar ameaças, dentro da PF, contudo, carece de verdadeira liderança. A situação resulta, em primeiro lugar, dessas duas ausências.

Da conspirata em marcha, vislumbro de chofre três QGs, em recantos distintos. Número 1, escancarado, em Curitiba, onde três delegados dispõem da pronta convivência do Ministério Público e da vaidade provinciana do juiz Sergio Moro, tão inclinado a se exhibir quando os graúdos lhe oferecem um troféu.

Os representantes locais da polícia não hesitaram, ainda durante a campanha eleitoral, em declinar suas preferências pelo tucanato, sem omitir referências grosseiras a Dilma, Lula e PT. De onde haveriam de sair os vazamentos se não desses explícitos opositores chamados a ocupar cargos públicos?

Há algo a se apontar no Paraná: a falta de liderança, também ali, de superintendente. Não é o que se dá em São Paulo, onde o chefão recém-empossado decidiu prender um filho do presidente Lula na mesma noite da festa de aniversário do pai, debaixo do olhar indiferente de Cardozo e Daiello. Diante de cenas como essa, o arco-da-velha desmilingue.

O novo superintendente substituía outro da mesma catadura, brindado por serviços prestados por uma das mais cobiçadas aditâncias, como se diz na linguagem policial, em embaixadas localizadas nos mais aprazíveis recantos, Paris, Roma etc.

As aditâncias fazem a felicidade de alguns, destacados delegados, espécie de prêmio à carreira. Tal seja, talvez, o sonho do superintendente em Belo Horizonte, que se distingue sinistramente por seus desmandos em relação ao governador Fernando Pimentel.

Passou por cima da lei e do decoro para torná-lo seu perseguido em nome de uma autoridade de que carece, como é fácil provar.

Até que ponto haveria um comprometimento político e ideológico entre esses policiais e os partidos da oposição? Vale imaginar que, egressos da chamada classe média, alimentem o descabido ódio de classe de quem acaba de sair do primeiro, ínfimo degrau, e atingiu um patamar levemente superior.

Donde, ojeriza irreversível em relação àqueles que nutrem preocupações sociais. Existem, também, claramente detectáveis, umas tantas rugas, a soletrar a diferença salarial entre delegados e advogados da União, consagrada a favor destes pela presidenta.

É possível, entretanto, que quem vaza informações sigilosas não se dê conta das consequências? Os conspiradores atuam à vontade, com o beneplácito silencioso dos chefes.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/884/conspiracao-policia>

ED 13

O patético complô

Suspeitas levantadas para incriminar Lula deveriam provocar gargalhadas, não indicassem desastre intelectual e moral de que não escapam governo e PT

É pateticamente golpista a busca frenética de motivos para incriminar Lula

Dona Marisa Letícia exorbita, não se limita a carregar para o celeberrimo (famigerado?) sítio de Atibaia um barquinho de lata no valor de 4 mil reais, mas lá criou uma horta e ergueu uma pequena estátua de Cristo, quem sabe miniatura do Redentor do Corcovado. Espantoso.

E como se não bastasse, a ex-primeira-dama teve o acinte de organizar no sítio festas familiares. Comes e bebes caseiros, ponche, vale apostar. Parece incrível, está provado, contudo, pelas fotos aéreas tiradas por desassombrados perdigueiros da informação, paladinos da verdade.

Diante desse apavorante conjunto de desmandos, não poderia faltar a intervenção providencial do juiz Sergio Moro, que há dois anos, graças ao Altíssimo, rege o destino do País. E ele convoca a Polícia Federal a se aprofundar na investigação das razões de ser da propriedade rural suspeita, a implicar a possibilidade (probabilidade? certeza?) de incriminar Lula em crime de ocultação do patrimônio. Ou coisa pior.

Raymundo Faoro recomendava: “Mino, não pratique a ironia, eles vão entender que você fala sério”. Apresso-me a sublinhar: exponho uma situação risível até a gargalhada não fosse indicativa também da miséria intelectual e moral em que precipitamos. **Se é golpista a tentativa de *impeachment* de Dilma Rousseff, é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula.**

Por ora, trombeteiam-se motivações inconsistentes. Tal é, porém, a arte da calúnia, haveria de funcionar com a paciência da água mole do ditado. Pergunto aos meus entediados botões: como terminaria o mandato de Getúlio se ele não apanhasse o revólver pousado sobre o criado-mudo?

No caso houve um complicador gravíssimo, o atentado contra o inquisidor Lacerda que resultou no assassinio do major Vaz. Arrisco-me a imaginar que o golpe de 1964 se daria dez anos antes, em um Brasil de 60 milhões de habitantes, e muito diferente do atual não somente por causa do crescimento populacional.

Há regiões que progrediram em todos os sentidos. O Nordeste, por exemplo, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida. Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, embora tenha perdido espaço para os evangélicos, já não se prontifica a abençoar a casa-grande.

E quantos brasileiros, efetivamente, são alcançados pela campanha anti-Lula? Não chega aos que vivem no limbo, e são dezenas de milhões, e aos que enxergam em Lula o melhor presidente da República pós-ditadura, e não se enganam.

A conspiração fermenta debaixo dos nossos olhos, capaz até de desprezar a contribuição dos profissionais da política para conluiar a mídia, verdadeiro partido de oposição, alas da PF e do MP, um ou outro ministro do Supremo (não é preciso declinar nomes) e líderes empresariais de um país que até hoje basicamente exporta *commodities*.

E quem comove e exalta? Leitores de jornalões e revistas, ouvintes e assistentes dos penosos torquemadas da tevê e do rádio. Não se trata da maioria do povo brasileiro.

O que espanta de verdade, e tolhe a gargalhada que de outra forma mereceria saudar o esforço de quem até o momento furou a água, é a inércia governista e o pífio comportamento do PT, o partido que no poder portou-se como os demais.

O ministro da Justiça imerge-se no vácuo de Torricelli, enquanto Rui Falcão constata algo que define como o “linchamento” do seu líder, quando apenas lhe cabe demolir um castelo de areia. Faltam picardia e senso do ridículo, chiste e graça.

Sobrou o lugar-comum, quase a confissão da impotência, sem falar da apatia de um governo que se deixa acuar. Não são bons sinais, revelam a falta de rumo em um Brasil à deriva. A conspirata se dá antes de mais nada contra o próprio País e são poucos os que escapam à derrocada geral.

A conclusão é inescapável, estamos muito longe da maturidade de uma nação habilitada à democracia. De fato, inexistem na prática os poderes ensinados por Montesquieu, enquanto a crise grassa e fatias da população, beneficiadas pela política social de Lula, descem os degraus galgados nos últimos anos.

Outra conclusão se impõe: se as acusações contra o ex-presidente não passarem das aduzidas até agora, Lula sairá desta refrega extremamente fortalecido. Se quiser, candidato imbatível em 2018.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/888/o-patetico-complo>. Acesso em 25/05/2016.

ED 14

Bem pior que 64

O golpe em andamento, de inspiração paraguaia e hondurenha, confere ao Brasil a condição de republiqueta e o atira a uma rota imprevisível

Um filme intitulado *Sem Evidências* enfeitou a programação de uma HBO a cabo na noite de domingo 17 de abril de 2016. Mergulhei no enredo ao mudar ao acaso um canal para outro, enquanto a Câmara Federal rasgava impavidamente a Constituição para condenar a presidenta Dilma Rousseff sem provas do crime que lhe atribuía.

O filme é uma implacável metáfora do que acabava de acontecer diante dos olhos de milhões em êxtase e uns poucos vexados entre o fígado e a alma. História verdadeira, a do

filme, remonta a 1993, quando três crianças de uma cidadezinha do Arkansas são estupradas e assassinadas e as autoridades locais escolhem de antemão os culpados, três jovens tidos como praticantes de rituais satânicos.

O mais velho, de 18 anos, veste-se de preto, tem cabelos compridos, lida com desembaraço com a língua e a ironia e não esconde sua curiosidade por demonologia. Outro, de 17 anos, padece de disfunções mentais. O terceiro, de 16 anos, é tímido e indefeso.

Todos se dizem inocentes, mas os donos do poder tomaram sua irrevogável decisão antes do processo, enfim realizado para sacramentar a decisão adrede tomada. Para tanto a polícia local colabora ativamente e transforma suposições em verdade factual, os promotores cometem irregularidades sem conta na instrução da demanda judicial e contam com um juiz desbragadamente parcial.

Os líderes da comunidade cuidam de elevar a 100 graus a ira popular. Conclusão: o mais velho dos réus é condenado à morte, os outros dois à prisão perpétua. Somente 18 anos depois, a Suprema Corte do Arkansas revê as sentenças, uma delas, à cadeira elétrica ainda não consumada, e recoloca os condenados em liberdade.

Ocorreu-me uma dúvida: quem programou *Sem Evidências* para o mesmo momento em que, sem evidências, a Câmara Federal condenava a presidenta legítima agiu de caso pensado ou conforme pauta definida com larga antecedência? Se sabia o que fazia, ofereceu a quantos sabem o que fazem uma parábola do episódio a se desenrolar, no mesmo instante, nesta nossa republiqueta tão parecida com uma cidadezinha do Arkansas.

Muitas dúvidas mais me assaltam. E ao sabor de dúvidas teço considerações. E pergunto aos meus atônitos botões se os discursos que ecoaram na Câmara Federal na noite de 17 de abril foram pronunciados, em aterradora maioria, por idiotas ou por hipócritas, excelentes nos dois casos? Ou seria por idiotas hipócritas, magníficos na simbiose? Não espero por resposta, não se faz necessária.

E em relação aos que ouvem e aprovam, em qual categoria catalogá-los? Idiotas ou hipócritas, simplesmente, ou habilitados a mesclar ambas as qualidades negativas? O espetáculo que conseguimos oferecer ao mundo exorbita na prova, esta sim indiscutível, de nossa condição de republiqueta das bananas

À sombra da Fiesp rudes e ignaros paulistanos esposam as esperanças de quem pretende punir o trabalho

Os autores do golpe, além de imitadores de ações idênticas levadas a cabo em 2006 em Honduras e em 2012 no Paraguai, alegam motivações que confiam cegamente na ignorância e na parvoíce da nação. Pasmem: e acertam, e levam, como *CartaCapital* temia na sua edição passada.

Somos o que somos, e é doloroso aceitar mais esta inegável evidência. Um paiseco do tamanho de um continente, destinado pela natureza para ser um paraíso terrestre, fica entregue à sua própria desgraça, algo assim como um suicídio coletivo.

Com a contribuição decisiva do evangelismo galopante, cada vez mais espalhado, a mostrar sua inevitável aliança à política do poder pelo poder, empenhada em promover boçalidade demente e a enterrar qualquer esperança de democracia.

Não faltarão os cétricos, prontos a sustentar que democracia cabe no baú das velharias. **Certo é que o golpe de 2016, a mostrar a nossa imaturidade para qualquer tentativa democrática e a fragilidade de quanto foi construída depois da saída do general Figueiredo pela porta dos fundos do Planalto, é muito pior, infinitamente mais assustador, do que o de 1964. (UC)**

Abril de 64 não traiu a tradição, como sempre desfechado pela casa-grande para sustar no nascedouro um processo capaz de conduzir à demolição da senzala. Teve, paradoxalmente, o condão de excitar alguns espíritos nativos a formas de resistência e cultivar esperanças.

Hoje temos de constatar que ainda pagamos por aquele 1º de abril e que a chamada redemocratização foi uma farsa. Ainda é pouco em comparação com o preço a pagar pelo golpe de abril de 2016. Nada é previsível se não há como se apoiar naquela deplorável tradição. Sobram diversas, assombrosas incógnitas.

Se o assunto é a imprevisibilidade, não cabem incertezas, é óbvio, quanto à composição de um governo Temer. Candidatos óbvios, a rendição à vontade de Tio Sam, genuflexão ao deus mercado em proveito do desequilíbrio social e da punição do trabalho, o loteamento de bens brasileiros, a começar pela entrega do pré-sal às famigeradas Sete Irmãs.

Mas é nesta moldura que a névoa se alastra, bem como as dúvidas. Por exemplo. Como e quando acaba a Lava Jato? Sergio Moro prestou-se ao jogo, mas ainda se prestará? E que desfecho fica reservado para Eduardo Cunha? E para o calendário eleitoral? E o povo sofrerá com a resignação de sempre?

Acabamos de adentrar uma zona de intensa nebulosidade, talvez de inesperadas turbulências, e dentro dela nada nos reporta ao passado. Em uma situação nunca dantes navegada, claro está apenas e tão somente que a crise, muito mais profunda do que simplesmente econômica, mas antes social, política, moral, mental em um país à deriva, não se oferece a mais pálida possibilidade de arrefecimento, muito pelo contrário.

O golpe em andamento contém e expressa um trágico engodo, como o verbo dos conspiradores, dos arautos da casa-grande, dos falsos pastores de almas. O complô visava Lula como candidato em 2018, com o intuito de abater Dilma pelo caminho, e o obstáculo principal por ora permanece. A maior incógnita na crista das ondas é agora a sorte do favorito das próximas eleições. Apontam os barômetros para a instabilidade total.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/898/bem-pior-que-64>. Acesso em 25/05/2016.

ED 15

A lei do mais forte

Miúda reflexão sobre a impossibilidade de qualquer tentativa democrática no país da casa-grande e da senzala

O grande conservador encararia a casa-grande com profundo desprezo

O Brasil é único. País sem similares no mundo. (UC) Por exemplo. Na porção dita democrática e civilizada do globo, a ideologia política, e não somente política por ser de largo espectro, costuma aceitar a clássica dicotomia entre direita e esquerda. Houve mudanças ao longo dos séculos, mas permaneceu a essência destas duas ideias, originárias da posição ocupada pelos partidos, ou facções que fossem, na primeira assembleia parlamentar surgida com a Revolução Francesa. Vale constatar, de saída, que os efeitos desta revolução até hoje não alcançaram o Brasil.

Segundo um respeitabilíssimo pensador, Norberto Bobbio, ser de esquerda hoje significa alimentar uma preponderante e desabrida preocupação social ao mirar na Igualdade, exclusiva premissa à verdadeira Liberdade, a qual, de outra maneira, só favorece a lei do mais forte. A este, garante a total liberdade de agir a seu talante.

A dicotomia à brasileira é absolutamente distinta. É casa-grande e senzala. Nos países ditos civilizados e democráticos sempre se deu a alternância no poder entre direita e esquerda.

No Brasil a casa-grande imperou e impera de fio a pavio, mesmo nestes últimos 13 anos de governo tido como de esquerda, no entanto, tão inclinado a agradar aos senhores à guisa de anteparo. Não me deixam mentir figuras como Henrique Meirelles ou Joaquim Levy, Nelson Jobim e Kátia Abreu. E muitos mais, em cargos bem escolhidos.

Na linha da cruz e da caldeirinha, o governo e o PT frearam a atividade sindical enquanto não se furtavam a ridículas tentativas de estabelecer um *modus vivendi* com a enraivecida mídia nativa. Não foram capazes de tomar medidas democráticas necessárias a coibir as prepotências dos oligopólios midiáticos, a começar pelas Organizações Globo, e falharam pateticamente ao criar a inútil Comissão da Verdade disposta a engolir uma lei de anistia imposta pela ditadura. Enfim, reagiram à manobra golpista, encaminhada logo após as eleições de 2014, de forma morna e mal articulada, a ponto de parecer acovardada. Somente nos últimos lances do processo que a alvejou, Dilma Rousseff soube denunciar o golpe com as palavras precisas, inclusive no seu discurso do dia 12, destinado a grande e merecida repercussão internacional.

Incomoda-me, ao cogitar de outras personagens que já arcaram com papéis de relevo, José Dirceu e Antonio Palocci, uma pergunta inevitável, válida para quaisquer botões de quaisquer cidadãos: existe uma esquerda brasileira? Os meus, ao menos, soletram dúvidas atroztes, embora admitam dignas tentativas corajosamente levadas a cabo no passado para ser aplastradas pelos jagunços da casa-grande. A qual conta com o incentivo e os louvores de muitos ex-pretensos jornalistas de fé esquerdista, prontos a se tornar seus propagandistas sem o mais pálido compromisso com a ética profissional.

Ao pensar que, digamos, *sir* Winston Churchill foi de direita, formulo outra pergunta aos meus botões: que parentesco haveria entre o grande conservador e a casa-grande? **A mesma que existe entre um cavaleiro britânico e um aborígene a viver no estágio da Idade da Pedra Lascada.** (UC) Notáveis liberais militavam, como tais, à direita, mas não se confunda liberalismo com neoliberalismo, ou melhor, com neoliberalismo, palavra mais adequada para definir a tragédia que o mundo enfrenta, incapaz de aviar o remédio.

Os dias de hoje no País revelam que a casa-grande soube aproveitar o momento de crise econômica, as falhas de Dilma Rousseff na condução da tarefa mais propriamente política, as graves responsabilidades do PT por ter abandonado a originária plataforma esquerdista, incapaz de acabar com o equívoco: quem manda é ela, a mansão dos senhores, habilitados a escalar os jagunços mais condizentes ao enredo contingente. Agora são

magistrados, parlamentares corruptos, policiais, propagandistas midiáticos, cujos patrões, bem como os empresários em geral, mesmo rentistas, aliás, sobretudo rentistas, são inquilinos de pleno direito.

Não se diga que toda ideologia está ausente no Brasil. Em vigor, desde a fundação da República por meio do golpe, a ideologia patrimonialista, baseada em um poder que descaradamente confunde o público com o privado. Trata-se da concepção patrimonialista do Estado, qual fosse o castelo do senhor feudal, a alongar sua sombra do alto do morro sobre a aldeia dos servos da gleba.

Gostei muito de um recente filme de Quentin Tarantino, *Django Livre*, devaneio épico de um cineasta de sangue quente. Por aqui, faltam os Djangos. O povo brasileiro vive entre o medo atávico da chibata e a ignorância a que o condenou à casa-grande. Às vezes entrega-se à algazarra futebolística-carnavalesca, eventualmente patrocinada pela Fiesp.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/901/a-lei-do-mais-forte>. Acesso em 25/05/2016.

ED 16

Manifesto irrefletido

Um grupo de advogados divulgou manifesto com duras críticas à Operação Lava Jato, na qual haveria um “regime de supressão episódica de direitos e garantias”. Não poupam palavras para externar o sentimento de indignação contra os processos judiciais em curso. “Nunca houve um caso penal em que as violações às regras mínimas para um justo processo estejam ocorrendo em relação a um número tão grande de réus e de forma tão sistemática”, afirmam os assinantes.

O manifesto não é uma expressão de legítimo interesse público, como tenta se apresentar. Nada mais é do que a defesa de interesses privados. O documento faz parte da atividade profissional de renomados advogados. Afinal, vieram a público defender os interesses de seus clientes, muitos dos quais frequentaram e frequentam o noticiário policial. Esses clientes, em resumo, protagonizam as operações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Se fosse apenas isso, nada haveria de reprovável. **O documento seria um instrumento para a devida defesa de réus e condenados. (UC)** Mas ele ultrapassa essa

finalidade ao se tornar um libelo acusatório – sem provas que não as palavras dos signatários e à revelia dos fatos – contra instituições. E resvala para a molecagem quando imprime como assinantes nomes de advogados que não assinaram o manifesto.

Os verdadeiros signatários tratam levianamente a imprensa, como se os jornalistas que a compõem formassem uma massa amorfa de manobra, à disposição de quem queira moldá-la. Ousam dizer que há uma “estratégia de massacre midiático”, parte de “verdadeiro plano de comunicação, desenvolvido em conjunto e em paralelo às acusações formais, e que tem por espúrios objetivos incutir na coletividade a crença de que os acusados são culpados”. Ora, seus clientes tiveram amplas e reiteradas possibilidades para explicar as denúncias que vieram a público. A imprensa tem informado lisamente a respeito do que ocorre. E os brasileiros têm o direito de saber, até porque foi do bolso de cada cidadão que saíram os bilhões de reais que os réus e acusados – que, segundo os advogados, padecem os tormentos da injustiça – enfiaram nas suas contas bancárias, aqui e no exterior.

A metralhadora acusatória dos advogados tem um alvo especial – o juiz Sérgio Moro. “É inconcebível que os processos sejam conduzidos por magistrado que atua com parcialidade, comportando-se de maneira mais acusadora do que a própria acusação”, afirmam os advogados. É grave essa distorção dos fatos. Se os acusados e seus causídicos veem parcialidade em Sérgio Moro, os Tribunais Superiores têm confirmado em grande percentual as decisões daquele juiz.

É lamentável que pessoas responsáveis e consequentes como as que assinaram o documento afirmem que “a Operação Lava Jato se transformou numa Justiça à parte”. A Operação Lava Jato está plenamente inserida nos caminhos institucionais. Se ela não estivesse dentro da mais plena legalidade, certamente muitos dos assinantes do manifesto, de notória capacidade profissional, já teriam obtido a nulidade dos processos. O que os preocupa é a consistência dos passos dados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

O documento revela diligência profissional por parte dos causídicos, que não poupam esforços na defesa de seus clientes. Mas o discurso acusatório é um equívoco. Causa involuntário mal à democracia usar palavras de forma arrebatada – e irrefletida. O documento afirma que “o Estado de Direito está sob ameaça e a atuação do Poder Judiciário não pode ser influenciada pela publicidade opressiva que tem sido lançada em desfavor dos acusados e que lhes retira, como consequência, o direito a um julgamento justo e imparcial”. Ora, não se

vislumbra qualquer ameaça ao Estado de Direito. As leis estão sendo cumpridas. Bem conhecem os subscritores a previsão legal da prisão preventiva e da delação premiada, por exemplo.

Se houve violações e abusos de direitos nas decisões judiciais, a legislação brasileira prevê generosamente amplos caminhos recursais para sua revisão. Nesse sentido, não há que se falar de supressão de garantias e direitos. Há de se reconhecer que poucos réus na História da Justiça brasileira tiveram a possibilidade de ser tão bem assistidos juridicamente quanto os atuais réus e investigados na Operação Lava Jato. Puderam contratar os melhores e mais caros advogados do país.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,manifesto-irrefletido,10000007299>

ED 17

Chegou a hora de dizer: basta!

A maioria dos brasileiros, conforme atestam há tempos as pesquisas de opinião, exige que a petista Dilma Rousseff deixe a Presidência da República. (UC) A oportunidade de expressar concretamente essa demanda e, assim, impulsionar a máquina institucional responsável por destituí-la, conforme prevê a Constituição, será oferecida hoje, nas manifestações populares programadas Brasil afora. Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo que ocupa e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta!

Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosnar da matilha de petistas e agregados, cujo único interesse na manutenção de Dilma na Presidência é preservar a boquinha à qual se habituaram desde que o PT chegou ao poder.

Essa turma é hoje minoritária, quase marginal, totalmente destituída da força que um dia teve, quando seduzia a parte ingênua da opinião pública nacional com a promessa de um governo de vestais, empenhado apenas em promover a justiça social. Como essa farsa foi desmascarada pelos fatos – o Brasil se viu mergulhado em escândalos inéditos em sua história e o desastre do governo Dilma transformou o sonho do fim da pobreza no pesadelo da década perdida –, restou aos petistas insinuarem que os cidadãos comuns, aqueles que não se

organizam em sindicatos ou “movimentos sociais” destinados, por incrível que pareça, a defender privilégios, correm algum risco se forem às ruas.

Já faz tempo que, ao farejar o fim dessa era de privilégios, a tigrada lançou no ar suas ameaças, com a pretensão de se impor pela força, já que pela razão não era mais possível. Em fevereiro de 2015, o chefão petista, Luiz Inácio Lula da Silva, se disse pronto para a “briga” e invocou o “exército do Stédile”, em referência ao raivoso líder do MST. Depois, em agosto, em pleno Palácio do Planalto, sob o olhar cúmplice de Dilma, o presidente da CUT, Vagner Freitas, pediu a seus colegas sindicalistas e assemelhados – essa turma de boas-vidas alimentados pelo trabalho alheio – que saíssem às ruas “entrincheirados, com armas na mão, se tentarem derrubar a presidente”. Agora, encurralado pela Justiça, Lula tornou a arrotar suas ameaças, que encontram eco nos ouvidos de um número cada vez mais reduzido de seguidores, desesperados para ter algo em que se agarrar diante do esboroamento do poder petista.

Já ficou claro, no entanto, que esse punhado de irresponsáveis nada pode contra a maioria dos brasileiros honestos. Suas bravatas destemperadas nada são diante da resolução do povo, agora mais do que nunca convencido de que o País não suporta mais tanta corrupção e tanta incompetência. Já em seu primeiro mandato Dilma havia revelado, para quem quisesse ver, toda a sua incapacidade de governar. Mesmo assim, graças a uma campanha eleitoral baseada no medo e em mentiras de todo tipo, Dilma conseguiu se reeleger – para levar o País a um dos mais calamitosos períodos recessivos de sua história e a uma aguda crise política e moral.

Sem nenhuma vocação nem para a política nem para a administração, Dilma não teve forças para resistir ao sequestro de seu governo por oportunistas de variados naipes. É a eles que o País está entregue hoje e é contra eles todos – Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos – que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas.

Tudo isso poderia ter sido evitado se Dilma tivesse tido a grandeza de renunciar ao cargo. Na undécima hora, ela enfim revelaria algum traço da estadista que Lula prometeu para o País. Esse gesto serviria para evitar o sempre traumático impeachment, agora praticamente inevitável, e aceleraria a urgentíssima transição para um governo munido da legitimidade indispensável para reunificar o País e conduzi-lo para longe da tormenta. Mas já ficou reiteradamente claro que Dilma, Lula e os petistas são incapazes de pensar senão em salvar

seus mesquinhos interesses, além da própria pele. Diante disso, resta aos cidadãos brasileiros mostrarem seu poder, proclamando, inequivocamente, que não admitem mais que o lulopetismo, desonesto e incompetente, continue encastelado no governo.

<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-de-dizer-basta>. Acesso em 25/05/2016.

ED 18

A crise estrutural do PT

O problema do PT não é apenas o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. As dificuldades da legenda são mais graves, mais profundas e mais duradouras que o afastamento de Dilma do cargo de presidente. (UC) Quem faz essa afirmação não é a oposição. A deplorável situação do partido foi detectada por pesquisa realizada no final de 2015 pela Fundação Perseu Abramo, entidade criada pelo PT como espaço de reflexão política e ideológica. Os resultados do estudo foram tão negativos que o seu acesso foi proibido até mesmo a alguns integrantes da executiva nacional do partido. Só agora, a partir de reportagem do Estado, os dados vieram a público.

Feita apenas com eleitores que votaram em Dilma Rousseff em 2014, a parte qualitativa da pesquisa apontou uma enorme disparidade entre a anterior imagem do partido e a atual. Os entrevistados pela Fundação Perseu Abramo referiram-se ao PT antes do governo como “progressista, convincente, esperançoso, promissor, de futuro, realizador, forte, evolutivo, em ascensão, limpo, ótimo, sólido e do povo”. Hoje, veem o PT como um partido “de direita, desacreditado, decepção, fracassado, sem expectativa, quebrado, deprimente, massacrado, desmoralizado, corrupção, ruim, dividido e traidor”.

Os resultados da pesquisa quantitativa, feita com eleitores de todas as tendências, são igualmente ruins para a legenda. No ranking de preferência partidária, o PT passou de 28% em maio de 2014 para 14% em novembro de 2015. E a rejeição do PT aumentou de 18% para 32%. Se, em março de 2013, 52% dos eleitores diziam que o PT era o partido que defendia os brasileiros, agora são apenas 14%.

Tendo em vista o discurso de transformação apregoado pelo PT desde sua criação, é mais que significativo o dado revelado na pesquisa da Fundação Perseu Abramo: o percentual de pessoas que veem o PT como o partido das reformas caiu de 43% para 9%. Ou seja, a

imensa maioria da população detecta uma profunda incoerência entre o que o partido diz e aquilo que o partido faz.

Outro dado que mostra como a população brasileira não é indiferente aos males causados pelo PT é a defesa da extinção do partido por quase metade (46%) das pessoas ouvidas na pesquisa. Os entrevistados também não manifestaram muita confiança na honestidade dos membros do partido, quesito que desperta em 72% das pessoas um sentimento negativo. Apenas 13% afirmaram ter um sentimento positivo em relação à integridade dos petistas.

O estudo é incisivo sobre as causas da crise petista: “À corrupção se atribui a origem de toda crise ora vivenciada. De modo difuso entende-se que o partido foi se perdendo ao longo do tempo. Fez alianças que contrariam seus princípios de origem e ‘entregou-se à ganância’, colocando interesses pessoais – leia-se enriquecimento ilícito – acima dos interesses do povo e, conseqüentemente, traindo o ideário do próprio partido. Tornou-se um partido igual a todos os outros. E, nesse processo, perdeu sua identidade e a confiança dos brasileiros”.

Para sair da profunda crise, alguns dirigentes do partido veem a necessidade de uma volta às origens, o que envolveria uma reconexão com movimentos sociais, além da depuração dos quadros partidários e do abandono de práticas ilegais. Isso, no entanto, parece estar ainda no plano da reflexão teórica. A depender de Lula, tudo fica como está – apenas muda a retórica. Como afirmou o ex-presidente numa reunião do partido em abril, “a elite nos empurrou de volta à luta de classes. Não fomos nós que pedimos”.

Aos olhos de Lula, tudo o que o PT sofre é obra dos outros. Manifesta assim uma absoluta incapacidade de enxergar a realidade – foi ele quem empurrou o partido para a profunda crise na qual se encontra. É certo que Dilma Rousseff contribuiu eficazmente para o aumento da rejeição ao PT. Mas não resta dúvida de que o condutor do partido nessa trajetória de incoerência, corrupção e decepção foi Luiz Inácio Lula da Silva.

06/05/2016

<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,a-crise-estrutural-do-pt>. Acesso em 04/01/2017.

ED 19**Dilma e os povos tradicionais**

No início da que seria sua última semana no Palácio do Planalto, a então presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto 8.750, que cria o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Dilma mostrou a importância que dá ao tema, pois não quis ir embora sem antes criar o novo conselho, que – como informa o artigo primeiro do decreto – é um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A menção a “povos e comunidades tradicionais” pouco ajuda a detectar qual é a área de atuação do novo conselho. Desconhece-se a existência de um povo ao qual não se possa atribuir o qualificativo “tradicional”. Afinal, povo é um agrupamento humano com elementos culturais comuns, ou seja, todo e qualquer povo tem suas tradições.

Entre as amplas e variadas competências do novo órgão, o decreto lista a tarefa de “promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades”.

Como se não fosse suficiente tal burocracia, o decreto também menciona que o novo conselho deverá propor “Conferências Nacionais de Povos e Comunidades Tradicionais”. Assim, já está prevista a criação de mais burocracia – mais congressos, mais viagens, mais diárias, mais estudos –, num investimento de tempo e de dinheiro em temas de duvidoso interesse público. Ao menos, no âmbito do Poder Executivo, na forma proposta, como órgão consultivo.

Não é de hoje que o PT multiplica, na esfera da administração federal, órgãos colegiados de consulta. (UC) O PT sempre teve grande afinidade com esse tipo de proposta, que culminou no Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, com nítido teor bolivariano, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Equivocadamente, esses conselhos são apresentados como se fossem a plena realização do ideal democrático, já que possibilitariam uma atuação do Estado em consonância com a sociedade civil. Tal lógica desconsidera que o canal institucional para atender a essa demanda é o Poder Legislativo, e não conselhos de duvidosa representação social, que, quando muito, representam apenas a si mesmos. É vital para a democracia que a representação social se dê pelo Congresso, que conta com garantias institucionais de

independência e autonomia. Pretender que órgãos dependentes do Executivo cumpram esse papel de mediador entre sociedade e Estado é fazer pouco-caso do sistema representativo como voz da população.

Exemplo claro da debilidade da representação desses órgãos pode ser encontrado no novo decreto. Segundo o texto presidencial, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá ter, entre os quarenta e quatro membros titulares, vinte e nove representantes da sociedade civil – cada um a ser escolhido dentre vinte e nove segmentos da sociedade: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiro e de matriz africana, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, verezeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, morroquianos, povo pomerano, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros, caboclos e “juventude de povos e comunidades tradicionais”. Só esses segmentos devem ter voz?

O decreto seria uma brincadeira de mau gosto, não fosse o desperdício de dinheiro público decorrente de todo esse processo e, principalmente, se esse tipo de conselho não produzisse efeitos deletérios para a democracia. Suas resoluções são depois usadas como instrumento de pressão política, como se ali estivesse expressa a vontade da sociedade brasileira. Boa coisa não é esse tipo de manobra

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-os-povos-tradicionais>. Acesso em 05/01/2017.

ED 20

O lugar de Dilma na história

Alguns historiadores brasileiros, cujo ofício é o de reconstituir o passado para entender o que somos no presente, estão com pressa de antecipar a história que será escrita no futuro. A aguerrida militância política desses intelectuais pretende transformar em versão oficial a conclusão de que a presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe – e qualquer outra consideração será entendida como parte dessa conspiração.

Não haveria nenhum problema se os defensores dessa interpretação dos fatos fossem cidadãos sem qualquer responsabilidade sobre o que se ensina em sala de aula.

(UC) No entanto, o que se tem hoje no Brasil é a formulação de uma espécie de pensamento único nas escolas e universidades – e a vanguarda desse pensamento é formada por historiadores muito bem posicionados na academia, local de onde pretendem difundir um discurso consensual segundo o qual só é democrático quem defende o mandato de Dilma.

No dia 7 passado, a presidente afastada recebeu um grupo desses profissionais, intitulado “Historiadores pela Democracia”. Ali, na melhor tradição dos intelectuais a serviço de partidos que se dizem revolucionários, eles prestaram homenagem não a Dilma – mera figurante dessa história e certamente detestada por muitos dos convidados –, mas sim ao lulopetismo, que lhes franqueou espaço privilegiado ao longo da última década.

Nesse período, esses intelectuais pretendiam aproveitar o sucesso eleitoral petista para tornar hegemônica a versão segundo a qual o PT e seus satélites transformaram o Brasil no paraíso da “justiça social”. Qualquer sinal da realidade que contrariasse esse discurso seria tratado como evidência do complô das “elites”, supostamente injuriadas com a transformação dos pobres em consumidores. Em troca do serviço prestado aos políticos, os intelectuais bajuladores do poder teriam a glória de ditar os termos da história, pregando o rótulo de “fascistas” nos colegas que ousassem denunciar o engodo do lulopetismo, isolando-os nas universidades como se fossem doentes cujo contato se deveria evitar.

Mas a democracia brasileira provou-se forte o bastante para implodir o edifício fraudulento que o PT de Lula e seus sequazes acadêmicos estavam erguendo. Quando o lulopetismo julgava ter encontrado a fórmula perfeita para se perpetuar no poder, comprando o Congresso e associando-se a empresários corruptos, eis que um punhado de procuradores, policiais federais e magistrados puxou o fio da meada e expôs ao País as entranhas do projeto do PT. Além disso, técnicos do Tribunal de Contas da União mostraram que o milagre econômico anunciado por Lula e Dilma estava assentado em grossa irresponsabilidade fiscal. O afastamento da presidente foi o desfecho lógico – e legítimo – desse empreendimento criminoso e autoritário.

Agora, com a história a lhes escorrer por entre os dedos, os “Historiadores pela Democracia” e seus congêneres, incapazes de aceitar a democracia, representada pelo respeito à Constituição, ainda tentam desesperadamente fazer prevalecer a tese da conspiração. “Sabemos que está em disputa, na sociedade, na mídia e no governo interino, a narrativa desse evento”, diz o manifesto desses historiadores, sem esconder, portanto, a intenção de moldar, desde já, a interpretação desse período no futuro.

Os signatários advertem os “historiadores do futuro” que não se fiem “na grande imprensa”, pois esta faz parte do “golpe”. E o tal “golpe”, dizem, “ameaça a continuidade das políticas que buscam a integração da população negra, pobre, indígena na sociedade brasileira” e “representa a força do passado na sociedade brasileira, com suas bandeiras de privilégio de classe, misoginia, racismo e corrupção”. Isso não é história, é má-fé.

O manifesto afirma, por fim, que “a história fará justiça” ao governo de Dilma. Se os historiadores do futuro seguirem o conselho do grande mestre desse ofício, Marc Bloch, que pedia a seus colegas apenas “honesto submissão à verdade”, esse julgamento já tem um veredicto: a absoluta desmoralização do lulopetismo.

<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia>. Acesso em 05/01/2017.

ED 21

Impeachment sem crime agrediu democracia

Nem na Câmara nem no Senado se apresentaram provas concretas que incriminem Dilma Rousseff

Esta quinta-feira (12) ficará na memória do povo brasileiro como o dia em que o voto de 54 milhões de eleitores foi desprezado e, por meio de um golpe, a primeira mulher eleita presidente do Brasil foi afastada.

Em cumprimento a um rito que agride nossa democracia, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), encaminhou o processo do impeachment ao Senado. Lá, a decisão da maioria foi favorável ao parecer do relator da Comissão Especial, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que dá continuidade ao processo por considerar que Dilma praticou crime de responsabilidade. Com essa decisão, ela é afastada por até seis meses, até que haja a votação final, que decidirá pelo impeachment ou não.

No entanto, nem na Câmara nem no Senado se apresentaram provas concretas que incriminem Dilma Rousseff e que a impeçam de exercer seu mandato até o final. Acusam-na pelas pedaladas fiscais, porém, se isso fosse considerado crime, o impedimento também seria para Temer e para 16 dos atuais governadores. Se não bastasse, o próprio Anastasia também utilizou as pedaladas no governo de Minas Gerais. O que vem sendo orquestrado é tão

absurdo, que quem acusa são os que cometeram os crimes dos quais a presidente é acusada! Ou seja, para ela vale, para eles não!

Se os fundamentos de acusação são precários, a origem do golpe não é. Sustenta-se no realinhamento do Brasil com os interesses dos Estados Unidos, na criminalização das lutas sociais e na retirada dos direitos dos trabalhadores. O indicativo do que será o novo governo está desenhado no programa “Ponte para o Futuro” que reúne interesses do capital internacional e permite que ele faça o que sempre quis: privatizar, não permitir que o Brasil se desenvolva como nação soberana e aumentar a exploração de maneira inédita.

Não é hora de desanimar! (UC) Neste cenário é fundamental não só mantermos, mas intensificarmos as mobilizações contra o golpe propostas pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo sem Medo e por inúmeras iniciativas de artistas, estudantes, religiosos e intelectuais.

O sentimento de que fomos traídos e golpeados se espalha e é nas ruas que travaremos grandes combates denunciando os golpistas e o modelo econômico anti-popular a ser adotado por Temer. Nossa luta segue e, com olhar altivo, seguiremos em alerta contra o retrocesso em nosso país!

<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/12/editorial-impeachment-sem-crime-agrediu-democracia/>. Acesso em 05/01/2017.

ED 22

Ocupar é resistir

Os estudantes mostraram, com seu próprio exemplo, como a escola pode ser um espaço de formação de pessoas melhores

Os últimos meses vão ficar marcados para sempre na história da educação pública no Rio de Janeiro. (UC) Greve dos professores por melhores condições de trabalho, mobilizações contra o golpe nas universidades e, principalmente, o movimento dos estudantes por uma educação de qualidade.

Mais de 70 escolas foram ocupadas para pressionar por melhores condições de estrutura e criticar o autoritarismo das direções. Os estudantes mostraram, com seu próprio exemplo, como a escola pode ser um espaço de formação de pessoas melhores.

Os colégios se tornaram democráticos. Todos podem opinar e decidir sobre os rumos em assembleias nas quais a participação é livre, inclusive a moradores das comunidades, mães e pais de estudantes, ex-alunos, etc.

Os estudantes passaram a ter maior respeito e cuidado com o espaço da escola. Eles e elas se organizaram para pintar as paredes, fazer comida, limpar os banheiros e corredores, além de todo tipo de trabalho.

Também fizeram da escola um importante espaço de integração da comunidade, organizando atividades abertas, com muita cultura e participação. O resultado disso: os próprios moradores, próximos à escola, passaram a contribuir com a escola, ajudando nos serviços, doando alimentos e materiais e ajudando a ocupação a se manter.

Para além dos muitos aprendizados, a ocupação também foi fundamental para arrancar do governo reivindicações importantíssimas. Como por exemplo a possibilidade de os próprios estudantes e professores escolherem a direção da escola. Isso antes era feito com a indicação do governo, sem diálogo com ninguém. Também foi firmado um compromisso de maior investimento para resolver problemas de estrutura, e o fim do Saerj, prova que submetia as escolas a uma competição que fortalecia a desigualdade de condições.

É verdade que muitas das reivindicações ainda não foram conquistadas, além das tentativas do governo de desmobilizar as ocupações, fortalecendo o movimento "desocupa". Apesar disso, os estudantes demonstraram que são capazes de resistir, e, de forma organizada, alcançar uma educação melhor para toda a juventude.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/17/editorial-ocupar-e-resistir/>. Acesso em 05/01/2017.

ED 23

O "Pato de Troia" brasileiro

O “Pato de Troia” dos golpistas representa um ataque contra a democracia, contra você e seus direitos

Você já escutou a expressão “presente de grego”? Ela é utilizada para se referir àquele “presente” que ganhamos e que costuma ser desagradável e prejudicial.

Essa expressão teve origem há uns 3.200 anos, quando os gregos entraram em guerra contra os troianos. O exército grego, muito poderoso naquele momento, tentava conquistar a cidade de Troia, conhecida pelas muralhas impenetráveis. Os gregos ficaram anos tentando atravessar as muralhas e não foram bem sucedidos.

Diante do impasse, reza a lenda que os gregos construíram um grande cavalo de madeira e deixaram nas redondezas da cidade. Os troianos, quando encontraram a gigantesca estátua e ao não ver mais os soldados gregos, acharam tratar-se de um presente e levaram-na para dentro dos muros da cidade.

Qual não foi a surpresa quando, de dentro do cavalo, começaram a sair soldados gregos, que facilitaram a entrada do restante do exército agressor na cidade. O resultado foi a destruição de Troia, com o assassinato e a escravização de sua população.

Um setor da elite brasileira tem usado um pato inflável em suas manifestações pelo golpe, contra a democracia e pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Os grandes empresários, a Globo, Michel Temer – atual vice-presidente –, Eduardo Cunha – presidente da Câmara Federal – e uma série de inimigos históricos do povo nos “oferecem” seu “Pato de Troia”.

Se essas forças forem vitoriosas no próximo domingo – dia da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados –, junto com seu pato virá a aprovação da terceirização de todos os empregos, a reforma da previdência que piorará as condições atuais, a privatização do restante do patrimônio nacional, o aumento do desemprego, com diminuição dos salários, e outras medidas que prejudicarão os trabalhadores.

O que vem dentro do pato é a piora das suas condições de vida, a precarização ainda maior da educação e da saúde, a perseguição aos movimentos populares, o ataque a todas as formas de organização e luta do povo.

Não se esqueça da lição que os troianos aprenderam a duras penas: presente de inimigo nunca é coisa boa! **O “Pato de Troia” dos golpistas representa um ataque contra a democracia, contra você, seus direitos, seu futuro e contra o futuro do país. (UC)**

<https://www.brasildefato.com.br/2016/04/12/o-pato-de-troia-brasileiro/>. Acesso em 06/01/2017.

ED 24**Dilma e a história**

Dilma honrou os votos que recebeu e certamente entrará para a história de cabeça erguida e coração valente!

O dia 29 de agosto de 2016 certamente figurará na história de nosso país como o dia em que uma mulher, a presidente da República, Dilma Rousseff, enfrentou bravamente seus juízes no processo de impeachment, formado por uma imensa maioria de senadores homens. (UC) Em um belíssimo e consistente discurso de 46 minutos, ela bradou que é inocente e finalizou dizendo que é GOLPE!

É GOLPE porque esse *impeachment* se trata de um processo marcado por ilegalidades, fruto de uma farsa jurídica e que atenta frontalmente contra a nossa carta magna, a Constituição Federal do Brasil.

É GOLPE porque não houve a prática de nenhum crime de responsabilidade. O que se viu durante todo o processo foi uma trama arquitetada desde o início pelos partidos que perderam as eleições, liderados por Aécio Neves; depois por Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados com inúmeras acusações de corrupção e afastado do cargo pelo STF; e, por fim, orquestrada pelo golpista mor, Michel Temer.

É GOLPE porque é a única forma de frear os processos de investigação de corrupção que estavam sendo feitos no país e que contava com o apoio de Dilma. Pela primeira vez na história do Brasil se viu grandes magnatas presos e isso é inadmissível para a elite burguesa.

É GOLPE porque é a única forma de frear a implementação das políticas sociais que visam incluir os mais pobres e miseráveis do nosso país.

É GOLPE porque só assim é possível a volta do neoliberalismo, tantas vezes derrotado nas urnas, e que já sabemos que é sinônimo de desemprego, repressão aos movimentos populares, eliminação dos direitos da classe trabalhadora e entrega de nossas riquezas a empresas e países estrangeiros.

É GOLPE porque, com o afastamento definitivo da presidente Dilma, serão jogados na lata de lixo mais de 54 milhões de votos exercidos de forma legítima pelos brasileiros e brasileiras que elegeram um programa de governo. Esse programa está sendo e continuará sendo descumprido pelo governo golpista do Temer.

Dilma honrou os votos que recebeu e certamente entrará para a história de cabeça erguida e coração valente!

<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/editorial-dilma-e-a-historia/>. Acesso em 06/01/2017.

ED 25

Um golpe no SUS

Ministério Público alerta que pode acontecer um colapso na saúde

O Ministério Público de Minas Gerais alertou na última semana para o risco de colapso de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. E não apenas em Minas: o Brasil vai parar em setembro se não houver mais recursos para a saúde.

O golpe orquestrado por Michel Temer, Eduardo Cunha e seus aliados do PSDB, com apoio da Globo e de Sérgio Moro, expõe suas reais intenções. (UC)

Logo de início, Temer nomeou como Ministro da Saúde Ricardo Barros, engenheiro de Maringá cuja campanha para deputado federal em 2014 contou com um plano de saúde como o maior financiador. Em sua primeira entrevista como ministro, afirmou que o tamanho do SUS precisa ser revisto, que não é possível garantir o direito à saúde escrito na Constituição e defendeu a saúde privada. Afirmou que pretende diminuir a quantidade de médicos cubanos no Brasil e os manter somente em áreas em que médicos brasileiros não queiram ir.

Matar o SUS por asfixia

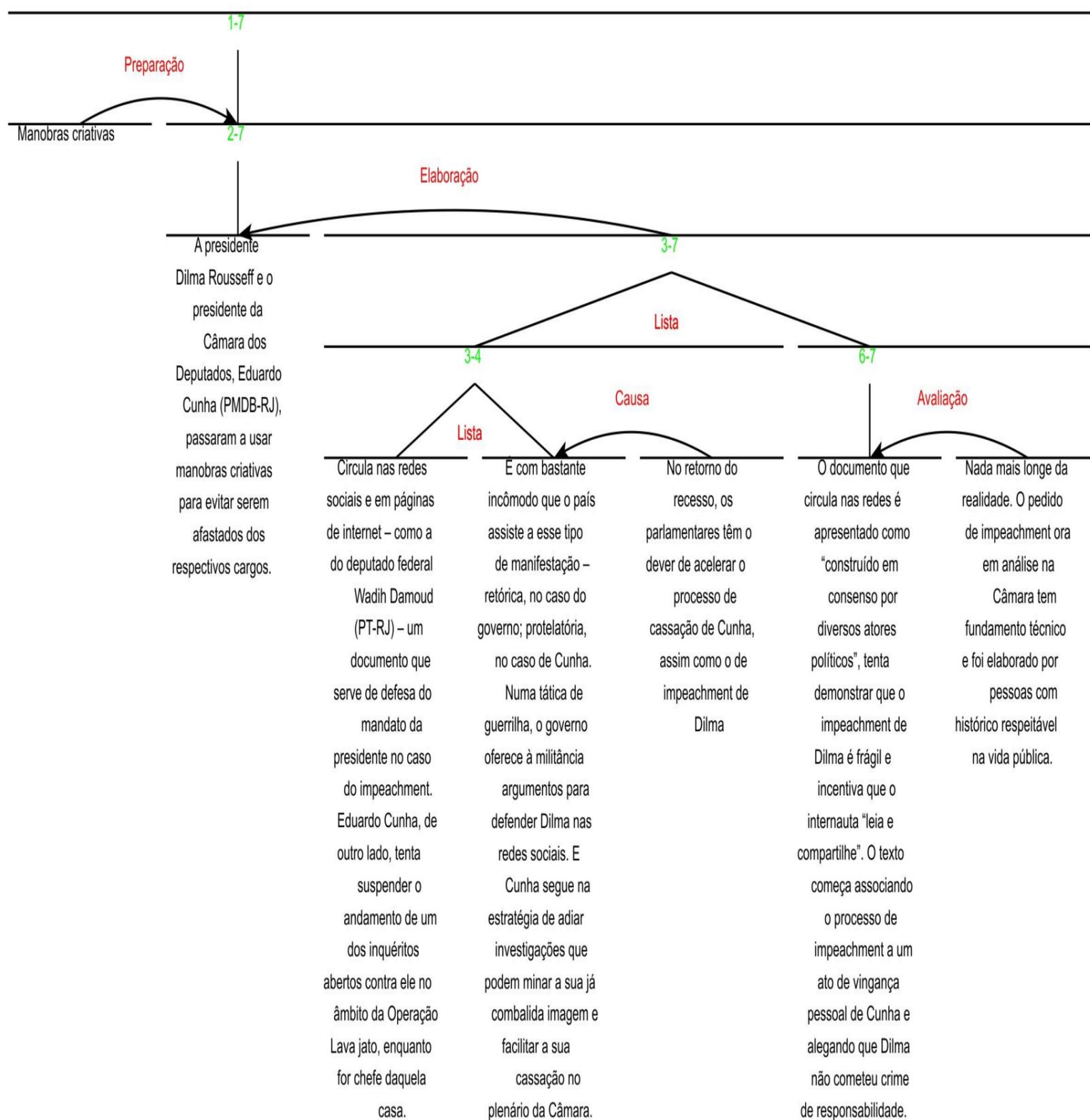
Para além das declarações, o governo de Temer já enviou duas propostas de mudanças constitucionais que matam o SUS por asfixia. A primeira estica a desvinculação das receitas da união (DRU) até 2023 e permite que o Governo Federal não aplique até 30% do orçamento anual da saúde, educação e previdência social. Na prática, o orçamento previsto para a saúde em 2016 é de R\$ 100 bilhões, mas o governo de Michel Temer poderá economizar 30 bilhões, em geral usados para pagar os empresários que investem em títulos da dívida pública. A segunda, a PEC 241, impõe um teto de gastos para saúde e educação ao definir que o orçamento do ano seguinte pode crescer no máximo o percentual da inflação do ano anterior. Se essa lei valesse, entre 2002 e 2015 o orçamento da saúde seria 38 bilhões menor.

Mas Temer e Barros precisam saber: 200 milhões de brasileiros usam o SUS e 150 milhões dependem exclusivamente dele; quase 12 mil médicos cubanos atendem cerca de 40 milhões de pessoas; os governos investem míseros 3,8% do PIB em saúde, enquanto Cuba, Canadá e Inglaterra aplicam mais de 10%.

O presidente golpista e seu ministro trapalhão parecem não conhecer a realidade dos postos de saúde e hospitais. E já deixaram claro a que vieram: acabar com o direito à saúde no Brasil.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/01/editorial-um-golpe-no-sus/>. Acesso em 06/01/2017.

ED 1 – Jornal Gazeta do Povo



ED 2 – Jornal Gazeta do Povo



ED 3 – Jornal Gazeta do Povo



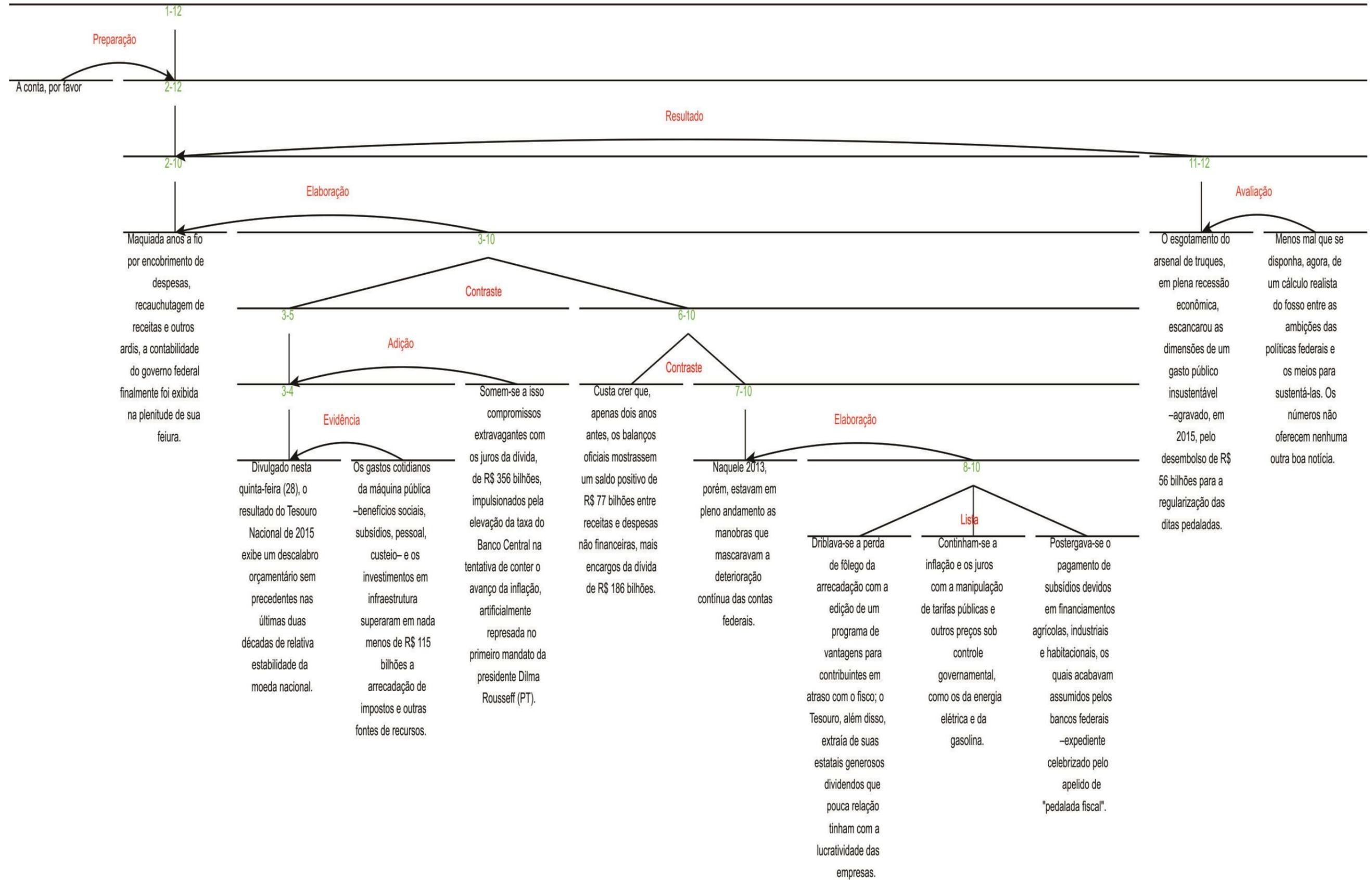
ED 4 – Jornal Gazeta do Povo



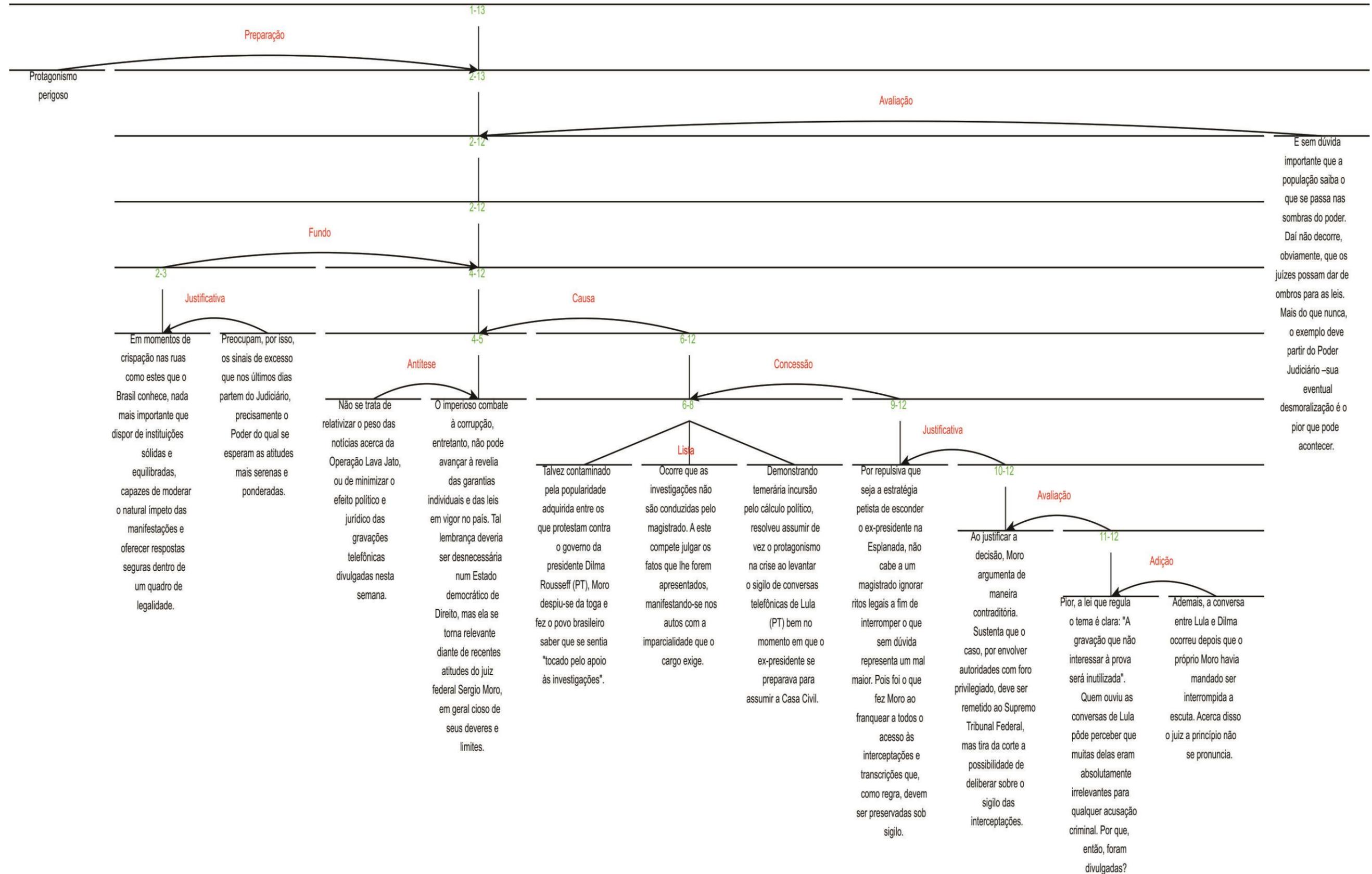
ED 5 – Jornal Gazeta do Povo



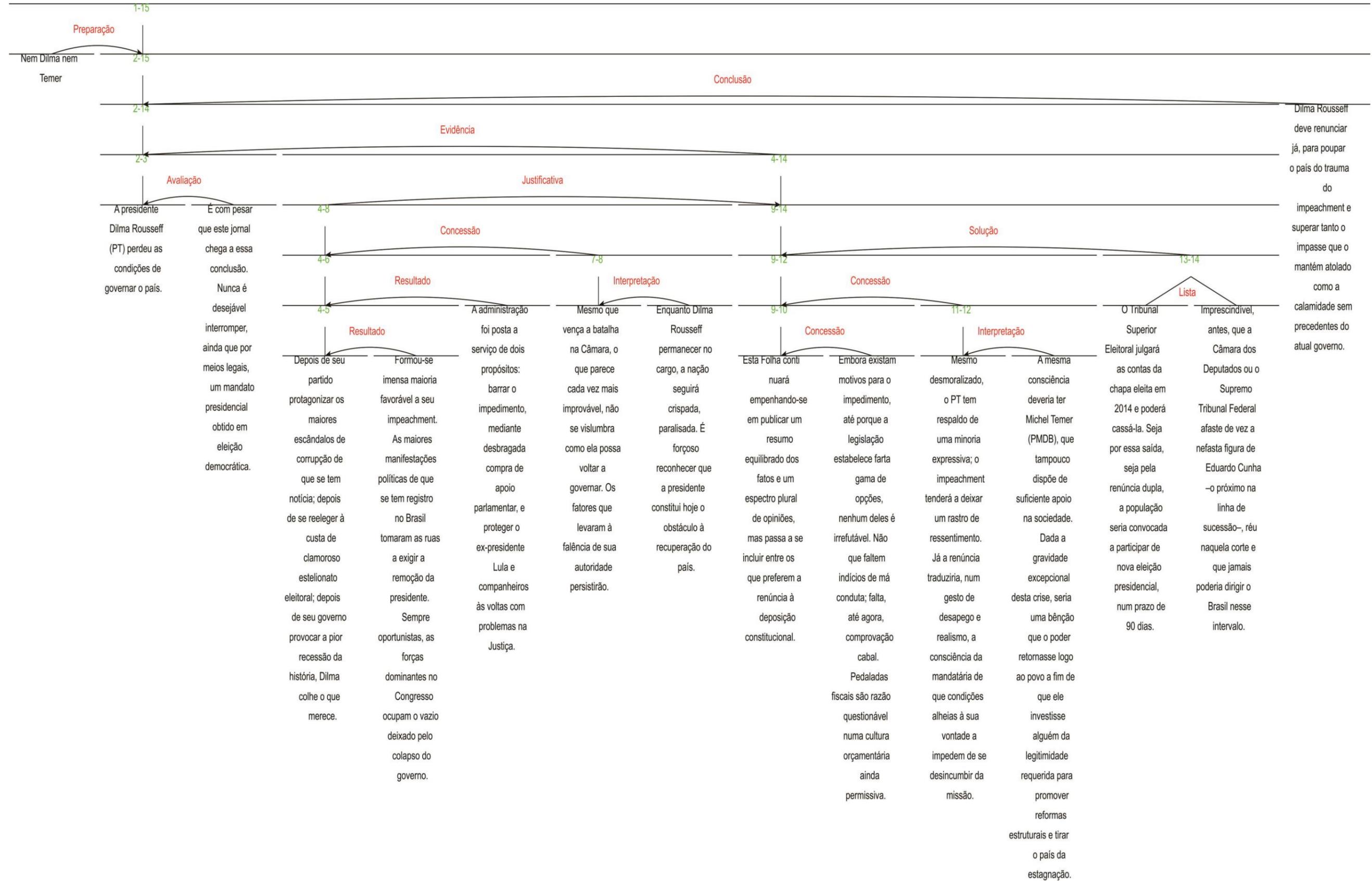
ED 6 – Jornal Folha de São Paulo



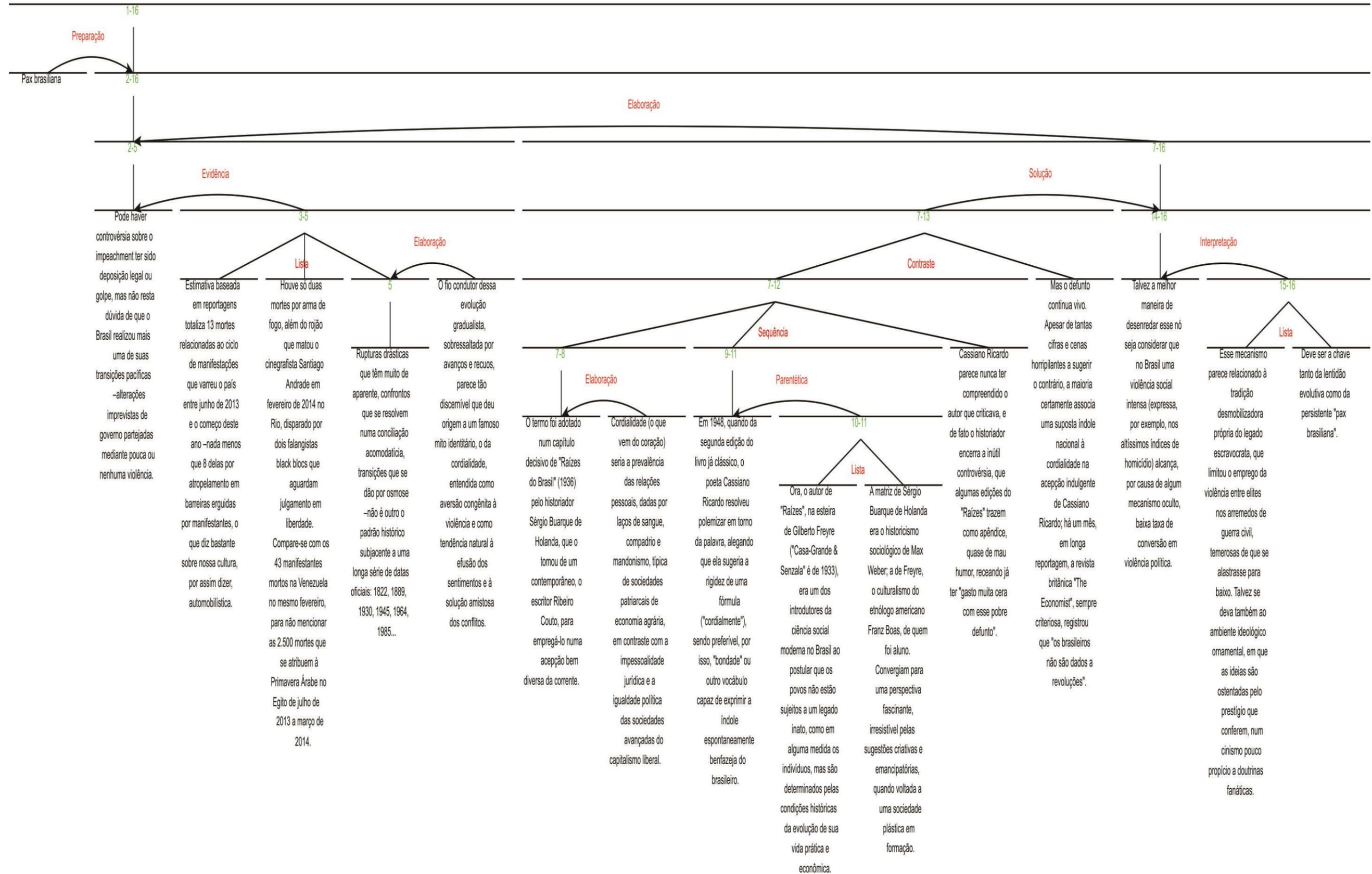
ED 7 – Jornal Folha de São Paulo

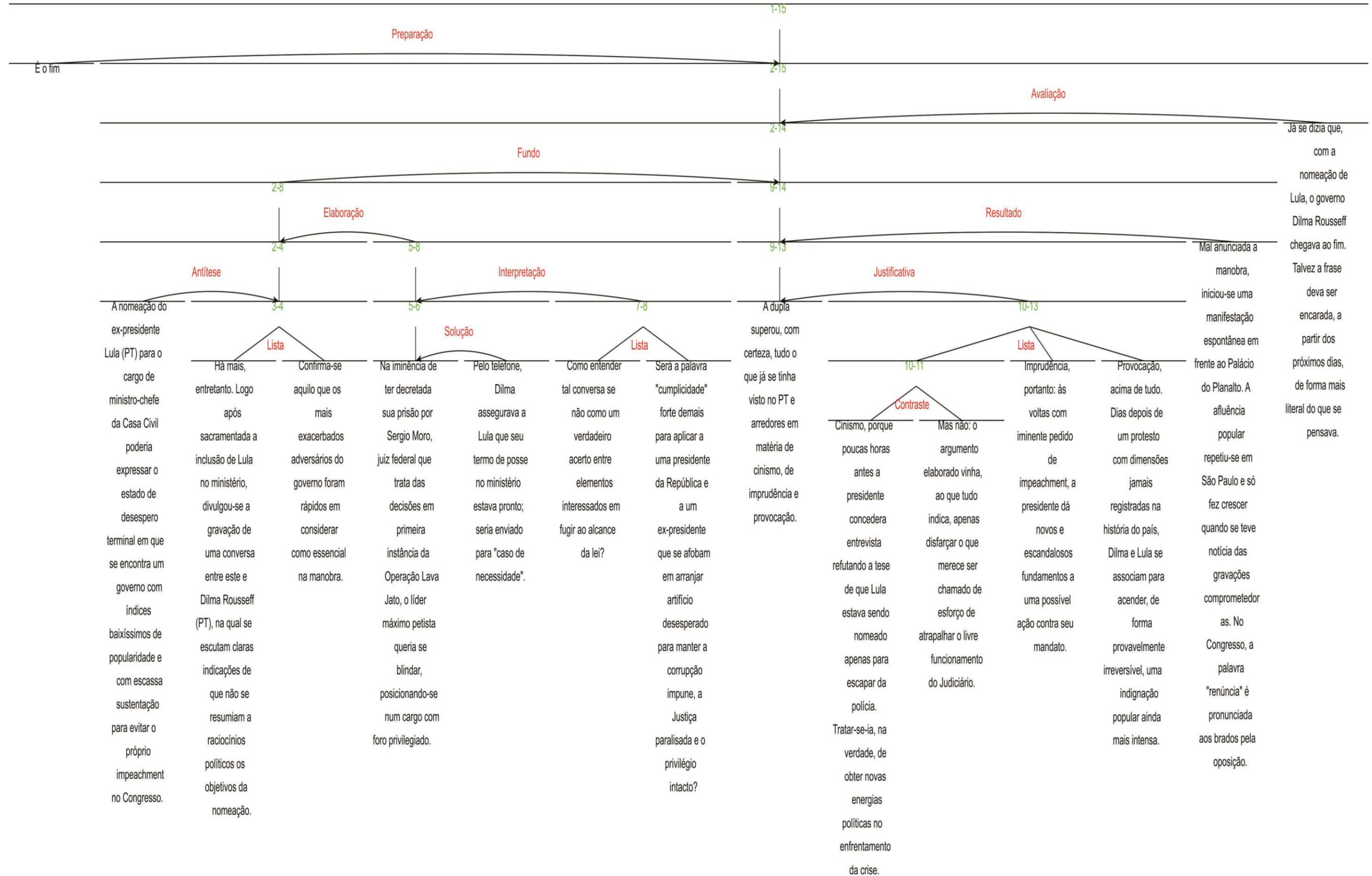


ED 8 – Jornal Folha de São Paulo

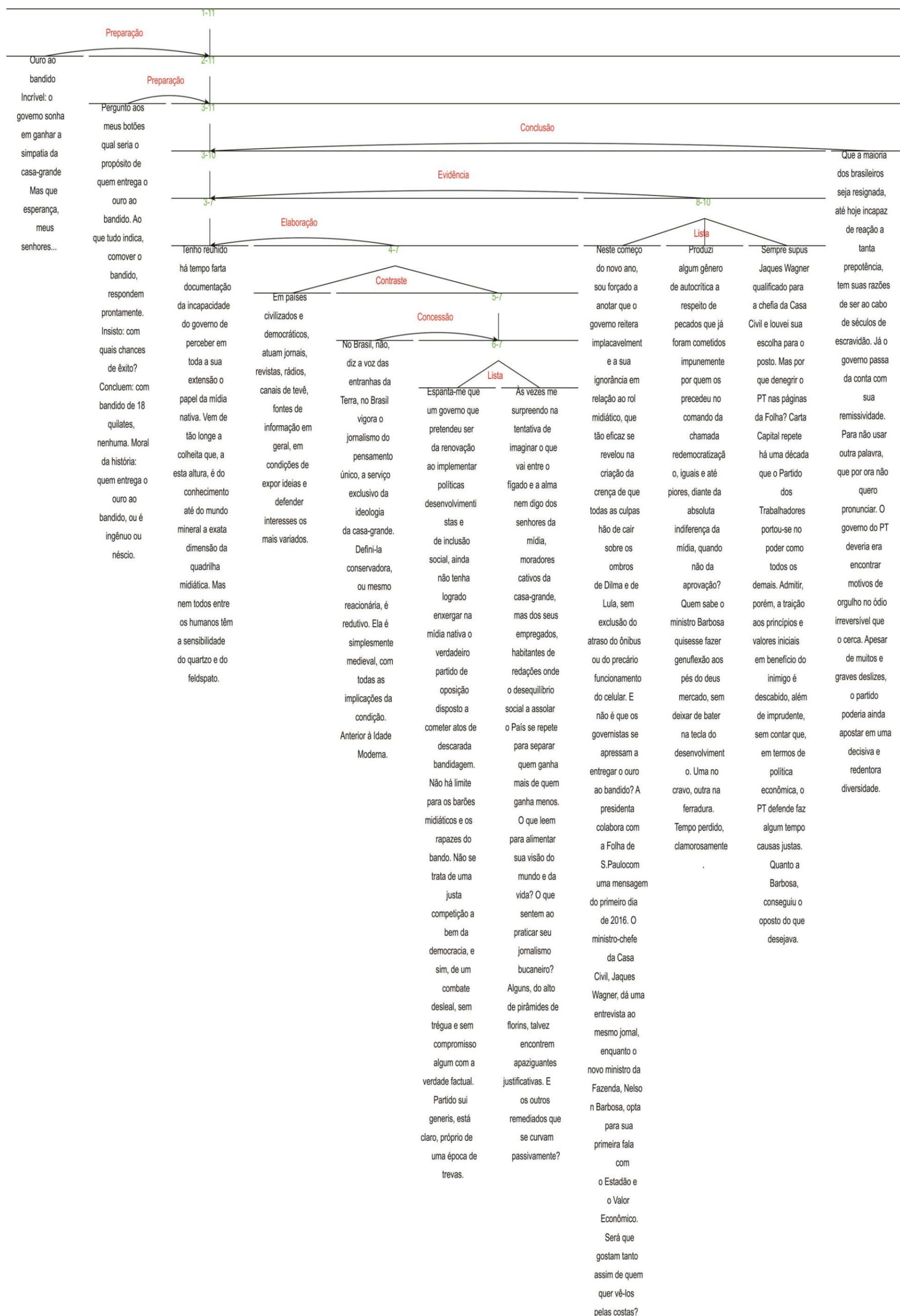


ED 9 – Jornal Folha de São Paulo

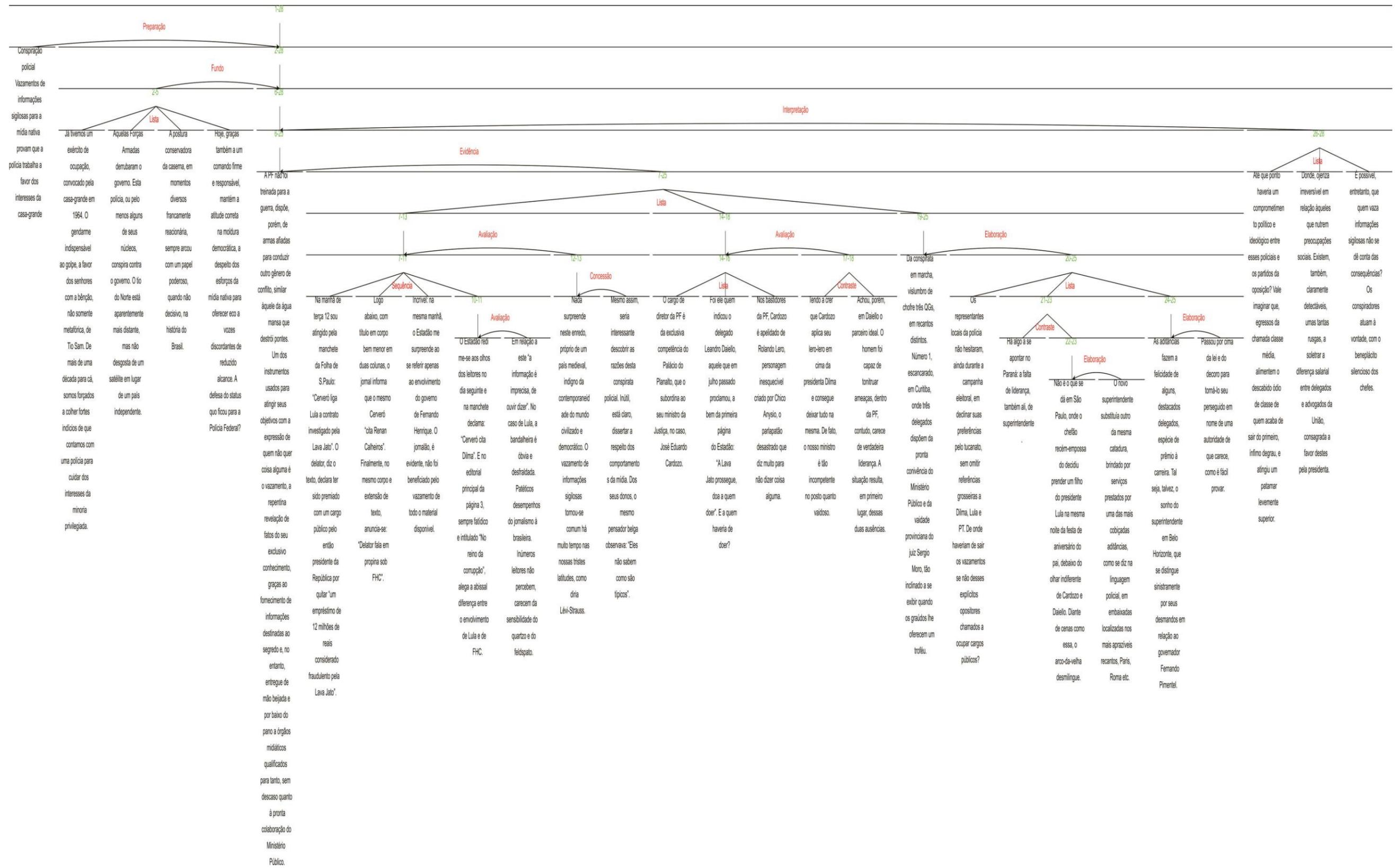




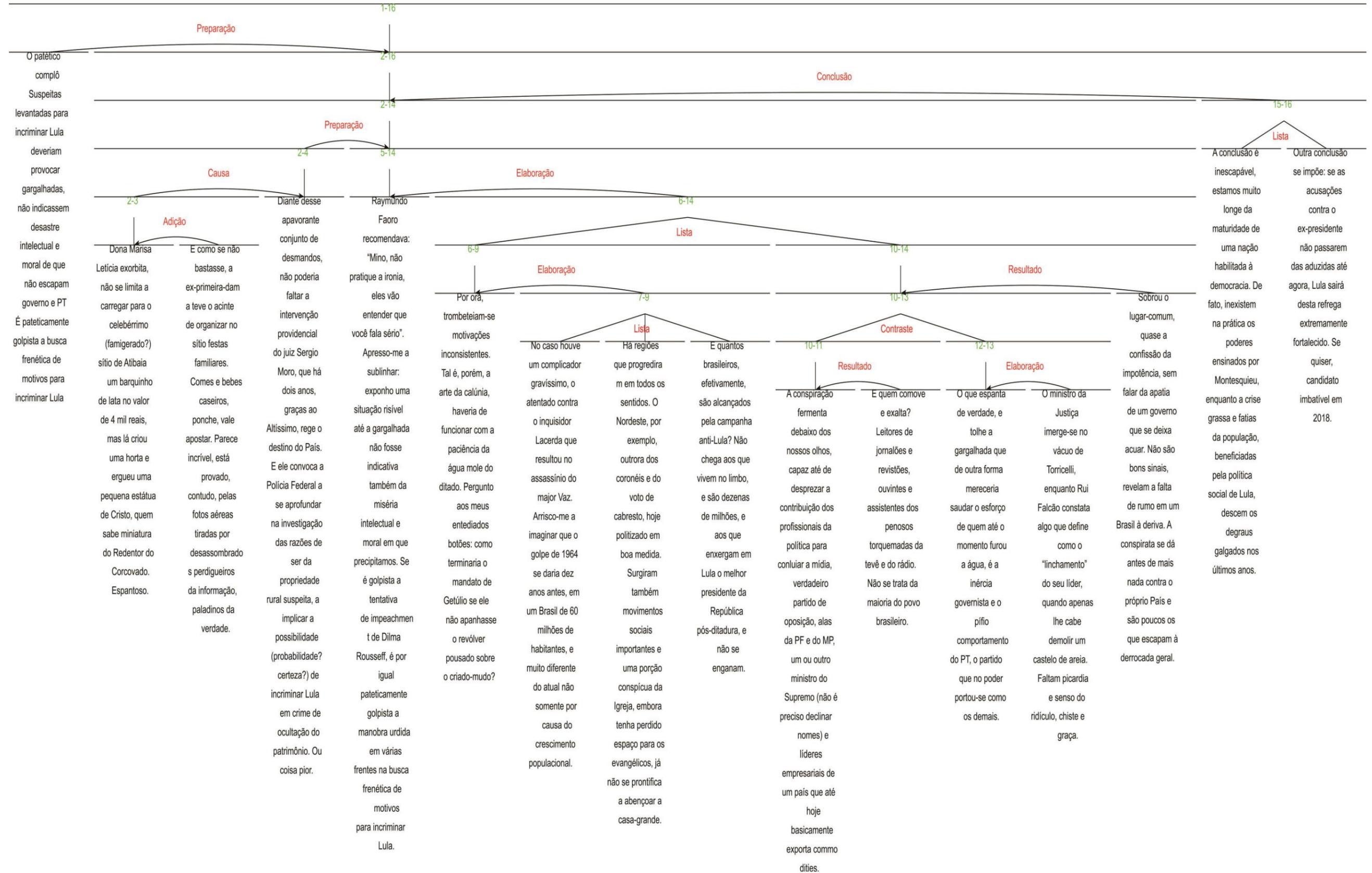
Ed 11 – Revista Carta Capital



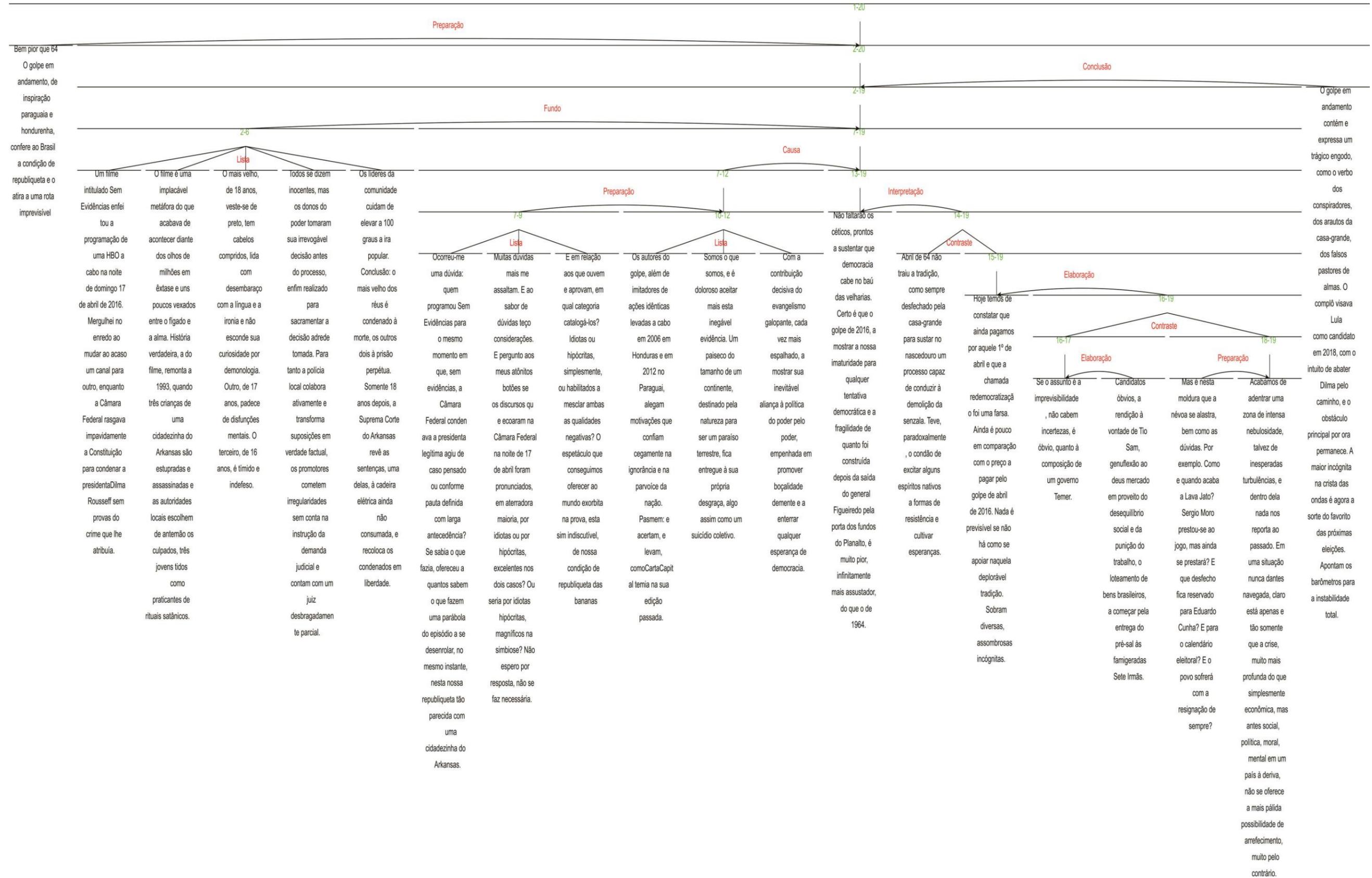
Ed 12 – Revista Carta Capital



Ed 13 – Revista Carta Capital



Ed 14 – Revista Carta Capital



Ed 15 – Revista Carta Capital



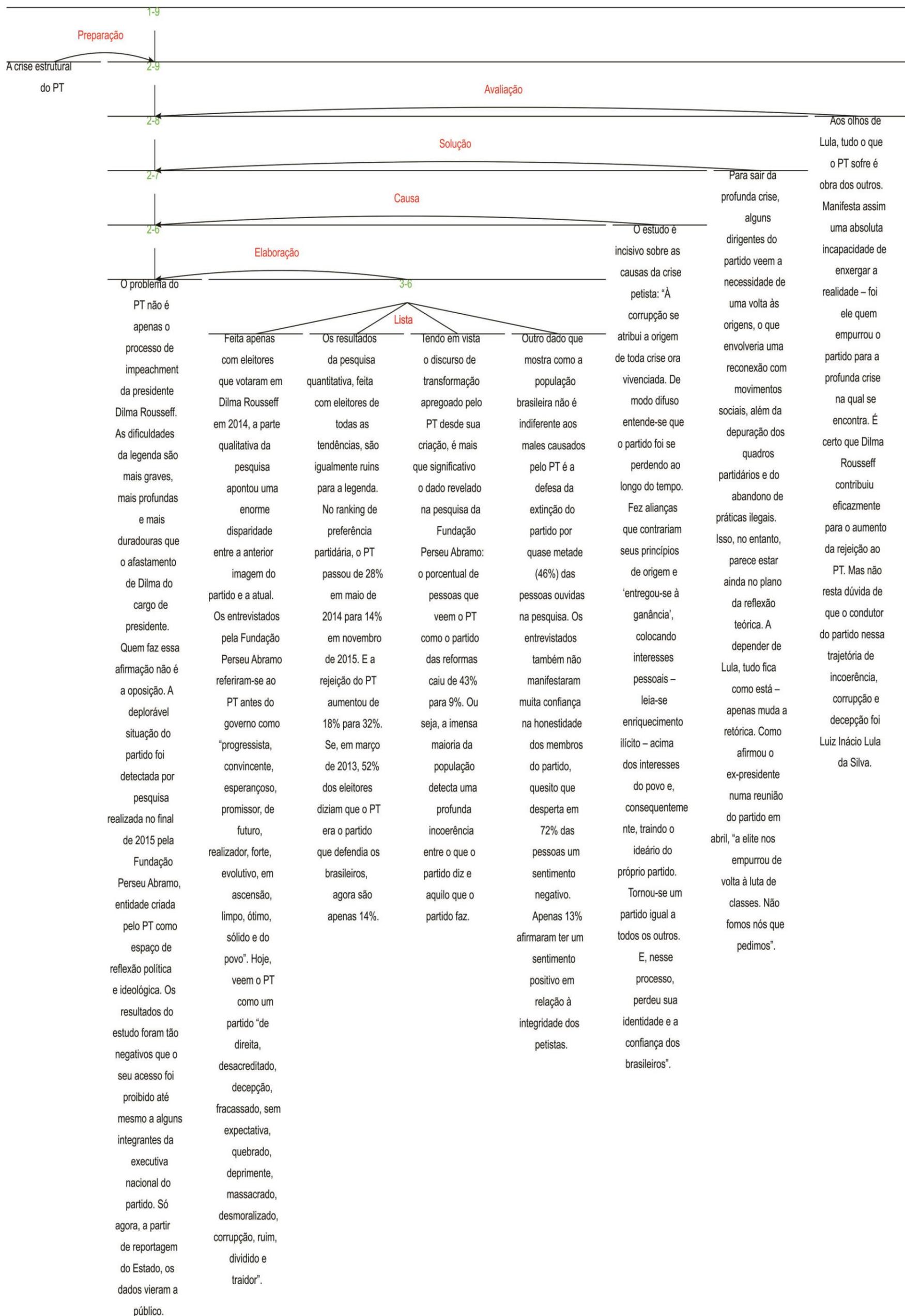
ED 16 - Jornal Estadão



ED 17 - Jornal Estadão



ED 18 - Jornal Estadão



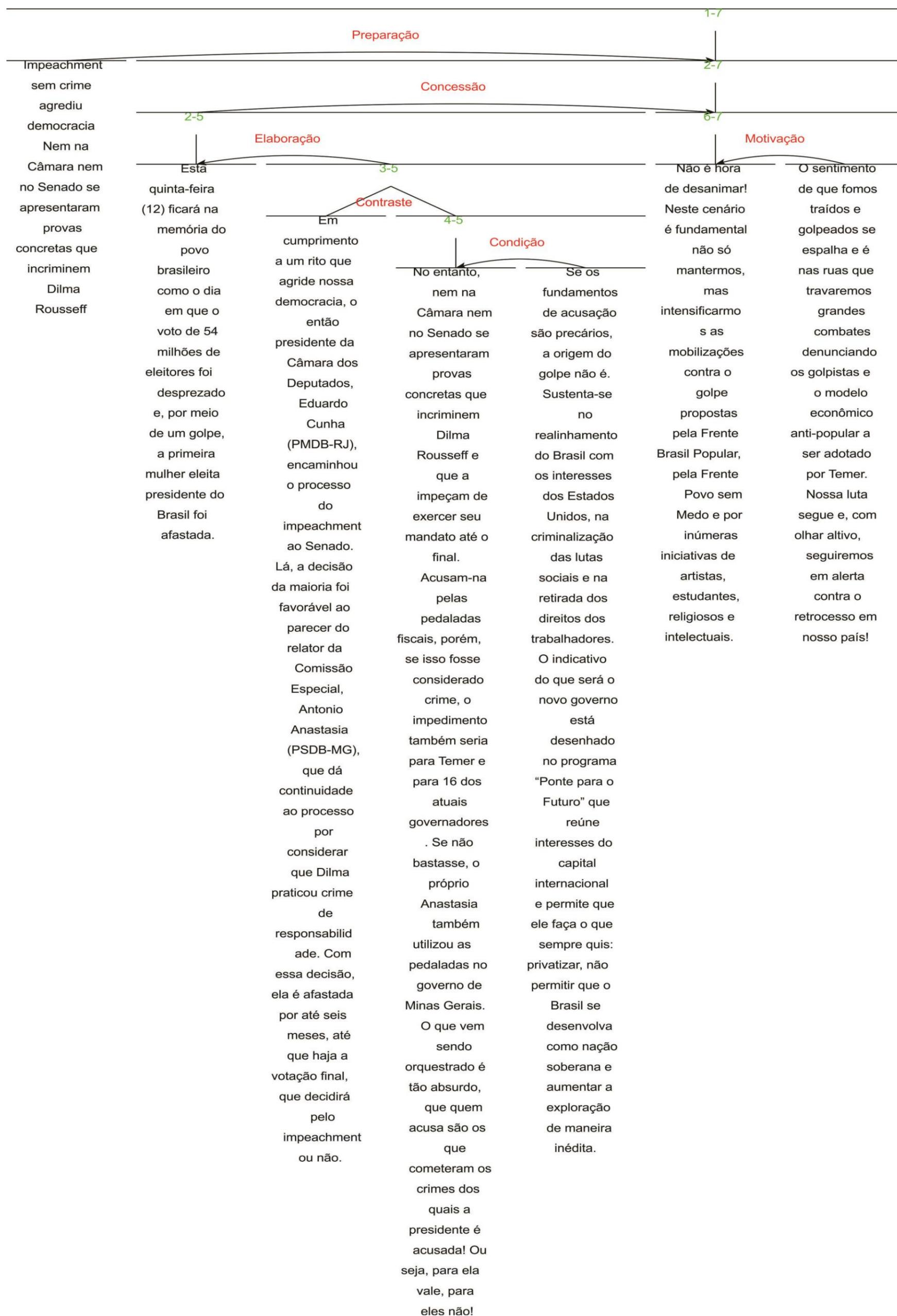
ED 19 - Jornal Estadão



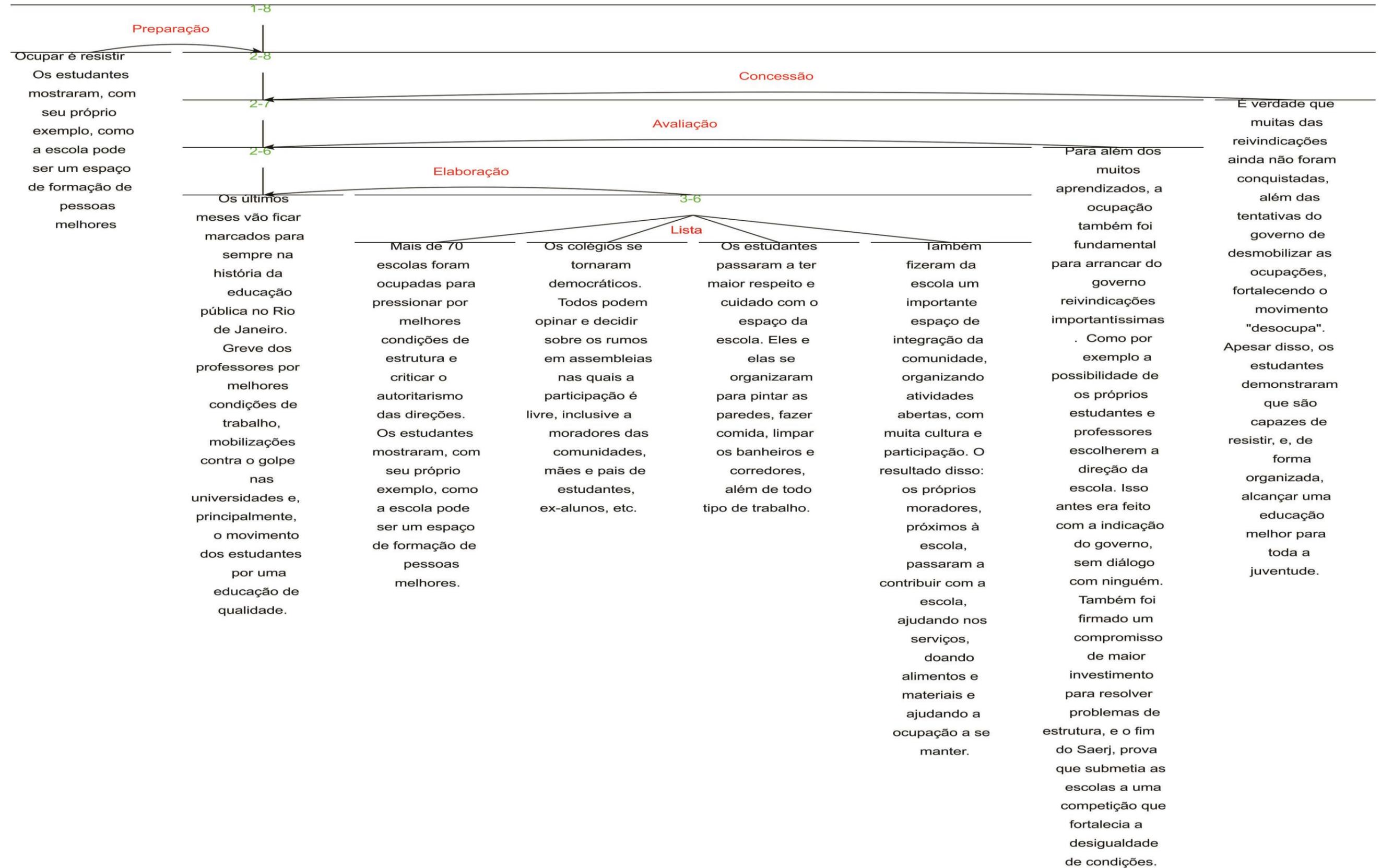
ED 20 - Jornal Estadão



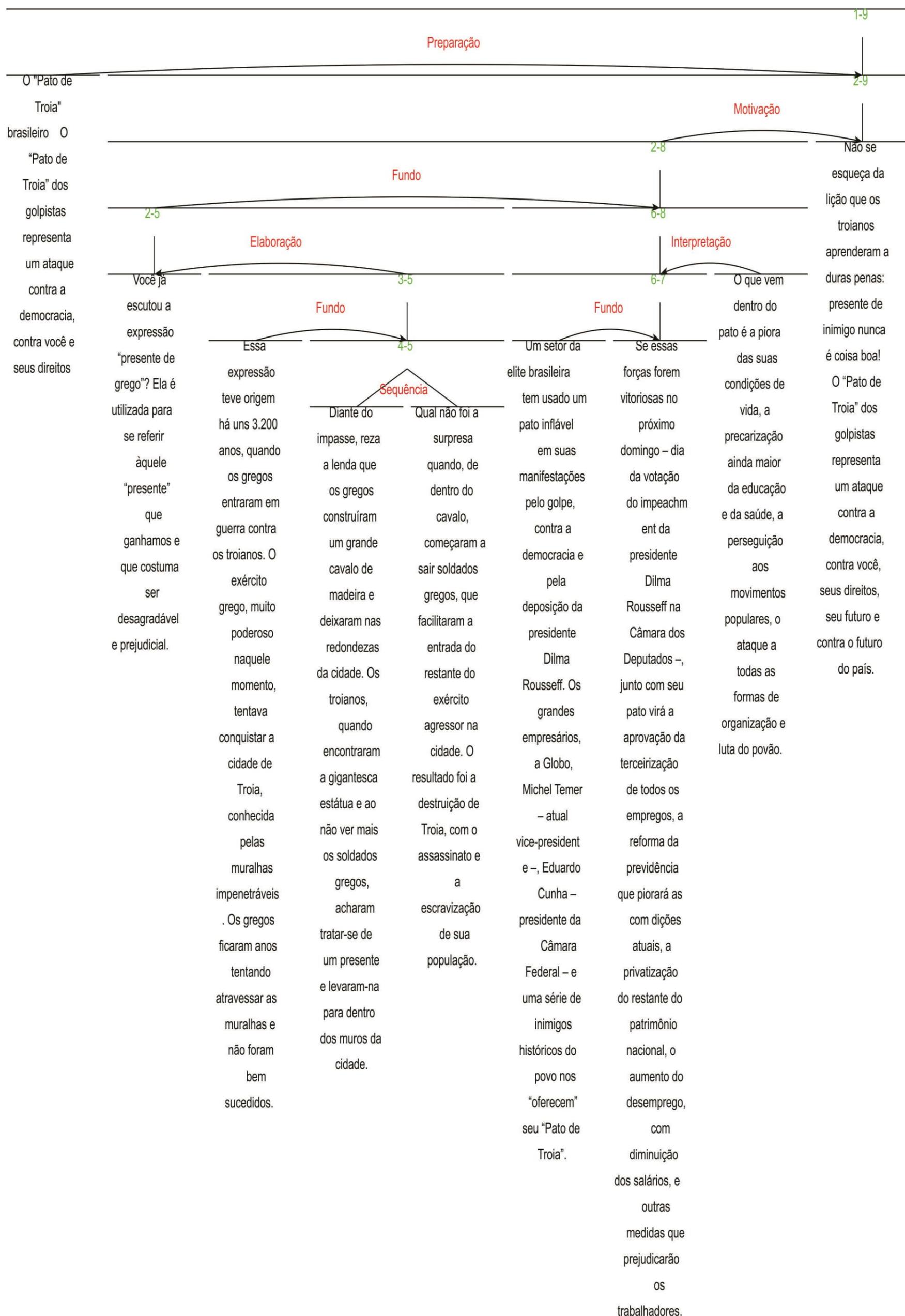
ED 21 – Jornal Brasil de Fato



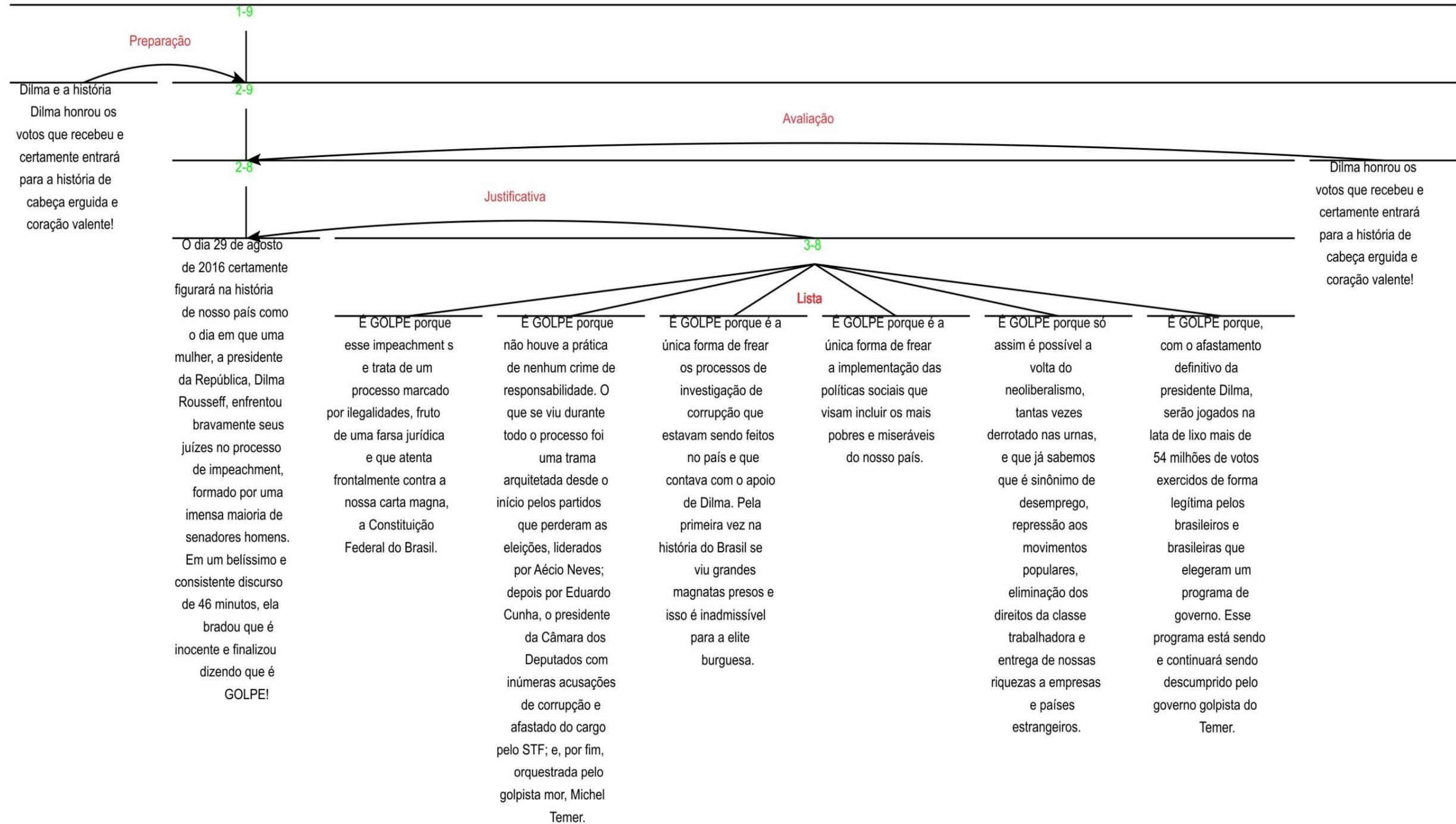
ED 22 – Jornal Brasil de Fato



ED 23 – Jornal Brasil de Fato



ED 24 – Jornal Brasil de Fato



ED 25 – Jornal Brasil de Fato

